

Universidad de Huelva

Departamento de Educación



A qualidade e internacionalização no ensino superior em Portugal : um estudo de caso nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve

**Memoria para optar al grado de doctora
presentada por:**

Sofia Helena Gagos Nunes

Fecha de lectura: 7 de septiembre de 2017

Bajo la dirección de los doctores:

Ángel Boza Carreño

Carolina Sousa

Huelva, 2017





**Universidad
de Huelva**

A Qualidade e Internacionalização no Ensino Superior em Portugal: um estudo de caso nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve

2017

Doutoranda: Sofia Helena Gago Nunes

Orientadores: Prof. Dr. Angél Boza, UHU e Prof.^a Dra Carolina Sousa, UAlg



Índice

Índice de Imagens.....	vii
Índice de Quadros.....	viii
Índice de Gráficos	x
Siglas	xiii
Agradecimentos.....	xiv
Resumo	1
Abstract.....	5
Resumen	9
A título de introdução...um percurso de vida!	15
Introdução	19
CAPITULO I.....	25
Educação Multicultural e Intercultural.....	25
1 Conceitos em Educação Multicultural e Intercultural	27
1.1 Qualidade da Educação e Interculturalidade	27
1.2 Cultura	29
1.3 Interculturalidade	30
1.4 Multiculturalidade vs Interculturalidade	32
1.5 Sociedade multicultural: do assimilacionismo ao pluralismo.....	33
1.6 Escola Inclusiva e Educação Multicultural	34
1.7 Educação Intercultural e Integração.....	37
1.8 Novo paradigma educacional em contexto multicultural e intercultural	38
CAPITULO II.....	43
Caracterização do Sistema Educativo em Portugal	43
1 Sistema Educativo em Portugal	45
1.1 Breve enquadramento histórico.....	45
1.2 Enquadramento Legal.....	49
1.3 Organização do ensino superior	49
1.4 Diretivas Europeias sobre a Educação no Ensino Superior	52
CAPITULO III.....	63
A Qualidade no Ensino Superior	63
1 As Políticas e a Garantia da Qualidade no Ensino Superior.....	65

1.1	O Quadro de Referencia Europeu.....	65
1.2	A Garantia Externa da Qualidade	75
1.3	Garantia Interna da Qualidade	81
1.4	Os Sistemas Internos de Garantia da Qualidade no Quadro Jurídico Nacional.....	85
1.5	A Agencia de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).....	91
1.6	Proposta de referenciais para os sistemas internos de garantia da qualidade apresentados pela A3ES	96
CAPITULO IV.....		103
Internacionalização no Ensino Superior		103
1	Conceitos de internacionalização do Ensino Superior.....	105
2	O fenómeno da Internacionalização do Ensino Superior	110
2.1.	Motivações para a Internacionalização	114
2.2.	Estratégias de Internacionalização	117
2.3.	Enquadramento	120
2.3.1.	Enquadramento nacional	122
2.3.2.	Enquadramento Internacional.....	123
3.	A estratégia da União Europeia para o período 2014-2020	125
4.	O Ensino Superior Europeu no Mundo.....	128
5.	O Contributo da UE para a Internacionalização do Ensino Superior	142
CAPITULO V.....		151
Caracterização das 3 Instituições de Ensino Superior		151
Caraterização das IES do estudo.....		153
Universidade do Minho (Universidade do Minho)		153
1.	Missão.....	155
2.	Objetivos.....	155
3.	Compromisso com a Qualidade.....	157
3.1.	O Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM)	158
4.	Política para a Internacionalização	159
5.	Programa de Ação Quadriénio 2013-2017	161
6.	Plano Estratégico da Universidade do Minho 2020: crescimento sustentado para cumprir o futuro	163
6.1.	Objetivos estratégicos da Universidade do Minho para 2020	172
Universidade de Aveiro (UA)		174
1.	Missão.....	175

2.	Atribuições.....	175
a)	Uma universidade em rede	176
	...com prestígio internacional	177
b)	Uma universidade abrangente	178
c)	Uma universidade de excelência	178
3.	Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Universidade de Aveiro - SIGQ_UA: em prol de mais e melhor Universidade de Aveiro	181
3.1.	Sistema de Garantia da Qualidade do Processo de Ensino-Aprendizagem na Universidade de Aveiro (SGQ_PEA).....	182
4.	Reforço da internacionalização	185
5.	O ideal de um campus exemplar: Plano Estratégico (2012) e Plano de Atividades 2017 190	
	Universidade do Algarve (UAlg).....	193
1.	Objetivos e Estatutos.....	195
2.	Política para a Qualidade.....	198
3.	Sistema Interno de Garantia da Qualidade da UAlg (Iqual).....	200
3.1.	Coordenação estratégica e funcional do SIGQUAlg	201
4.	Garantia da Qualidade na Internacionalização	203
5.	Plano Estratégico 2014-2017	204
	CAPITULO VI.....	207
	Metodologia	207
1	Delineamento do Estudo	209
1.1	Escolha do tema.....	209
1.2	Natureza da Investigação	210
1.3	Objetivos.....	212
1.4	Estruturação do estudo	214
2	Instrumentos	220
3	Sujeitos do Estudo	224
	CAPITULO VII.....	229
	Resultados	229
1.	Resultados do estudo	231
1.1	– Resultados retirados da Análise da Entrevista sobre a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior.....	232
1.2	– Resultados retirados da análise da Entrevista sobre a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior - vertente da Internacionalização	263

1.3 – Resultados retirados da análise do Questionário aplicado aos estudantes..	302
CAPITULO VIII.....	339
Conclusão, Limitações e Recomendações	339
A título de Conclusão.....	341
Limitações do estudo.....	350
Conclusions.....	355
Study Limitations	363
Some recommendations for the future	365
Conclusiones.....	367
Limitaciones del estudio	375
Algunas recomendaciones para el futuro	377
Referências Bibliográficas.....	379

Índice de Imagens

➤ Fig. 1 – Organograma do Ensino superior Portugues	Pág. 51
➤ Fig. 2 – Seis Abordagens possíveis à Internacionalização	Pág. 106
➤ Fig. 3 – Aspetos Importantes da Internacionalização	Pág. 109
➤ Fig. 4 – Ciclo de internacionalização de Knight	Pág. 119
➤ Fig. 5 – Paradigmas quantitativo e qualitativo da investigação	Pág. 212

Índice de Quadros

➤ Quadro nr 1 – Correlação entre os Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area /Referenciais A3ES/ Objetivos do estudo	Pág. 216
➤ Quadro nr 2 – Correlação entre os objetivos do estudo e os instrumentos utilizados na recolha de dados	Pág. 218
➤ Quadro nr 3 – Estrutura da Entrevista sobre a Internacionalização	Pág. 219
➤ Quadro nr 4 – Questões aplicadas no questionário aos estudantes	Pág. 227
➤ Quadro nr 5 – Indicadores de medida mais importantes na Internacionalização, segundo as três IES	Pág. 271
➤ Quadro nr 6 – Percentagem de mobilidade <i>outgoing</i> das três IES	Pág. 289
➤ Quadro nr 7 – Proveniência dos estudantes <i>Incoming</i> da UAlg	Pág. 292
➤ Quadro nr 8 – Estudantes <i>Incoming</i> da U. Minho, por programa	Pág. 295
➤ Quadro nr 9 – Proveniência do pessoal <i>Incoming</i> para ensino na UAlg	Pág. 296
➤ Quadro nr 10 - Proveniência do pessoal <i>Incoming</i> para formação na UAlg	Pág. 297
➤ Quadro nr 11 – Percentagem de mobilidade <i>Incoming</i> nas três IES	Pág. 299
➤ Quadro nr 12 – Número de estudantes que responderam ao questionário	Pág. 305
➤ Quadro nr 13 - Número de estudantes da UAlg que responderam ao questionário, por curso	Pág. 305
➤ Quadro nr 14 - Número de estudantes da UA que responderam ao questionário, por curso	Pág. 306
➤ Quadro nr 15 - Número de estudantes da U. Minho que responderam ao questionário, por curso	Pág. 306
➤ Quadro nr 16 – Género dos estudantes que responderam ao questionário	Pág. 308
➤ Quadro nr 17 – Faixa etária dos estudantes que responderam ao questionário	Pág. 309
➤ Quadro nr 18 – Distrito a que pertencem os estudantes que responderam ao questionário	Pág. 309
➤ Quadro nr 19 – Cursos de proveniência dos estudantes que preencheram o questionário	Pág. 311

- Quadro nr 20 – Ciclo de estudos a que pertencem os estudantes que preencheram o questionário | Pág. 313

Índice de Gráficos

➤ Gráfico nr. 1 – Mobilidade de estudantes outgoing da UA	Pág. 284
➤ Gráfico nr. 2 - Mobilidade de estudantes outgoing da UAlg	Pág. 284
➤ Gráfico nr. 3 - Mobilidade de estudantes outgoing da UM	Pág. 284
➤ Gráfico nr. 4 - Mobilidade de pessoal outgoing da UA para missão de ensino	Pág. 285
➤ Gráfico nr. 5 - Mobilidade de pessoal outgoing da UA para missão de ensino - UAlg	Pág. 285
➤ Gráfico nr. 6 - Mobilidade de pessoal outgoing da UA para missão de ensino - UM	Pág. 285
➤ Gráfico nr. 7 - Mobilidade de pessoal outgoing da UA para formação	Pág. 286
➤ Gráfico nr. 8 - Mobilidade de pessoal outgoing da UAlg para formação	Pág. 286
➤ Gráfico nr. 9 - Mobilidade de pessoal outgoing da UM para formação	Pág. 286
➤ Gráfico nr. 10 – Síntese da Mobilidade de estudantes outgoing das três IES	Pág. 289
➤ Gráfico nr. 11 – Síntese da Mobilidade de pessoal outgoing para missões de ensino das três IES	Pág. 290
➤ Gráfico nr. 12 – Síntese da Mobilidade de pessoal outgoing para formação das três IES	Pág. 290
➤ Gráfico nr. 13 – Mobilidade de estudantes incoming para a UA	Pág. 292
➤ Gráfico nr. 14 – Mobilidade de pessoal incoming para missão de ensino na UA	Pág. 296
➤ Gráfico nr. 15 – Mobilidade de pessoal incoming para formação na UA	Pág. 297
➤ Gráfico nr. 16 – Síntese da Mobilidade de estudantes incoming das três IES	Pág. 300
➤ Gráfico nr. 17 – Síntese da Mobilidade de pessoal incoming para missões de ensino das três IES	Pág. 300
➤ Gráfico nr. 18 – Síntese da Mobilidade de pessoal outgoing para formação das três IES	Pág. 300
➤ Gráfico nr. 19 – Género dos estudantes que responderam ao questionário	Pág. 308

➤ Gráfico nr. 20 – Faixa etária dos estudantes que responderam ao questionário	Pág. 309
➤ Gráfico nr. 21 – Distrito a que pertencem os estudantes da UA que responderam ao questionário	Pág. 310
➤ Gráfico nr. 22 – Distrito a que pertencem os estudantes da UM que responderam ao questionário	Pág. 310
➤ Gráfico nr. 23 - Distrito a que pertencem os estudantes da UAlg que responderam ao questionário	Pág. 311
➤ Gráfico nr. 24 – Curso de proveniência dos estudantes da UA que responderam ao questionário	Pág. 312
➤ Gráfico nr. 25 – Curso de proveniência dos estudantes da UAlg que responderam ao questionário	Pág. 312
➤ Gráfico nr. 26 - Curso de proveniência dos estudantes da UM que responderam ao questionário	Pág. 313
➤ Gráfico nr. 27 – Distribuição dos estudantes por ciclo de estudos nas três IES	Pág. 314
➤ Gráfico nr. 28 – Respostas obtidas à Questão nr. 1: A Universidade tem implementado um Sistema Interno de Garantia da Qualidade que favorece a sua Internacionalização	Pág. 315
➤ Gráfico nr. 29 – Respostas obtidas à Questão nr. 6: Os objetivos definidos para o curso são do conhecimento dos estudantes	Pág. 316
➤ Gráfico nr. 30 – Respostas obtidas à Questão nr. 10: Os professores têm competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos do curso	Pág. 317
➤ Gráfico nr. 31 – Respostas obtidas à Questão nr. 11 - Os professores discutem contigo a tua avaliação e sugerem-te formas de melhorares o teu desempenho académico	Pág. 318
➤ Gráfico nr. 32 – Respostas obtidas à Questão nr. 12 - Os estudantes têm uma participação ativa nos processos de decisão no que diz respeito ao ensino e a sua qualidade	Pág. 319
➤ Gráfico nr. 33 – Respostas obtidas à Questão nr. 13 - Os resultados dos inquéritos de satisfação aplicados aos estudantes são usados para melhorar o ensino	Pág. 320

➤ Gráfico nr. 34 – Respostas obtidas à Questão nr. 14 - O curso tem unidades curriculares lecionadas numa língua estrangeira, sem ser as unidades curriculares de língua estrangeira	Pág. 322
➤ Gráfico nr. 35 – Respostas obtidas à Questão nr. 17 - Os estudantes estrangeiros participam no processo de avaliação tal como os estudantes nacionais	Pág. 323
➤ Gráfico nr. 36 – Respostas obtidas à Questão nr. 9 - O plano de estudos do curso contempla suficientes períodos de investigação	Pág. 324
➤ Gráfico nr. 37 – Respostas obtidas à Questão nr. 3 - Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes	Pág. 326
➤ Gráfico nr. 38 – Respostas obtidas à Questão nr. 2 - A Universidade dispõe dos recursos materiais necessários à frequência de estudantes estrangeiros	Pág. 327
➤ Gráfico nr. 39 – Respostas obtidas à Questão nr. 5 - A Universidade tem materiais promocionais numa língua estrangeira	Pág. 328
➤ Gráfico nr. 40 – Respostas obtidas à Questão nr. 7 - As instalações são adequadas ao cumprimento dos objetivos do curso	Pág. 329
➤ Gráfico nr. 41 – Respostas obtidas à Questão nr. 8 - O curso possui os equipamentos didáticos e científicos necessários ao cumprimento dos seus objetivos	Pág. 330
➤ Gráfico nr. 42 – Respostas obtidas à Questão nr. 4 - A Universidade disponibiliza o seu site e os seus conteúdos (informação, notícias, planos curriculares, programas, etc) numa língua estrangeira	Pág. 332
➤ Gráfico nr. 43 – Respostas obtidas à Questão nr. 18 - O curso tem uma boa taxa de empregabilidade	Pág. 333
➤ Gráfico nr. 44 – Respostas obtidas à Questão nr. 15 - O curso tem estudantes estrangeiros (ex Erasmus)	Pág. 335
➤ Gráfico nr. 45 – Respostas obtidas à Questão nr. 16 - O curso tem professores visitantes estrangeiros a lecionar	Pág. 336

Siglas

A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa

EEES - Espaço Europeu do Ensino Superior

EEl - Espaço Europeu de Investigação

EI –*Education International*

ENQA –European Network for Quality Assurance in Higher Education

EQAR - *European Quality Assurance Register*

EUA - *European University Association*

EURASHE - *European Association of Institutions in Higher Education*

ESIB- *National Unions of Students in Europe*

ESG- *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*

ESU - *European Students' Union*

HEI – *Higher Education Institutions*

IES – Instituições de Ensino Superior / Instituciones de Enseñanza Superior

MADR/MEC - Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional/Ministério da Educação e Ciência

OCDE - *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*

UA – Universidade de Aveiro

UAlg – Universidade do Algarve

UM – Universidade do Minho

Agradecimentos

No final deste desafio que lancei a mim própria, ultrapassadas diversas dificuldades e limitações, eis que vejo chegada a sua conclusão. O colmatar de diversos anos de investimento pessoal e familiar e por isso não posso deixar de exprimir o agradecimento a algumas pessoas que, sem dúvida alguma, possibilitaram chegar a este momento.

O meu primeiro agradecimento tem de ir para os meus orientadores, Prof.^a Dra. Carolina de Sousa e Prof. Dr. Angel Boza por toda a ajuda e incentivo dados no decorrer deste processo, que vem já desde a altura da Tesina, altura em que já foram os meus orientadores. O meu muito obrigada!

À minha família...ao meu companheiro Luis e às minhas filhas Gabriela e Rafaela, que estiveram presentes nesta “luta” em todos os momentos. Foram muitas as alturas em que as forças me iam fugindo e sempre tive alguém a sussurrar nos meus ouvidos “não podes desistir...força que tu consegues!”. Sem eles e sem o seu apoio não tenho a menor dúvida que não teria conseguido.

À restante família, pais e irmãos que acreditaram em mim e na realização deste trabalho de investigação.

Aos entrevistados pela sua disponibilidade para me dar as respostas às minhas questões e aos estudante que se disponibilizaram para responder aos questionários.

Ao Prof. António Lopes que me supervisionou o período de investigação e me auxiliou em diversos aspetos deste estudo, o meu obrigado.

Às Profs. Ana Marreiros e Rosário Pazos pela sua ajuda, que chegou mesmo no momento certo.

Por fim, um especial agradecimento à Francisca e ao Pedro...sem vocês esta tarefa não teria ficado completa.

Resumo

A presente investigação centra-se no estudo, aprofundamento e reflexão acerca da temática “A Qualidade e Internacionalização no Ensino Superior em Portugal: um estudo de caso nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve” e que nos leva a analisar a problemática do Ensino Superior e, mais concretamente, a implementação dos indicadores/medidas de qualidade definidas para o ensino superior.

Considerando a necessidade de complementar ao máximo a presente investigação e tomando em atenção as vantagens e desvantagens das metodologias qualitativas e quantitativas, optou-se por recorrer a um modelo de investigação misto, isto é, qualitativo e quantitativo, pelo que, em termos do seu desenho metodológico, se recorre ao uso dos seguintes instrumentos: o questionário, a entrevista e a análise documental.

Com o presente estudo pretende-se, assim, por um lado, fazer um levantamento sobre as temáticas da Qualidade no Ensino Superior, e por outro, em termos de complementaridade de informação, debruçarmo-nos sobre o indicador da Internacionalização na medida da qualidade das Instituições de Ensino Superior, o que nos conduziu a um levantamento bibliográfico sobre as políticas e diretivas Europeias nestas matérias, assim como as políticas, diretivas e legislação existentes em Portugal sobre as mesmas e, o seu respetivo enquadramento.

Neste enquadramento, o estudo concentra-se na realização de um levantamento bibliográfico, com uma breve caracterização das três Instituições de Ensino Superior estudadas – Universidade do Minho, Universidade de Aveiro e Universidade do Algarve - enquanto Instituições de Ensino Superior e a sua organização - mas também enquanto Instituições que se regem pelas políticas europeias e nacionais no que respeita à Qualidade e de que modo a Internacionalização, enquanto indicador de medida da Qualidade no Ensino

Superior, é efetivamente medida e que peso tem na sua estratégia. Subsequentemente, e ainda em termos metodológicos, foram definidos como objetivos específicos: (i) Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade; (ii) Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes; (iii) Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística; (iv) Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes; (v) Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes; (vi) Perceber se as IES dispõem de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação; (vii) Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização. Ainda, em termos do design metodológico deste estudo, a investigação recorreu em termos dos instrumentos a questionários aos estudantes e a entrevistas.

Em termos dos resultados obtidos, constata-se, quer através das entrevistas Institucionais realizadas, quer através das respostas aos questionários aos estudantes, que as três Instituições têm bem definidas as suas estruturas internas de garantia de qualidade, as quais se regem pelas diretivas europeias e nacionais. Verifica-se também que as três IES têm presentes nos seus planos de atividades, planos estratégicos, Manuais e Planos de Qualidade a preocupação em manter os seus níveis de qualidade e atingir metas e objetivos para reforçar essa qualidade, alcançando posições de destaque em rankings internacionais tais como o U-Multirank.

Por outro lado, os resultados indicam a sua preocupação em proporcionar serviços de qualidade ao seu público internacional, o que é, também, visível no que diz respeito às estruturas e recursos materiais e humanos que se encontram disponíveis para dar resposta às necessidades destes públicos (site, informação, serviços de apoio, materiais, relatórios de atividades) que são também uma aposta no crescimento destas IES no que diz respeito à sua Internacionalização.

Importante referir a importância que estas IES dão ao fator do ensino-aprendizagem que é, sem dúvida, um dos fatores essenciais quando se mede a qualidade de uma IES, e a participação que os seus estudantes têm nessa avaliação e em todas as consequências que essa avaliação tem para o seu curso e para a sua Instituição. Contudo, muito embora os estudantes tenham uma participação ativa nos processos de avaliação do seu ensino-aprendizagem, as respostas que os mesmos deram às questões colocadas sobre este assunto demonstram que não sabem se as IES têm em consideração as suas avaliações nas tomadas de decisão sobre a alteração/renovação dos planos curriculares e também não sabem se os seus colegas internacionais participam neste processo de avaliação.

Por último, há que referir que a investigação realizada indicia claramente que há IES com áreas mais desenvolvidas do que outras, que as apostas de internacionalização, investigação e cooperação são visíveis e crescentes, um pouco divergentes em termos de áreas mas, que todas elas já dispõem de estratégias para a sua internacionalização, e se mobilizam para responder à política de qualidade e internacionalização das respetivas instituições.

Palavras-Chave: Educação; Ensino Superior; Avaliação e Qualidade; Internacionalização



Abstract

The present research focuses on the study and reflection on the theme "Quality and Internationalization in Higher Education in Portugal: a case study in the Universities of Minho, Aveiro and Algarve" and that leads us to analyze the problem of Higher Education and, more specifically, the implementation of quality indicators / measures defined for higher education.

Considering the need to complement the present research as much as possible and taking into account the advantages and disadvantages of qualitative and quantitative methodologies, a mixed research model was chosen, that is, qualitative and quantitative. Methodological design, use is made of the following instruments: the questionnaire, the interview and the documentary analysis.

The present study intends, on the one hand, to make an analysis on the themes of Quality in Higher Education, and on the other hand, in order to complement the information, we are going to focus on Internationalization as a quality indicator of the Higher Education Institutions (HEI), which led us to a bibliographical review on European policies and directives in these matters, as well as the existing policies, directives and legislation in Portugal on them, and their respective framework.

In this context, the study focuses on a bibliographic review, with a brief characterization of the three HEI studied - University of Minho, University of Aveiro and University of the Algarve - as HEI and their organization - but also as Institutions that are directed by European and national policies regarding Quality and how Internationalization, as an indicator of Quality measurement in Higher Education, is effectively measured and what weight it has in its strategy. Subsequently, and in methodological terms, specific objectives were defined as follows: (i) understand whether HEIs have defined a quality policy as well as their goals; (ii) understand how HEIs guarantee the quality of their training offer and the learning of their students; (iii) understand if HEIs promote, evaluate and

improve their scientific, technological and artistic activity: (iv) understand if HEIs are equipped with human resources that are able to respond to the requests of their students; (v) understand if HEIs are equipped with material resources adequate to the development of their students' learning; (vi) understand whether HEIs have systems for collecting information and publicize the results of such information; (vii) understand how HEIs have established their internationalization strategies and which are the main internationalization indicators. Also, in terms of the methodological design of this study, the research used in terms of the instruments questionnaires to the students and interviews.

In terms of the results achieved, both from Institutional interviews carried out and the answers to the questionnaires from the students show that the three Institutions have well-defined internal quality assurance structures, which are directed by European directives and National authorities. It is also verified that the three HEIs have in their plans of activities, strategic plans, Manuals and Quality Plans the concern to maintain their quality levels and to reach goals and objectives to reinforce this quality, achieving prominent positions in international rankings such as U-Multirank.

On the other hand, the results indicate their concern to provide quality services to their international audience, which is also visible with regard to the material and human resources as well as structures available to meet the needs of these audiences (website, information, support services, materials, activity reports) that also shows a great concern on the growth of these HEIs with respect to their Internationalization.

It is important to mention the importance that these HEIs give to the teaching-learning factor, which is undoubtedly one of the essential factors when measuring the quality of an HEI, and the participation that its students have in this evaluation and in all the consequences that this evaluation has for their institutions and courses. However, although the students have an active participation in their teaching-learning evaluation processes, the answers they gave to the questions related with this subject show that they do not know if their HEIs take into account their opinions when thinking about changing or renewing

the curricular plans and also they do not know if their international colleagues participate in this evaluation process.

Finally, the present research clearly indicates that there are HEIs with more developed areas than others, that the focus on internationalization, research and cooperation are visible and increasing, a little divergent in terms of areas, but all of them already have their own internationalization strategies, and are mobilized to respond to the policy of quality and internationalization of their institutions.

Key-words: Education; Higher Education Institutions; Assessment and Quality; Internationalization



Resumen

Esta investigación se centra en el estudio y es una reflexión sobre el tema "La calidad y la internacionalización de la Educación Superior en Portugal: un caso de estudio en las universidades del Minho, Aveiro y Algarve", que nos lleva a analizar los problemas de la Educación Superior y más específicamente, la aplicación de los indicadores / medidas de calidad definidas para la educación superior.

Con el objetivo de poder complementar al máximo esta investigación, y teniendo en cuenta las ventajas y desventajas de los métodos cualitativos y cuantitativos, se optó por utilizar un modelo mixto de investigación, es decir, cualitativa y cuantitativa, por lo que en términos de diseño metodológico, se recurrió a la utilización de los siguientes instrumentos: cuestionario, entrevista y análisis de documentos.

Con este estudio se pretende, por un lado, hacer una búsqueda sobre las temáticas de calidad en la Educación Superior, y por otro, en términos de complementar la información, utilizar la internacionalización como indicador de calidad de las instituciones de Educación Superior (IES). Esto nos llevó a realizar una revisión de la literatura sobre políticas y directivas europeas, así como de las políticas, directivas y la legislación en Portugal y sus respectivos marcos.

En este contexto, realizamos una revisión de la literatura y una breve descripción de las tres IES - Universidad del Minho, Universidad de Aveiro y la Universidad del Algarve- y su organización. Analizamos el modo como las instituciones son tuteladas, en términos de calidad, por políticas nacionales y europeas, y de qué modo la internacionalización es utilizada como un indicador de calidad en la Educación Superior, si es una medida efectiva y el peso que tiene en su estrategia. Posteriormente, y también en términos de metodología, se definieron como objetivos específicos: (i) determinar si las IES han definido una política y objetivos de calidad; (ii) determinar el modo como las IES garantizan la calidad

de su oferta formativa y el aprendizaje de sus estudiantes; (iii) determinar si las IES promueven, evalúan y mejoran su actividad científica, tecnológica y artística; (iv) determinar si las IES tienen recursos humanos que den respuesta a las demandas de sus estudiantes; (v) determinar si las IES tienen los recursos materiales adecuados para el desarrollo del aprendizaje de sus estudiantes; (vi) determinar si las IES tienen sistemas de recogida de información y si, divulgan los resultados de dicha información; (vii) entender cómo las IES establecieron sus estrategias de internacionalización y cuáles fueron los principales indicadores de internacionalización. En términos de diseño metodológico se utilizaron como instrumentos de este estudio se utilizaron como instrumentos, cuestionarios y entrevistas a los estudiantes.

En relación con los resultados obtenidos, constatamos por las respuestas a los cuestionarios de los estudiantes, que las tres instituciones tienen bien definidas sus estructuras internas de garantía de calidad, las cuales, se rigen por directivas europeas y nacionales. También verificamos que las tres IES tienen presentes en sus planos de actividades, planes estratégicos, manuales y planes de calidad, mostrando su preocupación por mantener sus niveles de calidad y la voluntad de alcanzar metas y objetivos que puedan fortalecer esa calidad, alcanzando posiciones destacables en clasificaciones internacionales como el U-Multirank.

Por otro lado, al valorar los resultados se deja ver la preocupación por proporcionar servicios de calidad a su público internacional, y esta preocupación también está presente en los recursos materiales y humanos disponibles para satisfacer las necesidades de su público (sitio web, información, servicios de apoyo, materiales, informes de actividad), que son también una apuesta por el crecimiento de estas IES para lograr su internacionalización.

Importante tener en cuenta la importancia que estas IES conceden al factor enseñanza-aprendizaje, que es, sin duda, una de las medidas clave de la calidad de una institución de Educación Superior, así como a la participación que sus estudiantes tienen en esta evaluación y todas las consecuencias que esta evaluación tiene en sus cursos y para sus instituciones. Sin embargo, a pesar de que los estudiantes tienen un papel activo en los procesos de evaluación de la

enseñanza y el aprendizaje, las respuestas que dieron a las preguntas sobre este tema demuestran que no saben si sus IES tienen en cuenta sus evaluaciones en la toma de decisiones sobre el cambio de / renovación de los planes de estudio y también no saben si sus colegas internacionales participan en este proceso de evaluación.

Por último, cabe señalar que la investigación sugiere claramente que hay IES con áreas más desarrolladas que otras, que la apuesta en la internacionalización, investigación y cooperación son visibles y en crecimiento, un poco diferentes en términos de áreas, pero todos ellos tienen estrategias definidas para su internacionalización y se movilizan para responder a la política de calidad y la internacionalización de sus instituciones.

Palabras-Clave: Educación; Instituciones de Enseñanza Superior; Evaluación y Calidad; Internacionalización



“A educação, e em especial o ensino superior, constitui um elemento central da estratégia «Europa 2020» e da ambição da Europa de se tornar uma economia inteligente, sustentável e inclusiva: é não apenas crucial para o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades, como garante, pelo seu impacto na inovação e na investigação, o capital humano altamente qualificado de que as economias baseadas no conhecimento necessitam para gerarem crescimento e prosperidade.(...)”

(...) Desenvolver uma estratégia global de internacionalização significa, acima de tudo, posicionar as IES, os seus alunos, investigadores e pessoal, e os sistemas nacionais, ligados às várias atividades relevantes relacionadas com a investigação, a inovação e o ensino superior, num plano mundial, de acordo com o seu perfil individual, as necessidades do mercado de trabalho e a estratégia económica do país.”

Comunicação da Comissão (2013) “O Ensino Superior Europeu no Mundo”



A título de introdução...um percurso de vida!

Eu sou uma pessoa um pouco “suspeita” no que respeita a falar sobre o Programa de Doctorado “La Educación en la Sociedad Multicultural” pois eu era a responsável pelas Relações Internacionais na Escola Superior de Educação quando tiveram início as primeiras reuniões entre a Presidente do Conselho Diretivo, Prof.^a Carolina Sousa e o Prof. Juan Manuel Coronel, então diretor do Departamento de Educación de la Universidad de Huelva.

A convite da Prof.^a Carolina Sousa estive presente em algumas reuniões de trabalho que deram início à criação deste curso e à elaboração do plano curricular do Programa de Doctorado. Desde o inicio que a temática do Doctorado me interessou bastante pois englobava as minhas maiores áreas de interesse: a educação e a multiculturalidade.

Estas duas áreas faziam parte da minha vida, do meu dia-a-dia, pois trabalhava numa Escola Superior de Educação dando apoio direto ao Conselho Diretivo em todos os assuntos relacionados com o exterior e, principalmente, trabalhava com os alunos erasmus que vinham estudar para a Universidade do Algarve, vinculados à Escola Superior de Educação.

Comecei a ponderar voltar a estudar pois nunca tive vontade de estagnar na minha vida de estudante e, com um grande apoio por parte da Prof.^a Carolina Sousa, decidi realmente analisar o plano curricular e os programas das disciplinas que iriam ser ministradas neste Programa de Doctorado.

Vi que as temáticas abordadas eram muito interessantes pois embora a multiculturalidade fosse o meu dia-a-dia, a parte educacional nunca fez parte do meu percurso académico. Decidi que seria uma oportunidade que não poderia deixar de abarcar com todas as minhas forças pois poderia não conseguir aliar estes dois temas num Mestrado ou Doutoramento que eram, sem dúvida, uma meta a atingir.

A trabalhar, com marido e uma filha maravilhosa lá fui eu estudar para a Universidad de Huelva, onde as aulas eram semi-laborais, pois saindo de Portugal e tendo em consideração que há uma hora a mais de diferença entre os dois países vizinhos, e três dias por semana...esta seria uma aventura e exigiria um grande esforço pessoal, com certeza!

Quis o destino que mudasse de funções e parti rumo ao Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade da Universidade do Algarve, onde desempenhei funções durante a maior parte do tempo em que me encontrei neste Programa de Doutoramento.

Entretanto consegui reunir esforços, entre família e trabalho, para me dedicar a fazer a Tesina do Programa de Doctorado “La Educación en la Sociedad Multicultural”. Conteí com a imprescindível colaboração dos meus então orientadores, e atuais também, Prof. Angél Boza e Prof.^a Carolina Sousa, e consegui superar mais esta etapa.

Claro que agora, terminada esta etapa, não podia parar por aqui! E lá fui eu inscrever-me na Tese Doutoral...ai Jesus o que vou eu fazer!

Quis também, o destino, que fosse premiada com mais uma filhota linda! Gravidez e primeiros meses de vida...tese parada! Quando consegui reunir forças para reiniciar o trabalho de investigação lá vou eu a caminho dos meus orientadores, só para dizer que não tinha desistido e que íamos acabar a Tese de Doutoramento e que contava com a sua ajuda pois sem ela, com certeza, não conseguiria levar a bom porto este novo desafio.

Seguindo a temática da Educação Multicultural e tentando interligar os temas que mais me fascinam atualmente e, que considero temas atuais e pertinentes, decidi debruçar-me sobre a questão da Qualidade no Ensino Superior em Portugal, mais concretamente sobre o indicador da Internacionalização, tentando fazer um estudo de caso a nível nacional. Assim, optamos por escolher as três Instituições de Ensino Superior do presente estudo, que integram a Norte – Universidade do Minho, ao centro – Universidade de Aveiro e, finalmente, a sul – a Universidade do Algarve.

E daqui nasceu o presente estudo, que se irá dividir em 6 grandes capítulos que pretendem abordar as principais temáticas da Qualidade e da Internacionalização, tendo para tal, sido sentida a necessidade de fazer uma abordagem inicial às principais áreas ou conceitos da Educação Multicultural e Intercultural, passando por fazer uma caracterização do sistema Educativo em Portugal, analisando as políticas e diretivas europeias e nacionais envolvidas na definição da qualidade e da internacionalização no Ensino Superior.

O estudo integrará, também, uma caracterização das três Instituições analisadas no que se refere à sua missão, aos seus objetivos, estrutura orgânica, política de qualidade, organização dos seus sistemas internos de garantia da qualidade, estratégias de internacionalização, e por fim, apresentar-se-ão os diversos instrumentos que foram utilizados no estudo: a análise bibliográfica, a entrevista e o questionário.

Por último será apresentado um capítulo final que contemplará a conclusão da investigação, as suas limitações e recomendações para trabalho a desenvolver no futuro.



Introdução

As instituições europeias de ensino superior aceitaram assumir o papel principal na construção do “Espaço Europeu do Ensino Superior”. Comprometeram-se a assumir a responsabilidade de coordenar políticas que permitam estabelecer e promover o sistema europeu do ensino superior em todo o mundo.

Um dos principais desafios dos sistemas europeus de ensino superior é conseguir articular esquemas de acreditação que, simultaneamente, atendem tanto a propósitos nacionais de fortalecimento de qualidade e aumento da competitividade, como também a perspectivas de internacionalização derivadas da integração europeia.

Considerando que a qualidade é essencial para o desenvolvimento da Área Europeia de Ensino Superior, é necessário apoiar medidas de certificação de qualidade a nível institucional, nacional e europeu, sendo imprescindível desenvolver critérios e metodologias comuns de certificação.

O presente estudo “A Qualidade e Internacionalização no Ensino Superior em Portugal: um estudo de caso nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve” surgiu da vontade de aprofundar estas questões, tão atuais, relacionadas com a Qualidade e a Internacionalização do Ensino Superior Europeu.

O processo de Bolonha teve, e continua a ter, um importante impacto sobre os sistemas de ensino superior dos países europeus. O mais visível é a reforma curricular, em cada país, para alcançar a implementação de créditos e ciclos acordada. A adoção de formas de garantia de qualidade académica e de sistemas de avaliação externa e de acreditação, são instrumentos essenciais de promoção da dimensão europeia de garantia de qualidade.

O XVII Governo Constitucional de Portugal identificou, como objetivos para a política de ensino superior:

1. a garantia da qualificação dos portugueses no espaço europeu;
2. a melhoria da qualidade e da relevância das formações oferecidas;
3. o fomento da mobilidade e da internacionalização;
4. o incremento da autonomia das instituições;
5. o desenvolvimento de uma cultura de prestação de contas;
6. a valorização de parcerias entre instituições nacionais e estrangeiras;
7. a estruturação de um sistema de garantia da qualidade reconhecido internacionalmente organizado em torno de quatro eixos, identificados com:
 - a) O alargamento da avaliação ao desempenho das instituições;
 - b) A objetivação dos critérios da avaliação, a tradução dos resultados em apreciações qualitativas, dimensão a dimensão, comparáveis entre si, e a clarificação das consequências da avaliação, quer para o funcionamento dos cursos e das instituições de ensino superior, quer para o seu financiamento;
 - c) A internacionalização do processo de avaliação, designadamente na dimensão de avaliação institucional;
 - d) A exigência de concretização, pelas instituições de ensino superior, de sistemas próprios de garantia da qualidade, passíveis de certificação.

Com o presente estudo pretende-se fazer um levantamento bibliográfico que permita fazer um enquadramento teórico sobre as políticas de qualidade no Ensino Superior Português, dando especial atenção às três Instituições de Ensino Superior (IES) que são alvo de estudo, e a influência que as políticas europeias tiveram na definição das nossas políticas nacionais.

Pretende-se, ainda, fazer um levantamento bibliográfico sobre o fator da Internacionalização no contexto europeu e como as IES analisadas neste estudo definiram as suas políticas de internacionalização, quais os indicadores que são medidos pelas IES em termos de internacionalização e se estes contribuem para a análise global da qualidade das IES aqui analisadas.

De realçar que a criação de um sistema de garantia da qualidade do ensino superior reconhecido internacionalmente supõe uma adesão aos princípios

internacionalmente aceites na matéria. Neste particular, merecem especial atenção:

- i. *Os Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*, constantes do relatório, de Fevereiro de 2005, preparado pela *European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA)* a pedido dos ministros signatários da Declaração de Bolonha;
- ii. O relatório, preparado pela ENQA, a pedido do Governo Português, sobre a garantia da qualidade do ensino superior em Portugal, de Novembro de 2006, que procedeu à avaliação das práticas neste domínio levadas a cabo no âmbito do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e formulou recomendações ao Governo sobre a organização, método e processos de um novo sistema de acreditação, conforme aos *Standards and Guidelines*;
- iii. O relatório de avaliação do sistema de ensino superior português, de Dezembro de 2006, preparado pela OCDE a pedido do Governo;
- iv. *Os Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG)*, de Maio de 2015, apresentadas por um grupo de Instituições Europeias envolvidas nesta reformulação.

Em termos de documentos nacionais de importância para a temática abordada neste estudo apontam-se:

- i. Relatório do grupo de trabalho MADR/MEC *“Uma estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português: Fundamentação e Recomendações”*, apresentado em Maio de 2014

Nos termos da Lei 38/2007, compete às instituições de ensino superior adotar uma política de garantia de qualidade e os procedimentos para a sua prossecução; desenvolver uma cultura de qualidade e da sua garantia e desenvolver e pôr em prática uma estratégia para a melhoria contínua da qualidade. A mesma Lei determina que os procedimentos da avaliação externa *“devem ter em conta a eficácia dos procedimentos de garantia interna da qualidade”*. Também no

preâmbulo do Decreto-Lei 369/2007 define-se como um dos eixos do novo sistema de avaliação e acreditação *“A exigência de concretização, pelas instituições de ensino superior, de sistemas próprios de garantia da qualidade, passíveis de certificação”*.

A legislação reafirma, assim, que a responsabilidade pela qualidade de ensino cabe, em primeiro lugar, a cada instituição de ensino superior, à qual compete criar as estruturas e os procedimentos internos para garantir a qualidade de ensino. Competirá à A3ES apoiar as instituições na implementação dos seus sistemas internos de garantia da qualidade e proceder à realização de auditorias tendo em vista a certificação dos procedimentos internos de qualidade das instituições.

De extrema importância para este estudo foram os documentos elaborados pela A3ES, nomeadamente:

- i. Análise comparativa dos processos Europeus para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade, 2011
- ii. Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Agencias de Avaliação e Acreditação, 2011
- iii. Manual para o processo de auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior, em regime experimental no ano letivo de 2012/2013

Ainda em termos de enquadramento, foram estruturados sete capítulos para o presente estudo sendo que no primeiro capítulo é feita uma introdução às temáticas da Educação Multicultural e Intercultural tendo sido abordados os conceitos de Cultura, Interculturalidade, Multiculturalidade, Qualidade da Educação e Interculturalidade, Sociedade Multicultural, Escola Inclusiva e Educação Multicultural, Educação Intercultural e Integração e, por fim, o novo paradigma educacional em contextos multiculturais e interculturais. Estas definições pareceram-nos importantes em termos de introdução ao tema da Educação no Ensino Superior nas vertentes da Multiculturalidade e

Interculturalidade, conceitos que se pretendem que existam em qualquer Instituição de Ensino Superior.

No segundo capítulo é feita uma apresentação da organização do Sistema Educativo em Portugal e, principalmente, da organização do Ensino Superior assim como das diretivas europeias sobre a educação no Ensino Superior. Fazendo esta contextualização sobre a Educação no Ensino Superior em Portugal passamos para o terceiro capítulo onde se apresenta a temática da Qualidade no Ensino Superior tomando como referencia as politicas e a garantia da qualidade no Ensino Superior que tiveram em consideração o quadro de referencia europeu assim como os sistemas internos de garantia da qualidade no quadro jurídico nacional e, ainda, as propostas de referenciais apresentados pela Agencia Nacional de Avaliação e Acreditação no Ensino Superior (A3ES) no que diz respeito aos sistemas internos de garantia da qualidade.

No quarto capítulo é feita uma abordagem ao tema da Internacionalização no Ensino Superior, apresentando alguns conceitos sobre o tema, passando pelo fenómeno da internacionalização assim como as motivações e estratégias para a mesma. Para melhor se compreender este fenómenos que é a Internacionalização no Ensino Superior foi feito um enquadramento nacional mas também um enquadramento internacional tendo sido referido, obrigatoriamente, os dois Comunicados da Comissão Europeia de extrema importância: “*A Estratégia Europa 2020*”, que teve por base dois documentos sobre a Internacionalização no Ensino Superior – o Relatório sobre a Modernização dos sistemas de Ensino Superior da Europa e Repensar a Educação, e, “*O Ensino Superior Europeu no Mundo*”. Por fim foi feito um resumo sobre o contributo que a União Europeia irá dar para a Internacionalização do e no Ensino Superior até 2020, abordando as principais estratégias de internacionalização assim como os dois objetivos políticos principais: tornar o Ensino Superior Europeu mais atrativo, melhorando a qualidade e a transparência; e fomentar a Cooperação para o Desenvolvimento e a Inovação a nível Mundial.

No quinto capítulo é feita uma breve caracterização das três IES no que respeita à sua missão, objetivos, compromisso com a qualidade (politicas e sistemas

internos de garantia da qualidade) assim como programas de ação ou planos estratégicos e políticas de internacionalização das mesmas, para que se possa melhor compreender o estudo feto e os resultados obtidos, que se apresentam nos capítulos sexto e sétimo.

No sexto capítulo apresenta-se a contextualização do estudo em si: escolha do tema, sujeitos do estudo, instrumentos e natureza da investigação. De referir que para o presente estudo foi utilizado um modelo de investigação misto, isto é, qualitativo e quantitativo tendo-se recorrido como instrumentos de recolha de dados à entrevista e ao questionário, para além da pesquisa bibliográfica. Foram aplicadas entrevistas institucionais aos Vice-Reitores/ Pró-reitores com as responsabilidades das áreas da Qualidade e da Internacionalização assim como aos Coordenadores/ Responsáveis pelos Gabinetes de Avaliação e Qualidade e Relações Internacionais. Foram, ainda, aplicados questionários aos estudantes dos cursos que coexistiam nas Escolas ou Institutos de Educação destas três IES, num total de 475 respondentes.

No sétimo capítulo apresentam-se as conclusões do estudo assim como as limitações e recomendações para trabalho futuro.

CAPITULO I

Educação Multicultural e Intercultural



1 Conceitos em Educação Multicultural e Intercultural

1.1 Qualidade da Educação e Interculturalidade

Apesar de este grande objetivo poder assumir alguma complexidade e dificuldade, não poderemos descurar o facto de que é através da educação que os cidadãos se tornam interventivos, críticos, conscientes, portadores de conhecimentos e competências. Estes poderão ser mobilizados nas mais diversas situações, demonstrando flexibilidade e adaptabilidade na realização de várias tarefas que serão chamados a desenvolver nos vários empregos que terão de ocupar e em muitos outros contextos.

Consequentemente, poderemos realçar uma grande importância atribuída à qualidade da educação e da formação, devendo estes sistemas ser dialogantes, para que os cidadãos possam ter a oportunidade de transitar livremente entre os diversos dispositivos que se encontram disponíveis, facilitando-lhes, igualmente, não só a entrada neles, como em especial, o acesso à Aprendizagem ao Longo da Vida. (Sousa, 2010).

Por outro lado, perspetivando-se na atualidade uma proposta de educação para a alteridade aos direitos do outro, à igualdade de oportunidades, uma proposta democrática ampla, definida em termos anglo-saxónicos como Multicultural Education (EUA, Canadá, Grã-Bretanha) e que na Europa assume diversas denominações desde pedagogia de acolhimento, educação para a diversidade, educação comunitária, educação para a igualdade de oportunidades, ou, tão só, educação intercultural, é de realçar que o termo multicultural tem sido utilizado como categoria descritiva, analítica, sociológica ou histórica, para indicar uma realidade de convivência entre diferentes grupos culturais num mesmo contexto social (Silva, 2001 et Moreira, 2001) *in* A recente produção Científica sobre

Currículo e Multiculturalismo no Brasil (1995-2000): Avanços, desafios e Tensões, *Revista Brasileira de Educação*, 18, 65-81.

Para Feuri (2005) intercultura refere-se a um campo complexo em que se interpenetram múltiplos sujeitos sociais, diferentes perspectivas epistemológicas e políticas, diversas práticas e variados contextos sociais, o que apresenta importantes implicações para o campo da educação. Uma das mais relevantes é a própria conceção de educação. Esta, na perspectiva intercultural, segundo este autor passa

“ (...) a ser entendida como o processo construído pela relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, criando contextos interativos que, justamente por se conectar dinamicamente com os diferentes contextos culturais em relação aos quais os diferentes sujeitos desenvolvem suas respectivas identidade, se torna um ambiente criativo e propriamente formativo, ou seja, estruturante de movimentos de identificação subjetivos e socioculturais. Neste processo, desenvolve-se a aprendizagem das informações, dos contextos, dos valores assumidos pelos sujeitos em relação, mas essencialmente a aprendizagem dos contextos em relação aos quais estes elementos adquirem significados (Feuri, 2005: 119, 120).”

Segundo Barroso (1995) a Educação devera pontuar em se centrar nos interesses e necessidades do aluno, através de uma pedagogia flexível e adaptável. À Universidade caberá promover estratégias educativas integradoras de todos os alunos, aceitando as diversas culturas em presença, valorizando os saberes de que são portadores, adotando um discurso e uma prática pedagógica alicerçada no percurso da vida particular de cada aluno, nas suas vivências, nos sentidos diversificados que produzem, nos interesses e conhecimentos que possuem, mas suas diferentes práticas e posturas face ao conhecimento. A Universidade ao acolher alunos de estruturas sociais diversas, com as quais tem que interagir, deverá estar preparada para proporcionar a todo, igualdade de oportunidades, através de um convívio sadio e promotor da liberdade e igualdade da dignidade e de direitos.

Do nosso ponto de vista, a multiculturalidade está, de facto, cada vez mais presente na nossa sociedade e cada vez menos podemos falar em cultura dominante, devido à interferência de outras culturas. Consequentemente, também se põe o problema da adaptação a novas formas de cultura.

1.2 Cultura

Sendo a cultura definida tradicionalmente como o conjunto complexo de crenças, costumes, conhecimentos, hábitos e tradições partilhados pelos membros de uma sociedade transmitidos, principalmente de geração em geração, hoje estamos conscientes que efetivamente esta determina os significados e sentidos assim como as regras, valores e comportamentos de um determinado grupo ou classe social, com origem nas suas condições históricas e relações com o meio, com a finalidade de preservar a continuidade e unidade desse grupo e garantir a sua sobrevivência.

Para Barroso (1995), esta apresenta-se como um sistema de significações próprias de um grupo ou de um sub - grupo, um conjunto de significações preponderantes que aparecem como valores e dão origem a normas, regras que o grupo considera e se esforça por transmitir e pelas quais se diferencia dos grupos vizinhos.

Ainda segundo este autor, a cultura será assim um estilo de vida, uma mentalidade ou uma dada visão do Mundo e da realidade, produto da interação do indivíduo com o meio, que impregna os indivíduos numa dada comunidade, transmitindo-se de geração para geração como uma linguagem, o que favorece não só a comunicação entre si dos indivíduos dessa comunidade, como estabelece a distinção entre eles e os outros, permitindo a cada um identificar-se como membro dessa comunidade. Neste sentido, cultura e identidade cultural são uma e a mesma coisa.

Baker (2007) defende que a cultura é antes de mais a linguagem naquilo em que é criadora de relações sociais nos conjuntos coletivos e por extensão, a etiqueta

de “ cultural” aplica-se a todas as realidades sócio - históricas, consideradas como produtos da interação simbólica, enquanto funciona da mesma maneira que a linguagem.

Segundo Iturra (1994), todo o grupo social precisa de transmitir a sua experiência acumulada no tempo à geração seguinte, como condição da sua continuidade histórica. Os grupos diferem uns dos outros nos seus valores, nas suas crenças, nos seus comportamentos, enfim, nas suas formas sociais. O Ser Humano inserido no grupo é não só um ser sociável, mas também e essencialmente um Ser Cultural, que organiza toda a vida, todos os seus equipamentos espirituais e materiais, na luta pela sobrevivência, segundo as regras do seu grupo que perpetua ao transmitir de geração em geração. Em interação com o seu grupo, o indivíduo é ensinado a pensar e a agir de forma semelhante aos membros da sua comunidade e adquire, assim, a sua “identidade cultural”, algo que não existe em si, mas que se apresenta como fruto complexo das relações sociais, apresentando-se como um projeto em permanente construção, não definitivo, mas em constante evolução.

Os elementos constitutivos de uma dada cultura prendem-se, assim, com o carácter nacional, o conceito de tempo, o conceito de espaço, a apreensão cognitiva e meta cognitiva da realidade, a língua, a comunicação não-verbal, os valores, os comportamentos: normas, regras, maneiras, os grupos sociais e as relações pessoais e as relações interpessoais.

1.3 Interculturalidade

Enquanto a multiculturalidade pressupõe tão só a constatação de várias culturas sem trazer ao cerne da discussão a relação, já a interculturalidade pressupõe o encontro entre pessoas de culturas diferentes, sem subjugações ou sobreposição de nenhuma, ou seja, supõe a deliberada interação entre diferentes culturas, o grande desafio da humanidade.

“La idea de la interculturalidad viene ligada a una posición en la que las distintas culturas mantienen una relación basada en el respeto en régimen de igualdad. Y desde ese planteamiento se define un marco educativo bien distinto, en tanto que, por una parte, no se describe la diferencia en términos de déficit ni, por otro lado, se alude a determinadas adaptaciones que faciliten el acceso al conocimiento oficial” (Pozuelos, 2007).

“La enseñanza intercultural implica, por el contrario, un encuentro con la diversidad sin disfraces. Y más aún, significa una forma de valorar la propia cultura por su relación con las demás” (Plan Andaluz de Educación Intercultural, 2002, in Pozuelos, 2007).

A interculturalidade requer:

- 1- O reconhecimento no seio do mesmo Estado de entidades culturais distintas, diferentes das do grupo maioritário;
- 2- A afirmação do seu direito de existir aceitando as contradições que a coexistência implicam;
- 3- A afirmação de que a evolução e desenvolvimento dependem da negociação e diálogo entre essas diferentes culturas, construindo uma cultura nova que resulte da integração progressiva das mesmas conservando as identidades de cada uma.

A interculturalidade apresenta-se, assim, não só como o processo de interações entre culturas diferentes, mas considera igualmente as transformações que daí resultam, evocando sempre um processo ativo, que favorece trocas e intercâmbios enriquecedores para todos (Cardoso, 1998).

Por seu turno a multiculturalidade é entendida como uma constatação da presença de diferentes culturas num determinado meio e da procura de compreensão das suas especificidades (Cortesão, 1991).

Para uma instituição promover uma real interculturalidade/ multiculturalidade

deve promover, entre outros, os seguintes aspetos:

- 1- *Intercâmbios Culturais;*
- 2- *Conhecimento e reconhecimento culturais;*
- 3- *Revisão de toda a literatura histórica e pedagógica com o objetivo de assegurar uma melhor divulgação e revalorização de todas as culturas;*
- 4- *Elaboração de "instrumentos pedagógicos apropriados para ajudar as crianças e os jovens a compreender o significado de diferentes culturas bem como o modo de vida que elas exprimem";*
- 5- *Relação pedagógica em que cada aluno seja tratado como um "tu" e não um "ele";*
- 6- *Ajustamento entre a cultura escolar e a cultura das crianças*
- 7- *Facilitação do acesso aos bens e serviços culturais;*
- 8- *Participação de todos na vida cultural;*
- 9- *"Exercício efetivo dos direitos culturais" que permitam uma verdadeira democracia cultural.*
- 10- *Abertura à comunidade e família dos alunos.*

1.4 Multiculturalidade vs Interculturalidade

Segundo Alsina (1997) "(...) o multiculturalismo marca o estado, a situação de uma sociedade plural desde o ponto de vista de comunidades culturais com identidades diferenciadas. Em consequência, a interculturalidade faz referência à dinâmica que se dá entre estas comunidades culturais."

De acordo com Jürgen (1994) "Em Sociedades Multiculturais, a coexistência de modos de vida com direitos iguais implica proporcionar a cada cidadão a oportunidade de crescer no mundo de uma determinada herança cultural e poder ver os seus filhos crescerem nela sem sofrerem discriminações por isso."

É, no fundo, aquilo para que aponta a Recomendação da Conferência Internacional da Educação realizada em Génève em Setembro de 1992 e onde os Ministros da Educação aceitaram como definição da interculturalidade "o

conhecimento e a apreciação de diferentes culturas e o estabelecimento de relações de trocas positivas e de enriquecimento mútuo entre os elementos das diversas culturas, tanto no interior de um país como do mundo” (Conselho da Europa, 1994: 8).

Marinucci (2006) diz que a Interculturalidade propicia “(...) a interação e o diálogo como verdadeiros caminhos para o encontro efetivo e afetivo entre indivíduos e grupos, em vista da busca de convergências que possam fundamentar a construção de uma sociedade intercultural, onde todos, com as suas diversidades tenham direito de cidadania.”

No seguimento das definições apresentadas anteriormente entende-se a multiculturalidade como a presença de várias culturas na mesma sociedade e a interculturalidade como a coexistência dessas mesmas culturas entre si. Há necessidade da sociedade e das nossas escolas se prepararem cada vez mais para dar resposta a esta multiculturalidade e conseqüentemente interculturalidade de modo a não haver sentimento de não integração ou até mesmo de ostracização por parte das culturas minoritárias.

Atrás foi referido o papel fundamental das escolas na sociedade multicultural e de seguida iremos dar as diversas definições de integração para que possa haver uma relação entre os temas de multiculturalidade, interculturalidade, sociedade, escola e integração (social e pedagógica).

1.5 Sociedade multicultural: do assimilacionismo ao pluralismo

Nos últimos 40 anos os governos dos países mais desenvolvidos têm adotado diferentes orientações para lidar com a diversidade na sociedade e na educação, fruto da integração de outras culturas.

No entender de Cardoso (1996) o assimilacionismo traduz um processo conducente à eliminação das barreiras culturais entre os grupos pertencentes a

minorias e à maioria, através do qual os primeiros adquirem os traços culturais do grupo dominante ao mesmo tempo que perdem valores culturais próprios.

Prevalencia a ideia de que as culturas das minorias constituíam resistências à sua integração no sistema social e económico da cultura dominante. Por isso, entendia-se que as políticas, particularmente as educativas, deviam orientar-se no sentido de intensificar a assimilação dos objetivos escolares estabelecidos pela maioria (Cultura oficial).

O integracionismo cultural traduz um processo social em que as minorias têm o espaço e a liberdade para afirmarem os traços das suas culturas que sejam ajustáveis à cultura dominante e não constituem uma ameaça ao seu equilíbrio.

No plano educativo, o integracionismo advoga a inclusão no currículo de alguns aspetos das culturas representadas na escola e na sociedade, no pressuposto de que, assim, se promove o autoconceito e a autoestima dos alunos das minorias e é atenuada a imagem de superioridade cultural da maioria, veiculado pelo assimilacionismo (Cardoso, 1996).

O pluralismo democrático e anti discriminatório significa a coexistência das culturas dos diversos grupos étnicos no contexto de uma sociedade. Numa sociedade pluralista os indivíduos mantêm as suas identidades culturais, isto é, a plena liberdade de participar numa vida cultural e social própria em circunstâncias iguais às das outras culturas.

Assim, pode-se afirmar que multiculturalidade em geral e a educação multicultural em particular são indissociáveis do conceito de pluralismo, dado que o que se pretende nesta sociedade multicultural é uma resposta intercultural.

1.6 Escola Inclusiva e Educação Multicultural

Consoante as épocas e as sociedades, tem-se assistindo a profundas transformações marcadas pelo surgimento de novos conceitos, resultantes de

fatores que refletem os anseios das sociedades que pugnam por uma alteração das práticas e atitudes face aos que são marcados pela diferença.

O movimento em prol da universalização do acesso à educação, característico das décadas passadas, gerou a necessidade atual da procura de soluções educativas que garantam a universalização e a excelência da qualidade da educação. Trata-se de um grande desafio colocado aos sistemas educativos, não só ao Sistema Educativo Português e Espanhol, mas a todos. E embora seja consensual a perspectiva de que uma educação de qualidade resulta de uma miríade de fatores que se contaminam e inter-influenciam, há que identificar áreas de questionamento que nos desafiem na busca de caminhos que garantam a qualidade da educação para todos os alunos, incluindo os alunos Erasmus, seja qual for o seu país de origem.

A mudança de perspectiva veiculada pela Declaração de Salamanca foi acompanhada por uma alteração legislativa que veio definir um novo modelo conceptual de escola inclusiva. Hoje, a complexificação das famílias atuais, a massificação do ensino com a presença de alunos de origens sociais muito diversas ou com problemáticas do desenvolvimento, exigem da instituição educativa novas e complexas estratégias de intervenção no sentido do acolhimento, desenvolvimento e sucesso.

Neste enquadramento, a escola inclusiva surge como a adequação das propostas educativas da escola para responder a situações particulares de aprendizagem, através da busca de alternativas de organização e gestão dos contextos de aprendizagem, da procura de recursos educativos específicos para a situação, nomeadamente de recursos humanos e de recursos tecnológicos (de acessibilidade à informação e de facilitação do tratamento da mesma), proporcionando ambientes de aprendizagem cognitiva, meta cognitiva, linguística, social, emocional, relacional e afetivamente estimulantes.

Com efeito, nunca foi mais adequado a defesa da inclusão daquele que é “diferente” procurando conferir-lhe a aprendizagem e a qualidade de vida que é devida a qualquer indivíduo. Acontece, porém, que a inclusão escolar revela-se

um processo complexo, que longe de tratar-se da mera colocação do aluno numa sala de aula, implica, não só reestruturações a nível de organização e funcionamento da instituição, como, exige acima de tudo, mudança de atitudes relativamente ao modo de apoiar o aluno nas suas dimensões únicas de desenvolvimento, ensino e aprendizagem.

Trata-se de facto, de uma dinâmica exigente que requer uma reconceptualização da educação, tendo como eixo central o reconhecimento do outro, na sua diversidade e igualdade, numa sociedade eminentemente multicultural.

Para Fernand Ouellet (1991) «*a educação multicultural designa toda a formação sistemática que tem como objetivos desenvolver, quer nos grupos majoritários quer nos grupos minoritários:*

- (a) uma melhor compreensão das [diversas] culturas nas sociedades modernas;*
- (b) uma maior capacidade de comunicar entre pessoas de culturas diferentes;*
- (c) uma atitude mais adaptada ao contexto da diversidade cultural de uma dada sociedade, resultante da melhor compreensão dos mecanismos psicossociais e dos fatores sociopolíticos capazes de produzir o racismo;*
- (d) uma melhor capacidade de participar na interação social, criadora de identidades, e de reconhecimento da pertença comum à humanidade.*

Para Nieto (1992), a educação multicultural é uma educação antirracista, faz parte da educação básica, é importante para todos os alunos, está sempre presente, educa para a justiça social e é um processo sempre em desenvolvimento.

Segundo Clanet (1988) “ *Há também quem considere a Educação Multicultural como a pedagogia do paradoxo onde coexistem elementos à primeira vista inconciliáveis. Isto é, por um lado tende-se para o reconhecimento e coexistência das diferenças culturais, por outro lado, e simultaneamente, procura-se contribuir*

para a criação e a manutenção de uma unidade e de uma coesão social. É neste ponto que reside a complexidade desta abordagem (...) Dada a complexidade e a multidimensionalidade da educação multicultural, ganha especial pertinência uma abordagem sistémica, onde esteja presente uma conceção dinâmica de cultura e onde sejam equacionados os diferentes níveis de análise que interagem entre si: o institucional, o grupal, o relacional e o psicológico, entre outros”.

No entender de Aranha (2004) “(...) *uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados*” e ainda refere que “*Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades*”.

1.7 Educação Intercultural e Integração

A educação intercultural não se destina a alguns grupos minoritários. É dirigida a todos! De facto, um dos objetivos da educação intercultural é reduzir a distância que existe entre os ideais democráticos ocidentais de igualdade e justiça e a prática social que contradiz constantemente esses ideais, praticando a discriminação racial, sexual e social.

Um dos objetivos da educação intercultural é o de ajudar os alunos a desenvolverem competências de interação cultural (o conhecimento, as atitudes e as capacidades necessárias para se relacionarem em ambientes culturais diversos). Para participar plenamente numa sociedade democrática, os alunos precisam de adquirir competências que a educação intercultural lhes pode fornecer, no sentido de compreender os outros e prosperar num mundo diverso e em mudança permanente.

Segundo M^a Dolores Garcia (2001) há que diferenciar educação multicultural de educação intercultural pois enquanto na primeira, o conteúdo curricular reflete perspectivas de diferentes culturas, contribuindo para manter a própria identidade cultural individual e a saúde das próprias culturas, uma vez que fomentará o respeito pela diversidade bem como uma sã consciências entre os cidadãos do mundo, a educação intercultural deve potenciar a diferenciação cultural como fonte de enriquecimento e desenvolvimento não devendo hierarquizar-se como boas e menos boas mas sim trabalhar temas como a diferença em vez de termos como a desigualdade cultural.

1.8 Novo paradigma educacional em contexto multicultural e intercultural

Tomando como referencial conceptual Alessandra Schneider – enquanto moderadora do Painel 1: Organização do Espaço de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, no Seminário Internacional de Educação Superior na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que ocorreu entre 18 e 19 de Maio de 2009, em Porto Alegre, na PUCRS, Brasil, salienta-se os seguintes apontamentos:

- i. *“a educação superior que se almeja visa a formação integral, com um claro compromisso social, ético e político, fundamentada no diálogo de saberes entre os estudantes, professores e comunidades, a fim de criar e fortalecer uma cultura de cooperação e aprendizagem compartilhada;*
- ii. *o reconhecimento do papel estratégico da educação superior para o aprofundamento da integração e interação entre os países lusófonos e para o fortalecimento de uma cultura de solidariedade;*
- iii. *a educação superior para todas e todos é um compromisso ético indissociável do direito humano à educação, e uma condição indispensável para garantir a soberania de nossas nações, a superação da pobreza, um estímulo à democracia participativa e a distribuição do poder para os mais pobres, as comunidades, as trabalhadoras e trabalhadores, para a superação da fragmentação;*

- iv. *a necessária articulação entre educação superior e educação básica, formando uma verdadeira “cadeia educativa”, acentuando o papel da universidade na educação básica, pois os alicerces da qualidade na Educação Superior são construídos desde a primeira infância “ , uma vez que “ uma educação infantil e fundamental de qualidade antecede a qualidade da universidade tanto em termos de conteúdo quanto de ética e de responsabilidade”;*
- v. *o regresso de uma universidade deve ser portador de um conjunto de valores que contribuam para o advento de um novo paradigma educacional que valorize a vida e a dignidade das pessoas. Nessa direção, qualidade da Educação e a sua dimensão ética tornam-se inseparáveis;*
- vi. *conhecer o conhecimento impõe-se como uma das principais tarefas autorreflexivas das instituições de educação superior;*
- vii. *a formação deve estar enraizada nos contextos sociais e culturais e a serviço das comunidades, o que significa que extrapola a sala de aula e vincula-se às comunidades, as escolas, as fábricas, abordando situações reais em contextos concretos, que integram a pesquisa e a inovação, em consideração das dimensões éticas, políticas, sociais, culturais, ambientais, científicas, técnicas e económicas de nossas realidades;*
- viii. *a educação superior adquire pleno sentido com a participação de todos na geração, transformação e socialização do conhecimento, em benefício de toda a população;*
- ix. *a mobilidade de docentes e discentes é outro fator estratégico para alcançar a internacionalização de nossos sistemas e instituições de educação superior, alicerçada nos laços fraternos e na identidade linguística; e, por último,*
- x. *a cooperação interinstitucional e internacional contribui significativamente para o desenvolvimento das potencialidades das instituições”. Sousa et. al. (2010).*

De acordo com Sousa (2015) “(...) repensar a educação desde a diversidade é uma necessidade e um imperativo na educação que concebemos orientada para o sucesso. A educação para a diversidade deverá reger-se por princípios que envolvam as pedagogias cooperativas, a implicação de todos na tomada de decisões, o desenvolvimento e a

elaboração de projetos de trabalho e a importância dos interesses da comunidade académica.”

Na opinião de Melero (1999), a cultura da diversidade consiste no incremento dela mesma em toda a cultura da instituição educativa. Ultrapassa a questão das adaptações curriculares, implica a procura de outro modelo, de outro sistema educativo e de outro currículo, que conheça que compreenda e respeite a diversidade. A instituição educativa da diversidade tem que ser uma instituição educativa que aprenda estratégias para a resolução de problemas da vida quotidiana de forma cooperativa e solidária.

Fernandes (2011) defende que há que admitir que o envolvimento dos estudantes nas aprendizagens não se concretiza sem a criação de condições por parte dos professores que os estimulem a interagir com os seus pares, e com eles próprios, e a refletirem sobre os conteúdos que estão a ser trabalhados, e os instigue a problematizar as situações e a sobre elas emitirem um pensamento crítico.

Ainda nesta linha de pensamento, Leite (2002b) refere que a atenção a estes aspetos pressupõe criar possibilidade para que todos possam ter as mesmas igualdades de oportunidades, e se concretize o princípio de equidade, aqui entendido como respeito pelas diferenças. Este é, em tempo de “crise económica” e de globalização da educação, um enorme desafio para os professores de todos os níveis de ensino e, de modo particular, para os que lecionam no ensino superior.

Como sublinha Cortesão (2002, p. 41),

“(…) se a escola, os professores e o sistema admit (ir) em a possibilidade de que lhes cabe uma quota-parte de responsabilidade no tipo de resultados obtidos pelos alunos e portanto do êxito ou sucesso que eles têm, então o modo como se orienta o processo educativo e a avaliação adquirem outros significados”

Para Morosini a aprendizagem na Educação Superior precisa ser inserida em práticas voltadas ao desenvolvimento humano e social, baseadas em indicadores de qualidade. Entende-se por educação de qualidade aquela que:

“(...) considera o estudante um indivíduo, membro de uma família, de uma comunidade e cidadão do mundo, que aprende para se tornar competente em seus quatro papéis: defende e propaga os ideais de um mundo sustentável – um mundo justo, equitativo e pacífico no qual as pessoas se preocupam com o meio ambiente para contribuir a equidade intergeracional; leva em consideração o contexto social, econômico e o meio ambiente e configura o currículo como o programa para refletir essas condições específicas. (MOROSINI, 2009, p. 173).

De acordo com estudos feitos por Morosini (2009), a aprendizagem pautada em processos de natureza pedagógica e acadêmica envolve qualidade do currículo, das práticas pedagógicas e da avaliação. Além disso, as discussões acerca do conceito de qualidade na Educação Superior indicam tendências enquadradas na concepção de isomorfismo, ligada à ideia de empregabilidade e à lógica do mercado global ou, de respeito à diversidade ou de equidade.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a qualidade é norteada por fatores-chave: extensão da educação, tratamento da diversidade, autonomia escolar, currículo/autonomia curricular, participação da comunidade educativa e gestão dos centros escolares, direção escolar, professorado, avaliação, inovação e investigações educativas (MOROSINI, 2012).

Todas estas considerações de autores de relevância nestas temáticas nos levam aos próximos capítulos deste estudo e que irão de encontro à educação superior de qualidade, fazendo um primeiro enquadramento ao Sistema Educativo em Portugal e passando para as áreas da qualidade e internacionalização no ensino superior.



CAPITULO II

Caracterização do Sistema Educativo em Portugal



1 Sistema Educativo em Portugal

1.1 Breve enquadramento histórico

Na primeira metade do século XX, apesar de a Universidade passar a estar mais interligada com a vida económica e social e se alargarem as áreas de especialização e investigação com o desenvolvimento da era industrial, pouco se investiu no desenvolvimento e na expansão do ensino superior.

Nos anos 60 existiam ainda apenas quatro universidades em Portugal: a Técnica e a Clássica de Lisboa e as Universidades do Porto e de Coimbra, compostas de diferentes escolas, institutos ou faculdades. Contudo, o acesso à universidade começa a democratizar-se, impulsionado pelas inadiáveis necessidades de desenvolvimento económico, cultural e social.

A década de 70 assistiria ao início do crescimento notável que se verificou no sistema de ensino superior em Portugal, devendo-se à reforma de 1973 a criação de instituições de ensino superior fora dos tradicionais centros escolares, o que contribuiu, simultaneamente, para a descentralização deste nível de ensino e para o desenvolvimento das regiões onde os novos estabelecimentos foram criados. No início da década de 70 estavam em funcionamento 42 estabelecimentos de ensino superior público e 37 de ensino superior privado.

A partir de 1978, o ensino superior em Portugal estrutura-se segundo um modelo binário, com uma via de *ensino universitário* e uma via de *ensino politécnico* (Lei n.º 61/78, de 28 de Julho).

É em finais de 1979 que o até aí denominado ensino superior de curta duração passa a denominar-se ensino superior politécnico, inserido no sistema nacional de ensino superior, numa lógica de coexistência com o ensino superior universitário. A autonomia das universidades é definida em 1988 na Lei n.º

108/88, de 24 de Setembro e a dos estabelecimentos de ensino superior politécnico está prevista, desde 1990, na Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro.

Entre o meio da década de 80 e o início da de 90 fez-se sentir um crescimento que ultrapassa os 50%, quer a nível do ensino público, quer do ensino particular e cooperativo. No início da década de 90, existiam, respetivamente, 152 e 81 estabelecimentos em funcionamento para o ensino superior.

Como sabemos a Declaração de Bolonha, subscrita em 1999, anunciou para 2010 a Institucionalização do Espaço Europeu do Ensino Superior - data que aliás acabou por ser antecipada em muitos países da Europa para 2005/06 - trouxe a toda a Europa uma dinâmica reformadora, da qual Portugal não pode alhear-se. O princípio da livre circulação dos trabalhadores, inerente à Europa Comunitária e ao Mercado Único, também se aplica aos diplomados com cursos de nível superior em Portugal.

Daí que com a Declaração de Salamanca (2001) se tenha procurado estabelecer critérios de comparabilidade das qualificações oferecidas pelas instituições do ensino superior e assegurar a mobilidade de estudantes e professores por todo o espaço europeu, promovendo, deste modo, a concorrência entre instituições. Pela lógica dos acontecimentos, é suposto que serão os diplomados europeus de melhor qualidade que tenderão a deslocar-se para onde houver emprego, ou melhor emprego, no mercado de trabalho europeu. Por outro lado, os estados membros mais poderosos e atentos não perdem a oportunidade de tornar os seus sistemas de ensino superior atrativos para os melhores estudantes, professores e investigadores da Europa qualquer que seja a sua origem.

Todavia, é com o Conselho Europeu de Lisboa - realizado em Março de 2000 - que se constitui como grande objetivo da União Europeia, concretamente, a implementação de uma Europa baseada no conhecimento, e que posteriormente sofre enriquecimentos vários no decurso dos vários Conselhos Europeus que então tiveram lugar, desde o Conselho de Estocolmo, em Março de 2001, ao de Barcelona ocorrido em Março de 2002. Os pressupostos enunciados enquadram-se no conceito anunciado pela Comissão Europeia: Conceito Estratégico para as

universidades europeias e que se consubstancializa na cimeira dos ministros da educação (Conselho de Educação) e dos ministros da Investigação (Conselho da Concorrência) que recomenda:

- (i) reconhecimento das qualificações adquiridas pelo mercado de trabalho europeu, com uma oferta globalizada que retenha as competências, evitando a fuga de cérebros;
- (ii) fazer do sistema europeu uma referência mundial, garantindo recursos suficientes;
- (iii) tornar eficaz a gestão;
- (iv) explorar os resultados do trabalho científico, designadamente pela criação de empresas; programação a longo prazo; abertura ao exterior;
- (v) intervenção no desenvolvimento razoável contribuindo para a coesão europeia (Sousa, 2006a).

A economia e a sociedade do conhecimento nascem, conseqüentemente, da combinação de quatro elementos interdependentes: a produção do conhecimento, essencialmente consubstancializado pela via da investigação científica; a sua transmissão através da educação e da formação; a sua divulgação através das tecnologias da informação; e, a sua exploração através da inovação tecnológica. (Sousa, 2006a).

Pode-se, assim, afirmar que a todos os níveis de intervenção, as Instituições do Ensino Superior em Portugal (como nos outros países) são chamadas a desempenhar funções da maior relevância para a implementação deste novo paradigma. Estas devem apresentar uma matriz de natureza supervisora que lhes permita gerir o seu subsistema, equacionando as múltiplas variáveis que se jogam no interior desse mesmo sistema, em coerência com as variáveis que, sendo-lhes exógenas, não deixam, todavia, de interferir no equilíbrio global das intervenções. Trata-se sempre de um complexa matriz de gestão, cujas variáveis

devem ser permanentemente tidas em conta quer na sua própria evolução, quer no desenvolvimento da sua multi-interactividade, face aos objetivos que, em cada situação e momento, se apresentam como desejáveis e esperados. (Sousa, 2009a).

Obviamente que os procedimentos de monitorização desse sistema pressupõem uma continuada e sistemática recolha de informação que possa constituir-se como assessoria informacional facilitadora de inevitáveis tomadas de decisão e dos processos que as hão-de legitimar, quer do ponto de vista científico, quer pedagógico, quer ético e social. Requerem, exercícios ora de aproximação, ora de distanciamento, requerem partilha de saberes e complementaridade de competências, requerem capacidades para avaliar, para dirigir, para orientar, para aconselhar e conceptualizar e implementar hipóteses de solução para os problemas que coletivamente se enfrentam. Requerem, afinal, um tipo de competência supervisora de natureza meta analítica de intervenção responsável, que na sua multidimensionalidade garante o desenvolvimento sustentado dos sistemas e dos seus autores. Apenas assim, as decisões práticas quanto às linhas de desenvolvimento rumo a uma sociedade do conhecimento, às suas direções e trajetórias poderão tornar-se mais compreensivas, mais informadas, mais legítimas e inovadoras (Sousa, 2009a).

No ano 2000, a Lei n.º 26/00, de 23 de Agosto, aprovou a organização e ordenamento do ensino superior. Esta lei foi revogada pela Lei n.º1/03, de 6 de Janeiro, que estabeleceu o regime jurídico do desenvolvimento e da qualidade do ensino superior.

Foram já tomadas medidas significativas com vista à instituição de um quadro global para as qualificações a nível do ensino superior. Com base nos acordos celebrados anteriormente em Bolonha (1999) e Berlim (2003), os ministros do ensino superior de 45 países europeus acordaram em Bergen, em Maio de 2005, a adoção de um quadro global para as qualificações que integra indicadores baseados em resultados da aprendizagem relativos aos três ciclos de ensino superior e introduz limites de créditos para o primeiro e segundo destes ciclos. Os ministros assumiram, ainda, o compromisso de elaborarem quadros nacionais de qualificações no domínio do ensino superior até 2010 e sublinharam a

importância de garantir a devida complementaridade entre o quadro do Espaço Europeu do Ensino Superior e o Quadro Europeu de Qualificações.

1.2 Enquadramento Legal

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro, posteriormente alterada, nalguns dos seus articulados pelas Leis nºs 115/97, de 19 de setembro, e 49/2005, de 30 de agosto, republicada e renumerada em anexo à última), estabelece o quadro geral do sistema educativo.

A educação escolar desenvolve-se em três níveis: os ensinos básico, secundário e superior.

1. A educação pré-escolar é facultativa e destina-se às crianças com idade compreendida entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico.
2. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais, sendo o primeiro de quatro anos, o segundo de dois e o terceiro de três.
3. O ensino secundário é obrigatório e compreende um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade).

1.3 Organização do ensino superior

Em 2005 foram dados os primeiros passos para a reforma do sistema de ensino superior, com a introdução de um novo sistema de créditos (ECTS) para ciclos de estudo, mecanismos de mobilidade, suplemento ao diploma, entre outros. Foram efetuadas alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo de modo a implementar o Processo de Bolonha.

A nova estrutura organizada em três ciclos de estudo foi introduzida em 2006 e totalmente implementada, em Portugal, a partir do ano letivo de 2009/2010. Os

descritores de qualificação genéricos foram também estabelecidos para cada ciclo de estudos, com base nas competências adquiridas, assim como a definição de intervalos ECTS para o primeiro e segundo ciclo de estudos.

O ensino superior português compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. O ensino universitário é ministrado em instituições universitárias públicas e privadas e o ensino politécnico em instituições de ensino superior não universitárias públicas e privadas. Os estabelecimentos de ensino privado obtêm reconhecimento prévio do Ministério da Educação e Ciência. A rede de ensino superior integra ainda uma instituição de ensino concordatário, a Universidade Católica Portuguesa.

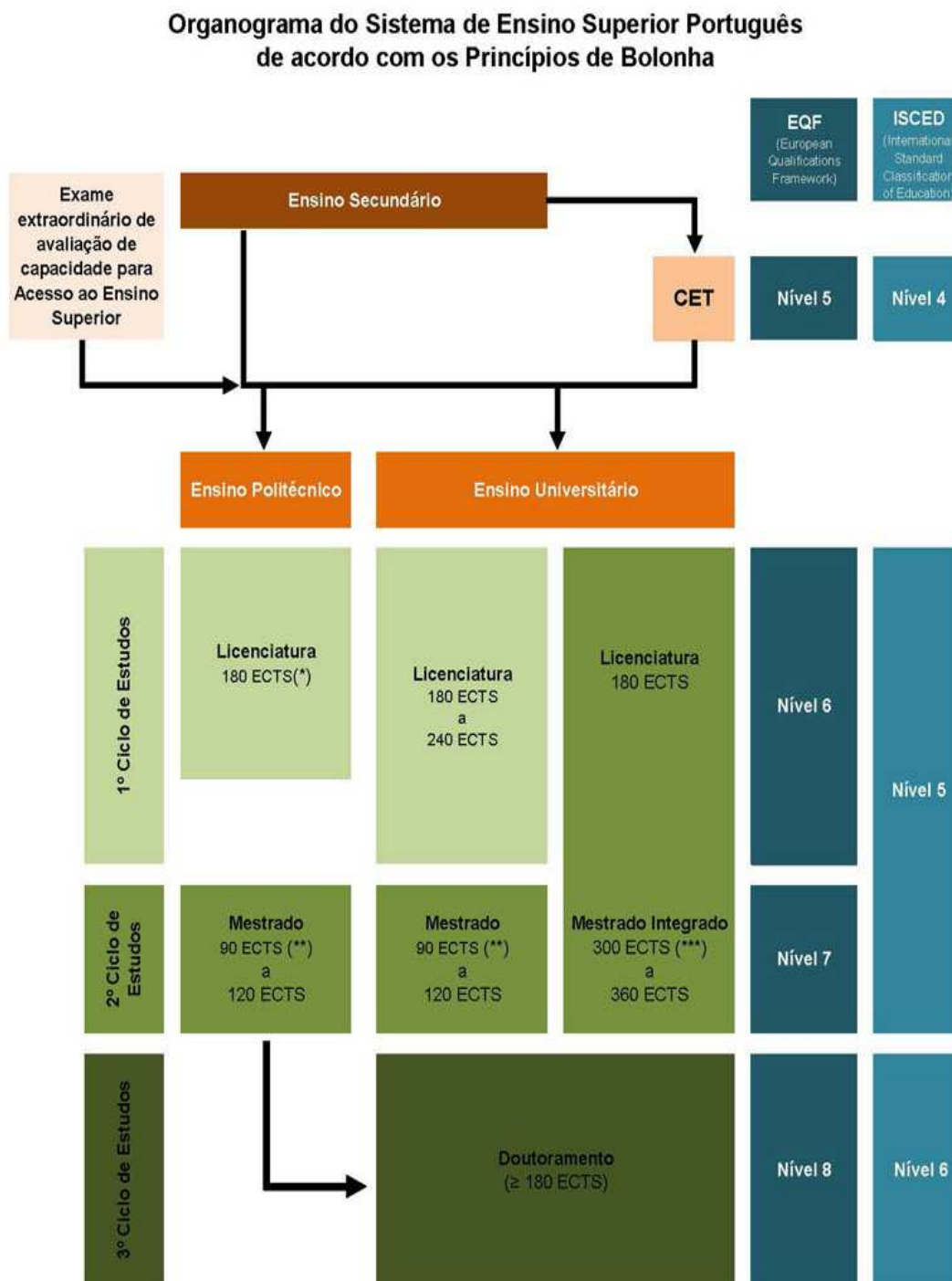
Em Portugal existem 39 Instituições de Ensino Superior público e militar e policial, quer de ensino universitário quer de ensino politécnico, das quais:

- Universidades-13
- Institutos universitários – 1
- Escolas universitárias não integradas em universidades – 5
- Institutos politécnicos – 15
- Escolas politécnicas não integradas em institutos politécnicos - 5

Para além destas existem 81 Instituições de Ensino Superior privado, quer de ensino universitário quer de ensino politécnico, das quais:

- Universidades – 10
- Institutos universitários – 4
- Escolas universitárias não integradas em universidades – 11
- Institutos politécnicos – 4
- Escolas politécnicas não integradas em institutos politécnicos - 52

Fig. 1 – Organograma do Ensino Superior Portugues



1.4 Diretivas Europeias sobre a Educação no Ensino Superior

Em 2012 a Comissão Europeia apresenta uma nova estratégia «**Repensar a Educação**» onde é referido que a Europa necessita de repensar seriamente o modo como os sistemas de educação e de formação podem proporcionar as competências necessárias ao mercado de trabalho.

Esta nova estratégia tem o intuito de incentivar os Estados-Membros a tomar medidas imediatas para assegurar que os jovens desenvolvem as aptidões e as competências necessárias ao mercado de trabalho e a alcançar as metas em matéria de crescimento e de emprego.

A Comissária responsável pela Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude, Androulla Vassiliou, declarou em Comunicado de imprensa (Bruxelas/Estrasburgo, 20 de novembro de 2012):

«Repensar a educação não é apenas uma questão de dinheiro: embora seja inegável que precisamos de investir mais na educação e na formação, é evidente que os sistemas educativos também necessitam de se modernizar e de se tornar mais flexíveis no modo como respondem às necessidades reais da sociedade de hoje. A Europa só retomará a via do crescimento sustentado se produzir pessoas altamente qualificadas e versáteis, que possam contribuir para a inovação e para o empreendedorismo. Esse objetivo é alcançável por meio de um investimento eficiente e bem orientado, mas não pela redução dos orçamentos para a educação.»

Esta estratégia exige uma mudança fundamental na educação, para que passe a dar mais ênfase aos resultados da aprendizagem, ou seja, os conhecimentos, aptidões e competências que os estudantes adquirem. É necessário melhorar ainda significativamente a literacia e a numeracia básicas, devendo as competências empresariais e o sentido de iniciativa ser desenvolvidos e reforçados.

É necessário adaptar e modernizar os métodos de avaliação, a fim de garantir que o ensino corresponde melhor às necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho. O uso de TIC e de recursos educativos abertos deve ser intensificado em todos os contextos de aprendizagem. Os professores têm de atualizar as suas próprias competências por meio de formação regular. A estratégia também insta os Estados-Membros a reforçar os laços entre o ensino e os empregadores, a trazer as empresas para a sala de aula e a proporcionar aos jovens uma ideia do que é a vida profissional através de uma aprendizagem cada vez mais baseada no trabalho. Os ministros da educação da União Europeia são também incentivados a intensificar a sua cooperação no tocante à aprendizagem baseada no trabalho a nível nacional e da UE.

Outras medidas propostas incluem um novo valor de referência para a aprendizagem de línguas, orientações sobre a avaliação e o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo e uma análise de impacto a nível da UE sobre o uso das TIC e dos recursos educativos abertos no ensino.

As competências são fundamentais para a produtividade, pelo que a Europa precisa de responder ao aumento a nível mundial da qualidade do ensino e da oferta de competências.

As recomendações enunciadas na estratégia «Repensar a Educação» baseiam-se nos resultados do Monitor da Educação e da Formação de 2012, um novo inquérito anual da Comissão, que apresenta a oferta de competências nos Estados-Membros.

A título de síntese, a estratégia “Repensar a Educação” mostra que:

- ✓ É necessária uma incidência muito mais forte no desenvolvimento de competências transversais e de base a todos os níveis. É o caso, em especial, das competências em tecnologias da informação e do espírito empresarial.
- ✓ Um novo valor de referência para a aprendizagem de línguas: até 2020, pelo menos 50 % dos jovens de 15 anos de idade deverão conhecer uma primeira língua estrangeira (aumento em relação aos 42 % atuais) e pelo

menos 75 % deverão estudar uma segunda língua estrangeira (atualmente 61 %).

- ✓ São necessários investimentos para criar sistemas de ensino e de formação profissionais de craveira mundial e intensificar a aprendizagem com base no trabalho.
- ✓ Os Estados-Membros têm de melhorar o reconhecimento das qualificações e das competências, incluindo daquelas que são adquiridas fora do sistema de educação e formação formal.
- ✓ A tecnologia, e em particular a internet, deve ser explorada em pleno. As escolas, as universidades e os estabelecimentos de formação profissional devem desenvolver o acesso à educação através dos recursos educativos abertos.
- ✓ O financiamento deve ser seletivo, a fim de maximizar o retorno do investimento.
- ✓ É necessário debate, tanto a nível nacional como a nível da UE, sobre o financiamento da educação, especialmente no que se refere ao ensino profissional e ao ensino superior.
- ✓ É fundamental adotar uma abordagem de parceria. É necessário financiamento público e privado para potenciar a inovação e incrementar o intercâmbio de experiências entre a universidade e as empresas.
- ✓ Estas reformas devem ser apoiadas por professores bem treinados, motivados e empreendedores.

No *Relatório sobre a Modernização dos sistemas de Ensino Superior da Europa*, é referido que a Europa tem cerca de 19 milhões de estudantes e mais de 4 000 instituições de ensino superior, mas, apesar de 35% de todos os postos de trabalho na UE exigirem, até 2020, trabalhadores altamente qualificados, atualmente apenas 26% da força de trabalho dispõe de qualificações de nível elevado. A responsabilidade pelo ensino superior continua a ser sobretudo dos Estados Membros e das próprias instituições de ensino superior. As ações da UE (tais como as bolsas de estudo no estrangeiro no âmbito do programa Erasmus) complementam e coordenam os esforços dos Estados Membros. O Espaço

Europeu do Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação (EEI) constituem o quadro para a política da UE em matéria de ensino superior. A qualidade do ensino superior afigura-se um aspeto central que pesa na escolha dos futuros alunos no que diz respeito à instituição onde desejam prosseguir os seus estudos. Nesse sentido, a sua inclusão – entre outros fatores, designadamente o desempenho na investigação, o envolvimento regional das instituições de ensino superior e a transferência de conhecimentos – nas classificações conexas, tal como proposto pela Comissão a respeito da nova ferramenta de classificação «U-Multirank», será muito útil para potenciais estudantes.

A mobilidade no Espaço Europeu do Ensino Superior é apoiada, de forma bem-sucedida, pelo programa Erasmus: o aumento do orçamento previsto para este programa coroado de êxito, e a proposta de implementação de um regime de mobilidade a nível de mestrado, no âmbito do programa Erasmus, são ambos bem-vindos. Ainda assim, a mobilidade no Espaço Europeu do Ensino Superior tem consequências imprevistas: por um lado a entrada de estudantes oriundos de outros Estados Membros, sobretudo em alguns cursos, como por exemplo medicina; por outro lado, a «fuga de cérebros», dado que estudantes habilitados deixam os seus países para estudar no estrangeiro e, por vezes, não regressam depois de concluídos os respetivos estudos.

Uma vez que as disparidades entre as instituições de ensino superior da Europa Ocidental e da Europa Central e Oriental persistem, é extremamente importante efetuar uma verdadeira integração destas instituições a fim de contribuir para o seu desenvolvimento e a sua modernização. Assim, seria de congratular um plano de ação profissional e financeiro por parte da Comissão que tenha por objetivo prestar assistência a este desenvolvimento e fomentá-lo.

É preciso reconhecer que os Estados Membros e a UE são responsáveis pelo desenvolvimento e pelo reforço do Espaço Europeu do Ensino Superior. É necessário um esforço conjunto para construir um sistema de ensino superior inclusivo, que ofereça igualdade de oportunidades e conhecimentos e

competências atualizados e inovadores, eliminando os obstáculos à mobilidade e permitindo uma colaboração equilibrada e eficiente entre todas as partes interessadas.

Perante as atuais dificuldades, o principal objetivo com o programa de modernização dos sistemas de ensino superior será o de impedir o atraso relativamente a outros sistemas de ensino no mundo. É merecedor de atenção o facto de apenas 200 das nossas 4 000 instituições de ensino superior figurarem entre as 500 melhores do mundo – e, de entre estas, serem poucas as que estão localizadas na Europa Central e Oriental. O ensino superior europeu tem de apresentar melhores resultados. Em termos mais gerais, se quisermos manter, ou até mesmo reforçar, a competitividade global da Europa, é necessário melhorar o nosso sistema de ensino superior.

O relatório sobre a modernização dos sistemas de ensino superior da Europa presta-nos alguma **informação sobre as Instituições de Ensino Superior**, nomeadamente:

- a) salienta que a qualidade e a pertinência do ensino superior são condições essenciais para que se possa tirar todo o partido do capital intelectual da Europa;
- b) sugere a introdução de critérios claros e uniformes visando a criação de classificações pan europeias das instituições de ensino superior, permitindo, assim, aos futuros estudantes universitários escolher a universidade que pretendem, e disponibilizando informações completas sobre as universidades;
- c) encoraja a iniciativa da Comissão de lançar, em cooperação com todas as instituições, estudantes e outros intervenientes, uma ferramenta multidimensional para a classificação diferenciada das instituições de ensino superior, com base em fatores como uma longa tradição de ensino superior na Europa, a qualidade do ensino, o apoio a estudantes (bolsas de

estudo, aconselhamento, alojamento), o acesso físico, o acesso à informação e à comunicação, o envolvimento regional e a transferência de conhecimentos; opõe-se, ao invés, a uma classificação das instituições de ensino superior com base em indicadores de desempenho não homogêneos, que não tenham em conta a diversidade de percursos educativos, programas e a diversidade linguística nas universidades europeias;

- d) salienta igualmente que esta medida não se pode limitar à compilação das tabelas de classificação convencionais e que devem ser tidas devidamente em conta as circunstâncias específicas das respetivas instituições no resultado da classificação;
- e) sugere que se tenha em conta a criação de um mecanismo unificado para o controlo e a avaliação da conformidade das instituições do ensino superior com as normas académicas, quer públicas, quer privadas;

No que diz respeito ao **envolvimento das instituições de ensino superior na modernização dos sistemas de ensino superior da Europa** este incentiva as instituições de ensino superior a trabalharem de forma mais ativa com as respetivas regiões e a estabelecerem ações de colaboração dinâmicas com os governos regionais, os conselhos municipais, os organismos públicos, as organizações não-governamentais e as pequenas e médias empresas, tendo em vista o fomento do desenvolvimento regional; salienta que, por essa razão, deve também reforçar-se o intercâmbio entre os estabelecimentos de ensino superior e os empregadores. Ainda, exorta os Estados Membros, as suas autoridades centrais e regionais a incluírem e a apoiarem as instituições de ensino superior no âmbito de uma cooperação transnacional e encoraja os Estados Membros e as instituições de ensino superior a intensificar a interação entre os aspetos do triângulo do conhecimento (ensino – investigação – inovação) enquanto elemento-chave para o crescimento e a criação de emprego.

Para além disso, salienta que a elaboração de programas curriculares do ensino superior e de programas de investigação deve continuar a ser uma tarefa das universidades, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho no em termos de empregabilidade.

O mesmo relatório congratula-se com o apoio prestado pela Comissão às «Alianças de Conhecimentos» e às «Alianças de Competências Setoriais», no âmbito das quais as instituições de ensino superior trocam informações com as empresas, ao mesmo tempo que desenvolvem programas curriculares destinados a colmatar lacunas em matéria de qualificações; insta as empresas e os empresários, incluindo as pequenas e médias empresas, a desenvolverem ativamente parcerias com instituições de ensino superior, facultando estágios de qualidade elevada a estudantes e a professores, aproveitando as competências geralmente transferíveis dos professores; reitera, no entanto, que as instituições de ensino superior produzem conteúdos culturais que se traduzem, não só em qualificações profissionais, mas também em conhecimentos de carácter geral em termos de experiência intelectual da realidade e dos valores comuns que norteiam a vida dos cidadãos.

A Comissão da Cultura e da Educação apela a que seja assumido um compromisso visando abordagens de aprendizagem mais flexíveis e inovadoras e métodos de formação sempre centrados nas necessidades dos estudantes.

São, ainda, feitas algumas recomendações neste relatório, nomeadamente:

- a) é observada a necessidade de cooperação transfronteiriça entre as instituições de ensino superior e as empresas, no âmbito dos programas de estágios e de preparação da futura carreira profissional dos estudantes, através da identificação de tendências de desenvolvimento, expectativas e desafios que terão de enfrentar no mercado de trabalho;
- b) sublinha a utilidade de desenvolver mecanismos e estratégias de gestão que facilitem a transferência de ideias inovadoras e dos resultados de investigação para a sociedade e as empresas e que permitam a ambas fornecer dados às instituições de ensino superior relativamente às

- necessidades em matéria de competência e inovação, tendo em conta as melhores práticas preconizadas em todo o mundo; salienta que é provável que essa ligação apenas favoreça financeiramente as instituições universitárias e de investigação especializadas em inovação e tecnologia, em detrimento do ensino apenas associado à formação humanística;
- c) reafirma o valor da governação democrática enquanto modo fundamental de assegurar a liberdade académica e de promover uma participação ativa de todos os intervenientes na vida de uma instituição de ensino superior;
 - d) salienta que se deve defender a transparência, uma repartição equitativa dos direitos e das obrigações no quadro da colaboração entre os parceiros pertinentes e os estabelecimentos de ensino superior, assim como um princípio de representatividade equilibrada, de modo a assegurar que as instituições de ensino superior estejam habilitadas a proceder à sua organização e ao seu desenvolvimento, de forma independente, como serviços públicos, em conformidade com os princípios académicos;
 - e) salienta, igualmente, que se deve respeitar e preservar o princípio democrático e de autonomia dos estabelecimentos de ensino superior e que o seu pessoal e os estudantes devem ser respeitados e associados a todos os projetos de cooperação;
 - f) solicita, assim, a que os estabelecimentos de ensino superior e os seus institutos deem a conhecer os seus acordos de cooperação com terceiros;
 - g) realça a importância da cooperação entre as instituições de ensino superior, as ONG e o setor do voluntariado europeu, a fim de promover a cidadania ativa e o envolvimento dos estudantes na participação ativa através do trabalho nas ONG;
 - h) destaca a importância do desporto no processo educativo; exorta os Estados Membros a apoiarem e incentivarem a atividade desportiva entre os estudantes e a aumentarem o apoio a programas de desporto amador;
 - i) observa que o grau e a intensidade da colaboração entre as instituições de ensino superior e os seus parceiros nas empresas e na sociedade apresentam variações significativas entre os Estados Membros, as instituições e as disciplinas académicas;

- j) salienta a necessidade de um investimento permanente nas relações entre o ensino, a cultura, a investigação e a inovação; sublinha a importância de apoiar e desenvolver ulteriormente o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia com as suas comunidades do conhecimento e da inovação;
- k) realça a importância da cultura no ensino superior e solicita a inclusão de critérios especiais para as humanidades, tanto na inovação, quanto na investigação;

Por fim, salienta a necessidade de envolver as instituições de ensino superior e de prestar apoio às iniciativas estudantis, bem como de apoiar a coordenação dessas atividades com outras instituições de ensino superior, empresas e autoridades locais de vários Estados Membros.

No que diz respeito a **melhorar a mobilidade no Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES) e fora dele**, a Comissão da Cultura e da Educação reitera o facto de o ensino superior ser um bem público europeu e que os Estados Membros, os governos regionais, as autoridades locais e a UE partilham uma responsabilidade comum no desenvolvimento e no reforço do Espaço Europeu do Ensino Superior, do Espaço Europeu de Investigação (EEI) e do Processo de Bolonha.

A Comissão da Cultura e da Educação sublinha que uma maior coordenação entre os Estados Membros no domínio do ensino superior – inclusivamente através de um apoio financeiro e político reforçado a acordos relativos a um tronco comum de programas curriculares e de resultados de aprendizagem bem definidos – é uma condição prévia para atingir as metas de empregabilidade e de crescimento na Europa pelo que exorta os Estados Membros a reforçarem a sua cooperação entre os ministérios competentes, de forma a atualizar os programas curriculares existentes para que respondam às necessidades do mercado de trabalho e, ainda, sublinha a necessidade de colaboração entre o EEES e o EEI, como forma de apoiar programas de investigação universitários, tanto no domínio das ciências, como das humanidades.

A Comissão da Cultura e da Educação solicita, ainda, a promoção do interesse dos estudantes e dos investigadores de todo o mundo pelo EEES e pelo EEI e o reforço da colaboração com países terceiros em matéria de ensino e de questões relacionadas com a mobilidade a nível do pessoal e dos estudantes, sobretudo com os países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança (PEV) ou que têm fronteiras imediatas com a UE, de modo a transformar o EEES num polo de formação e conhecimento, tanto ao nível macrorregional, como ao nível global e solicita à Comissão Europeia que proponha a criação de programas Erasmus e Leonardo da Vinci euro-mediterrânicos destinados a favorecer a mobilidade transnacional dos estudantes das duas margens do Mediterrâneo.

Para além dos fatores atrás mencionados a Comissão da Cultura e da Educação preconiza a abertura de programas de mobilidade, intercâmbio, investigação e estágios para os estudantes provenientes dos países membros da Parceria Oriental e recorda a importância da mobilidade de estudantes e professores e, neste sentido, convida a Comissão Europeia a realizar progressos no Código de Vistos da UE.

Recorda, também, a meta de acordo com a qual, até ao ano de 2020, 20 % dos licenciados europeus devem ter mobilidade, e reforça a importância das competências linguísticas enquanto pré-requisito para fomentar a mobilidade no Espaço Europeu do Ensino Superior e a empregabilidade. Neste sentido, apoia o reforço do ensino das línguas e da linguagem gestual – bem como do ensino e do desenvolvimento das línguas locais e regionais – no âmbito do EEES, enquanto condição prévia para o desenvolvimento de uma verdadeira cidadania europeia baseada no multiculturalismo e na diversidade linguística.

Ainda:

- a) Salienta a necessidade de os sistemas de ensino superior nos Estados Membros garantirem uma maior qualidade de ensino, para que as oportunidades de mobilidade acrescida para os alunos sejam

- acompanhadas de um agravamento da "fuga de cérebros", que é, atualmente, um verdadeiro problema social em alguns dos Estados Membros;
- b) Recorda as disparidades persistentes entre os sistemas de ensino superior da Europa Ocidental e da Europa Central e Oriental, que devem ser acometidas através de verdadeiras medidas de integração, encorajando e fomentando a colaboração transfronteiriça entre instituições de ensino superior; exorta a Comissão, por conseguinte, a elaborar uma estratégia e um plano de ação profissional e financeiro para diminuir estas importantes disparidades regionais;
 - c) Convida os Estados Membros, a UE e os sistemas de ensino superior europeus a estudarem a viabilidade de promover, no âmbito do ciclo de estudos, um período obrigatório de formação numa universidade de um Estado-Membro diferente do da universidade em que se encontra inscrito;
 - d) Reitera o princípio de que os regimes de empréstimos não podem substituir os sistemas de bolsas estabelecidos para apoiar o acesso ao ensino de todos os estudantes, independentemente da sua origem social;
 - e) Solicita à Comissão que esclareça melhor a proposta de criar um instrumento financeiro para ajudar os estudantes a assegurarem o financiamento de cursos de mestrado fora do seu Estado-Membro de origem, independentemente do seu meio social e possibilidades financeiras; solicita um acesso justo e transparente ao sistema em todos os Estados Membros;

Por fim, apoia a proposta da Comissão de reforçar o orçamento disponível na UE para o ensino, a formação, a investigação e a juventude no próximo quadro financeiro plurianual, complementando deste modo, as medidas tomadas pelos Estados Membros, tendo em conta que o investimento na educação, na formação e na investigação é a chave para atingir os objetivos da UE 2020 e alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo na Europa.

CAPITULO III

A Qualidade no Ensino Superior



1 As Políticas e a Garantia da Qualidade no Ensino Superior

1.1 O Quadro de Referencia Europeu

A dimensão europeia da garantia da qualidade no ensino superior começou a aparecer nos inícios da década de 90, acompanhando a evolução dos sistemas de avaliação nos países-membros da União Europeia e inserindo-se num processo de internacionalização da avaliação.

As instituições de ensino superior eram, já nesta altura, motivadas por pressões de natureza interna e externa aos sistemas de ensino superior, no sentido do desenvolvimento da dimensão internacional da avaliação. Como elementos de pressão interna salientavam-se, na altura, a crescente mobilidade de estudantes, com os problemas de transparência, comparabilidade e reconhecimento de períodos de estudos daí resultantes, bem como a exportação de programas educacionais, a implicar o alargamento da avaliação para além dos sistemas oficiais de ensino superior. As pressões externas, por sua vez, relacionavam-se com a globalização das profissões e os correspondentes problemas de reconhecimento de qualificações, com os acordos relativos à comercialização internacional de serviços e com a ação de organizações internacionais interessadas nos processos de avaliação e reconhecimento.

Foram levadas a cabo diversas ações sendo que a mais relevante dessas ações, que correspondeu ao primeiro exercício deste tipo verdadeiramente alargado na Europa, foi desenvolvida pela Comissão Europeia em 1994/95 ao lançar o projeto-piloto *Quality Assessment in the Field of Higher Education*, que abrangeu 46 instituições de ensino superior em 17 países da União Europeia e Associação Económica Europeia.

Na sequência da experiência recolhida no projeto-piloto, o Conselho da União Europeia aprovou, em Setembro de 1998, uma Recomendação sobre a cooperação europeia em garantia da qualidade no ensino superior, no sentido de cada país membro, dentro das suas responsabilidades pela organização do respetivo sistema de ensino superior, estabelecer um sistema transparente de avaliação e garantia da qualidade, tendo como objetivos fundamentais:

- Garantir a qualidade do ensino superior no contexto económico, social e cultural específico do país, tomando simultaneamente em consideração a dimensão europeia e a existência de um mundo em rápida evolução;
- Incitar e ajudar as instituições de ensino superior a basearem-se, designadamente, na avaliação, para melhorarem a qualidade do ensino e das aprendizagens, bem como da formação e da investigação;
- Incentivar a cooperação europeia e internacional com vista ao benefício de troca de experiências nos aspetos atrás referidos.

A Recomendação, que especifica princípios em que se devem basear os sistemas de avaliação, enfatiza a necessidade de autonomia para as agências responsáveis pela avaliação externa e adianta alguns padrões a serem usados pelas agências nos procedimentos de avaliação externa. Foi ainda proposta a criação de uma rede europeia para fomento da cooperação entre os sistemas nacionais de avaliação. A ideia foi trabalhada por um grupo *ad hoc* durante 1999, sob a coordenação da Comissão Europeia, tendo sido instalada em Março de 2000 a *European Network for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA), com o objetivo fundamental de promover a cooperação a nível europeu, no domínio da avaliação e garantia da qualidade, entre todos os atores envolvidos. A ENQA integrou, como membros, as Agências nacionais ou regionais de garantia da qualidade, os Governos através de representantes dos Ministérios com tutela do ensino superior, as organizações europeias representativas das instituições de ensino superior (Confederação dos Conselhos de Reitores da União Europeia, CRE e EURASHE) e a Comissão Europeia.

De acordo com o estudo realizado por Sérgio Machado dos Santos, no âmbito das suas funções na Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, cujo título é *“Análise Comparativa dos Processos Europeus para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade”* (2011) poder-se-á dizer que os sistemas de garantia da qualidade constituem um pilar fundamental para a prossecução dos objetivos da Declaração de Bolonha, pelo contributo decisivo que podem dar para o reconhecimento mútuo de graus e períodos de estudos e a consequente portabilidade das qualificações académicas e profissionais, condição imprescindível, como se referiu anteriormente, para a mobilidade dos cidadãos. No entanto, a Declaração de Bolonha ¹ é muito superficial no que se refere à avaliação, dedicando-lhe um único parágrafo em que se refere a *“(...) promoção da cooperação em garantia da qualidade com vista ao desenvolvimento de critérios e metodologias comparáveis.”*

Tendo a avaliação sido considerada como o elemento ausente da Declaração de Bolonha e havendo a necessidade de estabelecer objetivos mais precisos no que se refere à garantia da qualidade mas, também, como consequência do maior alargamento dos subscritores aos países de Leste e as preocupações com a educação transnacional, foi feito, em 2011, o Comunicado de Praga². Este, retoma a temática da avaliação e garantia da qualidade dedicando-lhe uma secção específica e traduzindo uma maior abrangência do conceito, ao estabelecer como objetivo, no domínio da garantia da qualidade o desenvolvimento de cenários para a *aceitação mútua de mecanismos de avaliação e acreditação/certificação*. É ainda feito um apelo às instituições de ensino superior, às agências nacionais e à ENQA para colaborarem no estabelecimento de um quadro comum de referência e na difusão de boas práticas.

Foi, no entanto, na reunião de Berlim, em 2003, com vista a acelerar o Processo de Bolonha, que foram definidas prioridades intermédias em três áreas de

¹ Bologna Declaration poderá ser consultada em:

http://media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/02/8/1999_Bologna_Declaration_English_553028.pdf

²Prague Communiqué poderá ser consultado em:

http://media.ehea.info/file/2001_Prague/44/2/2001_Prague_Communique_English_553442.pdf

atuação: a garantia da qualidade, o sistema de dois ciclos e o reconhecimento de graus e períodos de estudos.

Reassumindo a necessidade de desenvolvimento de critérios e metodologias de garantia da qualidade mutuamente partilhados, o Comunicado de Berlim³ estabelece alguns parâmetros a serem observados nos sistemas nacionais de garantia da qualidade e solicita à ENQA – então ainda constituída como *European Network for Quality Assurance in Higher Education*, integrando representantes de agências nacionais ou regionais de avaliação e representantes dos governos para, através dos seus associados e em cooperação com a *European University Association* (EUA), a *European Association of Institutions in Higher Education* (EURASHE) e a associação estudantil *National Unions of Students in Europe* (ESIB) a preparação de um conjunto de padrões, procedimentos e orientações sobre a garantia da qualidade comumente aceites, e ainda para explorar vias para assegurar um sistema adequado de avaliação externa (*peerreview*) para as agências ou organismos de avaliação e/ou acreditação. Esse trabalho, que foi desenvolvido entre 2003 e 2005 pela ENQA em estreita cooperação com o Grupo E411 – constituído pelas associações atrás referidas, incluindo a participação da Comissão Europeia, conduziu ao documento *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*⁴ (ESG), aprovado na reunião ministerial de Bergen⁵, em 2005.

O Comunicado de Bergen trouxe a ideia da criação de um registo europeu para as agências de garantia da qualidade, tendo sido solicitado à ENQA o desenvolvimento dos aspetos práticos para a implementação desse registo, em cooperação com a EUA, EURASHE e ESIB. Neste comunicado foi sublinhada a importância da cooperação entre as agências nacionais, com vista a aumentar o reconhecimento mútuo de decisões relativas a processos de acreditação ou

³ Berlin Communiqué poderá ser consultado em:

http://media.ehea.info/file/2003_Berlin/28/4/2003_Berlin_Communique_English_577284.pdf

⁴ Os *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area* podem ser consultados em: http://www.enqa.eu/wp-content/uploads/2013/06/ESG_3edition-2.pdf

⁵ Bergen Communiqué poderá ser consultado em:

http://media.ehea.info/file/2005_Bergen/52/0/2005_Bergen_Communique_english_580520.pdf

avaliação, tendo sido também feito um apelo às instituições de ensino superior para continuarem a enfatizar os seus esforços no sentido da melhoria da qualidade das suas atividades através da introdução de mecanismos internos e da sua correlação direta com a avaliação externa.

O Comunicado de Londres⁶, em 2007, retoma o tema, salientando, em termos enfáticos, os progressos registados, conforme referido por Santos (2011; 18-19):

“Os Padrões e Orientações para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu de Ensino Superior adotados em Bergen têm constituído um poderoso motor de mudança em relação à garantia da qualidade. Todos os países iniciaram a sua implementação e alguns registam já progresso substancial. A garantia externa da qualidade, em particular, está muito mais desenvolvida do que antes. O envolvimento dos estudantes, a todos os níveis, aumentou desde 2005, mas há ainda espaço para melhoria. As instituições de ensino superior, que detêm a principal responsabilidade pela qualidade, deverão continuar a desenvolver os seus sistemas de garantia da qualidade. Reconhecemos o progresso feito em relação ao reconhecimento mútuo de decisões sobre acreditação e garantia da qualidade e encorajamos uma cooperação internacional continuada entre as agências de garantia da qualidade”.

Os Ministros solicitaram ao Grupo E4 a organização anual de um fórum europeu sobre a garantia da qualidade, para facilitar a troca de boas práticas e garantir a melhoria contínua da qualidade no espaço europeu de ensino superior. Manifestaram, também, o seu acordo com a implementação do *European Quality Assurance Register* (EQAR), nos moldes do modelo operacional proposto pelo Grupo E4, nomeadamente no que respeita à adesão voluntária por parte das agências e ao seu carácter de independência, transparência e autofinanciamento. É intuito do EQAR promover o registo das agências de garantia da qualidade a operar no âmbito do Espaço Europeu de Ensino Superior, numa base de conformidade substancial com os ESG. Esta entidade veio a ser formalizada em

⁶London Communiqué poderá ser consultado em: http://media.ehea.info/file/2007_London/69/7/2007_London_Communique_English_588697.pdf

Março de 2008, tendo como atores o Grupo E4 e parceiros sociais, incluindo ainda representantes governamentais como observadores. Num relatório recente sobre os principais desenvolvimentos no Processo de Bolonha, a decisão tomada em Londres para a criação do EQAR é considerada como um marco histórico, por corresponder ao estabelecimento do primeiro organismo legal a ser constituído através do Processo de Bolonha.

O Comunicado de Lovaina⁷, incluiu, entre as prioridades e desafios para a próxima década:

- Proporcionar oportunidades iguais para uma educação de qualidade – a participação no ensino superior deve ser alargada, nomeadamente, devem ser dadas as necessárias condições de participação aos estudantes de grupos sub-representados.
- Aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida – deve ser assegurada a acessibilidade e qualidade, assim como a transparência, das informações sobre a aprendizagem ao longo da vida. Devem ser aplicadas as políticas relevantes juntamente com quadros de qualificações nacionais e parcerias sólidas entre todas as partes interessadas.
- Promover a empregabilidade – as partes interessadas devem cooperar para aumentar as qualificações iniciais e renovar a mão-de-obra qualificada, assim como para melhorar o fornecimento, a acessibilidade e a qualidade da orientação prestada em termos de carreiras profissionais e emprego. Além disso, deve-se encorajar mais os estágios profissionais incluídos nos programas de estudos e em contexto laboral.
- Desenvolver resultados de aprendizagem centrados no estudante e missões de ensino – deve englobar o desenvolvimento de referenciais

⁷Louvaine Communiqué poderá ser consultado em:
http://media.ehea.info/file/2009_Leuven_Louvain-la-Neuve/06/1/Leuven_Louvain-la-Neuve_Communique_April_2009_595061.pdf

internacionais para diferentes áreas de estudo e a melhoria da qualidade de ensino dos programas de estudo.

- Articular a educação, a investigação e a inovação – deve aumentar-se a aquisição de competências de investigação, a investigação deve estar melhor integrada nos programas de doutoramento e a evolução da carreira dos investigadores em início de carreira deve ser mais atrativa.
- Abrir as instituições de ensino superior aos fóruns internacionais – as instituições de ensino europeias devem internacionalizar ainda mais as suas atividades e colaborar a nível mundial.
- Aumentar as oportunidades para a mobilidade e a sua qualidade – até 2020, 20% de todos os licenciados devem ter passado um período de estudo ou estágio no estrangeiro.
- Melhorar a recolha de dados – devem ser recolhidos dados de forma a monitorizar e avaliar os progressos realizados face aos objetivos do Processo de Bolonha.
- Desenvolver ferramentas de transparência multidimensionais – devem ser desenvolvidas ferramentas de transparência, juntamente com as principais partes interessadas, para a obtenção de informações pormenorizadas acerca das instituições de ensino superior e dos seus programas. Estas ferramentas devem assentar em dados comparáveis e indicadores adequados, assim como abarcar os princípios de garantia da qualidade e reconhecimento do Processo de Bolonha.
- Garantir o financiamento – devem ser identificadas novas e diferentes soluções de financiamento para complementar o financiamento público.

Foi, nesta altura, solicitado ao Grupo E4 que continue a sua cooperação no desenvolvimento da dimensão europeia da garantia da qualidade, recomendando em particular que o EQAR seja objeto de uma avaliação externa que tome em consideração os pontos de vista das partes interessadas.

O documento de padrões e orientações aprovado em Bergen constitui o principal referencial europeu para a avaliação no ensino superior, tendo vindo a demarcar os sistemas nacionais de garantia da qualidade. O conjunto de diretrizes aí expresso está organizado em três partes, relativas, respetivamente, à garantia interna da qualidade nas instituições de ensino superior, à avaliação externa do ensino superior e à garantia da qualidade nas agências de avaliação. As normas contidas no documento não pretendem ser prescritivas, não entrando, de um modo geral, em procedimentos detalhados, por forma a não impor modelos únicos e deixar, conseqüentemente, margem para o exercício da autonomia das instituições e das próprias agências.

A Declaração de Budapeste-Viena, de 2010, assinalou o final da primeira década do Processo de Bolonha e lançou, oficialmente, o Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), como preconizado na Declaração de Bolonha de 1999. Nesta declaração, os ministros:

- deram as boas-vindas ao Cazaquistão como o 47º país participante no Espaço Europeu do Ensino Superior;
- sublinharam a natureza específica do Processo de Bolonha, ou seja, uma singular parceria entre as autoridades públicas, instituições de ensino superior, estudantes e docentes, juntamente com empregadores, agências de garantia da qualidade, organizações internacionais e instituições europeias;
- realçaram que, constituindo exemplos sem precedentes de cooperação transfronteiriça e regional em matéria de ensino superior, o Processo de Bolonha e o subsequente Espaço Europeu do Ensino Superior aumentaram consideravelmente o interesse noutras partes do mundo e a visibilidade do ensino superior europeu no mapa mundial. Os ministros declararam igualmente que pretendem intensificar o seu diálogo político e cooperação com parceiros de todo o mundo;

- reconheceram os resultados de vários relatórios, que indicam que algumas linhas de ação de Bolonha tinham sido implementadas de diferentes formas e que os protestos recentes em alguns países demonstravam que os objetivos e reformas de Bolonha não tinham sido ainda devidamente implementados e explicados. Os ministros prometeram escutar as críticas feitas por docentes e estudantes;
- reiteraram o seu compromisso para uma implementação plena e adequada dos objetivos e da agenda acordada para a próxima década, que foi estipulada no Comunicado de Leuven/Louvain-la-Neuve.

Além disso, os ministros destacaram os seguintes aspetos:

- A liberdade académica assim como a autonomia e responsabilidade das instituições de ensino superior como princípios do Espaço Europeu do Ensino Superior.
- O papel decisivo da comunidade académica – líderes institucionais, professores, investigadores, pessoal não-docente e estudantes – para tornar o Espaço Europeu do Ensino Superior uma realidade.
- O ensino superior como uma responsabilidade pública, ou seja, as instituições de ensino superior devem estar munidas dos recursos necessários no âmbito de um quadro estabelecido e supervisionado pelas autoridades públicas.
- A necessidade de se intensificar os esforços ao nível da dimensão social, de forma a promover a igualdade de oportunidades para uma educação de qualidade, prestando uma especial atenção aos grupos sub-representados.

No comunicado de Bucareste, de 2012, os ministros identificaram três prioridades essenciais: a mobilidade, a empregabilidade e a qualidade. Sublinharam também a importância que o ensino superior assume no que diz respeito à capacidade da Europa para responder à crise económica e contribuir

para o crescimento e o emprego. Os ministros comprometeram-se também a tornar o reconhecimento automático de graus académicos comparáveis num objetivo de longo prazo do Espaço Europeu do Ensino Superior.

O Comunicado de Bucareste baseia-se no Comunicado de Leuven de 2009, que estabeleceu um conjunto de prioridades para o período 2010-2020:

- dimensão social: acesso e conclusão equitativos;
- aprendizagem ao longo da vida;
- empregabilidade;
- aprendizagem centrada no estudante e missão de ensino do ensino superior;
- educação, investigação e inovação;
- abertura internacional;
- mobilidade;
- recolha de dados;
- ferramentas de transparência multidimensionais;
- financiamento.

Em maio de 2015 foram aprovadas as alterações aos *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*⁸(ESG), apresentadas por um grupo de Instituições Europeias envolvidas nest reformulação: a *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA); *European Students' Union* (ESU); *European University Association* (EUA); *European Association of Institutions in Higher Education* (EURASHE) em cooperação com a *Education International* (EI); a *BUSINESSEUROPE* e a *European Quality Assurance Register for Higher Education* (EQAR).

Em traços muito globais este documento diz que as Instituições de Ensino Superior devem definir as suas políticas de garantia interna e externa de qualidade e estas devem ser do conhecimento público. Refere, também, que as

⁸A versão de 2015 dos *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area* poderá ser consultada em: http://www.enqa.eu/wp-content/uploads/2015/05/ESG_endorsed-with-changed-foreword.pdf

IES devem estruturar os seus planos de estudos de acordo com as necessidades de todas as partes interessadas (a nível local, regional e nacional) consultando para o efeito parceiros das IES, e reformular estes planos de estudos periodicamente por forma a garantir que todas as partes envolvidas (IES, estuantes, docentes, Empresas parceiras e sociedade em geral) veem as suas necessidades/objetivos alcançados. Ainda, que as IES devem garantir um reconhecimento do trabalho dos seus alunos e do seu staff e apoiá-los na sua “progressão”. Por fim, deverá ser feita uma autoavaliação e avaliações externas periódicas, que deverão conter elementos externos à IES, entre eles alunos/ex-alunos, sendo que qualquer relatório que possa ser emitido sobre este tema deverá ser tornado público.

1.2 A Garantia Externa da Qualidade

O relatório de progresso apresentado pelo *Bologna Follow-Up Group* (BFUG) na Conferência Ministerial de Lovaina refere que a implementação da garantia externa da qualidade tem progredido de forma significativa, verificando-se que a totalidade dos países subscritores do Processo de Bolonha introduziu já sistemas de garantia externa da qualidade que incluem as fases de autoavaliação e de avaliação externa, e quase todos procedem à publicação dos resultados das avaliações e praticam medidas de *follow-up*.

O inquérito da ENQA demonstra que, apesar da referida predominância quase total do modelo de quatro fases, as Agências de garantia externa da qualidade têm formas de organização e operação diversificadas, como se pode constatar pelos seguintes elementos:

- a) Em termos de instituições alvo de avaliação, 9% das Agências incidem apenas sobre universidades, 15% sobre outras instituições de ensino superior, 42% simultaneamente sobre universidades e outras instituições de ensino superior, 24% sobre outro tipo de instituições e 10% operam numa área específica do conhecimento;

- b) Quanto à área geográfica de atuação, a maioria das Agências é de âmbito nacional;
- c) Estão referenciados apenas sete países do Espaço Europeu de Ensino Superior em que existe mais do que uma Agência com responsabilidades na garantia externa da qualidade, que apresentam entre si uma divisão de tarefas que pode revestir natureza regional, procedimental ou baseada no tipo de instituições alvo, não se verificando, de um modo geral, sobreposição de competências (com exceção dos sistemas alemão e holandês, e em parte do espanhol, onde existe competição entre as Agências a operar no país);
- d) No que se refere aos procedimentos utilizados, predominam claramente os processos de avaliação e acreditação, seguidos a uma distância razoável pelos procedimentos de auditoria;
- e) Cerca de dois terços das Agências usam procedimentos de avaliação e/ou acreditação a nível de cursos e cerca de 40% a nível institucional;
- f) Os procedimentos de auditoria ocorrem maioritariamente a nível institucional;
- g) Em relação à autonomia das Agências para definirem os critérios e standards aplicáveis nos procedimentos de garantia externa da qualidade, 79% declaram que participam na decisão final de especificação desses elementos e em 62% dos casos é a Agência que, por si só, toma a decisão. Só em dois casos é o governo, apenas, a definir os critérios.

Uma análise mais fina dos dados do inquérito mostra que a quase totalidade das Agências nacionais são responsáveis por mais do que uma abordagem de garantia externa da qualidade e algumas conduzem os três tipos de procedimentos (avaliação, acreditação e auditoria). O relatório do inquérito apresenta algumas correlações interessantes:

- As Agências que fazem avaliação de cursos também fazem, em metade dos casos, acreditação de cursos e avaliação institucional;
- As Agências que fazem acreditação de cursos também fazem, em metade dos casos, avaliação de cursos e acreditação de instituições;
- Quase todas as Agências que acreditam instituições também acreditam cursos, e metade delas também avaliam cursos e instituições e auditam instituições;
- Cerca de dois terços das Agências que fazem auditorias institucionais também avaliam cursos e metade delas também acreditam cursos e avaliam e acreditam instituições.

A imagem global transmitida pelo inquérito é, por conseguinte, a de sistemas de garantia externa da qualidade bem desenvolvidos, em que, por regra, as Agências aplicam diferentes tipos de procedimentos, tendo vindo a acrescentar novas atividades ao seu portefólio, o que reflete a grande dinâmica de evolução que se tem verificado na garantia da qualidade do ensino superior. Uma faceta peculiar dessa evolução, que revela como pressões externas, nomeadamente por parte do poder político e da opinião pública, podem influenciar os sistemas de garantia da qualidade, foi a adição de procedimentos de acreditação de cursos em sistemas que, anteriormente, estavam orientados para os processos de avaliação.

Estas mudanças nas abordagens da garantia externa da qualidade, que se tem vindo a traduzir na alteração dos respetivos quadros jurídicos em diversos países, é um dos aspetos mais marcantes que ressalta do inquérito: 75% das Agências indicam que ou mudaram recentemente as suas abordagens de trabalho ou estão prestes a fazê-lo, na maioria dos casos de forma significativa. As razões invocadas são não só o expectável alinhamento com os ESG, mas também a mudança para outros procedimentos ou, mais frequentemente, a adição de um novo procedimento.

De um modo geral, a comparação com o inquérito de 2003 evidência, efetivamente, um alargamento da esfera de ação do trabalho desenvolvido pelas Agências.

Nesta breve panorâmica sobre a dinâmica da garantia externa da qualidade, importa referir uma outra questão que tem sido objeto de debate desde a Recomendação do Conselho da União Europeia de 1998, que é a dos standards aplicáveis às próprias Agências, enquanto organizações. A Parte 3 dos ESG veio responder a esta questão, com um impacto significativo na organização das Agências, como se viu anteriormente. A importância dos padrões fixados pelos ESG como quadro de referência para a organização e funcionamento das Agências é, aliás, evidenciada pela fundação do EQAR, que usa esses padrões como critério de ingresso.

O facto de os ESG terem sido desenvolvidos para aplicação em todo o Espaço Europeu de Ensino Superior, independentemente da estrutura, função e dimensão 33 dos diferentes sistemas nacionais, tem no entanto levantado algumas dificuldades, como é reconhecido no relatório do inquérito da ENQA e referido por Santos (2011; 34):

“Apesar de haver alguma convergência europeia na garantia da qualidade, existem limitações quando os requisitos dos ESG entram em conflito com regulamentos e tradições nacionais. (...) A análise e comentários [relacionados com as questões 11 a 24 do inquérito, que parafraseiam a Parte 3 dos ESG e, conseqüentemente, os critérios de admissão na ENQA] reconhecem que pode haver uma relação tensa entre as tradições nacionais, a legislação e os ESG”.

Estas dificuldades têm conduzido à introdução de alguns ajustes em relação à aplicação dos ESG, retratados por exemplo nas posições tomadas pelo Board da ENQA em 2006 no que se refere ao grau de conformidade das Agências com os ESG:

“A conformidade total ou substancial pode ser impossível para algumas agências, devido a restrições que resultem da própria natureza do seu trabalho e/ou da legislação vigente no país em que operam. Ao considerar esse tipo de casos, o Board da ENQA terá em consideração circunstâncias mitigadoras como as mencionadas”. ENQA (2006, p. 6).

Por sua vez, no que se refere ao conceito de independência das Agências, que constitui um dos requisitos essenciais dos ESG, o Board da ENQA considerou, na mesma altura, que a ‘independência’, para efeitos dos ESG, deverá ser entendida como *“responsabilidade autónoma pelas operações, em que as conclusões nos relatórios não podem ser influenciadas pelas instituições de ensino superior, ministérios ou outras partes interessadas”*. Costes, N. et al (2008; p. 33).

Esta suavização quanto às exigências de conformidade com os ESG foi corroborada no Comunicado de Londres, onde se estabelece, a propósito da admissão no EQAR, que a mesma deverá ser decidida com base numa conformidade substancial com os ESG, o que se afasta da posição inicial da ENQA, que previa conformidade com todos os padrões como condição de inclusão no registo.

Outro dos requisitos colocados às Agências pelos ESG é a obrigatoriedade de instalação de procedimentos para a sua própria transparência e prestação de contas, incluindo a existência de uma política (e de documentação de suporte) para o efeito, devidamente publicitados, bem como a condução de uma avaliação externa da Agência pelo menos uma vez em cada cinco anos. De acordo com os dados do inquérito, 89% das Agências declaram ter já desenvolvido algum tipo de procedimentos internos, pelo menos parcialmente. De entre as medidas adotadas pelas Agências, destacam-se, com um grau de desenvolvimento entre ‘moderadamente efetivo’ e ‘efetivo’, as quatro seguintes:

- O estabelecimento e cumprimento de regras de não-conflito-de-interesses aplicáveis aos membros das comissões externas constituídas pelas Agências;

- Mecanismos de auscultação dos membros das comissões externas e das instituições avaliadas, e de análise e reflexão sobre a informação assim obtida, com vista ao desenvolvimento e melhoria do trabalho da Agência;
- Processos e resultados que reflitam a missão e objetivos de garantia da qualidade da Agência;
- Um sistema de recurso das decisões da Agência.

Santos, S. (2011; p.35) refere no documento elaborado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) – Análise Comparativa dos Processos Europeus para a Avaliação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade que *“Quanto à avaliação externa da conformidade com os critérios de adesão à ENQA, apenas 14 Agências (entre 46) declaravam ter já sido avaliadas externamente, enquanto 20 outras indicaram estar a preparar a sua avaliação externa. Os scorecards de 2009 apresentados no relatório de progresso do Processo de Bolonha, em Lovaina, refletem igualmente o progresso moderado em relação a este item, na medida em que só 16 países haviam já organizado a avaliação externa das respetivas Agências, embora 17 outros tivessem já fixado uma data para o virem a fazer, havendo 15 que não tinham tomado ainda qualquer iniciativa a esse respeito, pelo que foi retirada a conclusão de que, “apesar de o esquema de garantia externa da qualidade ter sido largamente implementado, em alguns países não estará ainda a operar inteiramente de acordo com os ESG”*. Dados mais atuais mostram que 34 Agências nacionais foram já avaliadas externamente, correspondentes a apenas 17 países.

A avaliação externa surge como uma exigência da dimensão social do ensino superior, sendo vista pelo poder político e pela sociedade como um instrumento importante para medir a qualidade das instituições e programas. Não admira, por conseguinte, que na grande maioria dos países a iniciativa para o estabelecimento de procedimentos de garantia externa da qualidade tenha partido dos governos ou sido suportada pelos governos, o que naturalmente se reflete, de um modo geral, no financiamento das Agências.

1.3 Garantia Interna da Qualidade

O ensino Superior foi obrigado a instituir sistemas internos de garantia de qualidade, no âmbito da Declaração de Bolonha, e assentando no princípio de que a qualidade e a garantia da qualidade são da responsabilidade das próprias Instituições de Ensino Superior. Foi aquando do Comunicado de Bergen que se adotaram os padrões europeus de garantia de qualidade tendo os mesmos sido adaptados aos regimes jurídicos internos de cada país, dando assim o devido reconhecimento e importância a esta temática.

A definição e implementação, o modo de organização e funcionamento dos sistemas internos de garantia da qualidade são definidos por cada instituição, de acordo com a sua missão, objetivos e cultura institucional, seguindo as orientações nacionais vigentes, estabelecidas na lei ou através das Agências, as quais integram já as disposições dos ESG.

As diversas Agências, a nível Europeu, que desenvolvem a sua ação em torno da temática da qualidade, têm preparado diversas orientações/estudos/diretivas assim como ferramentas de auxílio às IES no que respeita à conceção de sistemas internos de garantia da qualidade. De um modo geral, os manuais para as auditorias institucionais incluem indicações orientadoras importantes para distinguirem o trabalho de planeamento e desenvolvimento dos sistemas internos de qualidade. Os próprios ESG, ao associarem um conjunto de orientações a cada um dos sete padrões para a garantia interna da qualidade, dão desde logo algumas indicações valiosas para as instituições.

De acordo com Santos, S. (2011; p.106) “*um primeiro contributo nesse sentido poderá ser a noção de que, subjacente ao conceito de garantia da qualidade, se identificam seis questões básicas, que constituem aliás a charneira para o referencial das auditorias institucionais no Reino Unido desde o início da década de 90 e têm influenciado outros sistemas de garantia da qualidade, questões essas que têm a ver com os aspetos a seguir referidos e podem ser equacionadas na forma interrogativa:*

- *O propósito: O que é que se está a tentar fazer?*

- *A razão: Porquê é que se está a fazê-lo?*
- *O método: Como é que se está a fazê-lo?*
- *A monitorização: Como é que se sabe que o método funciona?*
- *A otimização do método: Porquê será esta a melhor forma de o fazer?*
- *A melhoria contínua: Como se poderá melhorá-lo?*

Estes seis pontos servem de referência para qualquer IES que pretenda iniciar um processo de definição da sua política interna de garantia de qualidade. Tal como em qualquer questão importante há sempre 3 questões que se nos levantam...para quê? porquê? como?

A Agência norueguesa NOKUT apresenta uma abordagem interessante para as características essenciais que deverão integrar um 'sistema satisfatório' de garantia interna da qualidade e que são submetidas ao escrutínio da auditoria. Essas características, formuladas de maneira muito sintética e aberta, poderão ser tomadas como um referencial de base, a saber:

- *“O sistema deverá estar bem integrado e firmemente articulado com os mecanismos de governação (direção e gestão) da instituição;*
- *O sistema deverá gerar a informação necessária para a prossecução do seu propósito, e assegurar que a informação é analisada e disseminada aos níveis apropriados de responsabilidade e gestão;*
- *Deverão existir procedimentos para a utilização do conhecimento obtido através do sistema na tomada de medidas direcionadas ao desenvolvimento e melhoria institucional;*
- *Tal como para os demais instrumentos de gestão, o sistema deverá ser avaliado internamente e desenvolvido de acordo com as necessidades.” Santos, S. (2011; p.106)*

Um bom sistema de garantia da qualidade deverá ser simultaneamente uma ferramenta de gestão para a instituição e um sistema prático para a melhoria de atividades no dia-a-dia, pelo que este deverá ser baseado em procedimentos

associados aos processos de aprendizagem e aos ambientes de aprendizagem e, também, ser um sistema motivador para todo o pessoal e estudantes.

Visto em pormenor, o efeito mais imediato dos ESG verificou-se a nível do interior das próprias instituições de ensino superior, com dinâmicas diferentes consoante o grau de desenvolvimento de sistemas internos de garantia da qualidade.

Assim, em países onde já existia esse tipo de sistemas, os ESG foram essencialmente vistos como um referencial para validar os procedimentos instituídos face ao respetivo grau de adequação aos padrões europeus, num trabalho que se começou a orientar para a certificação dos sistemas internos. Por sua vez, em casos onde se estava ainda numa fase mais incipiente de atenção sistemática à garantia interna da qualidade, ou que se encontravam em fase de transição de abordagens, os ESG serviram como um referencial útil e dinamizador para a conceção e instalação de sistemas internos de garantia da qualidade.

De acordo com Santos, S. (2011; p.20) *“(...) no que se refere à avaliação interna estão definidos sete padrões, nos quais se reconhecem facilmente os princípios atrás enunciados, e que se podem sistematizar em três níveis diferentes de preocupações:*

- a) *Uma primeira norma aprofunda, em detalhe, a questão da institucionalização da avaliação interna, estabelecendo que as instituições de ensino superior devem definir uma política para a garantia da qualidade, bem como os procedimentos que lhe deverão estar associados, incluindo uma definição explícita de padrões para os seus cursos e graus. Devem, igualmente, empenhar-se de forma explícita no desenvolvimento de uma cultura que reconheça a importância da qualidade e da garantia da qualidade para as suas atividades. Tendo em vista a prossecução dos objetivos referidos, deverão, concomitantemente, desenvolver e implementar uma estratégia para a promoção contínua da qualidade. A norma acrescenta ainda que a estratégia, a política e os procedimentos definidos devem ter um estatuto formal, estar publicamente disponíveis e prever um papel relevante para os estudantes e outras partes interessadas.*
- b) *As quatro normas seguintes, relativas às áreas de incidência da avaliação do ensino, respeitam, respetivamente, à oferta formativa e funcionamento dos cursos, à avaliação dos estudantes, ao pessoal docente e aos recursos, estabelecendo que:*

- *as instituições de ensino superior devem ter mecanismos formais para a aprovação, revisão periódica e monitorização dos seus cursos e graus;*
 - *os estudantes devem ser avaliados com base em critérios, regulamentos e procedimentos devidamente publicitados e aplicados de forma consistente;*
 - *as instituições devem ter formas de verificar que o seu pessoal docente é devidamente qualificado e competente para ensinar, devendo os respetivos procedimentos ser conhecidos publicamente;*
 - *as instituições devem garantir que os recursos disponíveis para o apoio ao ensino são adequados e apropriados a cada um dos cursos oferecidos.*
- c) *As duas normas restantes são relativas ao levantamento e uso da informação e à publicitação da informação, especificando que:*
- *as instituições de ensino superior devem dispor de um sistema de recolha, análise e uso de informação relevante para a gestão efetiva dos seus cursos e demais atividades;*
 - *as instituições devem publicar regularmente informação que seja atualizada, imparcial e objetiva, tanto quantitativa como qualitativa, acerca dos cursos e graus oferecidos.”*

A importância atribuída aos sistemas internos de qualidade é ainda reforçada pelo fato de a primeira norma da segunda parte, relativa à avaliação externa, estabelecer que “*os procedimentos externos de garantia da qualidade deverão ter em consideração a eficácia dos processos internos de garantia da qualidade descritos na Parte 1 dos “European Standards and Guidelines”.*”

Apesar do relativo detalhe com que os referidos padrões estão formulados, a cada um deles aparece associado um conjunto de orientações que justificam e clarificam a norma, sugerindo ainda vias para a sua implementação. Trata-se, por conseguinte, de um documento que, constituindo um referencial incontornável para a especificação dos sistemas de garantia interna da qualidade, é simultaneamente um auxiliar precioso para a sua conceção e implementação.

Tomando em consideração os referenciais constituídos pelos ESG e pelo regime jurídico da avaliação do ensino superior, bem como ideias e reflexões apresentadas pela A3ES, é possível identificar algumas orientações gerais para o planeamento e desenvolvimento de um sistema interno de garantia da qualidade, em termos de referenciais para o modo de organização do sistema e de alguns requisitos a serem cumpridos. Os ESG, assim como diversos dos sistemas estudados, têm um âmbito limitado à dimensão do ensino e aprendizagem, mas o regime jurídico português é inclusivo em relação às diferentes vertentes da missão institucional. Por conseguinte, no conjunto de dez referenciais sugeridos no ponto seguinte, sete deles seguem de perto as orientações dos ESG, centrando-se essencialmente no ensino e aprendizagem, e três outros respeitam especificamente à investigação e desenvolvimento, à interação com a sociedade e à área transversal da internacionalização. Para cada um dos referenciais, são ainda sugeridas algumas orientações gerais, que ajudam a compreender o seu alcance e exemplificam a sua aplicação.

1.4 Os Sistemas Internos de Garantia da Qualidade no Quadro Jurídico Nacional

A exigência de uma avaliação adequada da qualidade do ensino está prevista na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 76º (p. 27) relativo à autonomia das universidades, o qual, após a revisão constitucional de 1997, prescreve: *“As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino”*.

Este preceito constitucional reforça a ideia subjacente ao binómio autonomia/responsabilização, em que a avaliação se assume como pilar fundamental para um exercício pleno da autonomia institucional. O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES – Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro) retoma esse princípio, ao estabelecer, no artigo 11º, nº 5, que *“a autonomia das instituições de*

ensino superior não preclude (...) a acreditação e a avaliação externa, nos termos da lei”.

A vertente da avaliação interna é tratada no artigo 147º, nº 1, do RJIES “*As instituições de ensino superior devem estabelecer, nos termos dos seus estatutos, mecanismos de autoavaliação regular do seu desempenho*”. É, assim, estabelecido o imperativo legal de as instituições contemplarem nos seus estatutos a forma de organização dos respetivos sistemas internos de garantia da qualidade, o que confere à avaliação interna, através dessa dignidade estatutária, um grau acrescido de institucionalização, situação que se não verificava anteriormente, dado que, até ao presente regime jurídico, “*só excepcionalmente algum estatuto da universidade ou instituto politécnico, mesmo os homologados após a Lei da Avaliação (Lei nº38/94, de 21 de Novembro), prevê qualquer estrutura que especificamente vele pela qualidade, apesar de constitucionalmente interligada com a autonomia*”. (Diário da República, 1.ª série — N.º 174 — 10 de Setembro de 2007; p. 6384)

As questões da transparência, informação e publicidade, que constituem, nos termos dos padrões europeus, aspetos essenciais dos sistemas internos de garantia da qualidade, têm um tratamento detalhado nos artigos 161º e 162º do RJIES, claramente orientados para a ‘defesa do consumidor’:

“Artigo 161º - Transparência

As instituições de ensino superior disponibilizam no seu sítio na Internet todos os elementos relevantes para o conhecimento cabal dos ciclos de estudos oferecidos e graus conferidos, da investigação realizada e dos serviços prestados pela instituição.

Entre os elementos disponibilizados incluem-se, obrigatoriamente, os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa da instituição e das suas unidades orgânicas, bem como dos seus ciclos de estudos.

Artigo 162º - Informação e publicidade

Os estabelecimentos de ensino mencionam obrigatoriamente nos seus documentos informativos destinados a difusão pública e na respetiva publicidade o conteúdo preciso do reconhecimento de interesse público, das autorizações de funcionamento de ciclos de estudos e de reconhecimento de graus.

Deve ser disponibilizada informação precisa e suficiente sobre os seguintes aspetos:

- a) Missão e objetivos da instituição;*
- b) Estatutos e regulamentos;*
- c) Unidades orgânicas;*
- d) Ciclos de estudos em funcionamento, graus que conferem e estrutura curricular;*
- e) Corpo docente, regime do vínculo à instituição e regime de prestação de serviços;*
- f) Regime de avaliação escolar;*
- g) Títulos de acreditação e resultados da avaliação da instituição e dos seus ciclos de estudos;*
- h) Direitos e deveres dos estudantes, incluindo todas as propinas e taxas a pagar por estes;*
- i) Serviços de ação social escolar;*
- j) Índices de aproveitamento e de insucesso escolar, bem como de empregabilidade dos ciclos de estudos ministrados;*
- l) Outros elementos previstos na lei e nos estatutos.”*

A avaliação interna é, igualmente, objeto de tratamento na Lei nº 38/2007, de 16 de Agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior atualmente em vigor. São particularmente relevantes, a este respeito, os artigos 17º e 18º, e ainda o nº 1 do artigo 19º, que basicamente traduzem a transposição para o regime jurídico nacional dos padrões europeus anteriormente referidos:

“Artigo 17º - Garantia interna da qualidade

Os estabelecimentos de ensino superior devem:

- a) Adotar, em função da respetiva missão, uma política de garantia da qualidade dos seus ciclos de estudos, bem como os procedimentos adequados à sua prossecução;*
- b) Empenhar-se, através de medidas concretas, no desenvolvimento de uma cultura de qualidade e da garantia da qualidade na sua atividade;*
- c) Desenvolver e por em prática uma estratégia para a melhoria contínua da qualidade.*

A estratégia, a política e os procedimentos a que se refere o número anterior devem:

- a) Ser aprovados formalmente pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior e divulgados publicamente;*
- b) Assegurar a participação dos estudantes e de outros interessados no processo.*

Artigo 18º - Autoavaliação

No âmbito da respetiva autoavaliação, os estabelecimentos de ensino superior devem:

- a) Definir procedimentos formais para a aprovação, acompanhamento e avaliação periódica dos seus ciclos de estudos, os quais integram obrigatoriamente:
 - i) a participação dos conselhos pedagógicos e a apreciação dos estudantes, designadamente através daqueles conselhos e das associações destes;*
 - ii) a participação dos centros de investigação que colaboram na organização e funcionamento de ciclos de estudos;*
 - iii) a participação de entidades consultivas externas que colaborem com a instituição;**

b) Adotar os procedimentos adequados para se assegurarem de que o pessoal docente possui a qualificação e a competência necessárias ao desempenho das suas funções, os quais devem ser disponibilizados aos responsáveis pelos processos de avaliação externa e ser objeto de apreciação nos relatórios de avaliação;

c) Certificar-se de que os recursos didáticos disponíveis são adequados e apropriados para cada um dos ciclos de estudos que ministram;

d) Certificar-se de que recolhem, analisam e usam a informação relevante para a gestão eficaz dos seus ciclos de estudos e de outras atividades;

e) Publicar, regularmente, informação quantitativa e qualitativa, atualizada, imparcial e objetiva acerca:

i) dos ciclos de estudos que ministram e graus e diplomas que conferem;

ii) da monitorização do trajeto dos seus diplomados por um período razoável de tempo, na perspetiva da empregabilidade.

Artigo 19º - Princípios da avaliação externa

Os procedimentos de avaliação externa da qualidade devem ter em conta a eficácia dos procedimentos de garantia interna da qualidade enunciados no artigo anterior.” In Diário da República, 1.ª série — N.º 157 — 16 de Agosto de 2007 (p. 5312).

O Decreto-lei nº 369/2007, que institui a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e que, como referido no respetivo preâmbulo, conclui “o processo legislativo relacionado com a garantia da qualidade do ensino superior”, não entra, pela sua natureza, nas formas de organização da avaliação interna, mas inclui, no preâmbulo, uma referência de grande relevância para o sistema de avaliação, ao identificar como um dos eixos em torno dos quais se organiza o sistema de garantia da qualidade “a exigência de concretização, pelas instituições de ensino superior, de sistemas próprios de garantia da qualidade, passíveis de certificação”.

Esta referência é importante, porque indica a intenção do legislador de prever a possibilidade de certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade, embora este conceito não apareça explicitamente tratado no articulado de qualquer dos diplomas legais citados.

A Agência corrobora, por conseguinte, o entendimento de que a certificação dos sistemas internos de qualidade está implicitamente prevista no quadro jurídico nacional, concluindo a este respeito, após uma análise aos preceitos legais anteriormente referidos: *“Assim, pensamos poder utilizar-se o termo ‘certificação’ para designar as atividades de auditoria de qualidade da agência no sentido de garantir a eficácia dos mecanismos institucionais internos de garantia da qualidade”*.

A Agência tira consequências desta interpretação que se revestem da maior importância para a futura simplificação do sistema de avaliação, a implementar após o trabalho intensivo de acreditação de cursos a realizar no curto prazo: *“Num sistema estabilizado, a entrar em funcionamento regular a partir do início do ano letivo 2011/2012, haverá que concentrar a atenção nos sistemas internos de garantia da qualidade, promovendo a criação de um sistema mais leve para as instituições”*, esboçando, desde logo, uma metodologia possível para uma abordagem desta natureza.

Em síntese, as instituições de ensino superior têm perante si a complexa, mas aliciante, tarefa de concretização dos seus sistemas de qualidade, fundamentais para a consolidação e pleno gozo da autonomia institucional e para poderem usufruir de um sistema mais simplificado de avaliação externa, com os consequentes ganhos em termos de esforços e custos envolvidos na acreditação individual e periódica dos seus cursos. Várias instituições têm vindo já a trabalhar nesse sentido, de uma forma que se presente bastante diversificada, o que constitui à partida um enriquecimento do sistema, face à experiência que se irá acumular. Haverá, no entanto, vantagens no estabelecimento de algumas orientações comuns que, sem constituir entrave à criatividade e inovação, garantam o cumprimento de um conjunto mínimo de requisitos que venham a permitir a certificação anteriormente referida.

1.5 A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)

No desenvolvimento da [Lei n.º 38/2007](#), de 16 de agosto, que aprova o novo regime jurídico da qualidade do ensino superior, através do [Decreto-Lei n.º 369/2007](#), de 5 de novembro, é instituída pelo Estado Português a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), que tem como fins a avaliação e a acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

A missão da A3ES consiste em garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

O objetivo primordial da Agência é proporcionar a melhoria da qualidade do desempenho das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos e garantir o cumprimento dos requisitos básicos do seu reconhecimento oficial.

Os objetivos da Agência são prosseguidos através da avaliação e da acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos e, por meio destas, da promoção de uma cultura institucional interna de garantia da qualidade.

São, pois, objetivos da A3ES:

- Concretizar os critérios de avaliação, de modo a obter a tradução dos seus resultados em apreciações qualitativas;
- Definir as consequências da avaliação efetuada para o funcionamento das instituições e dos seus ciclos de estudos;
- Desenvolver a avaliação da qualidade de desempenho das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos;
- Promover a acreditação de ciclos de estudos e instituições, tendo em vista a garantia de cumprimento dos requisitos legais do seu reconhecimento;

- Promover a divulgação fundamentada à sociedade sobre a qualidade do desempenho das instituições de ensino superior;
- Promover a internacionalização do processo de avaliação.

No desenvolvimento da sua missão, são funções da A3ES:

- A definição e garantia dos padrões de qualidade do sistema;
- A avaliação e acreditação de ciclos de estudos e instituições de ensino superior;
- A divulgação pública dos resultados da avaliação e acreditação;
- A promoção da internacionalização do sistema de ensino superior português.

São também funções da Agência:

- O aconselhamento do Estado em matéria de garantia da qualidade do ensino superior;
- A realização de estudos e pareceres, quer por iniciativa própria, quer a solicitação do Estado;
- A participação no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior - EQAR;
- A coordenação de atividades de avaliação e acreditação em Portugal com instituições e mecanismos de avaliação internacional.

A Agência iniciou a sua atividade em 2009, ano essencialmente dedicado a definir e implementar as suas estruturas e procedimentos, bem como proceder à composição dos seus diversos órgãos e à contratação e formação do pessoal.

Os anos de 2010 e 2011 foram focados no cumprimento das disposições legais fixadas para este período, nomeadamente a acreditação preliminar de todos os ciclos de estudo em funcionamento quando a Agência foi criada, a acreditação

prévia de novos ciclos de estudos e a preparação dos processos de auditoria dos sistemas internos de garantia da qualidade.

Em 2012 deu-se início ao primeiro período regular de acreditação de todos os ciclos de estudos a que se seguirá, no sexto ano, a reconstrução da base de dados. Durante este período ocorrerá, igualmente, o processo voluntário de auditoria dos sistemas internos de garantia da qualidade das instituições. Pretende-se, deste modo, proceder a uma avaliação e acreditação, sistemática e rigorosa de todos os ciclos de estudos em funcionamento, visando a melhoria da qualidade global do sistema e da sua oferta educativa. Simultaneamente, promove-se a implementação e certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade das instituições tendo em vista uma nova fase do sistema de qualidade, baseada no reconhecimento de que a responsabilidade primeira pela qualidade do ensino recai sobre as instituições.

O exercício de reconstrução da base de dados, a efetuar no sexto ano deste período, tem por objetivo promover uma visão global do sistema, analisar as melhorias conseguidas em relação ao exercício inicial de 2010 e definir uma estratégia para o período seguinte. Terminada esta fase de análise exaustiva do sistema haverá que idealizar a fase seguinte, baseada nos sistemas internos de garantia da qualidade e com aligeiramento do processo de avaliação e acreditação individual dos ciclos de estudos. Assume-se, assim, que não será conveniente manter o atual sistema, necessariamente caro e de grande exigência em recursos humanos, uma vez criada uma cultura de exigência nas instituições e internalizados e aceites os padrões de qualidade mínimos definidos na legislação.

Para o novo período será desenvolvido um sistema de avaliações institucionais, sendo adotados procedimentos simplificados de avaliação/acreditação dos ciclos de estudos para as instituições com melhores indicadores de qualidade, nomeadamente em termos de qualificação do pessoal docente e da qualidade da investigação desenvolvida, bem como do desempenho no atual ciclo de avaliação/acreditação e da existência de sistemas internos de garantia da qualidade devidamente certificados. Os procedimentos simplificados serão, em

princípio, baseados num sistema de amostragem conjugado com auditorias institucionais, segundo metodologia a desenvolver até 2016.

Durante o período 2012-2016 a Agência continuará a desenvolver atividades de investigação relacionadas com a sua área de atuação e acompanhará novos desenvolvimentos no sector, nomeadamente o evoluir do projeto AHELO da OCDE, os projetos U-MAP e U-MultiRank, as políticas de gestão de riscos e a emergência do “*quality enhancement*”. A Agência procederá, ainda, a análises periódicas da rede de ensino superior.

A vertente da internacionalização merecerá especial relevo com a avaliação internacional da Agência e o pedido de inscrição no EQAR. Neste período a Agência procederá à divulgação da problemática da qualidade promovendo a realização de uma Conferência internacional bienal e encetará diligências para o estabelecimento de uma rede de parcerias bilaterais com agências congêneres.

Na prossecução da sua política de qualidade, a A3ES estabelece, designadamente, os seguintes mecanismos de garantia interna da qualidade:

- Elaboração e publicitação de documentação, formalmente aprovada, relativa a normas, regulamentos, procedimentos e instrumentos pertinentes para o funcionamento dos órgãos da Agência e para o desenvolvimento dos processos de avaliação e acreditação;
- Revisão regular das normas que regem os procedimentos de avaliação e acreditação da Agência;
- Monitorização, revisão e atualização regular dos mecanismos e procedimentos de avaliação e acreditação;
- Auscultação regular do Conselho Consultivo da Agência;
- Obtenção de feedback e sugestões de melhoria, através de inquéritos dirigidos às instituições de ensino superior, aos membros das comissões de avaliação externa e aos gestores de procedimentos, sobre a

organização, instrumentos, funcionamento e resultados dos processos de avaliação e acreditação desenvolvidos pela Agência;

- Auscultação informal das instituições de ensino superior e dos seus órgãos representativos a propósito do desenvolvimento de critérios, procedimentos e instrumentos relacionados com os processos de avaliação e acreditação;
- Feedback externo formal a partir do Conselho Científico da Agência, órgão composto por seis personalidades estrangeiras de renome no domínio da garantia da qualidade que anualmente visitam a Agência e emitem uma apreciação sobre a sua organização e funcionamento, bem como recomendações sobre aspetos que considerem importantes para o desenvolvimento e melhoria contínua dos processos;
- Feedback interno regular a partir dos gestores de procedimentos, em resultado de contactos frequentes com os membros executivos do Conselho de Administração que acompanham de perto as diferentes fases dos processos de avaliação e acreditação;
- Processamento de informação recolhida e reflexão prospetiva por parte do Gabinete de Análise e Desenvolvimento;
- Reflexão interna sobre a informação de feedback e as análises prospetivas por parte do Conselho de Administração, que analisa de forma sistemática os comentários, análises e sugestões recebidos, incorporando-os nos processos de tomada de decisão;
- Desenvolvimento de estudos e projetos de investigação com incidência na qualidade dos processos de avaliação e acreditação e acompanhamento crítico de tendências e melhores práticas em garantia da qualidade a nível europeu e internacional, para possível integração nos processos desenvolvidos pela Agência;
- Formação regular dos membros das comissões de avaliação externa e formação especializada dos colaboradores permanentes da Agência;

- Avaliação externa da Agência, de natureza internacional, com periodicidade de cinco anos, nos moldes preconizados nos padrões e orientações europeus para a garantia da qualidade, e a consequente integração na *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA), como membro pleno, e registo no *European Quality Assurance Register* (EQAR).

Na sequência da sua admissão na *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA), já com o estatuto de membro pleno, em junho passado, a Agência requereu de seguida a sua inscrição no *European Quality Assurance Register* (EQAR), a qual veio a ser formalmente aceite em reunião de 2014.11.29.

Com esta dupla adesão da A3ES à ENQA e ao EQAR fica finalmente concluída a integração plena da Agência no Espaço Europeu de Ensino Superior.

1.6 Proposta de referenciais para os sistemas internos de garantia da qualidade apresentados pela A3ES

Os referenciais a seguir apresentados, que se encontram formulados em termos de declarações que caracterizam um sistema interno de garantia da qualidade consolidado e consonante com os padrões europeus e os requisitos legais aplicáveis, têm por objetivo fornecer um conjunto de orientações gerais que possam auxiliar as instituições de ensino superior na conceção e implementação dos seus sistemas de qualidade.

Estes referenciais encontram-se expressos no Manual de Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior, desenvolvido pela A3ES e que serve de guia para as IES Portuguesas.

Referencial 1 - Definição da política e objetivos de qualidade: A instituição consolidou uma cultura de qualidade, apoiada numa política e em objetivos de qualidade formalmente definidos e publicamente disponíveis.

Nesse sentido, a instituição preparou, aprovou formalmente e publicitou documentação em que exprime a política institucional e os objetivos para a qualidade, que inclui, nomeadamente:

- *A estratégia institucional para a melhoria contínua da qualidade e padrões de qualidade;*
- *A organização do sistema de garantia da qualidade, indicando as responsabilidades dos diferentes órgãos e níveis de gestão neste domínio;*
- *As formas de envolvimento dos estudantes e demais partes interessadas (internas e externas) nos processos de garantia da qualidade;*
- *O modo de implementação, acompanhamento e revisão da política para a qualidade.*

Referencial 2 – Definição e garantia da qualidade da oferta formativa: A instituição dispõe de mecanismos para a avaliação e renovação da sua oferta formativa, tendo desenvolvido metodologias para a aprovação, acompanhamento e revisão periódica dos seus cursos e graus.

A instituição promoveu, a este propósito, a definição de:

- *Procedimentos e critérios para organizar, informar e decidir sobre os processos de criação, de modificação, de suspensão ou de extinção de cursos (conducentes ou não a grau), com identificação dos órgãos e partes interessadas internas e externas envolvidos nesses processos;*
- *Sistemas de recolha e análise de informação, incluindo o feedback proveniente de antigos alunos, empregadores e outros parceiros externos relevantes, para servir de base à tomada de decisões quanto à manutenção, atualização ou renovação da oferta formativa;*
- *Procedimentos para a revisão periódica regular dos cursos (com participação de especialistas externos) e para assegurar a implementação das melhorias definidas a partir do processo de revisão;*

- *Objetivos de aprendizagem explícitos para cada curso, os quais se encontram publicamente disponíveis.*

Referencial 3 – Garantia da qualidade das aprendizagens e apoio aos estudantes: A instituição está dotada de procedimentos que permitem promover e comprovar a qualidade do ensino que empreende e garantir que este tem como finalidade fundamental favorecer a aprendizagem dos estudantes.

Para a prossecução deste objetivo, a instituição:

- *Dedica uma atenção meticulosa à conceção e conteúdos de cada curso e do respetivo currículo, promovendo, nomeadamente, a definição explícita e detalhada dos objetivos de aprendizagem de cada unidade curricular do curso, bem como dos conceitos nucleares a adquirir, dos materiais de trabalho disponíveis, das formas de avaliação das aprendizagens e da programação das atividades na leção da unidade curricular, com uma particular atenção ao esforço de trabalho do aluno;*
- *Define as diretrizes e regulamentos respeitantes à organização do ensino e aos estudantes;*
- *Define procedimentos para a seleção e recrutamento de estudantes;*
- *Desenvolve mecanismos para promover o apoio social e acompanhamento psicológico dos estudantes, bem como ações de integração e de promoção do sucesso académico, e promove a avaliação periódica destes mecanismos;*
- *Promove atividades de investigação e inovação para os estudantes;*
- *Define procedimentos para monitorizar, avaliar e melhorar os processos e resultados do ensino e aprendizagem, garantindo o envolvimento de estudantes, docentes e outras partes interessadas relevantes;*
- *Garante que a avaliação dos estudantes é efetuada de acordo com critérios, regulamentos e procedimentos previamente definidos e publicitados, e que são aplicados de forma consistente;*

- *Promove procedimentos para avaliar a integração e evolução profissional dos graduados;*
- *Define mecanismos para lidar com reclamações e sugestões.*

Referencial 4 – Investigação e desenvolvimento: A instituição está dotada de mecanismos para promover, avaliar e melhorar a atividade científica, tecnológica e artística adequada à sua missão institucional.

As políticas de investigação e desenvolvimento da instituição abordam, nomeadamente:

- *Mecanismos de institucionalização e gestão da investigação;*
- *Mecanismos de articulação entre o ensino e a investigação, designadamente no que se refere ao contato dos estudantes com atividades de investigação e inovação desde os primeiros anos;*
- *Mecanismos de valorização económica do conhecimento;*
- *Procedimentos para a monitorização, avaliação e melhoria dos recursos humanos e materiais afetos à investigação e desenvolvimento, da produção científica, tecnológica e artística, dos resultados da valorização do conhecimento e dos resultados da articulação entre o ensino e a investigação.*

Referencial 5 – Relações com o exterior: A instituição está dotada de mecanismos para promover, avaliar e melhorar a colaboração interinstitucional e com a comunidade, nomeadamente quanto ao seu contributo para o desenvolvimento regional e nacional.

No âmbito das políticas de interação com o exterior, a instituição dispõe de procedimentos para promover, monitorizar, avaliar e melhorar as atividades de interface e ação externa, designadamente no que se refere:

- *À colaboração interinstitucional;*
- *À prestação de serviços ao exterior;*

- *À ação cultural, desportiva e artística no exterior;*
- *À integração em projetos e parcerias nacionais;*
- *Ao contributo para o desenvolvimento regional e nacional, adequado à missão institucional;*
- *À captação de receitas próprias através da atividade desenvolvida.*

Referencial 6 – Recursos humanos: A instituição conta com mecanismos apropriados para assegurar que o recrutamento, gestão e formação do seu pessoal docente e pessoal de apoio se efetua com as devidas garantias de qualificação e competência para que possam cumprir com eficácia as funções que lhes são próprias.

Nesse sentido, a instituição:

- *Dispõe de procedimentos que lhe permitem a recolha e análise de informação sobre as necessidades de pessoal docente e de apoio (nomeadamente o perfil funcional e o perfil de competências), de acordo com a sua política de recursos humanos;*
- *Dispõe de mecanismos para a recolha e análise de informação relativa às competências e aos resultados da atuação do pessoal docente e pessoal não docente, com vista à avaliação de desempenho, à formação, à promoção e ao reconhecimento do mérito, e dotou-se de procedimentos para regular e garantir os correspondentes processos de tomada de decisão, implementação e follow-up.*

Referencial 7 – Recursos materiais e serviços: A instituição está dotada de mecanismos que lhe permitem planear, gerir e melhorar os serviços e recursos materiais com vista ao desenvolvimento adequado das aprendizagens dos estudantes e demais atividades científico-pedagógicas.

Com esta finalidade, a instituição dispõe de mecanismos que permitem a recolha e análise de informação relativa à manutenção, gestão e adequação dos recursos materiais e serviços, incluindo os serviços de apoio aos estudantes, e dotou-se de procedimentos para regular e garantir os correspondentes processos de tomada de decisão, implementação e follow-up;

Referencial 8 – Sistemas de informação: A instituição está dotada de mecanismos que permitem garantir a recolha, análise e utilização dos resultados e de outra informação relevante para a gestão eficaz dos cursos e demais atividades.

Neste âmbito, a instituição:

- *Dispõe de mecanismos que permitem obter informação sobre as necessidades e expectativas das diferentes partes interessadas em relação à qualidade das formações e serviços oferecidos;*
- *Conta com sistemas de recolha de informação para o levantamento de resultados e outros dados e indicadores relevantes, que incluem, nomeadamente:*
 - *a progressão dos estudantes e taxas de sucesso;*
 - *a empregabilidade dos graduados;*
 - *a satisfação dos estudantes com os seus cursos;*
 - *a eficácia dos docentes;*
 - *o perfil da população estudantil;*
 - *os recursos de aprendizagem disponíveis e os seus custos;*
 - *os indicadores chave de desempenho adotados pela própria instituição.*
- *Definiu procedimentos para regular e garantir os processos de tomada de decisão relacionados com a utilização dos resultados, bem como as estratégias de atuação para a melhoria dos processos e resultados;*
- *Dispõe de formas de envolvimento das partes interessadas na aferição, análise e melhoria dos resultados.*

Referencial 9 – Informação pública: A instituição está dotada de mecanismos que permitem a publicação periódica de informação atualizada, imparcial e objetiva, tanto quantitativa como qualitativa, acerca dos cursos, graus e diplomas oferecidos e das demais atividades que desenvolve.

Para este efeito, a instituição estabeleceu procedimentos para a prestação regular de informação pública acerca de um conjunto pré-definido de dados e resultados.

Referencial 10 – Internacionalização: A instituição está dotada de mecanismos para promover, avaliar e melhorar as suas atividades de cooperação internacional.

No âmbito das suas políticas de internacionalização, a instituição definiu procedimentos para promover, monitorizar, avaliar e melhorar as atividades de índole internacional, designadamente as relativas:

- *À participação/coordenação em atividades internacionais de educação e formação;*
- *À participação/coordenação em projetos internacionais de investigação;*
- *À mobilidade de estudantes, docentes e funcionários.*

Neste sentido, e considerando que este estudo visa analisar mais especificamente a questão da influência da Internacionalização enquanto fator de medida da qualidade no Ensino Superior, iremos analisar mais a fundo o referencial número 10 – Internacionalização.

Torna-se, então, de extrema importância fazer uma contextualização sobre a importância da Internacionalização no contexto europeu e no contexto nacional para que depois se possa fazer a análise específica nas três Instituições de Ensino Superior, assunto do próximo capítulo.

CAPITULO IV

Internacionalização no Ensino Superior



1 Conceitos de internacionalização do Ensino Superior

Knight & De Wit (1995) defendem que o processo de internacionalização é um ciclo contínuo e não um processo estático ou linear, propondo assim um ciclo institucional. Este ciclo tenta identificar as fases no processo de integração da dimensão internacional na cultura e nos sistemas de uma instituição. O ciclo divide-se em seis fases, pelas quais uma instituição deve passar ao seu ritmo. Entre cada fase irá existir um fluxo bidirecional.

Arum & Van de Water (1992) citados por Knight & De Wit (1995) tentaram criar uma definição de internacionalização mais clara. Estes autores pesquisaram definições usadas nos Estados Unidos durante os 30 anos anteriores e combinaram três elementos principais:

1. conteúdo internacional do curriculum;
2. movimento internacional de académicos e estudantes relacionado em estágios e investigação;
3. assistência técnica internacional e programas de cooperação.

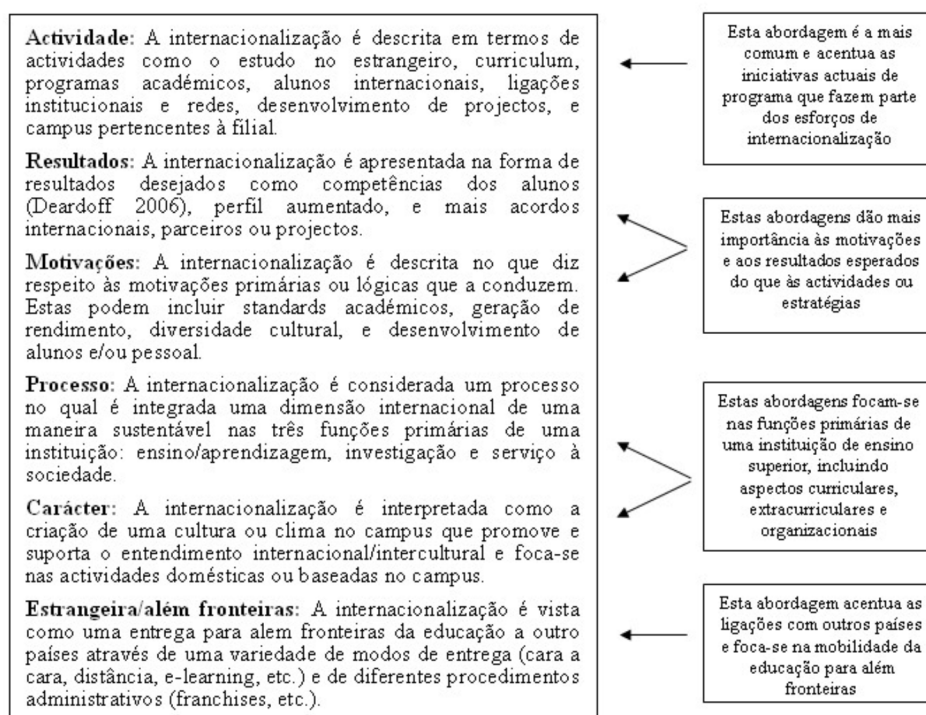
Ebuchi (1990), citado por Knight & De Wit (1995) tem em conta as três dimensões funcionais das instituições: ensino, investigação e serviços, vendo a internacionalização como um processo pelo qual as funções de ensino, investigação e serviços do sistema de ensino superior se tornam internacionais e compatíveis entre culturas.

Por outro lado, Harari (1989), (citado por (Knight & De Wit, 1995) sugeriu que a educação internacional não deve só incluir o curriculum, os intercâmbios internacionais de alunos/professores, os programas cooperativos com a comunidade, estágios e vastas matrizes de serviços administrativos, mas deve igualmente pontuar por envolver um compromisso distinto, atitudes,

sensibilidade global, uma orientação e dimensão que transcenda a instituição toda e molda o seu carácter.

Num artigo mais recente, Knight (2010) apresenta um total de seis abordagens possíveis à internacionalização (conforme ilustrado na fig. 2).

Fig.2 – Seis Abordagens possíveis à Internacionalização



Fonte: adaptado de Knight (2010) (p.10)

Esta tipificação por abordagens ajuda as instituições a refletir nas características dominantes da sua abordagem atual à internacionalização ou a identificarem a abordagem que gostariam de adotar (Knight, 2010).

Segundo Teichler (2009), o termo internacionalização tem sido empregue tendo em conta sete temas:

1. Mobilidade física, de estudantes e docentes, trata-se da atividade internacional mais visível e está em primeiro plano nos programas que têm como objetivo promover a internacionalização;

2. Reconhecimento de períodos de estudo no estrangeiro é o segundo maior tema, e está relacionado com o primeiro, uma vez que se refere aos resultados da aprendizagem de um país que serão aceites como equivalente ao que é esperado ser aprendido noutra país;
3. Transferência de conhecimento, como por exemplo patentes ou educação transnacional como um modo de transportar programas de estudo para além fronteiras, entre outras. Segundo a opinião do autor, este ponto tem um maior peso do que a mobilidade de alunos e académicos;
4. Perspetiva internacional dos conteúdos utilizados no ensino, aprendizagem e investigação. O conhecimento universal pode ser mais facilmente transportado entre países do que qualquer outro tipo de conhecimento. O conhecimento da língua estrangeira é uma ferramenta indispensável para a comunicação além-fronteiras, a não ser que os parceiros de comunicação partilhem a mesma língua mãe ou seja adotada uma língua franca académica. Em algumas disciplinas os aspetos internacionais têm elevada importância.
5. Atitude, institucional e individual, mais aberta para com a abordagem internacional. Os estudantes e possivelmente os académicos são a questão mais importante da internacionalização. Por exemplo: foram criados vários programas de apoio à mobilidade de alunos com a esperança que haja um entendimento global, visões favoráveis do país parceiro e uma crescente empatia por outras culturas, entre outros aspetos...

Estes 5 temas são vistos como temas genuínos da internacionalização. Existem mais dois outros itens regularmente referidos, mas não têm um papel tão importante. Estes temas são:

1. Convergência das estruturas de ensino superior nacionais. Por um lado, uma variedade de sistemas nacionais de ensino superior são considerados benéficos para promover aos alunos em mobilidade a oportunidade para aprenderem através dos contrastes, e assim

compreenderem melhor a diversidade. Por outro lado, a declaração de Bolonha, assinada em 1999, veio fazer uma convergência estrutural dos sistemas de ensino superior na Europa, facilitando a mobilidade de alunos intraeuropeia.

2. O processo reformativo interno, uma vez que a internacionalização é ressaltada como um argumento para quase todas as reformas do ensino superior. A educação superior deve melhorar em vários aspetos para não ficar para trás na concorrência mundial e para ser bem-sucedida no que diz respeito os *standards* internacionais. Os esforços para a melhoria da qualidade são vistos como parte da competição global.

Segundo Qiang (2003) pode argumentar-se que esta definição não aponta nenhum objetivo do processo de internacionalização, podendo sugerir que a internacionalização é por si só um fim, enquanto que em muitos países é vista como uma forma para atingir um objetivo mais amplo, por ex.: melhoria da qualidade, reestruturação e reforço dos serviços e sistemas de ensino superior (Van der Wende, 1997, citado por Qiang, 2003).

Quiang (2003) refere que se pretende incluir na definição *“qualquer esforço sistemático sustentado destinado em fazer o ensino superior sensível aos requerimentos e desafios relacionados com a globalização das sociedades, economia e mercados de trabalho”*. Pode, então, dizer-se que tal definição não vê a internacionalização como um objetivo, mas sim como um recurso no desenvolvimento do ensino superior (Qiang, 2003).

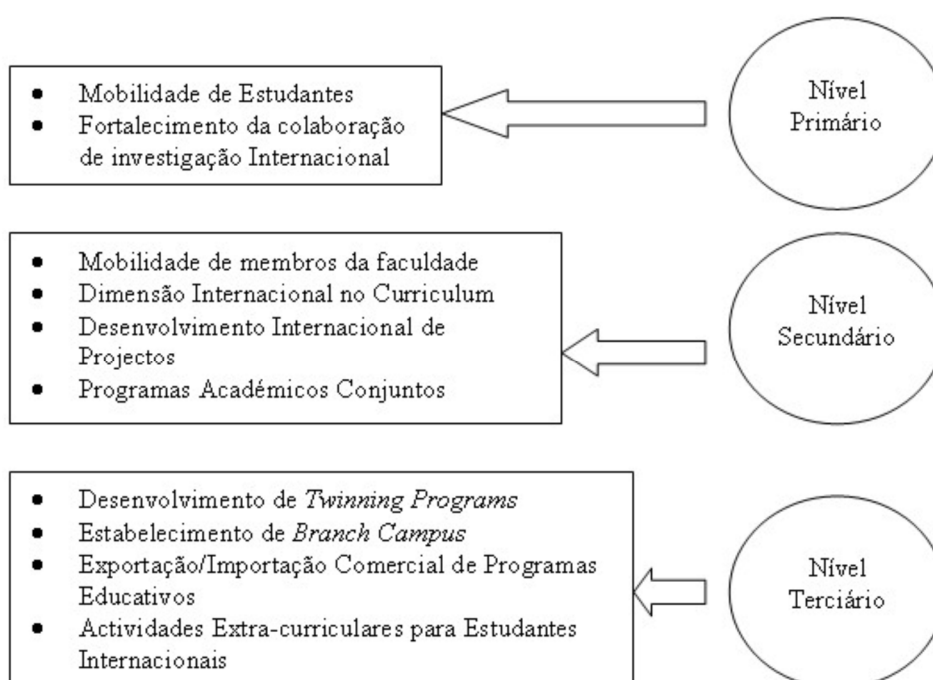
Segundo Jofin (2009), a abordagem de “internacionalização do ensino superior” varia dependendo das características das partes interessadas tais como o governo, gestão da instituição, membros da instituição, disciplinas académicas e alunos.

Atkinson (2001), (citado por Jofin (2009)) descreve a internacionalização do ensino superior como uma das maneiras pelas quais um país responde ao

impacto da globalização, respeitando a individualidade da nação. A história de um país, a sua cultura bem como os seus recursos e prioridades, entre outras aspetos, moldam a resposta e as relações para com outros países (Qiang, 2003).

A IAU (*International Association of Universities*), no seu “Survey (2003)” agrupou os “Aspetos da internacionalização” mais importantes em três níveis de importância: primário, secundário e terciário, tal como ilustrado na Figura 3.

Fig. 3 – Aspetos Importantes da Internacionalização



Fonte: Jofin (2009) (p.9) baseado em IAU (2003) (p. 15)

Organizações internacionais, tais como a OCDE (*Organization for Economic Co-operation and Development*) e o GATS (*General Agreement on Trade in Services*), reconhecem também a dimensão internacional das atividades IES. A OCDE encara a internacionalização de IES como o complexo de processos do qual o efeito combinado, planeado ou não, tem o objetivo de enriquecer a dimensão internacional da experiência de ensino superior nas instituições de ensino (Jofin (2009). Por seu lado, GATS reconhece a educação como um serviço produzido e

consumido domesticamente, mas também trocado internacionalmente. (Mark Bray, 2003 citado por Jofin, 2009).

A Associação Europeia para a Educação Internacional (EAIE) vê a internacionalização como o conjunto de processos pelos quais o ensino superior se torna menos nacional e mais internacional (Knight& De Wit, 1995).

2 O fenómeno da Internacionalização do Ensino Superior

As exigências atuais das sociedades atribuem um papel determinante à cooperação internacional no domínio do ensino superior e da investigação científica. Reconhece-se que a coerência dos fluxos que dão corpo à internacionalização é explicada por diversas vias, designadamente através de assumidas estratégias nacionais, de iniciativas institucionais isoladas, de redes de base empresarial, de dinâmicas familiares, de opções individuais ou ainda de aproximações que resultam de afinidades culturais.

As razões que determinam, no âmbito de cada espaço nacional, a valorização da internacionalização do ensino superior são também diversas e ajustam-se à situação concreta em que cada um dos países se encontra. Mas há cada vez mais países a assumirem formalmente as respetivas estratégias de internacionalização de ensino superior e a assumi-las como opções nacionais.

Em certos casos estamos perante a adoção de políticas de fomento da mobilidade destinadas a reforçar a formação dos jovens, estimulando a aquisição de competências de aprendizagem, científicas e tecnológicas, de proficiências linguísticas, de capacidades multiculturais e de aptidões internacionais. Resultam deste enquadramento a criação de condições para a circulação internacional dos estudantes e dos diplomados, num movimento que lhes proporcionará a aquisição de competências específicas e transversais, quer em contexto de ensino, quer profissional, o que não deixará de contribuir para o prestígio da respetiva nacionalidade.

Noutros casos, com especial incidência nos países emergentes, as estratégias de desenvolvimento apostam na qualificação de recursos humanos, garantindo que com esse investimento aumenta a incorporação de conhecimento nas atividades, reforçam a sua produtividade, permitindo um desempenho competitivo semelhante às economias mais desenvolvidas.

Outros casos há em que as estratégias nacionais, baseadas em sistemas de ensino superior estáveis e com tradição, privilegiam a promoção externa desses sistemas, considerando-os como um serviço transacionável e beneficiando da exportação desses serviços de formação superior.

Finalmente, ainda se podem identificar estratégias que colocam o acento tónico na promoção do sistema de ensino superior como elemento central de reforço da economia do conhecimento, com os benefícios decorrentes da complexidade e da diferenciação que essa intervenção implica.

As componentes, expostas atrás de forma simplificada, integram as estratégias nacionais ainda que com expressões e intensidades diferenciadas, evidenciando, para cada caso, aquelas que melhor se ajustam à situação particular de cada país.

Em suma, encontramos em todos os países estratégias, mais ou menos explícitas, que pretendem executar linhas de força que conduzem à internacionalização do sistema de ensino superior e das suas instituições (Hénard *et al*, 2012).

Estas estratégias reconhecem que a internacionalização dos sistemas de ensino superior, utilizando embora diferentes modalidades, introduziu fatores de exigência e de qualidade no seu funcionamento e permitiu um diferente relacionamento com a sociedade. Neste âmbito reconhece-se o papel desempenhado pela ciência, no quadro do triângulo do conhecimento (formado pelas políticas da investigação, educação e inovação), o qual se constrói a partir da interação entre instituições de I&D, na animação de redes, na densificação do relacionamento entre equipas de investigação, em resultado da circulação de investigadores, da colaboração institucional e da valorização social desse conhecimento.

As principais modalidades que concorrem para a internacionalização dos sistemas de ensino superior dizem respeito a:

- a) Mobilidade de estudantes, de investigadores, docentes e pessoal não docente;
- b) Organização de projetos internacionais, na área da formação, da I&D e da transferência de tecnologia.

O equilíbrio alcançado nestes dois vetores pelas instituições de ensino superior é importante para fomentar a respetiva internacionalização. Quando exclusivamente centrada na mobilidade de estudantes, a internacionalização fica reduzida apenas a aspetos quantitativos, valoriza em excesso a competição entre as instituições (quem consegue atrair mais estudantes) e pode descurar a cooperação em ciência e tecnologia que deveria ser um dos aspetos centrais da internacionalização.

Por esse motivo, a OCDE releva o conteúdo diversificado da internacionalização e insiste que, ao nível das instituições de ensino superior, as principais razões que impulsionam a respetiva internacionalização podem ser sintetizadas em cinco níveis (Hénardet *al*, 2012):

- » incentivo à melhor preparação dos estudantes;
- » internacionalização dos *curricula* das formações;
- » afirmação do perfil internacional da instituição;
- » reforço da investigação e da produção de conhecimento;
- » incorporação de diversidade nos corpos docente e administrativo.

De acordo com o Relatório do grupo de trabalho MADR/MEC “*Uma estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português: Fundamentação e Recomendações*” apresentado em Maio de 2014, o fenómeno da internacionalização do ensino superior está presente nas preocupações da generalidade dos países. A própria União Europeia tem divulgado um conjunto de posições através das quais sublinha a importância do ensino superior e avança

com três categorias de ações que deveriam estar presentes nas estratégias de internacionalização:

- promoção da mobilidade internacional de estudantes, professores, investigadores e de pessoal não docente;
- promoção da internacionalização e do desenvolvimento dos *curricula* e da aprendizagem digital;
- incentivo à cooperação estratégica, às parcerias e ao reforço das capacidades institucionais.

Neste relatório é, também, referido que o ensino superior português beneficia de condições particulares que advêm dos grandes espaços internacionais nas quais Portugal está integrado: a União Europeia e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para além disso, o País tem fortes relações históricas, culturais e civilizacionais com outras partes do mundo, que constituem áreas naturais de potencial relacionamento.

Os estudantes internacionais em Portugal, incluindo os participantes no programa Erasmus, superaram, no ano letivo 2013/2014, os 31.000, sendo que 85% são oriundos de países da CPLP ou da União Europeia.

Ainda neste relatório é apresentada uma estratégia que aponta para uma aposta clara na colaboração entre instituições, através da multiplicação de formações em consórcio (principalmente pós-graduações), as quais permitem estruturar conjuntamente *curricula*, promover relações entre investigadores, conceber projetos com execução cruzada e fomentar a mobilidade de estudantes, professores e investigadores.

Um segundo domínio forte desta Estratégia consiste na ampliação da oferta de cursos na modalidade de ensino a distância, associando instituições de ensino presencial com outras vocacionadas para o ensino a distância e cobrindo uma oferta diversificada de graus, de cursos de curta duração (designadamente de português) e dos designados MOOC.

A mobilidade é outra área cujo desenvolvimento se considera crucial. Neste campo, considera-se que há uma ampla margem de progresso para a atração de mais estudantes internacionais – com o objetivo de duplicar o seu efetivo até 2020.

2.1. Motivações para a Internacionalização

A internacionalização é uma palavra usada recorrentemente nas atuais discussões sobre o futuro das universidades e o lugar destas na sociedade de conhecimento. Têm sido sugeridos vários indicadores com a finalidade de medir o desempenho das organizações universitárias. A internacionalização constitui uma das dimensões sob análise.

O processo de abertura e de contacto entre os países tem imposto mudanças nos padrões de cooperação internacional, no que respeita aos campos académico, científico e tecnológico (Callan, 2000; Hartmann, 2010).

Para que se possa entender a internacionalização no contexto universitário, é imperativo perceber que ela não define um contexto de ação e de política que possamos assumir integralmente como novo. Antes de mais, a internacionalização integra-se no complexo processo de globalização que, juntamente com a penetração dos princípios neoliberais, tem conduzido as universidades para uma crescente tendência empreendedora e mercantilizada (Santos, 2008), a qual se encontra ligada à ideia de que o investimento em ciência e tecnologia reflete a emergência de uma sociedade do conhecimento, baseada na dependência de pessoal altamente qualificado, base do desenvolvimento económico e social (Altbach e Knight, 2007).

Ainda, de acordo com Altbach e Knight (2007), podemos argumentar que a postura global exigida às instituições é fruto das redes de interdependências que caracterizam a globalização. As universidades, cuja evolução histórica se alicerça na independência face à política e às pressões económicas, vêm-se agora equiparadas a uma empresa que gerem e procuram recursos materiais e simbólicos, capazes de sustentá-las no tempo.

Desta forma, a internacionalização, entendida como a ação de mostrar fora aquilo que é concebido internamente ou que se produz dentro de um sistema - o que não implica necessariamente envolvimento com o exterior - responde às exigências propostas por essa postura global.

A dimensão internacional do ensino e da investigação sempre foi algo presente ao longo da história (Miura, 2006; Morosini, 2006; Stallivieri, 2007), embora apenas recentemente se tenha dado atenção a este fenómeno. É possível perceber que a ideia de universidade com integração internacional, ou modelo mundial de universidade, não é nova (Knight, 1999; 2003; 2006; Knight e De Wit, 1995).

A internacionalização caracteriza presentemente grande parte das relações entre as universidades (Morosini, 2006), contribuindo para a mobilidade dos recursos humanos da ciência e tecnologia. Acima de tudo, ela é considerada como um mecanismo indispensável para o desenvolvimento das universidades (Soderqvist, 2002) e, numa escala maior, dos próprios países, pois promove a circulação de conhecimento e a cooperação, favorecendo a criação de redes.

Uma das dimensões importantes passa pelas inúmeras políticas que se constroem para a dinamização da dimensão internacional, sendo este um fator considerado na avaliação das universidades (Magalhães e Rodrigues, 2000).

A pressão para a internacionalização está, neste momento, a penetrar nos discursos e práticas dos atores envolvidos com o processo de trabalho nas universidades e suas formas de administração. Um dos mecanismos mais visíveis desta penetração consiste no incremento acelerado e detalhado dos sistemas de avaliação do desempenho institucional e individual, nos quais a internacionalização, definida de forma diversa e por vezes dispare, é um indicador fundamental.

O impacto da avaliação das universidades e dos centros de investigação é de tal forma elevado que, num contexto de crescente competitividade entre instituições do ensino superior, as universidades de investigação apenas podem subsistir, enquanto integradas em redes internacionais (Albino, 2008).

Assim como existem muitas maneiras para definir internacionalização, existem também diferentes motivações para integrar uma dimensão internacional no ensino superior (Qiang, 2003). As motivações podem variar entre instituições diferentes, refletindo circunstâncias locais, tradições e cultura (Taylor, 2010).

Fazendo uma compilação dos motivos mais frequentemente citados na literatura, Qiang (2003) enumera as seguintes razões para a internacionalização do ensino superior:

1. Competitividade económica,
2. Segurança nacional,
3. Promoção da paz e das boas relações entre nações,
4. Autodesenvolvimento num mundo em mudança;
5. Redução financeira devido ao aumento do empreendedorismo académico

IAU (2003) defende 12 motivos para a adoção da internacionalização:

1. Mobilidade e intercâmbio de alunos e professores,
2. Colaboração no ensino e investigação,
3. *Standards* académicos e qualidade,
4. Projetos de investigação,
5. Cooperação e desenvolvimento de assistência,
6. Desenvolvimento do curriculum,
7. Entendimento internacional e intercultural,
8. Promoção e perfil da instituição,
9. Diversificação da origem do corpo docente e alunos,
10. Questões regionais e integração,
11. Recrutamento de alunos internacionais
12. Diversificação das fontes de geração de rendimento.

2.2. Estratégias de Internacionalização

Para Knight (2009) as estratégias de internacionalização são entendidas como as iniciativas tomadas para internacionalizar uma instituição sendo que as IES adotam uma dimensão internacional de modo a promoverem o seu perfil institucional na era da “educação globalizada”. Contudo, esta adoção de uma dimensão internacional deve englobar tanto as atividades académicas como os fatores organizacionais, tornando-se central para alcançar uma implementação bem-sucedida e sustentável das estratégias de internacionalização (Jofin, 2009).

Jofin (2009) refere que a universidade de Tokyo (2005) apresenta cinco estratégias importantes para a internacionalização das IES, são elas:

- Provisão de um alto standard de educação reconhecido internacionalmente;
- Enriquecimento de atividades de investigação fortalecendo redes de investigação internacional;
- Promoção de cooperação com a sociedade internacional;
- Melhoria da infraestrutura para promover a “internacionalização interna”;
- Formulação de um plano de internacionalização a longo prazo.

Estas estratégias têm implicações globais e requerem a participação de toda a instituição.

A estratégia para implementação da dimensão internacional nas instituições é a inicialmente desenvolvida por Knight & De Wit (1995) e aprofundada por Knight (1999; 2010) e consiste no desenvolvimento da abordagem de processo, onde é dada ênfase ao conceito de enriquecimento e sustentação das dimensões internacionais da investigação, ensino e serviço.

Qiang (2003) e Knight (1999) referem que existem dois tipos genéricos de estratégias, as de programa e as organizacionais. Ambas são necessárias para internacionalizar uma instituição de ensino. Estas estratégias são muito distintas na sua orientação, mas complementam-se e reforçam-se uma à outra. Por um lado, temos as estratégias de programa/académicas, que se dividem em 4 categorias principais:

1. Programas académicos;
2. atividades escolares e investigação;
3. atividades extracurriculares;
4. relações externas e serviços.

Cada instituição deve ter claros os motivos pelos quais se quer internacionalizar e os objetivos que pretende atingir. Quando os motivos e os objetivos estão articulados o próximo passo é assegurar que as estratégias de programa apoiam e são consistentes com a intenção e as expectativas de internacionalização da instituição (Knight, 1999).

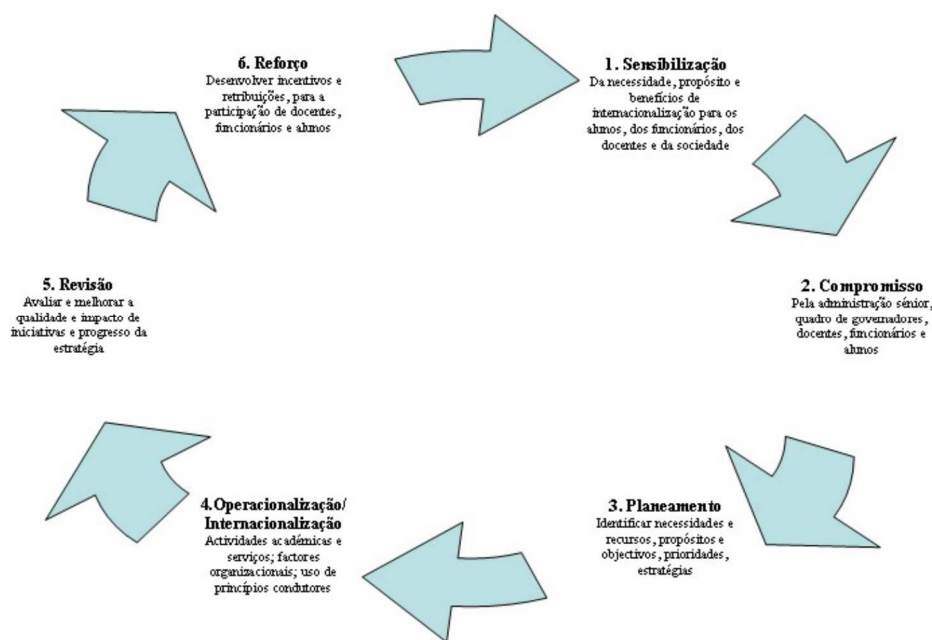
Por outro lado, as estratégias organizacionais incluem políticas, procedimentos, sistemas e infraestruturas de suporte que facilitam e sustentam a dimensão internacional de uma universidade. Incluem as iniciativas que ajudam a assegurar que a dimensão internacional é institucionalizada através de recursos humanos, políticas e sistemas administrativos apropriados. O foco nas estratégias organizacionais é o que distingue a abordagem de processo das outras abordagens, dado que salienta a importância de integrar uma dimensão internacional na declaração da missão da instituição e promoção de sistemas que asseguram que a dimensão internacional é institucionalizada. Estas estratégias também se dividem em quatro categorias genéricas: administração, operações, serviços e recursos humanos.

Knight (1999) refere que cada organização tem a sua própria cultura organizacional e sistemas de administração/operação que afetam a escolha e o sucesso de diferentes estratégias.

Knight & De Wit (1995) defendem que a internacionalização precisa de ser inserida na cultura, política, e nos processos de planeamento e organização da instituição para que não seja marginalizada ou considerada como passageira.

Ainda, Knight & De Wit (1995) sublinham que a internacionalização do ensino superior envolve diferentes tipos de atividades académicas e extracurriculares praticadas pelas instituições, incluindo o desenvolvimento e inovação do curriculum, e intercâmbio de programas académicos, alunos e professores, assistência tecnológica, formação intercultural, recrutamento de alunos estrangeiros e iniciativas de investigação conjunta.

Figura 4 – Ciclo de internacionalização de Knight



Fonte: Knight & De Wit (1995) (p.26)

Knight & De Wit (1995) expõem as fases do ciclo de internacionalização:

- **Sensibilização**: da necessidade, propósito e benefícios da internacionalização dos estudantes, dos funcionários, dos docentes e da sociedade.

- Comprometimento: construção de um compromisso ao processo de integração de uma dimensão internacional no ensino/aprendizagem, investigação e funções administrativas de uma IES.
- Planeamento: desenvolvimento de um plano compreensivo ou estratégia para a internacionalização de uma IES, identificação das necessidades e recursos, propósito e objetivos, prioridades.
- Internacionalização: implementação dos diferentes aspetos de uma estratégia internacional e criação de uma cultura de apoio.
- Revisão: avaliação e melhoria contínua da qualidade e impacto dos diferentes aspetos do processo de internacionalização.
- Reforço: desenvolvimento de incentivos, reconhecimento e recompensas para a participação da instituição, do pessoal e dos alunos.

2.3. Enquadramento

O fortalecimento da internacionalização do ensino superior, na dupla componente de mobilidade de elementos das comunidades académicas e de organização conjunta de projetos de formação, de investigação e de transferência de conhecimento, depende em larga medida da qualidade associada aos sistemas e às instituições de ensino superior de cada país. Esse nível de exigência e de excelência apresenta-se como condição necessária para suscitar preferências, para fundamentar opções e para garantir um ambiente de confiança.

Admite-se que o fluxo de estudantes que circulam entre países, procurando áreas de formação e de investigação adequadas aos seus percursos formativos, recorra de forma crescente à informação sobre a qualidade das opções que têm à sua disposição. Acontece assim nas parcerias institucionais estabelecidas em torno de projetos, no âmbito das quais são sempre procuradas e desafiadas as instituições que podem gerar benefícios mútuos em resultado do respetivo nível de desempenho.

No âmbito do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), impulsionado pelo Processo de Bolonha, estruturou-se um modelo de garantia de qualidade que foi entendido como condição para a remoção dos obstáculos à mobilidade e para o reforço da confiança mútua entre sistemas. Praticamente todos os países signatários da Declaração de Bolonha criaram as suas agências de avaliação e acreditação que, de forma independente e com base em padrões gerais comuns, certificam a qualidade das formações e das instituições, nos diversos sistemas europeus de ensino superior.

Para além do EEES, existem diferentes opções, evidenciando-se, por exemplo, as universidades norte americanas (E.U.A. e Canadá) que criaram esses mecanismos no interior das próprias instituições. Reconhece-se, contudo, que o modelo europeu se está a generalizar para outras realidades continentais, designadamente em África, constituindo um forte instrumento para introduzir normas de qualidade em sistemas que sofrem (e sofrerão nos próximos anos) uma enorme massificação na procura.

Neste campo, e paralelamente à ação das agências de avaliação e acreditação, têm sido muito publicitados diversos *rankings*, os quais pretendem estabelecer hierarquias entre as universidades. A generalidade desses *rankings*, embora proporcione informação relevante sobre as diversas formações e instituições, não integra as condições concretas de acolhimento que, em muitos casos, marcam o perfil das instituições.

O acesso às variáveis que estão na base de cada um dos *rankings* permite perceber qual a orientação que cada um deles perfilha e, dessa forma, utilizar adequadamente esses instrumentos. Mas a padronização, que muitas dessas iniciativas pressupõem, atenta contra a diversidade que é, reconhecidamente, um dos elementos caracterizadores das instituições de ensino superior. Nalguns casos, conduz mesmo a situações insólitas, com a que levou a que certas universidades internacionais publicitassem a contratação de personalidades detentoras do Prémio Nobel, elemento significativo para subirem no ranking de determinadas classificações.

Merece, contudo, referência a iniciativa da Comissão Europeia para a elaboração do *U-Multirank*, introduzindo diversos níveis de comparabilidade entre instituições, baseados num conjunto de indicadores distribuídos por cinco dimensões: ensino, investigação, transferência, internacionalização e inserção regional. Embora este sistema funcione utilizando informações fornecidas pelas próprias instituições, como se se tratasse de um procedimento de autoavaliação, estas poderão ser, contudo, analisadas pelo critério que se entender mais adequado, o que permitirá que qualquer estudante escolha a instituição que mais pareça ajustar-se à sua opção, ou que o docente identifique os parceiros mais próximos da sua área específica de investigação ou, ainda, que os funcionários selecionem a instituição onde poderão aprofundar os seus conhecimentos relativos a aspetos administrativos, de gestão ou de informação relacionados com a dinâmica das instituições de ensino superior.

2.3.1. Enquadramento nacional

Assumindo-se que a internacionalização do ensino superior português é um desígnio nacional, adotado pelas instituições e beneficiando, no futuro, de um apoio reforçado proporcionado pelo Governo, registe-se que essa abertura é facilitada por um conjunto de condições e vantagens que importa recordar.

De acordo com o Relatório do grupo de trabalho MADR/MEC “*Uma estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português: Fundamentação e Recomendações*” há que considerar, em primeiro lugar, que a inserção de Portugal na CPLP permite valorizar a língua portuguesa, como instrumento de comunicação e de cultura, mas também de conhecimento e de ciência. No mundo de hoje, cerca de 250 milhões de pessoas (2010) estão inseridos em países que têm a língua portuguesa como idioma oficial, correspondente a 3,7% da população mundial e distribuindo-se pelos cinco continentes.

A importância da língua portuguesa, associada a padrões culturais diversificados e revelando um significativo potencial no âmbito global, obriga a prestar uma justificada atenção à sua valorização. Nesse sentido tomaram-se recentemente

medidas que pretendem consolidar o papel global da língua portuguesa, de que o Acordo Ortográfico poderá ser, após a sua adoção pelos países da CPLP, um dos instrumentos.

Os países que integram a CPLP têm todos eles, com exceção de Portugal, um enorme segmento de população jovem que, na maior parte desses territórios, não teve ainda acesso ao sistema de ensino superior. A previsão da procura de ensino superior anuncia, para os próximos anos, a presença de um fluxo explosivo, que abrange um elevado número de jovens, para os quais a dimensão oferta dos respetivos países não irá conseguir satisfazer na totalidade a respetiva procura. O sistema português pode ter aí um papel importante devido à sua proximidade linguística e cultural.

2.3.2. Enquadramento Internacional

A internacionalização do ensino superior, embora não seja um fenómeno novo, ganhou nos últimos anos uma relevância extraordinária em consequência do fenómeno da globalização, do desenvolvimento tecnológico promovido em rede e da crescente interconexão e interdependência das instituições de ensino superior, alterando a sua posição na sociedade e no mundo.

O mundo global apresenta inúmeras oportunidades para a transferência de conhecimentos e para o reforço da colaboração entre as instituições de ensino superior, com vista a atingir resultados cada vez mais exigentes. Assiste-se a uma maior cooperação e, simultaneamente, a uma maior competição entre instituições, de forma a incrementar a qualidade, aumentar o número de projetos conjuntos e a partilha de boas práticas. Refira-se, neste contexto, a importância da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal técnico e administrativo, com consequências no aumento de competências linguísticas e interculturais, na internacionalização dos *curricula*, no acesso a novas metodologias, com todos os impactes a nível interno e externo que daí resultam.

Mais recentemente, a internacionalização do ensino superior tem passado também pelo desenvolvimento de modalidades diversas de educação transnacional (p.ex. instalação de *campi* noutros países e aposta no *e-learning*), assim como o estabelecimento de cursos conjuntos com dimensão internacional. Estamos, assim, numa nova era de conhecimento global e de rápido desenvolvimento tecnológico, que tem vindo a alterar as exigências e as expectativas dos estudantes e dos empregadores, reduzindo distâncias e aproximando instituições, o que tem dado origem a um maior empenho, a nível governamental e das próprias instituições, para a modernização e internacionalização do ensino superior.

Um número significativo de países tem desenvolvido estratégias nacionais para a internacionalização do respetivo ensino superior e das suas instituições. Um passo importante tem incidido na redução de obstáculos legislativos e administrativos (p.ex. vistos, estabelecimento de cursos conjuntos, reconhecimento académico), no apoio à promoção e ao desenvolvimento de ferramentas informativas (p.ex. portais, brochuras, participação em feiras), no desenvolvimento de uma marca nacional, e, em alguns casos, na criação de programas de bolsas para a mobilidade, seja *incoming* seja *outgoing* de estudantes, docentes, investigadores e funcionários.

O contexto internacional é sobretudo influenciado pelo fenómeno da massificação do ensino superior e pelo conseqüente crescimento exponencial do número de estudantes que nos últimos anos têm acedido ao ensino superior. Esse crescimento é confirmado com as projeções de crescimento para o futuro próximo. No virar do século, havia cerca de 99,4 milhões de estudantes no ensino superior em todo o mundo. As projeções da OCDE, para o ano de 2030, apontam para cerca de 415 milhões de estudantes e, em 2035, para 520 milhões de estudantes, ou seja, um aumento superior a quatro vezes no espaço de uma geração.

3. A estratégia da União Europeia para o período 2014-2020

A posição da União Europeia no que respeita à internacionalização do ensino superior europeu encontra-se sintetizada na Comunicação da Comissão de 11 de julho de 2013 e enquadra-se no âmbito da *“Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”*. Esta iniciativa da União Europeia surgiu na sequência das conclusões do Conselho de 11 de maio de 2010 e dos documentos estratégicos *“Modernização dos Sistemas de Ensino Superior da Europa”* e *“Repensar a Educação”*.

A Comissão Europeia, nesses documentos, encoraja os Estados-Membros a proporcionar as condições adequadas à internacionalização do ensino superior europeu, tanto a nível nacional, como regional, eliminando, entre outras questões, os obstáculos legais e administrativos à mobilidade ainda existentes.

A análise da Comissão Europeia reconhece que *“vários Estados-Membros e muitas instituições de ensino superior já dispõem de estratégias para a internacionalização do ensino superior”*, mas refere que *“estas tendem a incidir essencialmente na mobilidade dos alunos”*, e que *“a cooperação académica internacional encontra-se ainda fragmentada, resultando mais da iniciativa de académicos individuais ou de equipas de investigação e não estando necessariamente associada a estratégias institucionais ou nacionais”*.

A Comissão Europeia adverte que as estratégias de internacionalização, para serem eficazes, devem também incluir *“o desenvolvimento de currículos internacionais e de parcerias estratégicas, procurar novas formas de transmissão dos conteúdos e assegurar a complementaridade com as políticas nacionais mais amplas de cooperação externa, desenvolvimento internacional, migração, comércio, emprego, desenvolvimento regional, investigação e inovação”*.

A Comissão Europeia reconhece igualmente que *“não existe uma abordagem única”*, e que os Estados-Membros devem *“ajustar as suas estratégias nacionais, de modo a reforçar as suas potencialidades e a sua presença internacional e atrair talentos, tendo em consideração quer a escassez de competências a nível nacional e*

a falta de competências interculturais, quer os conhecimentos e necessidades de investigação dos seus países parceiros em desenvolvimento”.

A Comissão identifica que uma “*estratégia global de internacionalização deverá incluir determinadas ações prioritárias, agrupadas em três categorias:*

- a) Promover a mobilidade internacional dos alunos e do pessoal;*
- b) Promover a internacionalização e o desenvolvimento dos currículos e a aprendizagem digital;*
- c) Incentivar a cooperação estratégica, as parcerias e o reforço das capacidades”.*

E recomenda que tais categorias “*não devem ser consideradas isoladamente, mas enquanto elementos integrados de uma estratégia global”.*

Desenvolver uma estratégia global de internacionalização significa posicionar as instituições de ensino superior, os seus estudantes, investigadores e pessoal, bem como os respetivos sistemas nacionais, num plano mundial, de acordo com o seu perfil individual, as necessidades do mercado de trabalho e a estratégia de desenvolvimento do país.

Na sua comunicação, a Comissão Europeia refere que as instituições de ensino superior europeias devem “*posicionar-se de acordo com as suas potencialidades na educação, na investigação ou na inovação e criar parcerias dentro e fora da Europa que reforcem e complementem os seus perfis individuais*” e que a “*cooperação com os países em desenvolvimento e respetivas instituições de ensino superior deve ser um elemento importante das estratégias de internacionalização nacionais e institucionais*”.

A Comissão conclui que no âmbito do quadro financeiro plurianual de 2014-2020, através do Programa *Erasmus +* e *Horizonte 2020*, o valor acrescentado da União Europeia, no respeito pela autonomia das instituições de ensino superior, consiste em “*garantir um maior apoio a nível das políticas e dos incentivos financeiros a favor de estratégias de internacionalização*”.

Mais recentemente, a conferência da Presidência sobre o Ensino Superior Europeu no Mundo, realizada em Viena, em 5 e 6 de setembro de 2013, salientou a necessidade de os Estados-Membros e as instituições de ensino superior desenvolverem estratégias globais de internacionalização que:

- reforcem a qualidade e a competitividade do ensino superior europeu;
- superem a mobilidade e tenham cada vez mais em conta a dimensão mundial na conceção e conteúdo dos currículos e dos processos de ensino e aprendizagem (também referidos como "internacionalização interna");
- orientem a sua ação para um leque mais diverso e para um maior número de estudantes, combinando novos recursos digitais com formas mais tradicionais de ensinar e aprender, sem deixar de garantir uma qualidade elevada; e
- reforcem a cooperação para o desenvolvimento através de parcerias estratégicas e do desenvolvimento de capacidades institucionais.

Nessa conformidade, o Conselho da União Europeia, na sua reunião de janeiro de 2014, convidou os Estados-Membros a colaborar com os estabelecimentos do ensino superior, respeitando devidamente a sua autonomia e a prosseguir abordagens estratégicas globais que visem a internacionalização nas categorias atrás referidas.

Refiram-se, ainda, as conclusões do Conselho de 28/29 de novembro de 2011 que estabeleceram um critério de referência segundo o qual, até 2020, pelo menos 20 % dos diplomados do ensino superior da UE deverão passar um período de estudo ou de formação de ensino superior (incluindo estágios) fora do seu país de origem.

4. O Ensino Superior Europeu no Mundo

Baseando-se nas recentes iniciativas «*Modernização dos Sistemas de Ensino Superior da Europa*» e «*Repensar a Educação*», e respondendo às Conclusões do Conselho de 11 de maio de 2010 sobre a Internacionalização do Ensino Superior, a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, de 2013, intitulado “**O Ensino Superior Europeu no Mundo**” pretende contribuir para a realização dos objetivos da estratégia «Europa 2020», apoiando os Estados-Membros e as instituições de ensino superior (IES) no desenvolvimento de parcerias estratégicas que permitam à Europa superar mais eficazmente os desafios mundiais.

Esta comunicação foca três temas fundamentais, que se consideraram ser de importância referir neste estudo o seu conteúdo:

1. A Europa e a competição mundial pelo talento
2. Ações prioritárias a desenvolver pelas Instituições de Ensino Superior e pelos Estados-Membros: rumo a estratégias globais de Internacionalização
3. O Contributo da UE para a Internacionalização do Ensino Superior

Assim, relativamente ao tema **A Europa e a competição mundial pelo talento** foram feitas as seguintes considerações, que se passam a citar:

“A globalização e o desenvolvimento tecnológico estão a mudar radicalmente o panorama do ensino superior. Nos próximos vinte anos, espera-se que a procura do ensino superior aumente exponencialmente, de 99 milhões de alunos atualmente em todo o mundo para 414 milhões em 2030. A China registou claramente o aumento mais significativo dos últimos anos, seguida do Brasil e da Índia. A sede de conhecimento e de mobilidade social nas economias emergentes colocará o ensino superior ao alcance de centenas de milhões de cidadãos em todo o mundo.”

A tecnologia e as expectativas dos alunos também estão a mudar. Os alunos esperam cada vez mais poder escolher o que aprendem, como aprendem e quando aprendem em função das suas necessidades e interesses individuais. Estão prontos a fazê-lo no seu país de origem, no estrangeiro, através de cursos em linha ou formas mistas de aprendizagem combinando todas estas possibilidades.

A educação, e em especial o ensino superior, constitui um elemento central da estratégia «Europa 2020» e da ambição da Europa de se tornar uma economia inteligente, sustentável e inclusiva: é não apenas crucial para o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades, como garante, pelo seu impacto na inovação e na investigação, o capital humano altamente qualificado de que as economias baseadas no conhecimento necessitam para gerarem crescimento e prosperidade.

A cooperação a nível da UE e num quadro europeu mais amplo já facilitou o desenvolvimento de um elevado nível de comparabilidade, compatibilidade e intercâmbio entre as IES e os sistemas do Espaço Europeu do Ensino Superior. O Processo de Bolonha, alguns programas como Erasmus, Tempus, Erasmus Mundus e Marie Curie e certos instrumentos de transparência como o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) e o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) ajudaram os sistemas nacionais de ensino superior da UE a alcançar um grau significativo de internacionalização intraeuropeia. Contudo, a internacionalização é um fenómeno em crescimento com uma dimensão mundial: além da cooperação e das questões de mobilidade intra-UE abordadas na comunicação «Modernização dos Sistemas de Ensino Superior da Europa», a presente comunicação analisa as oportunidades mutuamente benéficas oferecidas pelo contexto internacional mais vasto e promove, quando apropriado, a utilização de ferramentas e processos europeus junto de um público mundial.

A Europa continua a ser um destino atrativo para os alunos em mobilidade, representando uma parte estável de cerca de 45 % da população estudantil em mobilidade internacional, uma população que deverá crescer de cerca de 4 milhões atualmente para 7 milhões até ao final da década. No entanto, se as IES europeias desejam continuar a ser o principal destino, num contexto de concorrência crescente da Ásia, do Médio Oriente e da América Latina, terão de agir de forma estratégica para explorar todos os benefícios do prestígio da Europa em termos de excelência do ensino superior. Terão de tornar-se ainda mais atrativas, promover ativamente a mobilidade internacional dos alunos e do pessoal, propor currículos inovadores de qualidade mundial e um excelente nível de ensino e oportunidades de investigação, e participar na cooperação e em parcerias estratégicas com outras IES, as

entidades governamentais, o setor privado e a sociedade civil de todo o mundo. Além disso, terão de contribuir de forma mais significativa para o crescimento económico, encorajando a inovação e garantindo que o ensino superior responde às necessidades do mercado de trabalho.

A educação digital, e em especial a emergência de cursos massivos abertos em linha («massive open online courses», MOOC), também tem criado novos incentivos para o desenvolvimento de parcerias estratégicas entre as instituições de ensino e novas oportunidades para chegar a potenciais alunos, que não têm a possibilidade de viajar ou de interromper a sua atividade profissional, mas gostariam de beneficiar de ofertas de ensino superior fora do seu país. Os Estados-Membros devem apoiar estes esforços, garantindo condições propícias à internacionalização, tanto a nível nacional, como regional, e eliminando os obstáculos legais e administrativos à mobilidade ainda existentes.

À medida que as economias mundiais procuram reforçar a sua competitividade, criar e atrair os maiores talentos mundiais deixou de interessar apenas a um número reduzido de países ou de IES mais prestigiadas. Muitas IES estão empenhadas em melhorar a qualidade dos seus cursos, para atrair e conservar os melhores alunos. Seja indo para o estrangeiro, seja ficando na Europa, a internacionalização do ensino superior ajudará a preparar os alunos para a vida num mundo globalizado, melhorando a sua experiência e conhecimentos, bem como a sua empregabilidade, produtividade e capacidade financeira. Além disso, como sublinhado na Comunicação «Reforçar e Centrar a Cooperação Internacional no domínio da Investigação e da Inovação», esta dinâmica global ofereceu novas oportunidades às IES no desenvolvimento de parcerias estratégicas relacionadas com a investigação e a inovação.”

O segundo aspeto mencionado no Comunicado foram as **Ações prioritárias a desenvolver pelas Instituições de Ensino Superior e pelos Estados-Membros: rumo a estratégias globais de Internacionalização**, onde foram feitas diversas considerações relativamente ao papel crucial que os Estados-Membros desempenham e devem desempenhar na definição de estratégias globais de internacionalização, nomeadamente:

“Embora vários Estados-Membros e muitas IES já disponham de estratégias para a internacionalização do ensino superior, estas tendem a incidir essencialmente na mobilidade dos alunos: muitas vezes a cooperação académica internacional encontra-se ainda fragmentada, resultando da iniciativa de académicos individuais ou de equipas de

investigação, e não está necessariamente associada a uma estratégia institucional ou nacional.

Para ser eficazes, as estratégias deverão também incluir o desenvolvimento de currículos internacionais e de parcerias estratégicas, procurar novas formas de transmissão dos conteúdos e assegurar a complementaridade com as políticas nacionais mais amplas de cooperação externa, desenvolvimento internacional, migração, comércio, emprego, desenvolvimento regional, investigação e inovação. Um estudo recente da Associação Europeia de Universidades revela que a maioria das IES considera que as estratégias nacionais e institucionais de internacionalização têm um impacto positivo nas suas atividades de internacionalização.

Desenvolver uma estratégia global de internacionalização significa, acima de tudo, posicionar as IES, os seus alunos, investigadores e pessoal, e os sistemas nacionais, ligados às várias atividades relevantes relacionadas com a investigação, a inovação e o ensino superior, num plano mundial, de acordo com o seu perfil individual, as necessidades do mercado de trabalho e a estratégia económica do país. Para isso, não existe uma abordagem única, e os Estados-Membros deverão ajustar as suas estratégias nacionais, de modo a reforçar as suas potencialidades e a sua presença internacional e atrair talentos, tendo em consideração quer a escassez de competências a nível nacional e a falta de competências interculturais, quer os conhecimentos e necessidades de investigação dos seus países parceiros em desenvolvimento. As ações prioritárias propostas para as IES e os Estados-Membros deverão, portanto, ser entendidas enquanto conjunto de ações a articular, no quadro de uma estratégia de carácter global, de acordo com as suas necessidades específicas.

Qualquer estratégia global de internacionalização deverá incluir determinadas ações prioritárias, agrupadas em três categorias:

- *promover a mobilidade internacional dos alunos e do pessoal;*
- *promover a internacionalização e o desenvolvimento dos currículos e a aprendizagem digital;*
- *incentivar a cooperação estratégica, as parcerias e o reforço das capacidades.*

Estas categorias não devem ser consideradas isoladamente, mas enquanto elementos integrados de uma estratégia global. “

No que diz respeito à ***promoção da mobilidade internacional dos alunos e do pessoal***, foi referido que:

“A mobilidade internacional dos alunos para a realização de um curso, que constitui o mais generalizado e, provavelmente ainda, o mais poderoso veículo de internacionalização, está a mudar drasticamente em quantidade e quanto à sua forma, e, em alguns casos, tornou-se mesmo uma fonte crítica de receitas para as IES.

Todos os anos, mais 7 % de alunos do ensino superior viajam para o estrangeiro, registando-se os números mais elevados na China, na Índia e na República da Coreia. Se os países da OCDE absorvem 77 % da procura total e a Ásia representa atualmente 52 % de todos os alunos em mobilidade internacional para a realização de um curso, a percentagem de alunos em mobilidade que optam por estudar na Austrália, Nova Zelândia e Rússia está a crescer rapidamente. Simultaneamente, a América do Norte (EUA e Canadá) continua a ser uma região atrativa, acolhendo 21 % dos alunos em mobilidade.

Os países de origem estão também a tornar-se cada vez mais os países de destino: a China é não apenas o mais importante país de envio de alunos, como já acolhe 7 % da população mundial de alunos em mobilidade internacional. Em termos de volume total de entrada de alunos em mobilidade, três Estados-Membros da UE (o Reino Unido, a França e a Alemanha) acolhem 63 % do total de alunos provenientes de países não pertencentes ao Espaço Europeu do Ensino Superior.

A integração da mobilidade baseada nos créditos nos diferentes cursos das instituições de origem está a aumentar: na Europa através dos seus programas de mobilidade, nos EUA através dos programas de estudo no estrangeiro e noutras regiões do mundo através do desenvolvimento e do alargamento de iniciativas semelhantes. Este tipo de mobilidade contribui de forma significativa para a internacionalização.

Perante esta intensificação dos fluxos de mobilidade, a transparência e o reconhecimento das aprendizagens adquiridas nas instituições de acolhimento devem ser prioritários. Os esforços já envidados para desenvolver quadros de qualidade para a mobilidade na UE e, de uma forma mais ampla, o Processo de Bolonha tornaram a Europa a região mais avançada do mundo neste domínio. A Carta Erasmus, que estabelece os princípios fundamentais e os requisitos mínimos a respeitar pelas IES ao implementarem o programa de mobilidade Erasmus, bem como o Suplemento ao Diploma e o sistema ECTS, são todos instrumentos potencialmente atrativos a nível mundial. O reconhecimento mundial dos

créditos de aprendizagem adquiridos também deverá ser fortemente encorajado, a fim de promover uma maior transparência e transferibilidade dos resultados de aprendizagem além-fronteiras.

A mobilidade não visa apenas os alunos: a mobilidade do pessoal também produz múltiplos benefícios para a instituição e os indivíduos. É um instrumento para a aquisição de novas competências, línguas e métodos de ensino, além de fomentar a criação de redes internacionais. As IES devem incentivar o seu pessoal a desenvolver a sua experiência internacional e recompensá-lo adequadamente ao avaliar o seu desempenho. A integração de incentivos e recompensas numa estratégia institucional é fundamental para garantir o sucesso da mobilidade do pessoal. A mobilidade, e em especial a mobilidade baseada nos créditos, deve ser utilizada enquanto forte incentivo para melhorar a qualidade do ensino superior europeu.

As IES devem melhorar os serviços de envio e de acolhimento dos alunos ou investigadores internacionais, propondo um aconselhamento individualizado, que dê orientação sobre as vias profissionais e facilite a sua integração em cada cidade, região e país, e garantindo uma formação linguística sempre que necessário. As IES devem comparar e aperfeiçoar os seus currículos face aos currículos de outras instituições semelhantes, com vista a desenvolver o seu ensino e melhorar os mecanismos de liderança e de gestão institucional.

O intercâmbio internacional de alunos no âmbito de um programa-quadro constituirá um incentivo para o reconhecimento dos diplomas estrangeiros. A mobilidade terá, assim, um impacto não só sobre o desenvolvimento e a empregabilidade dos indivíduos, mas também sobre as instituições. Simultaneamente, é crucial promover relações fortes a nível local entre as universidades e a economia para que o potencial de investigação e educação das universidades possa contribuir para o fomento da inovação e do crescimento.

As regras relativas à imigração de nacionais de países terceiros deverão apoiar os esforços de projeção internacional das IES, em vez de criar obstáculos à mobilidade que prejudiquem a imagem da Europa no estrangeiro.

O tempo e os custos envolvidos na obtenção dos vistos e/ou autorizações necessários, bem como as diferenças práticas consideráveis entre países da UE, podem ter um efeito dissuasor na escolha deste destino para efeitos de estudo ou de investigação. Segundo um estudo recente da Rede Europeia das Migrações «Immigration of International Students to the EU», embora os Estados-Membros tenham facilitado a entrada na UE de alunos

provenientes de países terceiros, no quadro da Diretiva 2004/114/CE, existem ainda dificuldades que resultam da regulamentação e/ou práticas nacionais.

A recente proposta da Comissão de reformulação das Diretivas 2005/71/CE e 2004/114/CE, sobre as condições de entrada e residência e os direitos dos nacionais de países terceiros para fins nomeadamente de investigação ou estudo, deverá facilitar e tornar mais apelativas a entrada e residência na UE de alunos e investigadores desses países por períodos superiores a 90 dias. Nomeadamente, a proposta estabelece prazos claros para as autoridades nacionais decidirem sobre os pedidos, oferece mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho durante a estada dos alunos e facilita a mobilidade intra-UE.”

Foram apontadas Ações prioritárias a desenvolver pelas IES e pelos Estados-Membros em matéria de mobilidade:

- Focalizar as estratégias de internacionalização de forma a incluir uma forte componente de mobilidade de alunos, investigadores e pessoal, com base num quadro de qualidade que inclua serviços de orientação e de aconselhamento;
- Criar mecanismos de mobilidade recíproca com países terceiros, abrangendo uma ampla variedade de disciplinas e, quando apropriado, incidindo nos domínios com maior escassez de competências;
- Apoiar um reconhecimento justo e oficial das competências adquiridas no estrangeiro por alunos, investigadores e pessoal em mobilidade internacional, incluindo através de uma melhor utilização dos instrumentos de transparência e comparabilidade e de uma valorização dos resultados da aprendizagem;
- Adotar, transpor e aplicar atempadamente a diretiva de reformulação proposta, que funde as Diretivas 2005/71/CE e a Diretiva 004/114/CE.

No que diz respeito à **promoção da internacionalização «interna» e a aprendizagem digital**, foi referido que:

“Todas as estratégias de internacionalização devem prever níveis e padrões adequados de mobilidade internacional, seja para o seu pessoal seja para os alunos. Mas a internacionalização não deve beneficiar apenas uma minoria de alunos e pessoal das IES que se desloca ao estrangeiro.

Os estudos revelam que a prioridade máxima das políticas de internacionalização dos Estados-Membros da UE e das IES individuais continua a ser a saída em mobilidade dos alunos, o intercâmbio de alunos e a capacidade para atrair alunos internacionais.

No entanto, a mobilidade limitar-se-á sempre a uma percentagem relativamente pequena de alunos e pessoal: as políticas do ensino superior têm de se centrar cada vez mais na integração de uma dimensão internacional na estrutura e nos conteúdos de todos os currículos e processos de ensino/aprendizagem (por vezes, designada por «internacionalização interna»).

Dessa forma, a grande maioria de alunos que não participa em ações de mobilidade internacional (cerca de 80 % a 90 %), seja para a realização de um curso, seja para a obtenção de créditos, poderá mesmo assim adquirir as competências internacionais necessárias a um mundo globalizado.

A presença no campus de professores/investigadores estrangeiros e com uma visão internacional, além dos alunos estrangeiros, permite expor a maioria de alunos que não participa nas ações de mobilidade a abordagens internacionais; pode também melhorar o desempenho das IES e a qualidade do ensino, ao encorajar o intercâmbio de recursos educativos, e, cada vez mais, ao facilitar a utilização eficiente de campi, recursos educativos e formas de cooperação virtuais. As redes disciplinares e pluridisciplinares podem ser veículos de intercâmbio do pessoal e de internacionalização dos currículos.

A integração de uma dimensão internacional nos currículos enfatiza a importância das línguas. Se a proficiência em inglês é um elemento incontornável de qualquer estratégia de internacionalização dos alunos, dos professores e das instituições, e se alguns Estados-Membros já introduziram, ou estão a introduzir, cursos específicos em inglês (sobretudo, a nível do mestrado), como estratégia para atrair talentos que de outro modo não viriam para a Europa, o multilinguismo constitui também uma preciosa mais-valia europeia: é altamente valorizado pelos alunos internacionais e deve ser encorajado no ensino e na investigação ao longo de todo o currículo do ensino superior.

O domínio de outras línguas europeias alarga as perspetivas de carreira e determina em parte se os alunos ou investigadores qualificados optam por realizar na Europa os seus estudos de pós-graduação. Tal é demonstrado pelo diploma conjunto Erasmus Mundus, que implica a participação de alunos de países terceiros num programa de mobilidade envolvendo, pelo menos, dois países europeus. Para se poderem integrar plenamente nos países de acolhimento, os alunos, investigadores e professores em mobilidade precisam de um apoio linguístico específico, incluindo a possibilidade de aprenderem as línguas locais, independentemente dessas línguas serem ou não utilizadas no curso ou pelo grupo de investigação.

A aprendizagem digital e uma maior utilização das TIC podem alargar o acesso às IES europeias e abrir os currículos ao conhecimento e a materiais e métodos de ensino de todo o mundo, além de promoverem novas formas de parcerias, sinergias e intercâmbios entre disciplinas e faculdades que de outro modo seria difícil estabelecer.

O maior acesso e abertura oferecido pela tecnologia reforçará a concorrência e a transparência, e permitirá às IES ajustar os seus métodos e recursos educativos às necessidades de alunos que terão de exercer a sua atividade num mercado de trabalho globalizado. Tal alterará significativamente o modelo de gestão de cada IES, possibilitando o acesso de um público totalmente novo (p. ex., participação de alunos internacionais fora do campus, frequência de uma disciplina ou determinados módulos sem ter de realizar um programa completo ou alunos de faixas etárias diferentes) e a organização de serviços novos (p. ex., no que se refere ao apoio pedagógico prestado pelos professores, à avaliação e à certificação).

Mudará também o papel social das instituições enquanto transmissoras de conhecimento e inovação e motores de desenvolvimento, pressionando as IES no sentido de repensarem as suas responsabilidades sociais, nos seus contextos local, nacional e regional, incluindo a sua responsabilidade pelo reforço de capacidades nas economias emergentes e nos países em desenvolvimento de todo o mundo.

A Europa possui algumas das mais desenvolvidas universidades de ensino à distância, que oferecem cursos à distância e mistos e outras formas não tradicionais de ensino. Os recursos educativos abertos (Open Educational Resources, OER), em especial os recursos digitais abertos (Open Courseware, OCW) e os cursos abertos em linha (Massive Open Online Courses, MOOC) emergiram e evoluíram rapidamente nos últimos anos, tendo crescido significativamente em sofisticação e organização.

Embora as aulas e cursos em linha não sejam um fenómeno novo, tanto o aumento exponencial da oferta educativa e de recursos digitais em linha, como o aumento da avaliação, da validação e da atribuição de créditos académicos por certos MOOC (uma tendência emergente sobretudo em muitas IES dos EUA e da Austrália), podem transformar radicalmente o ensino superior.

As novas tendências da educação digital e a emergência dos MOOC devem servir de incentivo para as IES repensarem as suas estruturas de despesa, e eventualmente a sua missão, e participarem em parcerias mundiais que melhorem a qualidade dos seus conteúdos e experiências de aprendizagem através da aprendizagem mista.

A Europa tem de assumir a liderança mundial na plena exploração do potencial da educação digital – incluindo em termos de acesso às TIC, de utilização de OER e de oferta de MOOC – e superar os obstáculos sistémicos ainda existentes em matéria de garantia da qualidade, avaliação dos alunos, reconhecimento e financiamento. Esse potencial e esses obstáculos serão abordados numa futura iniciativa da Comissão.”

As Ações prioritárias a desenvolver pelas IES e pelos Estados-Membros em matéria de internacionalização «interna» e aprendizagem digital são as seguintes:

- Explorar plenamente a experiência e competências internacionais do pessoal das IES, com vista a desenvolver currículos internacionais que beneficiem tanto os alunos em mobilidade como os outros alunos;
- Oferecer novas possibilidades aos alunos, investigadores e pessoal para desenvolverem as suas competências linguísticas, nomeadamente através do ensino das línguas locais a alunos que frequentem cursos em inglês, para maximizar os benefícios da diversidade linguística europeia;
- Desenvolver oportunidades de colaboração internacional através da aprendizagem em linha e alargar a utilização das TIC e dos recursos educativos abertos para promover novos modos de prestação do ensino e garantir um maior acesso à educação, a internacionalização dos currículos e a introdução progressiva de novas formas de parcerias.

No que diz respeito a **Incentivar a cooperação estratégica, as parcerias e o reforço das capacidades** foi referido que:

“Novos desenvolvimentos, como a expansão dos polos universitários e do ensino superior em linha, e a emergência de novas potências do conhecimento estão a mudar o equilíbrio entre a cooperação e a concorrência nas estratégias de internacionalização. O peso económico do ensino superior internacional está a aumentar rapidamente.

Alguns países, incluindo destinos populares como o Reino Unido, o Canadá, os EUA e a Austrália, atribuem grande importância ao ensino superior enquanto serviço gerador de uma importante fonte de rendimentos (8,25 mil milhões de libras esterlinas no Reino Unido e 15,5 mil milhões de dólares australianos na Austrália em 2010).

Em certos Estados-Membros da UE, como os Países Baixos, a Suécia e a Dinamarca, foram introduzidas propinas elevadas para os alunos provenientes de países terceiros, que as instituições utilizam para aumentar as suas receitas e aplicar nomeadamente em bolsas de estudo específicas para alunos dos países emergentes e em desenvolvimento. Outros Estados-Membros, pelo contrário, optaram claramente por eliminar ou reduzir as propinas exigidas aos nacionais de países terceiros no âmbito das suas estratégias de internacionalização e como forma de atrair um maior número de alunos internacionais.

Os alunos internacionais têm um impacto económico positivo no país de acolhimento, independentemente de terem ou não de pagar propinas. Segundo um estudo de 2012 realizado pelo Governo neerlandês, se apenas uma percentagem modesta de 2,5 % dos diplomados internacionais continua a trabalhar no país de acolhimento, os efeitos positivos a longo prazo nas finanças públicas são muito superiores ao investimento realizado.

Os sistemas de ensino superior europeus oferecem algumas vantagens competitivas que devem ser exploradas, nomeadamente uma longa e frutuosa experiência em matéria de diplomas duplos e conjuntos, de escolas de doutoramento e de doutoramentos industriais, e o recente desenvolvimento das KIC (Comunidades de Conhecimento e Inovação) do EIT em domínios de relevância mundial. Mas a internacionalização exige uma maior cooperação, incluindo a criação de novas plataformas de ensino superior nos outros continentes.

As IES europeias devem posicionar-se de acordo com as suas potencialidades na educação, na investigação ou na inovação, e criar parcerias dentro e fora da Europa que reforcem e

complementem os seus perfis individuais: através de projetos e atividades de investigação conjuntos, cursos na Web que associem canais de distribuição e de prestação de ensino tradicionais e inovadores, incluindo a criação de polos universitários e campi conjuntos em países terceiros.

As redes de investigação já estabelecidas deverão servir para catapultar novas formas de colaboração no ensino e as parcerias educativas mais consolidadas procurarão apoiar novos projetos de investigação.

Os estudos demonstram que os diplomas duplos e conjuntos são instrumentos poderosos: para uma maior garantia da qualidade e o reconhecimento mútuo das qualificações; para atrair talentos e aprofundar as parcerias; e para reforçar a experiência internacional, as competências interculturais e a empregabilidade dos diplomados. Por conseguinte, a UE e os Estados-Membros devem incentivar fortemente a valorização dos diplomas duplos e conjuntos nas estratégias de internacionalização das IES, à luz da experiência de quase 700 IES europeias e não-UE que já beneficiaram dos diplomas conjuntos e duplos no âmbito do programa Erasmus Mundus.

Importa considerar dois obstáculos específicos à introdução de programas conjuntos pelas IES, um essencialmente académico o outro de natureza administrativa: as regras institucionais (nomeadamente os procedimentos de acreditação, os sistemas de classificação, as regras de realização de exames e teses, os procedimentos de inscrição ou a política em matéria de propinas) e a legislação nacional aplicável (em especial, relativa à emissão de diplomas conjuntos).

As parcerias estratégicas internacionais que envolvem de forma equilibrada as empresas e o ensino superior são essenciais para que a inovação transfronteiriça possa fazer face aos desafios globais. Tal é particularmente o caso nas economias emergentes, onde a Europa necessita de desenvolver uma cooperação equilibrada com centros de excelência, com vista a assegurar uma presença local mais forte e sustentada.

As parcerias que visam promover o empreendedorismo e a inovação, impulsionando a adoção de abordagens inovadoras e o desenvolvimento nos alunos de competências e atitudes empreendedoras, serão benéficas tanto para a competitividade europeia como para os países parceiros.

Um potencial importante reside na promoção de uma inovação economicamente acessível e inclusiva, que possa ajudar as economias emergentes a enfrentar os desafios sociais e a

promover o acesso aos mercados, as trocas comerciais e o investimento por parte das empresas europeias.

A cooperação com os países em desenvolvimento e respetivas IES deve ser um elemento importante das estratégias de internacionalização, incluindo modelos de parcerias inovadores que reforcem a colaboração Norte-Sul e Sul-Sul, como os programas conjuntos e a mobilidade de alunos e pessoal.

Está amplamente demonstrado que o ensino superior é crucial para garantir os conhecimentos necessários ao desenvolvimento económico: através da criação de emprego, de uma melhor governação, do desenvolvimento do empreendedorismo e da mobilidade intergeracional, e de uma sociedade civil mais forte.

As IES europeias reconhecem que têm um importante papel a desempenhar, seja apoiando os esforços de modernização dos países emergentes e em desenvolvimento de todo o mundo, seja ajudando a encontrar soluções para os desafios globais como as alterações climáticas ou reduzindo os fossos de desenvolvimento entre povos e nações.

Do mesmo modo, a maioria dos Estados-Membros apoia os programas de cooperação e de reforço das capacidades, sendo complementados pela ação da UE neste domínio. Muitas vezes, os alunos, pessoal e investigadores que trabalham ou estudam nas IES de acolhimento europeias são vetores de cooperação com as suas instituições e os seus países de origem, para desenvolver, coordenar e acompanhar projetos de cooperação internacional.

Além das ações específicas e tradicionais de reforço das capacidades, a mobilidade em si mesma e, em especial, a mobilidade baseada nos créditos, pode melhorar consideravelmente a qualidade do ensino superior nos países em desenvolvimento: acelerando a adoção de estratégias de internacionalização e a utilização de instrumentos de transparência e de reconhecimento, e ajudando as instituições a desenvolver melhores serviços de envio e de acolhimento de alunos ou investigadores estrangeiros e a promover o reconhecimento dos diplomas estrangeiros.

Como salientado no projeto «Access to Success», a cooperação para o desenvolvimento nem sempre é suficientemente valorizada na missão das IES. No entanto, a participação das IES europeias no reforço de capacidades em países terceiros pode, simultaneamente, ser recompensadora em termos académicos para as instituições europeias e fazer parte da sua responsabilidade social.

Ao trabalharem com as IES dos países mais carenciados, nomeadamente os Estados em situação de pós-conflito, e criarem parcerias com as instituições mais necessitadas de equipamentos, as IES europeias têm a oportunidade de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de uma determinada região e, dessa forma, estabelecer com essa região uma relação estratégica a longo prazo. Num mundo em rápida evolução, as oportunidades estão a mudar rapidamente e os países em desenvolvimento de hoje tornar-se-ão as economias emergentes de amanhã. “

As Ações prioritárias a desenvolver pelas IES e pelos Estados-Membros em matéria de cooperação estratégica, parcerias e reforço das capacidades são as seguintes:

- Reforçar as capacidades do ensino superior e da investigação, para fazer face aos desafios globais, criando parcerias e alianças internacionais orientadas para a inovação;
- Eliminar os obstáculos ainda existentes que dificultem o desenvolvimento e a implementação de programas e diplomas conjuntos e duplos, tanto a nível institucional, como nacional, e melhorar as disposições relativas à garantia da qualidade e ao reconhecimento transfronteiriço;
- Oferecer currículos empreendedores e inovadores, com competências transferíveis, e criar oportunidades de formação internacional, em colaboração com os empregadores dentro e fora da UE;
- Assegurar a coerência entre as estratégias de internacionalização e as políticas de cooperação para o desenvolvimento da UE, tendo em conta os princípios da equidade e da apropriação pelos países parceiros;
- Explorar o potencial dos alunos, investigadores e pessoal provenientes de países terceiros enquanto vetores de cooperação com as IES desses países.

5. O Contributo da UE para a Internacionalização do Ensino Superior

Compete aos Estados-Membros e respetivas IES reformar os seus sistemas de ensino superior e apoiar as estratégias de internacionalização. O valor acrescentado da ação desenvolvida pela UE – em colaboração com os Estados-Membros e respeitando plenamente a autonomia das instituições de ensino superior – em especial através da estratégia Europa 2020 e do programa Erasmus+, no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) de 2014-2020, consiste em garantir um maior apoio a nível das políticas e dos incentivos financeiros a favor das estratégias de internacionalização.

O programa Erasmus+ para o período 2014-2020 assegurará um investimento considerável a nível da UE nas principais áreas das estratégias de internacionalização: mobilidade internacional, diplomas conjuntos e parcerias de cooperação internacional, incluindo o reforço de capacidades e o desenvolvimento de pessoal nas economias emergentes e em desenvolvimento de todo o mundo. Na medida em que integra os instrumentos externos, o programa Erasmus+ põe termo à atual fragmentação de programas externos existentes no domínio do ensino superior, tornando também as ações da UE mais visíveis, coerentes e apelativas.

O programa-quadro de investigação e inovação Horizonte 2020, em particular através das suas componentes educativas (as ações de mobilidade dos investigadores Marie Skłodowska-Curie (MSCA) e o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)), deverá reforçar o papel e a imagem da Europa, enquanto região que oferece um ensino superior de elevada qualidade e responsabilidade social, bem como atribuir estrategicamente mais fundos à entrada e à saída de alunos, investigadores e pessoal em mobilidade de ou para os países terceiros. As ações MSCA apoiarão cerca de 20 % do total de bolseiros Marie Skłodowska-Curie fora da Europa e incentivarão o desenvolvimento de relações de investigação com parceiros de todo o mundo através de períodos de mobilidade.

No intuito de contribuir para as **estratégias de internacionalização** no período 2014-2020 através dos fundos da UE, a Comissão irá:

- Aumentar o apoio financeiro concedido através do novo programa Erasmus+ à mobilidade de e para países terceiros até 135 000 alunos e membros do pessoal;
- Permitir até 15 000 investigadores de países terceiros iniciar ou prosseguir as suas carreiras na Europa através das Ações Marie Skłodowska-Curie, no âmbito do programa-quadro Horizonte 2020;
- Apoiar consórcios internacionais de IES, a fim de desenvolver cursos conjuntos de mestrado e de doutoramento, respetivamente através do programa Erasmus+ e das Ações Marie Skłodowska-Curie, e oferecer bolsas de alto nível até 60 000 diplomados participantes;
- Apoiar parcerias estratégicas de cooperação e inovação, incluindo até 1000 parcerias para o reforço de capacidades entre IES da UE e dos países terceiros.

O contributo da UE prosseguirá dois objetivos políticos principais: tornar o ensino superior europeu mais atrativo, melhorando a qualidade e a transparência; e fomentar a cooperação para o desenvolvimento e a inovação a nível mundial, através da criação de parcerias, do diálogo e do reforço das capacidades.

a) Tornar o ensino superior europeu mais atrativo, melhorando a qualidade e a transparência

No intuito de assegurar um maior reconhecimento das qualificações estrangeiras, a UE continuará a participar no diálogo internacional sobre as políticas de ensino superior com os principais países e regiões parceiros de todo o mundo. Encorajará uma compreensão mais adequada das normas e dos instrumentos europeus, como o QEQ, a abordagem Tuning, o sistema ECTS e o Suplemento ao Diploma, a rede NARIC (Centros Nacionais de Informação sobre o

Reconhecimento Académico) e a Carta Erasmus, no intuito de promover a sua utilização e o seu potencial à escala mundial.

Simultaneamente, a UE deverá aprofundar o diálogo político e o conhecimento acerca dos sistemas educativos e instrumentos dos países parceiros, incluindo no âmbito do processo intergovernamental de Bolonha, tendo em vista o desenvolvimento dos seus próprios instrumentos e normas.

Para que a internacionalização possa elevar a qualidade do ensino superior, será necessária uma cooperação mais estreita com sistemas equivalentes noutras regiões do mundo em matéria de garantia da qualidade, abrangendo a qualidade dos serviços oferecidos aos alunos em mobilidade, a garantia da qualidade do conteúdo científico dos cursos e a garantia da qualidade dos projetos e programas conjuntos. Os procedimentos de acreditação dos cursos superiores deverão também ser objeto de uma maior cooperação.

Tendo em conta a importância crescente da classificação das universidades e o seu impacto na reputação destes estabelecimentos e, conseqüentemente, na escolha de um destino para a realização dos estudos, a Comissão apoia o desenvolvimento de um instrumento de transparência, em alternativa e complemento dos rankings tradicionais que tendem a centrar-se na investigação. Mais orientada para o utilizador, pluridimensional e internacional, a nova classificação das IES «U-Multirank» publicará os seus primeiros resultados no início de 2014.

A partir de 2016-2017, uma organização independente irá gerir esta classificação. O novo sistema de classificação revelará a diversidade de perfis das IES europeias e potencialidades e especializações existentes no ensino e na investigação, devendo ser aberto em condições de igualdade à participação de IES não europeias.

A classificação «U-Multirank» permitirá às IES posicionarem-se de acordo com vários indicadores, nomeadamente o seu perfil internacional, e identificarem parceiros de cooperação complementares e com os mesmos objetivos; permitirá

aos responsáveis políticos, às IES e aos alunos classificar cada instituição ou programa de acordo com aquilo que consideram ser mais importante. Ao promover a transparência dos perfis das IES europeias, a nova classificação facilitará o seu ajustamento às necessidades dos potenciais alunos ou investigadores e, dessa forma, ajudará mais IES europeias a atrair um maior número de alunos estrangeiros.

Se a Europa pretende continuar a ser um destino altamente atrativo para os alunos em mobilidade internacional perante a emergência de novas plataformas regionais de ensino superior, terá de redobrar esforços no sentido de uma maior sensibilização a nível mundial para a elevada qualidade e riqueza da diversidade cultural e linguística do ensino superior europeu.

Até à data, a realização a nível da UE de campanhas internacionais de informação e promoção tem dependido de meios tradicionais, como a participação em feiras internacionais dirigidas aos alunos, no âmbito da iniciativa «Study in Europe», dos sítios Web e ferramentas de comunicação «Study in Europe» e «Destination Europe», das Feiras Europeias do Ensino Superior na Ásia e na América Latina e de diversas atividades inseridas no programa Erasmus Mundus. A Comissão colaborará com as agências de promoção nacionais e as partes interessadas, procurando complementar os esforços nacionais de informação e promoção sobre as oportunidades de estudo e de financiamento, em especial, nos Estados-Membros com menor presença de alunos internacionais, e procurará promover a dimensão europeia do ensino superior fora da Europa com a ajuda das delegações da UE e dos conselheiros para a educação e a investigação nas embaixadas dos Estados-Membros.

A maioria dos Estados-Membros da UE criou sítios Web em inglês, centralizando toda a informação neste domínio, que prestam informação e assistência aos alunos e investigadores em mobilidade. Os sítios Web nacionais que divulgam as oportunidades de estudo e de financiamento, como na Finlândia e nos Países Baixos, são complementados a nível europeu.

A Comissão continuará a financiar portais de ensino superior que promovam a oferta educativa e as bolsas de estudo disponíveis, complementarmente ao portal EURAXESS, que divulga ofertas de emprego no domínio da investigação e ligações para os diferentes serviços com informações práticas acerca da vida nos diferentes países, conselhos à imigração e informações no domínio da segurança social.

O portal de imigração da UE fornece informação específica a nível da UE e dos Estados-Membros sobre os procedimentos de imigração aplicáveis aos alunos nacionais de países terceiros. Serão utilizados métodos inovadores, como o recurso às associações de alunos e antigos alunos, que servirão de embaixadores e promotores do ensino superior da UE, bem como a utilização dos novos meios de comunicação social para chegar ao público dotado de conhecimentos digitais.

As redes de antigos alunos de programas educativos internacionais deverão ser utilizadas enquanto preciosos instrumentos de diplomacia informal, para influenciar e captar novos públicos de acordo com os interesses de cada Estado-Membro e da UE; a Comissão trabalhará com os Estados-Membros na identificação de boas práticas nesta matéria.

Assim, a Comissão irá:

- Promover a comparabilidade das qualificações, dos créditos e dos sistemas de registo, cooperando e dialogando à escala internacional;
- Melhorar a qualidade da mobilidade, reforçando a Carta Erasmus até ao final de 2013, nomeadamente através de diretrizes destinadas às IES em matéria de autoavaliação e monitorização;
- Promover a aplicação da nova classificação pluridimensional e internacional das IES, «U-Multirank», a fim de melhorar a transparência, a comparabilidade e a avaliação comparativa entre IES;
- Apoiar a cooperação com as agências de promoção nacionais e as associações de antigos alunos, partilhando informações e coordenando ações conjuntas, com vista a promover a Europa enquanto destino de elevada qualidade para a realização de estudos e investigação (p. ex.,

organização de feiras para alunos e conceção de instrumentos de promoção conjuntos).

b) Reforçar a cooperação para o desenvolvimento e a inovação a nível mundial

Os diplomas conjuntos e duplos constituem um aspeto particularmente bem-sucedido das atividades de cooperação internacional da UE, baseadas em redes internacionais de excelência para o ensino, a aprendizagem e a investigação: Os programas conjuntos de mestrado serão apoiados e alargados em número no quadro do programa Erasmus+. Sendo complementares dos mestrados e doutoramentos das Comunidades de Conhecimento e Inovação (KIC) do EIT, garantirão uma formação de excelente qualidade, privilegiando as competências exigidas pelos futuros empregadores.

A inovação e os intercâmbios internacionais entre as IES e os parceiros comerciais serão melhorados, e os alunos e investigadores terão a oportunidade de trabalhar noutro país e adquirir experiência tanto no meio académico como no setor privado. Por sua vez, as Ações Marie Skłodowska-Curie, incluindo os doutoramentos conjuntos, as Redes Inovadoras de Formação e os Doutoramentos Europeus Industriais ajudarão as IES a desenvolver relações de investigação com parceiros de todo o mundo e a reforçar o triângulo do conhecimento: ensino superior, setor empresarial e investigação.

Do mesmo modo, as Alianças de Conhecimento do programa Erasmus+ deverão promover a inovação e reforçar as relações entre os empregadores e as IES participantes, também a nível internacional.

O diálogo político consiste num intercâmbio entre sistemas educativos, que está a ser desenvolvido com os países terceiros ou regiões dos países terceiros sobre desafios comuns. É conduzido do lado europeu pela Comissão e apresenta

objetivos diferentes, consoante os parceiros internacionais: deve ser valorizado enquanto instrumento flexível de cooperação e diplomacia informal.

Para o efeito, a Comissão promoverá a aprendizagem mútua, o reforço das capacidades de ambos os lados e o intercâmbio de boas práticas através desse diálogo com a participação das principais partes interessadas; tal ajudará os parceiros a explorar mais plenamente as possibilidades de intercâmbio oferecidas pelos novos programas da UE.

O diálogo político no domínio do ensino superior com os parceiros internacionais deve ser consentâneo com as prioridades externas da UE e ser desenvolvido no âmbito dos quadros de cooperação existentes, como a Estratégia de Alargamento, a Política Europeia de Vizinhança (nomeadamente, a Parceria Oriental) ou as diferentes parcerias (plurisectoriais) com os países industrializados ou emergentes, como o Diálogo de Alto Nível UE-China, o Diálogo sobre Educação e Formação no contexto da Parceria Estratégica UE-Brasil e os Espaços Comuns UE-Rússia.

As parcerias internacionais para o reforço de capacidades serão essenciais quer para apoiar os países terceiros na melhoria da qualidade dos seus sistemas de ensino superior e nos esforços de modernização e de internacionalização, quer para preparar uma futura colaboração académica e de investigação, eliminar os obstáculos transfronteiriços e aprofundar o conhecimento acerca dos mercados locais.

A Comissão procurará reforçar a elaboração de políticas factuais no domínio da educação internacional e garantir a sua fundamentação com base nos mais avançados conhecimentos em matéria de prestação transfronteiriça do ensino superior. É sobretudo necessário garantir uma recolha mais adequada de dados sobre os alunos internacionais, os fluxos de mobilidade dos investigadores e pessoal e a cooperação académica a nível internacional. Os novos instrumentos de cooperação (como os OER) exigirão igualmente uma monitorização rigorosa, a fim de avaliar adequadamente o seu impacto nos alunos e prestadores de ensino.

Na prossecução destes objetivos, a Comissão trabalhará em estreita colaboração com as autoridades nacionais e internacionais, no sentido de identificar e colmatar as lacunas em termos de conhecimentos, pesquisando, recolhendo e analisando dados estatísticos, e dialogando com os peritos neste domínio dentro e fora da UE.

Assim, a Comissão irá:

- Desenvolver o diálogo político bilateral e multilateral com os principais parceiros internacionais;
- Promover o EIT e respetivas KIC, a fim de apoiar a cooperação internacional no ensino superior e a inovação e, desse modo, superar os desafios sociais, em sinergia com as outras atividades de investigação e inovação nacionais e da UE;
- Promover a elaboração de políticas factuais no domínio da educação internacional, através da pesquisa, recolha e análise de dados estatísticos e do diálogo com os peritos;
- Apresentar, no outono de 2013, uma iniciativa para a promoção da aprendizagem digital e uma utilização mais adequada das TIC e dos OER na educação.



CAPITULO V

Caracterização das 3 Instituições de Ensino Superior



Caraterização das IES do estudo

Uma vez que este estudo se baseou em pesquisa bibliográfica e no estudo de caso de três Instituições de Ensino Superior Portuguesas, considerou-se de extrema importância fazer uma caraterização dessas IES. Pretendemos fazer uma introdução a cada uma das Instituições através dos seus *factos & números*, seguindo-se uma breve apresentação da sua criação, missão e objetivos e, por fim, a criação e organização das suas estruturas de Gestão da Qualidade, assim como as suas políticas de qualidade e de internacionalização.

Universidade do Minho (Universidade do Minho)

Factos & números (Informação retirada da página web da UM)

11 Unidades orgânicas de ensino e investigação

19500 Total de estudantes

1300 Docentes (100% doutorados)

800 Pessoal não docente

74 Investigadores doutorados

32 Unidades de investigação

3 Campi/polos

1 Parque de ciência e tecnologia

Posicionada entre as 600 melhores do mundo, segundo o Times Higher Education 2015-16

12 Centros avaliados internacionalmente com Excecional ou Excelente

400 Projetos id

1344 Publicações científicas ISI/WOS (2013)

1714 Publicações científicas Scopes (2013)

40 Spin-offs

12 Unidades culturais e diferenciadas

A Universidade do Minho é uma fundação pública com regime de direito privado, ao abrigo do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. A Universidade do Minho é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

Fundada no ano de 1973, a **Universidade do Minho** recebeu os primeiros estudantes no ano letivo de 1975/76. Hoje, a Universidade é reconhecida pela competência e qualidade dos professores, pela excelência da investigação, pela ampla oferta formativa graduada e pós-graduada e pelo seu alto nível de interação com outras instituições. Por estas razões, a Universidade do Minho é um agente central na região, uma importante referência nacional e um parceiro reconhecido no panorama europeu e global. Localizada no Norte de Portugal, a Universidade tem um *campus* na cidade de Braga e outro na de Guimarães. Braga é a 3^a maior cidade portuguesa, nascida da antiga cidade romana de Bracara Augusta. Guimarães, classificada Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, é conhecida por ser o “berço da nação”.

A estrutura organizacional da Universidade é flexível e favorável à inovação e à interdisciplinaridade, potenciando a exploração de áreas de investigação emergentes. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação – Escola e Institutos – são as estruturas base da Universidade: Escolas de Arquitetura, de Ciências, de Ciências da Saúde, de Direito, de Economia e Gestão, de Engenharia, de Psicologia e Escola Superior de Enfermagem, e Institutos de Ciências Sociais, de Educação e de Letras e Ciências Humanas.

Os cursos e projetos de investigação possuem um forte reconhecimento internacional. A Universidade do Minho é uma universidade de investigação, comprometida com a cadeia de valorização do conhecimento: Investigação,

Desenvolvimento e Inovação, e está também voltada para a envolvente socioeconómica, possuindo inúmeras parcerias de sucesso em projetos de investigação, culturais e de desenvolvimento socioeconómico.

A internacionalização representa um forte compromisso e as atividades internacionais são muito intensas, não só no espaço da UE e dos PALOP, mas também com diversos outros países, de vários continentes. O ano letivo de 2010/2011 é marcado pelo início de uma oferta alargada de formação em regime pós-laboral e a distância. Esta oferta terá um grande impacto social e permitirá abrir a Universidade a novos públicos, no quadro de exigência e qualidade que sempre caracterizou a Instituição.

1. Missão

A Universidade do Minho tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade.

2. Objetivos

O cumprimento da missão referida anteriormente é realizado num quadro de referência internacional, com base na centralidade da investigação e da sua estreita articulação com o ensino, mediante a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) a formação humana ao mais alto nível, nas suas dimensões ética, cultural, científica, artística, técnica e profissional, através de uma oferta educativa diversificada, da criação de um ambiente educativo adequado,

da valorização da atividade dos seus docentes, investigadores e pessoal não docente e não investigador, e da educação pessoal, social, intelectual e profissional dos seus estudantes, contribuindo para a formação ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania ativa e responsável;

b) a realização de investigação e a participação em instituições e eventos científicos, promovendo a busca permanente da excelência, a criatividade como fonte de propostas e soluções inovadoras e diferenciadoras, bem como a procura de respostas aos grandes desafios da sociedade;

c) a transferência, o intercâmbio e a valorização dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos, através do desenvolvimento de soluções aplicacionais, da prestação de serviços à comunidade, da realização de ações de formação contínua e do apoio ao desenvolvimento, numa base de valorização recíproca e de promoção do empreendedorismo;

d) a promoção de atividades que possibilitem o acesso e a fruição de bens culturais por todas as pessoas e grupos, internos e externos à Universidade;

e) o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições e organismos nacionais e estrangeiros, através da mobilidade de estudantes, docentes e pessoal não-docente e não-investigador, do desenvolvimento de programas educacionais e da investigação com base em parcerias, da contribuição para a cooperação internacional, com especial destaque para os países europeus e de língua oficial portuguesa e da construção de um ambiente multilinguístico na Universidade;

f) a interação com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, e de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional;

g) a contribuição para o desenvolvimento social e económico da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural;

h) a promoção da sua sustentabilidade institucional e da sua competitividade no espaço global.

3. Compromisso com a Qualidade

A Universidade do Minho assumiu, de forma inequívoca, o princípio de que a qualidade e a garantia da qualidade constituem um vetor fundamental para o seu funcionamento e desenvolvimento.

Esse princípio encontra-se consagrado estatutariamente no compromisso de a Universidade desenvolver o seu labor impregnada por uma cultura de qualidade, fundada na responsabilidade, na eficácia de ação e na prevalência do interesse geral.

Para a prossecução desse propósito, a Universidade do Minho definiu uma estratégia institucional para a qualidade, explicitamente expressa na sua Política para a Qualidade e consubstanciada num sistema interno de garantia da qualidade, o SIGAQ-UM, assente em dois documentos estruturantes - o Plano da Qualidade e o Manual da Qualidade.

A estratégia institucional para a qualidade assume, como princípio nuclear subjacente, a visão partilhada da missão e objetivos da Universidade, traduzida num plano estratégico de desenvolvimento institucional e na sua operacionalização envolvendo todos os níveis da instituição.

São, conseqüentemente, elementos-chave para a definição e implementação da estratégia para a qualidade:

- O Programa de Ação para o Quadriénio 2009/2013 adotado pelo Conselho Geral sob proposta do Reitor;

- Um plano operacional que desenvolve o programa estratégico em planos concretos de ação, tanto a nível institucional como de unidades orgânicas e serviços (o Plano da Qualidade);
- A definição de procedimentos e mecanismos institucionalizados para a monitorização sistemática, avaliação e intervenção com vista à melhoria contínua, devidamente documentados num Manual da Qualidade.

3.1. O Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM)

O SIGAQ-UM foi certificado pela A3ES em 2013 e deverá passar a abranger todas as atividades da Universidade durante o quadriénio.

A política para a qualidade passa, ainda, pela instauração de uma cultura organizacional de estímulo à motivação e envolvimento de toda a comunidade académica nos processos relativos à qualidade, com vista à interiorização de uma cultura de qualidade transversal a todas as atividades e projetos, na qual a avaliação seja encarada como um elemento natural da atividade da instituição, na dupla perspetiva da melhoria contínua e de facultar informação crítica sobre o grau de consecução da missão da Universidade.

O **Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM)** tem por finalidade promover a política para a qualidade em todas as vertentes da missão institucional, abrangendo, de forma sistemática, todas as atividades desenvolvidas pela Universidade.

Procurando dar resposta aos desafios levantados pelos padrões e orientações europeus para a garantia da qualidade no interior das instituições de ensino superior, o SIGAQ-UM contempla uma abordagem integrada e holística à qualidade e à garantia da qualidade na Universidade, nomeadamente no que se refere à definição explícita de padrões internos para a qualidade e à organização dos procedimentos e instrumentos de garantia da qualidade estruturados como um sistema bem documentado e aplicado de forma consistente.

Com essa finalidade em vista, o SIGAQ-UM promove a definição e documentação dos elementos estruturantes para a implementação da política para a qualidade, nomeadamente:

- a estratégia institucional e os padrões para a qualidade;
- as responsabilidades dos diferentes órgãos e níveis de gestão nos processos de garantia da qualidade;
- os processos de monitorização, controlo, reflexão e posterior intervenção, com vista à melhoria contínua;
- as formas de participação de estudantes, pessoal docente, investigador e não docente e de parceiros externos;
- a organização e melhoria contínua do sistema e o modo de monitorização e revisão da política para a qualidade.

O SIGAQ-UM conta com duas estruturas fundamentais de coordenação e apoio:

- a Comissão de Acompanhamento, que assegura o acompanhamento e coordenação estratégica do sistema;
- os Serviços para a Garantia da Qualidade (SGAQ), como estrutura logística de apoio e coordenação funcional.

4. Política para a Internacionalização

A Universidade do Minho tem uma forte política para a internacionalização que se reflete nos seus principais eixos de ação - ensino, investigação e inovação e interação com a sociedade.

No domínio do ensino, através da sua interação com mais de 80 países e de 400 universidades de todo o mundo, a Universidade do Minho é muito ativa no recrutamento de estudantes internacionais, em programas de mobilidade, no estabelecimento de graus em associação ou no ensino a distância, vetores que lhe permitem internacionalizar a sua oferta educativa.

Ao nível da investigação e inovação, a participação dinâmica da Universidade do Minho em parcerias com centros de investigação estrangeiros traduz-se, por um lado, no desenvolvimento de projetos conjuntos e na publicação de artigos científicos em colaboração, e, por outro, na sua integração em diversas redes de investigação internacionais, como o Campus do Mar – Campus de Excelência Internacional ou o EXPERTISSUES- European Institute of Excellence on Tissue Engineering and Regenerative Medicine.

Por fim, na dimensão da interação com a sociedade, a Universidade do Minho internacionaliza-se através de numerosos eixos, como sejam práticas de valorização de conhecimento ou atividades desportivas e culturais que se projetam no contexto internacional.

Como reflexo da sua política de internacionalização, a Universidade do Minho pertence a várias redes de cooperação internacional, como sejam, entre outras:

- AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa
- CEER – Centro de Estudos Euro Regionais Galiza
- CGU – Compostela Group of Universities
- CRUSOE - Conselho de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa
- EUA – European University Association
- GUPES - The Global Universities Partnership on Environment for Sustainability
- SGroup – Santander Group European Universities Network
- United Nations Global Compact

A Universidade do Minho reconhece a internacionalização como um elemento chave para promover a qualidade dos seus projetos de ensino. A mobilidade internacional é um dos mecanismos mais bem-sucedidos na preparação dos estudantes para trabalhar e viver num mundo globalizado, bem como na aquisição ou consolidação de competências transversais, nomeadamente: domínio de línguas estrangeiras, independência, iniciativa, flexibilidade, compreensão e sensibilidade intercultural e consciencialização internacional.

Nesse contexto, a Universidade do Minho criou enquadramentos diversificados de mobilidade internacional para que os seus estudantes possam beneficiar de oportunidades únicas e para, complementarmente, potenciar a internacionalização dos campi, oferecendo uma dimensão internacional e multicultural aos estudantes não-móveis, através do contato com alunos e docentes estrangeiros que escolhem a Universidade do Minho como entidade de acolhimento.

A Universidade do Minho sente-se orgulhosa por participar numa transformação tão profunda na vida dos estudantes que, vindo para a Universidade do Minho (IN) ou dela se deslocando para uma instituição estrangeira (OUT), investem numa experiência de mobilidade internacional.

A mobilidade de pessoal docente e não docente e a sua dimensão internacional são elementos igualmente fulcrais da política de internacionalização da Universidade do Minho e da sua estratégia de desenvolvimento de recursos humanos.

5. Programa de Ação Quadriénio 2013-2017

O Programa de Ação para o Quadriénio 2013-17 (PAQ2013-17) apresentado neste documento reivindica como referência este património da Universidade, em si e no modo como ele foi plasmado nos Estatutos da Universidade e no Plano Estratégico da Universidade do Minho para o período 2014-20 (PE_Universidade do Minho 2020), proposto pelo Reitor e aprovado pelo Conselho Geral em 3 de dezembro de 2012.

Nos últimos quatro anos, a Universidade do Minho consolidou a sua posição no quadro do sistema científico nacional e internacional; alargou o seu portefólio de cursos ao nível da formação graduada e pós-graduada, ao mesmo tempo que realizou um ambicioso plano de racionalização da oferta educativa; aprofundou a articulação entre o ensino e a investigação; reforçou a sua interação com a sociedade, estruturando e alargando o ecossistema de inovação em que se integra

e a atividade cultural que promove; e robusteceu a sua posição internacional, promovendo a mobilidade de alunos e docentes, desenvolvendo cursos em parceiras internacionais, aprofundando a sua participação em redes de cooperação em investigação e desenvolvimento.

Como resultado destes desempenhos, a Universidade do Minho surge hoje muito bem colocada em variados rankings internacionais que avaliam, de diferentes perspetivas, a atividade das IES, e os diagnósticos feitos ao sistema nacional de produção e disseminação de conhecimento científico reconhecem a posição privilegiada que a Universidade hoje detém.

O PAQ2013-17 propõe uma aposta no crescimento da Universidade do Minho. Crescimento para atingir os objetivos de Portugal no quadro europeu 2014-20, para garantir o futuro da Região e para cumprir os desígnios da Universidade do Minho enquanto Instituição de ensino superior e de casa do conhecimento.

Crescimento que se efetivará no alargamento e na diferenciação da oferta educativa; no reforço da investigação; na valorização do conhecimento e no seu impacto económico; na mobilização e integração de uma comunidade académica alargada; na diversificação das fontes de financiamento da atividade e da ação social; na maior internacionalização da Universidade; na dinamização da Região, na economia e na cultura; na melhoria das infraestruturas e dos Serviços, como garantia da melhoria das condições de vida e trabalho nos campi.

Acresce que se a Universidade do Minho enfrenta desafios comuns às outras IES, tem desafios próprios que decorrem do seu posicionamento específico e do modo como interpreta a sua missão.

O desafio maior, no médio prazo, é o crescimento:

- crescimento do número de alunos, através do alargamento e diversificação da oferta formativa;
- crescimento da sua produção científica e do seu impacto internacional;
- crescimento da sua importância como fator de inovação económica e social;

- crescimento do seu impacto na região;
- crescimento dos seus níveis de internacionalização.

Crescimento que envolverá também o reforço da posição da Universidade nos contextos internacional, nacional e regional, exigindo uma particular atenção à qualidade do desempenho nos seus diversos níveis de ação. A Universidade do Minho assume explicitamente os referenciais do Espaço Europeu de Investigação e do Espaço Europeu de Ensino Superior, independentemente de a sua ação perspetivar outros contextos geográficos.

A Universidade tem também como marca essencial da sua ação o compromisso com a qualidade, como testemunham a conceção e a colocação em funcionamento do seu sistema interno de garantia da qualidade (SIGAQ-UM), cujo espetro alargado contempla o ensino, a investigação e a interação com a sociedade, a atividade das estruturas científicas e pedagógicas e dos serviços de apoio.

6. Plano Estratégico da Universidade do Minho 2020: crescimento sustentado para cumprir o futuro

A formulação de princípio estratégico implica um enunciado de **visão**, assente nas orientações estatutárias que a Instituição oportunamente assumiu e na análise que realiza das condicionantes da sua ação:

Em 2020 a Universidade do Minho será um centro de educação, de criação e de valorização do conhecimento com grande atratividade internacional, com base no desempenho dos seus centros de investigação e na qualidade e diferenciação do seu projeto educativo, tendo como marcas identitárias dos seus estudantes o saber, a criatividade e a ética, constituindo-se como agente promotor do desenvolvimento económico, social e cultural.

A Universidade do Minho assume-se neste contexto como Instituição que, baseando-se na sua história e no seu presente, se projeta como:

- universidade completa, isto é, como uma universidade que institui como âmbito de ação um amplo leque de áreas científicas e de formação, abarcando as ciências sociais e humanas, as ciências da vida e da terra, as ciências da saúde, as engenharias e as tecnologias;
- universidade de investigação, isto é, como uma universidade que considera a produção de conhecimento científico essencial para o desenvolvimento da sua missão, não só porque essa é a vocação irrecusável da instituição universitária, mas também porque é no conhecimento novo que deve ser ancorado o ensino e a interação com a sociedade;
- universidade da educação integral, ou seja, como uma universidade que se assume como espaço de educação de todos os seus membros e que tem da ação educativa, designadamente a que se orienta para os seus estudantes, uma visão não unidimensional, antes sensível à formação do sujeito humano nas dimensões cognitiva, moral, ética, relacional e física;
- universidade em interação com a sociedade, ou seja, como uma universidade que, não colocando em causa aquilo que representa a sua identidade institucional, historicamente construída, não recusa a abertura às suas múltiplas envolventes, mantendo um diálogo aberto com os atores económicos, culturais e sociais, valorizando, no horizonte da sua ação, a necessidade de resposta aos desafios que aqueles lhe colocam.
- universidade internacionalizada, isto é, como uma universidade que, não recusando a sua inscrição num contexto regional e nacional específicos, assuma que é inerente ao cumprimento da sua missão o desenvolvimento da sua ação num contexto internacional, promovendo a estreita articulação dos seus projetos com os de instituições de referência;
- universidade participada e descentralizada, ou seja, como uma universidade que promove, no quadro estatutário, a intervenção de todos os seus membros e corpos, no debate e escolha as opções que melhor se adequem à prossecução da sua missão;

- universidade eficiente e eficaz, isto é, como uma universidade que orienta a gestão dos seus recursos humanos, materiais e financeiros segundo princípios que permitam maximizar os contributos deles derivados para a realização da missão e dos objetivos da Universidade;
- universidade inclusiva, ou seja, como uma universidade que, reconhecendo a diversidade daqueles que a compõem, prevê explicitamente a rejeição de práticas discriminatórias e promove políticas ativas de integração das pessoas, independentemente da sua raça, género, orientação sexual, língua, cultura ou condição económica e social;
- universidade sustentável, isto é, como uma universidade que procura uma utilização equilibrada dos recursos que estão colocados ao seu dispor e que assume o desenvolvimento de tais práticas como componente da sua ação educativa.

Assim, porque se pretende uma **universidade completa**, a Universidade do Minho assume promover a produção de conhecimento, a educação de cidadãos e a formação de profissionais num amplo leque de áreas de conhecimento; neste sentido, abraça e integra múltiplos domínios de saber, consubstanciando a *universitas*.

A universidade completa convoca os seus membros para o desenvolvimento interdependente das atividades de ensino, investigação e interação com a sociedade e, por fim, materializa a educação integral das pessoas e concretiza um modelo de comunidade académica alargada aos seus antigos e potenciais alunos.

O conceito de universidade completa, para ser operativo, deve ser interpretado de modo a potenciar e enquadrar o desenvolvimento de projetos multidisciplinares, de ensino, de investigação ou de interação com a sociedade, capazes de sustentar respostas efetivas aos complexos desafios com que se confrontam as sociedades contemporâneas. Estes projetos, como condição de efetividade, exigem coesão institucional e níveis avançados de articulação das estruturas de recursos e dos projetos.

A *universidade de investigação* que a Universidade do Minho pretende ser envolve uma aposta prioritária na geração de conhecimento científico como fator principal de afirmação da sua relevância nacional e internacional. A produção e conhecimento novo sustentará a diferenciação da oferta educativa e deverá estruturar a interação com a sociedade. Um desígnio desta natureza supõe a existência de estruturas de investigação robustas e de condições para a geração e desenvolvimento de projetos multidisciplinares, permitindo também a partilha de recursos.

Uma universidade de investigação promove e pratica um forte envolvimento dos seus investigadores e das suas unidades de investigação em redes internacionais e tem uma capacidade real de atração de estudantes de pós-graduação, oriundos do país e do estrangeiro. Uma universidade com este desígnio assume um quadro de referência para avaliação do desempenho da sua produção científica que responde aos termos de referência internacionalmente aceites, acomodando também as especificidades das diferentes áreas do conhecimento.

A concretização deste modelo de universidade supõe a existência de recursos humanos qualificados e a existência simultânea de recursos materiais e financeiros adequados, requerendo igualmente estratégias partilhadas orientadas para a captação de financiamento de projetos e para a constituição de grupos e investigação dotados de massa crítica suficiente, que não deve, porém, iludir a necessária adoção de critérios de pertença seletivos.

Para se afirmar como locus de *educação integral*, a Universidade do Minho deve assumir um projeto educativo próprio baseado na valorização das dimensões individual, social e profissional dos seus estudantes, na disponibilização de experiências educativas não restritas ao quadro curricular, na valorização de conhecimentos académica e profissionalmente relevantes, na opção pela existência de componentes de formação de base, transversais a todos a projetos de ensino, e na criação de condições que permitam a interiorização de princípios éticos.

A oferta educativa da Universidade, preservando as especificidades dos campos científicos e evitando uma sua sobredeterminação estrita pelo campo económico-social, há-de ser, no entanto, articulada com oportunidades e necessidades identificadas nos domínios da economia, da sociedade e da cultura, apostando em áreas emergentes, num quadro de grande atenção às transformações no mercado de trabalho.

A prossecução de objetivos desta natureza obriga a uma forte integração do ensino com a investigação, a uma conceção da gestão coerente e integrada de cada curso como um projeto com objetivos específicos, ainda que partilhando componentes de formação com os outros cursos, e a uma monitorização continuada dos projetos de ensino, no âmbito do sistema interno de garantia da qualidade da Universidade. A operacionalização desta orientação obriga a instituir a formação de cidadãos como tarefa essencial da Universidade, a combinar a formação científica e profissional com o desenvolvimento pessoal e social, a propiciar a exposição à multidisciplinaridade e a prover experiências culturais, desportivas, etc., diversificadas.

Para que a **interação com a sociedade** seja efetiva, deve a Universidade do Minho valorizar a relação com a sua envolvente nos contextos regional, nacional e internacional, promover uma interação multidimensional com os tecidos económico-produtivo, cultural e social, e desenvolver uma estratégia própria de valorização do conhecimento, de incubação e promoção do empreendedorismo, de promoção cultural e de intervenção efetiva na esfera social. A procura de respostas para problemas/ interrogações da sociedade e o compromisso com o desenvolvimento socioeconómico da Região em que a Universidade está inserida, nas suas múltiplas esferas – económica, social, cultural - requer posições de abertura ao exterior por parte da Universidade e o desenvolvimento de estratégias de proatividade capazes de gerar transformações qualitativas na envolvente.

A Universidade do Minho como **universidade internacionalizada** é uma Instituição que perspetiva a sua atividade num quadro de relações com parceiros institucionais de outros países. A internacionalização reveste necessariamente

diferentes materializações consoante a área científica ou se trate da investigação, do ensino ou da interação com a sociedade, seja ao nível dos parceiros, seja das modalidades selecionadas. Marcas indissociáveis da internacionalização são a assunção de quadros de referência internacionalmente reconhecidos para avaliação das suas várias atividades e a efetiva capacidade de a Universidade atrair docentes, investigadores, estudantes e técnicos de outras instituições. A mobilidade de estudantes, de docentes e investigadores, a atribuição de graus conjuntos ou duplos, o desenvolvimento de projetos em parcerias internacionais supõem a participação sistemática em redes internacionais e a consolidação da atratividade internacional da Instituição.

Uma universidade *eficiente e eficaz*, como se pretende que a Universidade do Minho seja na gestão dos seus recursos humanos e financeiros, tem fontes de financiamento diversificadas, revela capacidade de adequação ao contexto político-económico, tem procedimentos de coesão transparentes para assegurar a sustentabilidade financeira das suas diferentes unidades, integra e gere adequadamente as suas unidades de serviços, adota ferramentas de gestão apropriadas, suportadas por sistemas de informação integrados e amigáveis e, finalmente, possui um sistema interno de garantia da qualidade devidamente acreditado. Uma universidade com estas características é uma instituição eficaz e eficiente na operacionalidade das respostas que é capaz de encontrar para fazer face aos desafios com que se confronta.

Uma universidade *participada e descentralizada* tem como características essenciais a valorização da autonomia e da responsabilidade dos seus membros, estruturas e órgãos, a busca de equilíbrio entre colegialidade e operacionalidade, a valorização do desempenho individual e coletivo. Dada a estrutura organizacional que lhe é própria - a Universidade do Minho tem as suas unidades orgânicas de ensino e investigação como estruturas fundamentais, a Universidade há-de garantir uma articulação efetiva entre as UOEI, como entre as unidades culturais e diferenciadas e as entidades participadas. Esta articulação é essencial à prossecução dos objetivos institucionais e condição da coesão institucional, sobretudo relevante tendo em conta a diversidade interna da

Instituição. Finalmente, no caso específico da Universidade do Minho, a descentralização da Universidade tem na sua multipolaridade uma modalidade essencial de concretização.

A universidade *inclusiva* é uma instituição que acolhe e integra a diversidade, que responde de modo efetivo à diversidade etária, de género, étnico-linguística e cultural, que acolhe e integra os estudantes com deficiência ou necessidades educativas especiais e que implementa práticas de ação social e de solidariedade. No preenchimento deste requisito, a Universidade do Minho há-de mover-se num quadro de valores e de cultura institucional sensível à especificidade dos diferentes grupos que a constituem como comunidade académica.

Os objetivos nacionais, as expectativas da região, as motivações internas e a afirmação institucional tornam imperativo o crescimento da Universidade. Este crescimento terá como pressupostos a oferta de uma educação superior diferenciada e de qualidade, uma investigação reconhecida pelas comunidades científicas de referência, uma interação efetiva com a sociedade, o reforço da Universidade do Minho como instituição de referência internacional e agente da transformação socioeconómica e cultural da Região, através da atração e geração de talento, da indução de novo tecido económico-produtivo e da criação e emprego.

A atração e a geração de talento deverão assentar em investigação de referência internacional, respondendo a necessidades da sociedade, e na atratividade da envolvente de proximidade. O ensino de qualidade e diferenciado, formando cidadãos e potenciando criadores, líderes e empreendedores, basear-se-á na valorização do papel dos estudantes como sujeitos da aprendizagem e na assunção de uma orientação para a educação integral. A indução de um novo tecido económico envolverá uma estratégia de valorização sistemática do conhecimento, práticas de incubação empresarial e uma atenção particular à produção cultural e artística.

O compromisso com o conhecimento, com a educação e com o desenvolvimento económico, cultural e social é a resposta da Instituição às exigências internas e externas que lhe são colocadas.

Em síntese, o crescimento da Universidade deve assentar num conjunto de princípios estratégicos em que relevam:

- A centralidade do estudante e das atividades educacionalmente relevantes;
- A qualidade e exigência;
- A internacionalização;
- O reconhecimento e valorização das atividades dos docentes, investigadores e funcionários;
- A sustentabilidade financeira, com diversificação das fontes de financiamento;
- A relevância para a sociedade;
- A avaliação e a prestação de contas;
- A coesão, a participação e a descentralização

O crescimento da Universidade há-de ser um crescimento sustentado. Há um conjunto de elementos contextuais que permitem antecipar este cenário. A Universidade do Minho possui recursos humanos qualificados, infraestruturas de ensino e investigação adequadas, um significativo património intelectual uma sólida cultura institucional.

O crescimento sustentado que se visa exige, no entanto, no plano interno, uma melhoria contínua da qualidade e desempenho dos estudantes, a contínua qualificação dos recursos humanos, a melhoria das infraestruturas e o aprofundamento do modelo de governação e de gestão.

No plano nacional, torna-se necessário aumentar o reconhecimento dos estudantes, o reforço dos recursos humanos, o aumento dos financiamentos nacionais (públicos e privados), desenvolvendo também estratégias de *fundraising*. A afirmação e atratividade, a consolidação de relacionamento

interinstitucionais e o aprofundamento da interação com a sociedade e envolvente são igualmente caminhos que podem assegurar este ciclo de crescimento sustentado.

No plano regional, a Universidade, enquanto agente socioeconómico e cultural relevante, em ordem ao seu crescimento sustentado, deve atrair e gerar talento, induzir um novo tecido económico-produtivo, promover a criação de emprego o desenvolvimento sociocultural.

No plano internacional há que buscar o aprofundamento do reconhecimento da Instituição, através da consolidação de parcerias e de redes e da transferência de conhecimento (patentes, spin-offs, ...). O aumento, na Universidade, de estudantes estrangeiros de pós-graduação, de investigadores estrangeiros, bem como de projetos e contratos são outros objetivos relevantes.

O crescimento sustentado da Universidade tem na coesão institucional, em simultâneo, um fator relevante e um efeito desejado. Há um amplo conjunto de dispositivos que podem, a este respeito, no plano da Instituição, desempenhar um papel importante:

- uma política de qualidade;
- a avaliação de desempenho;
- a existência de um quadro de referência ética;
- a alocação de recursos a fundos de coesão;
- estruturas de gestão e suporte administrativo-financeiro;
- infraestruturas de qualidade;
- a promoção institucional;
- políticas de incentivo e mobilização;
- uma política de incubação e valorização do conhecimento;
- um sistema de Informação adequado;
- a existência de overheads institucionais;
- uma coordenação efetiva das participadas;
- estratégias de *fundraising*;
- projetos mobilizadores transversais;

- atração e viabilização de investimentos.

A afirmação e a coesão da Universidade serão prosseguidas em contextos nacional e internacional complexo em que avultam, entre outros aspetos:

- a perda de importância relativa da Europa no mundo, no plano económico e também no cultural;
- a emergência das novas economias, entre as quais o Brasil, que, juntamente com Angola, Moçambique e Timor-Leste vêm contribuindo para tornar o português um dos 5 idiomas mais importantes no comércio internacional;
- a diminuição do investimento público no ensino superior, que impõe a necessidade de serem encontradas novas fontes de financiamento;
- a crescente importância de novos dispositivos associados ao ensino e investigação (por exemplo, ensino a distância, networked research, open access);
- a existência de iniciativas integradas e multidisciplinares no âmbito da investigação e do ensino, que representam uma oportunidade para reposicionamento e afirmação da Universidade, através da resposta a problemas da sociedade.

6.1. Objetivos estratégicos da Universidade do Minho para 2020

A Universidade do Minho assume como objetivos estratégicos para 2020:

- atingir 25 000 estudantes em regime presencial, 45% dos quais estudantes de pós-graduação, incluindo 20% de alunos estrangeiros;
- a concretização de uma aposta no ensino a distância, que se traduza na existência de 10 000 alunos envolvidos nesta modalidade;
- tornar-se uma referência internacional na investigação, nomeadamente no desenvolvimento da investigação aplicada;

- constituir-se como a universidade portuguesa com maior impacto no desenvolvimento socioeconómico, através da e da atividade das unidades de interface, da promoção do empreendedorismo, do envolvimento ativo em estratégias regionais e da consolidação de parcerias estratégicas;
- ser uma das 3 primeiras universidades portuguesas na generalidade dos indicadores habitualmente utilizados para caracterizar o desempenho das universidades, sejam eles gerais, ao nível do ensino, da investigação e da interação com a sociedade, sejam eles específicos, como é o caso da sustentabilidade financeira, dos sistemas de garantia da qualidade, da desmaterialização dos processos, do acesso livre ao conhecimento científico, das práticas de inclusão e da sustentabilidade ambiental.

A Universidade do Minho deverá constituir-se uma referência internacional na investigação, ser uma das três primeiras universidades portuguesas na generalidade dos indicadores e a com maior impacto no desenvolvimento socioeconómico.

As receitas da Universidade deverão aumentar em cerca de 45%, a valores atuais, o que obrigará necessariamente a explorar outras fontes de financiamento.

As evoluções demográficas e socioeconómicas nacionais e o quadro de referência e de regulamentação do ensino superior, aos níveis nacional e europeu irão provocar importantes reajustamentos no mapa nacional de universidades e institutos politécnicos públicos, bem como do subsistema privado. A Universidade do Minho deverá continuar a afirmar o seu projeto próprio de forma autónoma. Contudo, não deixará de estar atenta a desenvolvimentos neste domínio, bem como de considerar as soluções com que seja confrontada.

Universidade de Aveiro (UA)

Factos & números (Informação retirada da página web da UA)

16 departamentos

4 escolas

18 centros de investigação

14280 Estudantes

903 docentes

118 investigadores

635 Não-docentes

294 pós-docs (bolsas)

57 Cursos de graduação

127 cursos de pós-graduação

A Universidade de Aveiro (UA) é uma fundação pública com regime de direito privado que tem como missão a intervenção e desenvolvimento da formação graduada e pós-graduada, a investigação e a cooperação com a sociedade.

Criada em 1973, rapidamente se transformou numa das mais dinâmicas e inovadoras universidades do país. Frequentada por cerca de 15.000 alunos em programas de graduação e pós-graduação, a UA desde cedo assumiu um papel de relevância no panorama universitário do país, inserindo-se no grupo da frente no que diz respeito à qualidade das infraestruturas que oferece, à qualidade da sua investigação e à excelência do seu corpo docente.

A UA é um parceiro privilegiado de empresas e de outras entidades nacionais e internacionais, com as quais coopera em diversos projetos e programas e às quais presta importantes serviços, sendo por isso um espaço de investigação onde se

desenvolvem produtos e soluções inovadoras que contribuem para o avanço da ciência e tecnologia.

1. Missão

Criar conhecimento, expandir o acesso ao saber em benefício das pessoas e da sociedade, através da investigação, do ensino e da cooperação; Assumir um projeto de formação global do indivíduo, ser ator na construção de um espaço europeu de investigação e educação, e de um modelo de desenvolvimento regional assente na inovação e no conhecimento científico e tecnológico.

2. Atribuições

São atribuições da UA:

- a realização de ciclos de estudos que confirmam os graus de licenciado, mestre e doutor, no ensino universitário, e os graus de licenciado e mestre, no ensino politécnico;
- a realização de cursos de formação pós-graduada;
- a lecionação de cursos pós-secundários;
- a lecionação de cursos não conferentes de grau e outros, nos termos da Lei, bem como de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos, designadamente no contexto da formação permanente e aprendizagem ao longo da vida, incluindo cursos direcionados a necessidades específicas do mundo empresarial;
- a realização e o incremento das atividades de investigação, fundamental e aplicada, na Universidade e ou através da participação em outras instituições científicas;
- a transferência de tecnologia e a valorização do conhecimento científico e tecnológico, designadamente dos resultados de investigação e desenvolvimento, criados no meio académico e científico;

- a proteção dos direitos de propriedade intelectual inerentes às invenções, ao design, aos sinais distintivos e às obras científicas, literárias e artísticas, desenvolvidos no seio da Universidade;
- o desenvolvimento de um contexto sócio-ambiental e físico propício à investigação, ensino e aprendizagem;
- a valorização e certificação de competências, nos termos da Lei, adquiridas no mundo do trabalho;
- o apoio dos seus estudantes com vista à inserção na vida ativa;
- a prestação de serviços à sociedade em geral, nos diversos domínios que integram o âmbito de intervenção da Universidade;
- o estabelecimento de parcerias e a partilha de conhecimentos e de boas práticas com instituições de ensino superior ou científicas e tecnológicas, nacionais e internacionais;
- a criação e consolidação de mecanismos de cooperação para o desenvolvimento, com o intuito de promover a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua oficial portuguesa e europeus;
- a produção e difusão do conhecimento e da cultura;
- a promoção de iniciativas culturais, designadamente ações de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica.

À Universidade compete, ainda, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicos, bem como de outros títulos nos termos legalmente previstos.

Na identidade da Universidade de Aveiro distingue-se:

a) Uma universidade em rede

A Universidade potencia os seus recursos integrando redes de colaboração, presentes em todas as suas áreas de intervenção. Merecem especial destaque os cursos lecionados em parceria com outras universidades, portuguesas e estrangeiras, e os parceiros de projetos europeus.

A Universidade oferece ou participa atualmente, com tipologias diversas, em 30 programas de mestrado e doutoramento com congêneres nacionais e internacionais. Em Portugal tem privilegiado a colaboração com as Universidades do Minho e do Porto, enquanto a nível europeu as universidades do European Consortium of Innovative Universities (ECIU) constituem as primeiras referências. No entanto, a realidade destas iniciativas é muito diversificada, envolvendo instituições de ensino superior num grande espaço que em Portugal vai dos Açores ao Algarve; e a nível global da Noruega à Catalunha, do Brasil à Rússia.

...com prestígio internacional

O ranking do Times Higher Education 2011 colocou a Universidade de Aveiro no 345º lugar a nível mundial, ocupando a primeira posição das universidades portuguesas.

Esse resultado resume um conjunto de indicadores que evidenciam elevada produtividade científica numa universidade de perfil abrangente, orientada por padrões internacionais em todas as áreas de atividade.

A excelência da investigação realizada na Universidade de Aveiro é um elemento essencial de referência e reconhecimento entre os pares. Essa dimensão constitui ainda uma parte importante do estímulo à liberdade e autonomia de pensamento científico que a Universidade de Aveiro proporciona aos jovens investigadores, facilitando a sua rápida ascensão como cientistas reconhecidos internacionalmente.

Desenvolvendo uma cultura organizacional de proximidade, territorialmente ancorada, interdisciplinar, empreendedora, integrada em redes nacionais e internacionais, a Universidade de Aveiro afirma, com orgulho, a sua identidade.

b) Uma universidade abrangente

Na tipologia U-Map (The European Classification of Higher Education Institutions: European Project), a Universidade de Aveiro é uma universidade abrangente nas suas áreas de ensino, investigação e cooperação, ocupando sete das oito grandes áreas disciplinares compreendidas pela classificação da OCDE. Em termos de investigação, a Universidade marca presença em oito áreas da referência ISI (ISI Web of Science).

c) Uma universidade de excelência

A Universidade é reconhecida pela investigação de excelência em algumas áreas, com uma visão de sustentabilidade, e distintiva pelas facilidades e competências de que dispõe. Neste início de século deve aspirar a níveis mais elevados para a qualidade da sua investigação, o que agirá como fator de prestígio e motivação, polo dinamizador de toda a sua atividade. Num contexto de mudança, este objetivo requer uma avaliação permanente com decisões estratégicas e seletivas.

Antecipando os desafios próprios que uma sociedade moderna, baseada no conhecimento, nos irá colocar na próxima década, devemos estar preparados para responder, como sempre fizemos, de forma criativa e empenhada. Só assim a Universidade de Aveiro poderá ser um destino internacionalmente reconhecido como universidade interdisciplinar e colaborativa por natureza, oferecendo um ambiente propício à investigação e aprendizagem de estudantes.

A excelência da investigação confere reputação e credibilidade como parceiro de preferência, e assegura o ambiente estimulante capaz de atrair investigadores seniores e captar jovens talentos.

Na Europa, debate-se hoje se a investigação estará direcionada para as novas necessidades sociais e oportunidades económicas, apesar dos grandes avanços científicos já alcançados.

Sendo o grande motor da inovação, a investigação deve projetar-se em termos de objetivos bem definidos, uma vez que o seu valor reside também nos resultados que se traduzem em novos produtos e serviços para a sociedade.

As atividades de ensino e investigação da Universidade de Aveiro desenvolvem-se, por isso, no sentido de contribuir para moldar o futuro da região e do país, bem como para o progresso da ciência e tecnologia e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas de uma forma sustentável. São várias as estratégias cuja implementação consideramos de crucial importância para o conseguirmos.

A dimensão da Universidade, deliberada na sua vertente identitária e organizativa, atribui especial importância à busca de complementaridade numa política de alianças nacionais e internacionais, concretizando a lógica de uma universidade em rede. Não é um elemento novo na prática da Universidade, mas o efeito de globalização nas condições já mencionadas obriga a repensar a política de alianças, colocando-a como objetivo estratégico no reposicionamento da Universidade de Aveiro.

Neste quadro, permanece como essencial a componente europeia — mobilidade de alunos e docentes, projetos de investigação, referência de melhores práticas, por exemplo — mas as relações com os países de língua portuguesa — necessariamente fortes pela força dos laços históricos e culturais — ganham renovada importância, à luz da demografia e do crescimento económico atual e sua projeção nas próximas décadas.

A Universidade assume uma perspetiva global, na qual integra os projetos do programa da Cooperação para o Desenvolvimento, contribuindo para um mundo mais justo e mais aberto.

Esta perspetiva, com especial relevo na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), permite desenvolver a sólida plataforma de relações já construída, e o momento de melhoria das condições para o desenvolvimento

nessas regiões, com vista a parcerias mais ambiciosas e uma maior afirmação internacional.

Além disso, importa ter em conta a ligação com outras regiões do Mundo, desde a América Latina à Índia e à China.

No âmbito nacional, a Universidade de Aveiro, com a sua experiência de integração dos subsistemas de ensino superior, estará atenta à racionalização da rede de ensino superior, à qual não deixará de prestar o seu contributo.

O estatuto europeu de Portugal é essencial na projeção de Portugal fora da Europa. Assim, apontamos uma política de alianças com os seguintes elementos de base:

1. **ECIU** - O European Consortium of Innovative Universities (ECIU) congrega um grupo restrito de universidades que partilham uma cultura semelhante, facilitando a comunicação das melhores experiências, desde as questões da liderança aos programas curriculares, e o lançamento de projetos comuns. O consórcio tem sido especialmente proveitoso no lançamento de Mestrados Erasmus Mundus, e proporciona um acervo de experiência no apoio, por exemplo, ao arranque da Escola Doutoral.
2. **Alianças preferenciais** - No contexto europeu importa ainda complementar as redes de contatos multilaterais com a escolha de um ou dois parceiros numa ligação mais forte, inspirada na ideia de uma aliança preferencial como relação institucional de interesse mútuo, que contemple um conjunto integrado de projetos e atividades comuns em diversas áreas.

A escolha de parceiros privilegiados, ou aliados preferenciais, pode enriquecer a colaboração numa projeção de alianças noutros espaços, numa interligação entre continentes.

3. Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Universidade de Aveiro - SIGQ_UA: em prol de mais e melhor Universidade de Aveiro

Melhorar cada vez mais e continuamente o Ensino na Universidade de Aveiro (UA) numa missão que aposta essencialmente na qualidade dos processos ensino-aprendizagem e das unidades curriculares. Este é um dos objetivos mais visíveis do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Universidade de Aveiro (SIGQ_UA) que, no entanto, é muito mais abrangente e envolve a avaliação regular dos processos e resultados da missão e planeamento estratégico da UA.

Assim, o SIGQ_UA traduz o conjunto de práticas a levar a cabo pela instituição, que executam a política para a garantia da qualidade no sentido da melhoria contínua da sua atividade nas várias áreas nucleares da missão – ensino, investigação e cooperação com a sociedade - em alinhamento com os termos de referência nacionais e europeus para a qualidade nas IES.

Em dezembro de 2016 teve início o processo de certificação do SIGQ_UA. A declaração de interesse e o Manual da Qualidade enviados à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) deram o mote para o início de um processo que decorrerá ao longo deste ano e que culminará com a decisão da Comissão de Avaliação Externa da A3ES (CAE) sobre a certificação do SIGQ_UA. Pelo caminho, a UA elaborará um relatório de autoavaliação e receberá a visita da CAE.

De acordo com o Vice-reitor da UA para a Qualidade e Planeamento Estratégico da Universidade de Aveiro, Prof. Dr. José Alberto Rafael, *“O SIGQ_UA define a forma como trabalhamos, os processos que utilizamos, a transparência inerente aos processos e também o processo de melhoria do próprio processo”*. Mas este lembra que, para além da UA ter um sistema interno de garantia da qualidade, *“cuja face mais pública é a que diz respeito ao ensino, queremos ter também a sua certificação ainda que a tal não sejamos obrigados por lei”*.

Ainda nas palavras do Prof. José Rafael *“O sistema está organizado como um processo contínuo de avaliação da instituição, das suas diferentes unidades, dos cursos e serviços, procurando identificar antecipadamente as áreas que necessitam intervenção e assegurando, dentro das respetivas competências individuais, a sua melhoria contínua (...) passamos a funcionar melhor numa cultura de qualidade que passa pelas pessoas e num sistema organizado em processos e procedimentos públicos que pressupõe estratégia, planeamento, metas, execução, teste aos resultados e capacidade para encetar processos de correção”*.

3.1. Sistema de Garantia da Qualidade do Processo de Ensino-Aprendizagem na Universidade de Aveiro (SGQ_PEA)

A partir de meados da década de noventa, a Universidade de Aveiro (UA) colocou as questões da qualidade como uma prioridade institucional, dando passos no sentido da criação de uma cultura de qualidade na Universidade.

Em 1995, a UA submeteu-se ao primeiro exercício de avaliação externa pela *European Universities* e o *National Rector's Conferences*, ao abrigo do Programa de Avaliação Institucional e, em 1997, nomeou um Vice-Reitor para a Qualidade.

Na sequência desse primeiro exercício de avaliação, a UA desenvolveu um conjunto de iniciativas ainda hoje marcos de uma época de mudança:

- o desenvolvimento de um sistema de informação;
- a criação de gabinetes específicos responsáveis pela garantia da qualidade: O Gabinete de Qualidade, Avaliação e Procedimentos (GAQAP) e o Gabinete de Gestão de Informação (GAGI);
- e a redefinição do modelo organizacional da instituição de forma a incluir os institutos para a coordenação das funções Ensino e Investigação: O Instituto para a Formação Inicial Universitária (IFIU), o Instituto para a Formação Pós-Graduada (IFPG), o Instituto de Formação Superior Politécnica e o Instituto de Investigação (II).

Em resposta a estes novos desafios, a UA criou, em 2005, a Comissão para o Aconselhamento e a Assessoria na implementação do Processo de Bolonha e, em 2008, o grupo de trabalho para o desenho e implementação de um Sistema de Garantia da Qualidade do Processo de Ensino-Aprendizagem na UA (SGQ_PEA) e implementação de um projeto-piloto que servisse de teste ao modelo desenhado.

Um dos traços marcantes da identidade da UA é a sua estrutura orgânica leve e flexível que lhe confere grande agilidade na tomada de decisão. Considera-se que uma das condições importantes para a eficácia da política para a garantia da qualidade passa por manter esta mesma lógica de simplificação quer no que concerne à estrutura necessária ao bom funcionamento do SIGQ-UA quer quanto à dimensão e tramitação processual que lhe é inerente.

Neste sentido a estrutura que suporta o funcionamento do SIGQ-UA contempla três componentes fundamentais:

- 1) **Central**, onde os Vice-Reitores e Pró-Reitores responsáveis por cada uma das áreas nucleares da missão da UA, em coordenação com o Vice-Reitor para a Qualidade e o Planeamento Estratégico estabelecem a estratégia institucional e padrões de qualidade através da identificação dos objetivos operacionais, ações, indicadores e metas, em secção do Plano de Atividades que lhes está destinada. O CC e CP são Órgãos que intervêm a este nível nos processos para os quais têm competência estatutária como se refere nos pontos específicos do MQ;
- 2) **Local**, em que as ações a desenvolver contêm as que resultam da desagregação da estratégia institucional, e são implementadas ao nível das estruturas funcionais da Universidade. A fórmula organizativa que cada uma destas estruturas adota pode variar, em razão até do seu regulamento interno, mas todas elas têm um “Pivot para a Qualidade” que é o elemento de contacto na operacionalização e gestão do SIGQ-UA;
- 3) **De apoio**, à gestão e à operacionalização do SIGQ-UA, em particular nas ações que envolvem a interação entre as componentes Central e Local. O GPE e o Conselho de Diretores são duas estruturas que intervêm neste

processo promovendo o bom funcionamento do sistema e tendo atenção especial, também, à monitorização e correção do seu funcionamento.

Para além desta estrutura tem também participação nos processos de garantia da qualidade os Órgãos da Fundação e de governo da UA que integram membros externos, nomeadamente na homologação e aprovação dos seus documentos estratégicos.

A presença do “Fórum para a Qualidade” corresponde à identificação de uma necessidade de apoio estrutural adicional que dê um suporte formal, com valor acrescentado, na ligação entre a componente Central e Local, à gestão do SIGQ-UA.

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) tem vindo a promover junto das instituições de ensino superior um processo voluntário de auditoria aos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade com vista à sua certificação. Em dezembro de 2016, a UA entendeu propor-se à certificação do seu SIGQ, tendo para o efeito instruído o processo com os seguintes documentos:

- Manual da Qualidade, o documento que descreve a política institucional para a qualidade e a forma como a mesma se consubstancia num sistema interno de garantia da qualidade, incluindo uma explicitação clara das estratégias adotadas para a garantia da qualidade nas diferentes vertentes da missão da instituição;
- Decisão do órgão competente que aprovou o MQ;
- Descrição do estado de desenvolvimento do SIGQ-UA.

É ao nível estratégico que se definem as linhas orientadoras da instituição e que se encontram os processos de gestão e decisão macros para cada um dos vetores estratégicos: melhoria contínua, comunicação, planeamento estratégico, internacionalização e a valorização do património.

Os processos nucleares são os que decorrem da atividade nas três áreas de missão da instituição e que incluem os mecanismos e procedimentos que

permitted to ensure a permanent evaluation and continuous improvement of this activity: teaching, research and cooperation with society.

At the base are the resources that support the activity and, in particular, guarantee the support to the student in all his life cycle in the institution, and that can be grouped into three main areas: human resources, materials and financial.

For its part, the processes and procedures described are supported by a consolidated Information System, with high dematerialization, that registers and produces the institutional information relevant for management and the decision-making processes.

4. Reinforcement of internationalization

The commitment with the internationalization strategy is considered by the UA as essential for the quality of its teaching-learning and research environment.

The objective of reinforcement of internationalization crosses all mission areas of the University and translates into processes and multifaceted activities in various areas of teaching, research and cooperation with society. Present in the Strategic Plan and in the Annual Activity Plans, the strategy for internationalization, defined and coordinated at the central level by the Pro-Rectorate for this area, is based on concrete objectives and unfolds into two macro levels of processes of implementation:

a) the international positioning of the UA, and of its teaching and research staff, in international networks of excellence:

- i. development of relationships and incentive to participation in international networks and consortia of excellence;

ii. a identificação de oportunidades de colaboração internacional bilateral ou multilateral, através do estabelecimento e acordos específicos de cooperação institucional.

b) o desenvolvimento de um ambiente de ensino-aprendizagem e investigação de qualidade e perfil internacional:

i. o aumento do número de Estudantes Internacionais;

ii. a promoção da internacionalização da oferta formativa;

iii. o incentivo a programas de intercâmbio de mobilidade internacional.

A estratégia de internacionalização da UA desdobra-se, em cada ano, numa multiplicidade de atuações que contemplam as diferentes vertentes da Universidade, e que concorrem para o objetivo transversal de reforçar a sua notoriedade e atratividade internacional, junto de instituições, pares e parceiros internacionais, mas também face a potenciais candidatos à oferta formativa e de investigação da UA.

Neste contexto, em 2015 a UA reforçou a suas diferentes frentes de atividade internacional: aumentou o acolhimento de estudantes, docentes e investigadores estrangeiros, e cresceu o volume de acordos e protocolos, parcerias e projetos internacionais, bem como a capacidade de captação de financiamento em programas internacionais. Reforçou-se, assim também o posicionamento da UA nas redes de investigação internacionais com reflexos diretos nos resultados em termos de publicações e posicionamento em rankings internacionais.

A UA continuou a posicionar-se como destino de eleição de estudantes internacionais de intercâmbio, quer no âmbito de programas de mobilidade, quer também ao abrigo de acordos bilaterais estabelecidos diretamente pela UA com Universidades parceiras em diferentes continentes, com particular destaque para o volume de estudantes oriundos de países como o Brasil e a China. Importa porém destacar a criação de uma nova figura, de Estudante Visitante, que,

permite doravante à Universidade passar a dispor de uma modalidade, com uma propina própria, para contemplar de forma justa o alargamento do acolhimento de estudantes estrangeiros quando a procura dirigida à UA excede significativamente a capacidade de colocação de estudantes da UA nos correspondentes destinos. Esta nova modalidade permitirá seguramente dar ainda mais folego aos fluxos de estudantes de mobilidade de diferentes países, nomeadamente para responder à procura de contextos geográficos em que a notoriedade da UA se afirmou de modo consistente ao longo dos anos. Ainda no ano de 2015 a Universidade de Aveiro deu passos significativos no âmbito das suas atividades de internacionalização, assumindo opções estratégicas, e de colaboração, que visaram a consolidação de seu posicionamento internacional, nomeadamente como destino de estudantes internacionais, no contexto explícito de abertura do Ensino Superior Português, motivado pelo Estatuto do Estudante Internacional, definido pelo Decreto-Lei nº36/2014.

O ano de 2015 foi, com efeito, o primeiro ano de vigência integral do Estatuto do Estudante Internacional, que se materializou, desde logo, no acolhimento na Universidade do primeiro contingente de estudantes admitidos por esta via de acesso e ingresso para o ano letivo de 2014/2015. Importa aqui salientar a complexidade dos desafios que esta abertura do Ensino Superior português vem trazer às Universidades, sublinhando que o efetivo posicionamento global das Universidades portuguesas dependerá, no médio a longo prazo não só da sua capacidade de comunicação em contexto globais, mas sobretudo da sua capacidade de desenvolver competências e mecanismos adequados à garantia de qualidade em todo o processo de atração e acolhimento de públicos internacionais, em toda a sua diversidade. Neste contexto, é de salientar a forma como a admissão de Estudantes Internacionais por esta via veio desafiar a UA a desenvolver, muito rapidamente, um conjunto de competências e estruturas capazes de dar resposta a padrões, e a calendários, de procura internacional muito heterogéneos.

Merece destaque a capacidade que a Universidade demonstrou, não somente de comunicação e posicionamento internacional, afirmando-se como um destino

competitivo no contexto global, mas sobretudo, a agilidade em implementar mecanismos de qualidade para todo o processo de acesso e ingresso destes estudantes. Refira-se a este propósito a forma exemplar como a UA conseguiu garantir a realização de provas de acesso adequadas aos candidatos, nomeadamente àqueles cujas geografias impediriam a deslocação atempada a Portugal, para a realização in loco das provas.

Aqui também, a solidez da imagem da UA e a qualidade da sua rede de colaboração com Universidades e outros parceiros Institucionais internacionais, foram ativos fundamentais para que a UA em colaboração, pudesse garantir a adequada condução desta etapa de acesso em diferentes países, como Angola, Moçambique ou S. Tomé e Príncipe, numa abordagem de proximidade aos candidatos.

Na mesma linha, é de referir a criação e a rápida entrada em funcionamento do Pré UA – o programa de preparação para o acesso e frequência de cursos de ensino superior na Universidade de Aveiro – que veio oferecer aos candidatos internacionais um percurso adicional, que, pelo seu carácter modular, garante uma transição adequada e ajustável ao perfil dos candidatos, para o contexto do ensino superior português, nomeadamente através do reforço de qualificações em áreas fundamentais, ou mesmo da preparação linguística. Acrescente-se ainda, que o trabalho investido na atração de estudantes ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional, resultou também, naturalmente, no aumento da visibilidade e reconhecimento da oferta formativa da UA em geral, sendo de registar aumentos na procura de estudantes estrangeiros também no 2º e 3º ciclos de estudos.

O reforço da capacidade de atração de públicos internacionais passou naturalmente também por um conjunto de opções e investimentos para a afirmação e diferenciação da UA em contextos internacionais. A abertura internacional do Ensino Superior vem colocar a UA na constelação de escolhas dos estudantes no contexto global e abre assim um espaço de oportunidades; não obstante, encerra também riscos importantes de diluição geográfica dos esforços de visibilidade e cooperação internacional.

A UA assumiu escolhas claras, que se traduziram em apostas significativas na sua afirmação internacional. Desde logo foi assumido um reforço do posicionamento em países de língua portuguesa, pela sua proximidade e importância cultural, e pela já forte tradição de ligação à Universidade de Aveiro. A este nível é de destacar o esforço dirigido aos públicos Brasileiros e de outros países da América Latina, como a Colômbia, quer através do reforço da presença em eventos internacionais, e nestes contextos a condução de palestras e atividades de promoção da oferta formativa da UA; também, e de forma inovadora, através do estabelecimento de mecanismos de diálogo persistentes com instituições responsáveis pela aferição e validação de competências para o acesso ao Ensino Superior em contextos internacionais. Neste âmbito sublinha-se a particular importância que teve a formalização do protocolo entre a Universidade de Aveiro e o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), entidade que, no Brasil, conduz os exames nacionais de ensino médio (ENEM), que a Universidade de Aveiro reconhece como instrumento de aferição de conhecimentos para acesso ao Ensino Superior. A formalização da colaboração da UA junto do organismo mor no contexto da qualificação para o acesso ao ensino superior no Brasil, foi um passo importante, que veio contribuir para o reforço da legitimação efetiva, e de forma generalizada neste país, da Universidade de Aveiro como um destino de qualidade para as escolhas dos estudantes e das famílias Brasileiras.

A Universidade de Aveiro investiu também esforços numa abordagem muito diferenciada daquela que é dedicada aos países de expressão portuguesa, no que concerne ao reforço da qualificação da oferta formativa da UA junto de países de outras expressões linguísticas. É de registar, desde logo, o aumento da oferta formativa em língua inglesa, nos vários ciclos de estudo, por exemplo através da estabilização de um pacote de unidades curriculares em língua inglesa com efeitos muito positivos na atratividade de estudantes de mobilidade.

Merece porém particular menção a inauguração no 2º trimestre de 2015 do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro, posicionando de forma explícita a UA e a cidade de Aveiro, no círculo estrito de parceiros reconhecidos pela China.

A instalação do Instituto Confúcio da UA marcou assim o culminar de um aturado investimento da UA na relação com a China, e veio simultaneamente validar e reconhecer o enorme trabalho que a Universidade tem realizado em prol da divulgação e ensino da língua e cultura chinesa, constituindo-se como uma alavanca para a continuidade e crescimento desta missão, ao mesmo tempo que se traduzirá em impactos importantes ao nível do posicionamento da UA junto do público chinês. O empenho na colaboração persistente com universidades chinesas, bem como na atração de estudantes deste país, consolidou-se assim em 2015, expressando-se de forma explícita no número cada vez maior de estudantes chineses na UA.

5. O ideal de um campus exemplar: Plano Estratégico (2012) e Plano de Atividades 2017

O desenvolvimento integrado dos diferentes objetivos estratégicos deverá assentar num campus exemplar, caracterizado pelos bons exemplos e pelas melhores práticas de ensino e investigação, como núcleo da experiência universitária; mas a ideia de um campus exemplar alarga-se a todas as dimensões de convívio e desenvolvimento humano, desde o usufruto das novidades tecnológicas à apreciação estética e paisagística.

O espaço e a arquitetura do campus universitário, com a oportunidade rara de ver e visitar no mesmo local as obras de representativos arquitetos portugueses, entre os quais se contam dois Prémios Pritzker de Arquitetura, são qualidades reconhecidas. A estas referências será acrescentada informação sobre a flora e a fauna observadas no campus e arredores. Todo este quadro arquitetónico e ambiental, no entanto, constitui apenas uma parte do conceito de campus exemplar, que vive da realidade universitária de ensino, investigação e cooperação, e para além dos aspetos curriculares compreende as dimensões de sustentabilidade, mobilidade e acessibilidade, e toda a realidade humana das experiências vividas na Universidade de Aveiro, incluindo a experiência

associativa, a prática desportiva, os eventos culturais, as ações de voluntariado. O conjunto dessas diferentes formas de vivência definirá o campus exemplar.

Com o desenvolvimento da internacionalização, o campus universitário será também, cada vez mais, um espaço de encontro de culturas, uma ponte lançada entre continentes...

A Universidade de Aveiro mantém, na preparação do Plano de Atividades para 2017, a sua orientação estratégica, traduzida num conjunto de sete objetivos principais, tomando como referência as três áreas de missão da Universidade: ensino, investigação e cooperação com a sociedade, a desenvolver em estreita ligação com quatro temas transversais qualidade; internacionalização; atratividade; e valorização do património.

O Plano de Atividades propõe a sua concretização em objetivos operacionais, com os respetivos indicadores e metas a atingir em 2017.

De acordo com a metodologia estabelecida, o Plano de Atividades para 2017 considera os seguintes documentos de referência:

- Plano Estratégico aprovado pelo Conselho Geral na reunião de 20 de Abril de 2012
- Programa de Ação do Reitor para o quadriénio 2014-2018.
- Contrato Entre o Governo e as Universidades Públicas Portuguesas no Âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento, assinado a 16 de Julho de 2016.
- Estratégia para o Campus Sustentável da Universidade de Aveiro 2014-2020 (Outubro 2014).

O Plano de Atividades para 2017 consagra os seguintes Objetivos Estratégicos:

1. Reforçar a relevância da formação;
2. Reforçar o impacto da investigação;
3. Reforçar o papel da UA no desenvolvimento económico, social e cultural;
4. Aprofundar uma cultura da qualidade;

5. Melhorar o posicionamento internacional da UA;
6. Reforçar a atratividade;
7. Valorizar o património

Para a prossecução destes objetivos foram definidos uma série de indicadores e metas que poderão ser consultados integralmente no Plano de Atividades 2017 da UA.

Universidade do Algarve (UAlg)

Factos & números (Informação retirada da página web da UAlg)

7 Unidades Orgânicas

1 Departamento

51 Licenciaturas

5 Mestrados Integrados

67 Mestrados

25 Doutoramentos

8000 alunos

789 docentes (dados facultados pelos Serviços de Recursos Humanos à data de 31.12.2016)

366 não docentes (dados facultados pelos Serviços de Recursos Humanos à data de 31.12.2016)

11 Centros de Investigação dos quais 3 são Unidades de Investigação com personalidade jurídica própria

12 Centros de Estudo e Desenvolvimento

4 Campi (3 em Faro e 1 em Portimão)

Classificação de Muito Bom no Multirank 2017 em:

- Spin-offs (transferência de tecnologia);
- Pós-Doutorados (investigação);
- Interdisciplinaridade das publicações (investigação);
- Publicações internacionais conjuntas (internacionalização);
- Mobilidade de estudantes (internacionalização).

A Universidade do Algarve, tal como existe neste momento, resultou da união das duas instituições previamente existentes: a Universidade do Algarve, criada pela Lei n.º 11/79 de 28 de Março e o Instituto Politécnico de Faro, criado pelo decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro.

Em 1982 foi nomeado o primeiro Reitor da Universidade do Algarve, o Prof. Doutor Gomes Guerreiro, a quem sucederam o Prof. Doutor Carlos Alberto Lloyd Braga (1986), o Prof. Doutor Jacinto José Montalvão dos Santos e Silva Marques (1990), o Prof. Doutor Eugénio Maria de Melo Alte da Veiga (1993), o Prof. Doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão (1998) e o Prof. Doutor João Guerreiro, (2006). O atual Reitor, o Prof. Doutor António Branco, iniciou o seu mandato em 18 de dezembro de 2013.

Em 1988, através do decreto-lei n.º 373/88, de 17 de Outubro, e considerando que a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, abria perspectivas à possibilidade de melhorar as condições de articulação do subsistema de Ensino Superior Universitário com o subsistema do Ensino Superior Politécnico na região, o Governo decretou a articulação, para efeitos de gestão comum, das duas instituições.

Na sequência da aprovação da Lei de Autonomia das Universidades (Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro) e perante a necessidade de existência no Algarve de uma instituição de ensino superior com a dimensão crítica necessária para enfrentar os problemas do desenvolvimento do País e em particular da região algarvia, foram elaborados os Estatutos da Universidade do Algarve.

Em 1991, reuniu uma Assembleia com a participação de representantes dos docentes, dos discentes e dos funcionários de todas as Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Faro e da Universidade do Algarve e também dos representantes dos Serviços Centrais comuns às duas instituições, tendo sido aprovados os Estatutos vigentes até 2008. Estes Estatutos foram homologados pelo então Ministro da Educação, Eng.º Roberto Carneiro, através do Despacho Normativo n.º 198/91, de 27 de Agosto.

Perante a aprovação dos Estatutos da Universidade do Algarve, entendeu o Governo que era necessário criar um enquadramento legal adequado à nova realidade, não só em termos de património como de meios humanos e, através do decreto-lei n.º 241/92, de 29 de Outubro, decretou a extinção do Instituto Politécnico de Faro.

A Universidade do Algarve é, assim, uma instituição diferente das outras Universidades, dado coexistirem no seu seio Unidades Orgânicas de Ensino Superior Universitário e de Ensino Superior Politécnico.

1. Objetivos e Estatutos

Definida como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, a Universidade do Algarve tem por fins fundamentais, de acordo com os seus Estatutos:

- A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional;
- A realização de investigação científica de alto nível e o desenvolvimento experimental, promovendo a difusão dos seus resultados e a valorização social e económica do conhecimento e da inovação organizacional;
- A colaboração com entidades públicas e privadas;
- A promoção da internacionalização das suas atividades;
- A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, baseados em padrões reconhecidos e comparáveis no plano internacional.

A Universidade do Algarve é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e do conhecimento humanístico, artístico, científico e tecnológico, contribuindo para a promoção cultural e científica da sociedade, com vista a melhorar a sua capacidade de antecipação e de resposta às alterações sociais,

científicas e tecnológicas, destinadas ao desenvolvimento das comunidades, em particular da região do Algarve, num quadro de coesão social, promovendo e consolidando os valores da liberdade e da cidadania.

Para prossecução da sua missão, são **atribuições** da Universidade:

1. A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional, através de, nomeadamente:
 - a) Cursos de ensino superior, universitário e politécnico;
 - b) Cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e formação especializada, bem como programas de formação avançada;
 - c) Promoção da formação ao longo da vida.
2. A realização de investigação científica de alto nível e o desenvolvimento experimental, promovendo a difusão dos seus resultados e a valorização social e económica do conhecimento e da inovação organizacional;
3. A colaboração com entidades públicas e privadas, designadamente através de:
 - a) O estabelecimento de protocolos, convénios, consórcios ou outros modelos de parceria com instituições de ensino superior e de investigação nacionais, visando a prossecução conjunta das atividades inseridas no âmbito das respetivas atribuições;
 - b) O estabelecimento de parcerias com empresas e instituições e a prestação de serviços à comunidade, numa perspetiva de valorização recíproca, contribuindo para o desenvolvimento do país e, em particular, da região do Algarve.
4. A promoção da internacionalização das suas atividades, através de:
 - a) O intercâmbio científico, educacional, tecnológico e cultural com instituições congéneres, assegurando a mobilidade dos estudantes e restantes elementos da comunidade académica;
 - b) O apoio à projeção internacional das atividades desenvolvidas pelos seus membros;

- c) O estabelecimento de consórcios, convénios, protocolos ou outros modelos de parceria com instituições estrangeiras, visando a prossecução conjunta das atividades inseridas no âmbito das respetivas atribuições;
 - d) A contribuição para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos;
 - e) A promoção da língua e cultura portuguesas, designadamente através da cooperação cultural, educacional, tecnológica e científica com os países de língua oficial portuguesa.
5. A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, baseados em padrões reconhecidos e comparáveis no plano internacional, para o que procurará assegurar, designadamente:
- a) A permanente autoavaliação das suas atividades e dos seus resultados;
 - b) Formas de recrutamento e seleção dos estudantes, docentes e investigadores, que assegurem a valorização do mérito de forma independente, nos termos da lei;
 - c) As condições para a formação, a qualificação e o desenvolvimento profissional de docentes, investigadores e pessoal não docente;
 - d) A promoção da qualidade de vida e do trabalho dos estudantes, através da ação social e de programas que fomentem o espírito crítico, o empreendedorismo, a competência e a competitividade profissional dos diplomados;
 - e) A instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito e a apoiar as atividades que valorizem a Universidade no plano nacional e internacional;
 - f) O fomento da realização pessoal dos seus membros, dinamizando, designadamente, as atividades artísticas, culturais e desportivas e a criação de um ambiente humano e educativo de diálogo e de tolerância;

- g) A dinamização de plataformas virtuais e de mecanismos de ensino a distância, suportes de redes alargadas de intervenção e de qualificação.

Os presentes estatutos da Universidade do Algarve foram homologados pelo Despacho Normativo n.º 65/2008 do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a 22 de Dezembro de 2008.

A Universidade do Algarve, enquanto universidade abrangida pela Declaração de Bolonha, no quadro da sua autonomia e das diretivas europeias e da subsequente transposição para a lei portuguesa no regime jurídico da avaliação do ensino superior, reconhece a necessidade de monitorizar os procedimentos conducentes ao seu desenvolvimento, no duplo objetivo da garantia de uma melhoria da qualidade e da instituição de uma cultura da qualidade.

2. Política para a Qualidade

A política institucional para a qualidade da UAlg tem como base a partilha e o comprometimento da Comunidade Académica com a missão e valores definidos nos seus Estatutos e com as linhas orientadoras definidas no seu Plano Estratégico, com o objetivo da melhoria contínua da sua atividade. O Plano Estratégico integra objetivos, iniciativas estratégicas e respetivos indicadores, estabelecidos para cada uma das vertentes, Ensino, investigação, Extensão e Governança e foi objeto de um processo intenso de consulta e debate interno e externo.

A prossecução dos objetivos para a qualidade é supervisionada através de processos e procedimentos que permitem a monitorização e avaliação das atividades desenvolvidas, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos internos e externos que, simultaneamente, conduzem à melhoria contínua do desempenho da Universidade.

Conforme o decreto-lei n.º 369/2007, de 5 de novembro, as instituições de ensino superior portuguesas devem possuir os seus próprios sistemas internos de

garantia da qualidade, que sejam passíveis de certificação e que respondam aos padrões europeus e internacionais.

Diversas publicações, nomeadamente da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e da European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), referem que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem desenvolver e implementar uma estratégia de melhoria contínua da qualidade das suas atividades, com base numa política para a garantia da qualidade integrada na gestão estratégica da instituição e que utilize as estruturas e os processos adequados, comprometendo toda a Comunidade Académica e envolvendo todas as partes interessadas (internas e externas) numa cultura para a qualidade, transparente e perceptível por todos.

Consequentemente, as IES, além de estabelecerem a sua política de garantia da qualidade e de formalizarem os respetivos procedimentos de implementação, de monitorização e de revisão (ENQA, ESU, EUA & EURASHE 2015; A3ES, 2016), devem assegurar que existem estruturas e procedimentos de garantia da qualidade abrangentes e eficazes no âmbito de cada uma das vertentes nucleares da missão da instituição e das áreas transversais que as suportam, a saber, o ensino e aprendizagem, a investigação e desenvolvimento, a colaboração interinstitucional e com a comunidade (extensão), a internacionalização, as políticas de gestão do pessoal e os serviços de apoio (A3ES, 2016).

De acordo com os referenciais da A3ES (A3ES, 2016), recentemente revistos para integrarem as alterações dos padrões e orientações para a garantia de qualidade do ensino superior europeu ENQA, ESU, EUA & EURASHE (2015), os Sistemas Internos de Garantia da Qualidade (SIGQ) devem ter em especial atenção a forma como se encontra estabelecida a política institucional para a qualidade, o modo como o SIGQ se articula com a gestão estratégica da instituição, a forma como as partes internas e externas participam no SIGQ, os procedimentos de recolha, tratamento e análise da informação destinada aos diversos atores internos, a forma como a informação relevante é publicada para acesso das partes externas interessadas, e como o SIGQ é monitorizado com vista à sua melhoria contínua.

A política institucional para a qualidade da Universidade do Algarve (UAlg) encontra-se intimamente associada à missão e estratégia de desenvolvimento da instituição, pelo que o Sistema Interno de Garantia da Qualidade da UAlg (Iqual) se baseia, na sua essência, em dois documentos, o Manual da Qualidade e o Plano Estratégico, que são coadjuvados por um terceiro documento, o Plano Anual de Atividades.

1. No Manual da Qualidade, sistematiza-se a informação referente à política da qualidade e à organização do Iqual, explicitando a interligação entre a política para a qualidade e a missão e estratégia da UAlg, as competências e relações dos órgãos de governo no âmbito do Iqual, os procedimentos, regulamentos e normativos e outros documentos, bem como as formas de participação e de envolvimento de todos os interessados no processo de melhoria contínua das atividades desenvolvidas no âmbito da missão da UAlg.
2. O Plano Estratégico quadrienal estabelece as orientações de desenvolvimento da UAlg e integra para cada vertente da sua missão, os objetivos, as iniciativas estratégicas e os indicadores de desempenho.
3. O Plano Anual de Atividades integra ações previstas para a concretização dos objetivos e das iniciativas estratégicas previstos no Plano Estratégico, para cada ação é identificado o processo da sua execução, os seus intervenientes e os respetivos resultados esperados.

3. Sistema Interno de Garantia da Qualidade da UAlg (Iqual)

O SIGQUAlg sistematiza, integra e estabelece os documentos e os procedimentos necessários para a recolha de informação, sua análise e avaliação, com o objetivo de monitorizar e melhorar, de forma contínua, as atividades desenvolvidas pela UAlg no âmbito da sua missão.

Contribui ainda para o desenvolvimento de uma cultura da qualidade, perceptível e participada por todos (comunidade académica e partes externas interessadas) e alinhada com a política institucional para a qualidade da UAlg.

A garantia interna da qualidade tem por objetivo a melhoria contínua da missão da UAlg, através da monitorização do seu desempenho e contribuição para o seu desenvolvimento, valorizando os diversos intervenientes nas atividades desenvolvidas e comprometendo-os com a importância do cumprimento das normas, procedimentos e objetivos estabelecidos. A monitorização e avaliação das atividades desenvolvidas integram procedimentos que permitem garantir uma resposta adequada aos requisitos internos e externos, bem como tomar as medidas necessárias para uma efetiva melhoria contínua da qualidade.

O desenvolvimento e implementação do SIGQUALg tem sido um processo participado pela Comunidade Académica e entidades externas interessadas e encontra-se em constante desenvolvimento, para dar resposta às necessidades internas e aos requisitos externos que se encontram em permanente evolução.

3.1. Coordenação estratégica e funcional do SIGQUALg

O desenvolvimento e implementação do SIGQUALg tem sido um processo participado pela Comunidade Académica e entidades externas interessadas e encontra-se em constante desenvolvimento, para dar resposta às necessidades internas e aos requisitos externos que se encontram em permanente evolução.

A Comissão de Garantia de Qualidade (CGQ) tem responsabilidade direta na implementação, monitorização e melhoria contínua do SIGQUALg, que é supervisionado pelo Conselho Consultivo para a Qualidade (CCQ). O Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ) encontra-se representado nessas duas estruturas e é responsável pela operacionalização do SIGQUALg em articulação permanente com a Reitoria.

O **Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ)** é a estrutura de apoio logístico ao SIGQUALg.

As competências e funções do GAQ são:

- a) preparar ferramentas de avaliação para apoiar a gestão das atividades de ensino, investigação e transferência de conhecimento e a prossecução de objetivos de qualidade;
- b) colaborar na implementação dos mecanismos de autoavaliação regular do desempenho das unidades orgânicas, dos cursos, dos serviços, bem como das atividades científicas e pedagógicas sujeitas ao sistema nacional de avaliação e acreditação;
- c) aplicar, de uma forma centralizada, aos estudantes e aos docentes, os inquéritos sobre o ensino e a aprendizagem, por unidade curricular;
- d) dinamizar, em coordenação com as unidades orgânicas e serviços, os processos para a avaliação/acreditação externa dos cursos;
- e) apoiar a realização de relatórios periódicos de avaliação da qualidade das atividades da Universidade;
- f) avaliar o impacto das atividades da instituição na comunidade, em articulação com o Gabinete de Estudos e Planeamento;
- g) coordenar e dinamizar a implementação e melhoria do SIGQUALg;
- h) apoiar técnica e administrativamente a Comissão de Garantia da Qualidade;
- i) elaborar o formato dos relatórios de autoavaliação;
- j) tratar os dados relativos à qualidade e elaborar o relatório anual de autoavaliação da Universidade, para apresentar à Comissão de Garantia da Qualidade;

- k) atualizar o painel de indicadores de qualidade;
- l) acompanhar o desenvolvimento e manutenção da estrutura informática que suporta o SIGQUALg.

4. Garantia da Qualidade na Internacionalização

A internacionalização do ensino e da investigação têm sido uma prioridade de desenvolvimento estratégico da UAlg que se encontra bem estabelecida no Plano Estratégico e no Plano de Atividades. Embora em menor grau, a extensão tem vindo também a contribuir para a internacionalização da Universidade.

No ensino e na investigação a UAlg tem uma longa experiência na organização e coordenação de oferta formativa em cooperação com outros países e de programas de mobilidade internacional. Mais recentemente tem vindo a promover e dinamizar o concurso especial de acesso e ingresso do estudante internacional a ciclos de estudo de licenciatura e mestrado integrado, cujo procedimento se encontra estabelecido no respetivo regulamento.

O Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade (GRIM) tem como atribuições promover as atividades de internacionalização, através do fortalecimento da participação da UAlg em redes de cooperação interuniversitárias, da dinamização e acompanhamento dos programas de visita de delegações estrangeiras, da preparação e concretização de protocolos de cooperação de âmbito internacional, da promoção da mobilidade da comunidade académica, da coordenação da mobilidade nos diferentes programas internacionais e da organização dos respetivos processos, do apoio aos estudantes estrangeiros que pretendem estudar na UAlg, nomeadamente através do acompanhamento dos procedimentos de formalização da sua aceitação pelas Unidades Orgânicas (UO) e Unidades de Investigação (UI) e da coordenação das ações de acolhimento de docentes, não docentes e investigadores estrangeiros.

No âmbito do ensino, o GRIM exerce as suas funções em estreita colaboração com as UO e com os Serviços Académicos; na investigação e na extensão, é coadjuvado

pela Unidade de Apoio à Investigação Científica. O Gabinete de Comunicação e Protocolo apoia as atividades realizadas no âmbito da internacionalização, promovendo e divulgando a oferta formativa, a investigação e a extensão.

O GRIM dispõe de procedimentos bem estabelecidos para todas suas áreas de atuação e a monitorização da satisfação com a qualidade dos serviços prestados no âmbito da internacionalização da instituição é realizada através da aplicação de questionários aos estudantes incoming, aos estudantes outgoing e aos docentes. A informação recolhida nos questionários é utilizada na melhoria contínua dos serviços prestados.

5. Plano Estratégico 2014-2017

São estes os **cinco princípios orientadores** que corporizam a visão para a instituição. Em 2017, deverá estar mais presente na Universidade do Algarve:

- 1) O enraizamento cada vez mais consistente das nossas missões principais no eixo da Educação;
- 2) A caracterização progressivamente mais natural do docente da Universidade enquanto professor-investigador;
- 3) A eleição dos campos temáticos do Mar, do Turismo, da Saúde e Bem-Estar e do Património Mediterrânico enquanto campos frutíferos e potencialmente férteis de organização do pensamento e da ação da Universidade e potenciadores das áreas disciplinares e científicas existentes;
- 4) A promoção da hospitalidade e da proximidade enquanto vantagem da nossa pequena dimensão, de que decorre um grande investimento na qualidade pedagógica da atividade de ensino e na rede de *alumni*;
- 5) A afirmação do potencial multicultural da instituição enquanto base da sua estratégia de internacionalização do Ensino e da Investigação.

No plano estratégico definido pela UAlg encontram-se definidos objetivos e iniciativas estratégicas a desenvolver no período entre 2014-2017 e que

abrangem as quatro principais áreas: Ensino, Investigação, Extensão e Governança, que se sintetizam abaixo:

ENSINO	
Objetivos	Iniciativas Estratégicas
Aumentar o recrutamento de estudantes para os vários ciclos de estudo nas modalidades regional, nacional e internacional	Especializar a comunicação institucional e da oferta formativa
	Fomentar privilegiadamente a oferta formativa em língua portuguesa, no plano da internacionalização, identificando os segmentos em que o uso de uma língua estrangeira possa ser vantajoso
	Escrutinar e melhorar a qualidade do ensino
Adaptar e racionalizar a oferta formativa (todos os ciclos de estudo e tipologias)	Estudar detalhadamente o universo de recrutamento
	Desenvolver a oferta formativa mais harmoniosamente
INVESTIGAÇÃO	
Objetivos	Iniciativas Estratégicas
Melhorar os indicadores de produção científica em todas as áreas	Desenhar e implementar o CRIS-UAAlg
	Corrigir as bases de recolha de dados bibliométricos das Artes e Humanidades
	Diversificar as fontes de financiamento da investigação
Fomentar a articulação da atividade de investigação com os campos temáticos do Mar, do Turismo, da Saúde e Bem-Estar e do Património Mediterrânico	Elaborar, no seio do Conselho de Investigação da UAIC, um plano de investigação para a Universidade, privilegiando os campos temáticos identificados neste documento
	Reconfigurar a rede de centros da Universidade do Algarve menos bem classificados pela FCT em 2014
EXTENSÃO	
Objetivos	Iniciativas Estratégicas
Dar maior coerência ao vasto conjunto de atividades de extensão desenvolvidas e a desenvolver, beneficiando a sua articulação com os campos temáticos domar, do Turismo, da Saúde e Bem-Estar e do Património Mediterrânico	Promover um maior acesso interno à informação sobre projetos de Extensão em curso ou para os quais a Universidade do Algarve é desafiada
	Fomentar a interdisciplinaridade nas atividades de extensão
	Criar uma estrutura organizada de ensino vocacionada para as atividades de extensão
Fomentar os projetos de Extensão	Orientar as atividades de extensão para o desenvolvimento regional

Multidisciplinares que contribuam para o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico da Universidade e da região com base no princípio orientador da Educação como cerne da atividade	Associar de forma sistemática o ensino e a investigação à extensão
	Aumentar a participação dos estudantes nas atividades de extensão
GOVERNANÇA	
Objetivos	Iniciativas Estratégicas
Adequar a estrutura e as formas de organização da Universidade à sua dimensão e à sua estratégia de desenvolvimento	Promover o debate sobre o atual modelo de organização das unidades orgânicas
	Promover o debate sobre o atual modelo de organização das unidades de investigação e sobre a sua relação com a formação avançada
	Promover o debate sobre o atual modelo de organização dos serviços
	Propor uma revisão dos Estatutos e do Regulamento Orgânico da Universidade
Melhorar a integração dos dados e o acesso aos indicadores de desempenho da instituição	Rever o Regulamento Geral de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente
	Melhorar a gestão académica ao nível da eficiência dos procedimentos e dos outputs
	Ganhar autonomia na administração da aplicação de gestão financeira, patrimonial, de recursos humanos e projetos, reduzindo custos
	Implementar outros sistemas essenciais a uma gestão mais transparente e eficaz

CAPITULO VI

Metodologia



1 Delineamento do Estudo

1.1 Escolha do tema

O tema escolhido para este estudo, *A Qualidade e Internacionalização no Ensino Superior em Portugal: um estudo de caso nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve*, leva-nos a analisar a temática do Ensino Superior e, mais concretamente, a implementação dos indicadores/medidas de qualidade definidas para o ensino superior.

Na medida em que as instituições europeias de ensino superior aceitaram assumir o papel principal na construção do “Espaço Europeu do Ensino Superior”, estas comprometeram-se a assumir a responsabilidade de coordenar políticas que permitam estabelecer e promover o sistema europeu do ensino superior em todo o mundo. Neste sentido, pareceu-nos ser de todo o interesse para este estudo fazer um levantamento dessas políticas.

Uma vez que um dos principais desafios dos sistemas europeus de ensino superior é conseguir articular esquemas de acreditação que, simultaneamente, atendem tanto a propósitos nacionais de fortalecimento de qualidade e aumento da competitividade, como também a perspectivas de internacionalização derivadas da integração europeia, é de extrema importância mostrar quais os esquemas de acreditação usados em Portugal e em que medida esses esquemas respondem aos propósitos nacionais e às perspectivas de internacionalização.

Considerando que a qualidade é essencial para o desenvolvimento da Área Europeia de Ensino Superior, é necessário apoiar medidas de certificação de qualidade a nível institucional, nacional e europeu, sendo imprescindível desenvolver critérios e metodologias comuns de certificação.

1.2 Natureza da Investigação

O investigador deve certificar-se, de acordo com as suas necessidades de pesquisa e universo em estudo, quais serão as técnicas mais vantajosas e que, ao mesmo tempo, confirmam fiabilidade e validade à investigação. No caso das técnicas de recolha de informação, uma pode ser mais adequada em algumas situações, enquanto que outras poderão ser úteis para o restante processo de investigação. É, assim, de grande utilidade, o cruzamento de algumas técnicas para alcançar os nossos objetivos, pois as vantagens de um instrumento de recolha, podem compensar as limitações de outro.

"Essa consciência da complexidade traduziu-se na ideia de que, se não há um caminho real para aceder à verdade, todos devem ser tentados na medida do possível. Daí o pluralismo metodológico, a combinação, por exemplo, entre métodos qualitativos e quantitativos e, conseqüentemente, o uso articulado de várias técnicas de investigação." (Santos, 1989: 83).

Segundo Yin (2005) a conceção de estudos de caso é feita de acordo com os três passos abaixo referidos:

- “definir o caso que está a estudar”, ou seja, o “tópico” ou “unidade de análise” e o seu subtópico ou contexto social.
- optar por um estudo singular de caso ou por um estudo múltiplo de casos;
- decidir usar ou não desenvolvimento teórico para ajudar a selecionar o caso, desenvolver o protocolo de recolha de dados e organizar as estratégias iniciais de análise de dados.

É importante a decisão de usar estudo singular ou múltiplo, pois “focar um caso singular obriga a devotar cuidadosa atenção a esse caso”, e, quanto à opção por casos múltiplos, Yin (2005: 384) propõe: *“Ter casos múltiplos pode ajudar a reforçar os achados de todo o estudo – porque os casos múltiplos podem ser*

escolhidos como replicações de cada caso, como comparações deliberadas e contrastantes, ou variações com base em hipóteses”.

Yin sublinha que, ao fazer um estudo múltiplo de casos, será importante verificar que lugares ou pessoas proporcionarão melhor riqueza de dados e proporcionarão melhor cruzamento de casos tendo em conta a “lógica do inquérito”.

Se alguns dos objetivos formulados nos remetem imediatamente para a análise documental, pela natureza das fontes de dados disponíveis, e, assim, para estudos de natureza qualitativa, outros permitem a opção pela via quantitativa ou qualitativa.

Tal como Minayo e Sanches (1993) referem, as metodologias não são boas ou más em si mesmas, são sim mais ou menos adequadas à resolução de certos problemas, à prossecução de determinados objetivos e à realidade que nos propomos conhecer. Deste modo, a escolha metodológica não deve ser um dado de partida, mas sim uma construção a que chegamos pela análise da realidade que pretendemos conhecer, e dos objetivos a que nos propomos.

Entendemos, ainda, que a utilização de vários métodos e fontes (triangulação) é um meio de aumentar a complexidade, riqueza e rigor da compreensão do objeto de estudo (Denzin& Lincoln, 2000), contribuindo ainda para o aumento da sua validade, quer interna, quer externa.

Considerando a necessidade de complementar ao máximo o presente estudo e tomando em atenção as vantagens e desvantagens das metodologias qualitativas e quantitativas, elencadas no quadro abaixo, optou-se por recorrer a um modelo de investigação misto, isto é, qualitativo e quantitativo.

Fig. 5 – Paradigmas quantitativo e qualitativo da investigação (Cardoso, 2007:140)

Paradigma quantitativo	Paradigma qualitativo
Apoia-se nas filosofias positivista, comportamentalista, empirista.	Apoia-se nas filosofias fenomenológica-naturalista, etnometodológica e interaccionismo simbólico.
Estabelece relações e explica as mudanças.	Compreende fenómenos sociais segundo as perspectivas dos participantes.
Os métodos e processos são específicos e pré-determinados. As decisões das estratégias de investigação são rígidas.	Os métodos e processos são flexíveis, o desenho da investigação é emergente, podendo ser modificadas as decisões ao longo da investigação.
Apoia-se em desenhos correlacionais ou experimentais, de modo a reduzir os enviesamentos e as variáveis externas. O papel do investigador deve ser, tanto quanto possível, de afastamento.	Admite a existência de subjectividade tanto na recolha de dados quanto na interpretação desses dados. O investigador vive na imensidão da situação e no fenómeno social, passado e futuro.
As investigações visam, maioritariamente, permitir generalizações.	As acções são fortemente influenciadas pelos contextos em que ocorrem; são generalizações conceituais.
Analizam-se os dados de forma dedutiva.	Analizam-se dados de forma indutiva.
Recolhem-se dados para confirmar hipóteses previamente construídas.	Não recolhem dados ou provas para confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente.
Ênfase nos resultados ou produtos da investigação.	Ênfase maior no processo de investigação
As amostras são, na maioria, amplas, estratificadas, com grupo de controle, de selecção aleatória.	As amostras das investigações são pequenas, numericamente não representativas.
Os métodos e as técnicas mais utilizados são: experimental, questionário, entrevista estruturada.	Os métodos mais utilizados são a observação participante, análise documental e entrevista aberta (semi-estruturada, conversa informal, não-estruturada).

Deste modo faremos uso de metodologias quantitativas e qualitativas de forma complementar, recorrendo, como métodos de recolha de dados, o questionário, a entrevista e a análise documental.

1.3 Objetivos

Com o presente estudo pretende-se fazer um levantamento sobre as temáticas da Qualidade mas principalmente sobre o indicador da Internacionalização na medida da qualidade das Instituições de Ensino Superior.

Para tal é necessário fazer um levantamento bibliográfico sobre as políticas e diretivas Europeias nestas matérias assim como as políticas, diretivas, legislação existentes em Portugal sobre as mesmas e fazer o seu enquadramento.

Foi feito um levantamento bibliográfico, assim como uma breve caracterização das três Instituições de Ensino Superior estudadas – Universidade do Minho, Universidade de Aveiro e Universidade do Algarve enquanto Instituições de

Ensino Superior e a sua organização mas também enquanto Instituições que se regem pelas políticas europeias e nacionais no que respeita à Qualidade e de que modo a Internacionalização, enquanto indicador de medida da Qualidade no Ensino Superior, é efetivamente medida e que peso tem na estratégia destas Instituições.

No início deste estudo, ou seja, na proposta inicialmente apresentada para a realização do presente estudo, em 2011, foram definidos alguns **objetivos gerais** que gostaríamos de aprofundar, tais como:

1. Descrever as políticas europeias sobre a qualidade no ensino superior
2. Apresentar as políticas nacionais sobre a qualidade no ensino superior
3. Analisar se os indicadores de qualidade definidos pela A3ES estão presentes, ou não, na internacionalização praticada nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve

Depois, no decorrer do estudo foi necessário alargar e aprofundar as questões iniciais pelo que foram definidos objetivos mais específicos que pretendem dar a conhecer um pouco melhor as realidades das Universidades do Minho, Aveiro e Algarve, no que diz respeito à sua política/estratégia de qualidade numa vertente de internacionalização e, ainda, a sua própria estratégia/política de internacionalização.

Neste sentido foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- 1) Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade
- 2) Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes
- 3) Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística
- 4) Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes
- 5) Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes

- 6) Perceber se as IES dispõem de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação
- 7) Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização

Para tal, foram definidos instrumentos de estudo tendo por base os indicadores de qualidade definidos pela A3ES, numa vertente de internacionalização, que se passam a explicar nos pontos seguintes.

1.4 Estruturação do estudo

Como já anteriormente referido, foi feito, no delineamento deste estudo, um levantamento bibliográfico relativamente às temáticas analisadas, nomeadamente:

1. levantamento bibliográfico que permitiu fazer um enquadramento teórico sobre as políticas de qualidade no Ensino Superior Português, dando especial atenção às três Instituições de Ensino Superior (IES) que são alvo de estudo, e a influência que as políticas europeias tiveram na definição das nossas políticas nacionais.
2. levantamento bibliográfico sobre o fator da Internacionalização no contexto europeu e como as IES analisadas neste estudo definiram as suas políticas de internacionalização, quais os indicadores que são medidos pelas IES em termos de internacionalização e se estes contribuem para a análise global da qualidade das IES aqui analisadas.

De modo a poder responder a estes dois objetivos foram, tal como já referido anteriormente, de extrema importância os estudos e relatórios elaborados pela *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA), pela OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e pela A3ES - Agencia de

Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Foi, também, analisada a legislação publicada sobre assuntos relacionados.

Para se poder responder ao terceiro objetivo geral: ***Analisar se os indicadores de qualidade definidos pela A3ES estão presentes, ou não, na internacionalização praticada nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve*** e, também, aos objetivos específicos, foram utilizados dois instrumentos de recolha de dados, a entrevista e o questionário.

No presente estudo foram feitas duas entrevistas distintas, uma entrevista sobre a Qualidade no Ensino Superior, mas aplicada ao contexto da Internacionalização. Esta entrevista foi aplicada aos Exs. Srs. Vice-Reitores/ Pró-Reitores com o pelouro da Qualidade assim como aos responsáveis/coordenadores dos Gabinetes de Avaliação e Qualidade das três Instituições. Não foi possível aplicar, em tempo útil, a entrevista Institucional à Universidade de Aveiro, na área da Qualidade, pelo que os dados presentes na análise das respostas dadas pelos entrevistados foram retirados dos documentos que se encontram disponíveis para consulta, nomeadamente: o Manual de Qualidade, o Plano Estratégico e Plano de Atividades 2017.

A segunda entrevista, mais direcionada para a Internacionalização em sí, foi aplicada aos Srs. Vice-Reitores/ Pró-Reitores com o pelouro da Internacionalização assim como aos responsáveis/coordenadores dos Gabinetes de Relações Internacionais das três Instituições.

Foram, ainda, aplicados questionários aos estudantes dos oito (8) cursos abaixo, todos eles na área da Educação, e que funcionassem nas três Instituições do estudo. Estes questionários foram aplicados presencialmente em sala de aula, aos estudantes dos cursos abaixo:

- I. Licenciatura em Educação Básica;
- II. Mestrado em Educação e Formação
- III. Mestrado em Ciências da Educação
- IV. Mestrado em Ciências da Educação e Formação

- V. Mestrado em Educação Pré-Escolar
- VI. Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º ciclo do Ensino Básico
- VII. Mestrado em Ensino de Inglês no 1º ciclo do Ensino Básico
- VIII. Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º ciclo do Ensino Básico

No ponto dos instrumentos serão descritos mais em pormenor cada um dos instrumentos utilizados neste estudo.

Abaixo, apresenta-se um quadro síntese com as correlações entre os *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area* sob os quais se basearam os Manuais de Qualidade e os Referenciais de Qualidade da A3ES, referenciais estes que foram a base para toda a estrutura das entrevistas e questionário.

Quadro nr. 1 – Correlação entre os *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area*, os Referenciais de Qualidade da A3ES e os Objetivos do estudo

European Standards and Guidelines	Referências A3ES	Objetivos do estudo
1.1. Política e procedimentos para garantia de qualidade	Referencial 1 - Definição da política e objetivos de qualidade	Objetivo 1 - Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade
1.2. Aprovação, acompanhamento e revisão periódica dos programas e prémios	Referencial 2 – Definição e garantia da qualidade da oferta formativa	Objetivo 2 - Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes
1.3. Avaliação dos alunos	Referencial 3 – Garantia da qualidade das aprendizagens e apoio aos estudantes	

----	Referencial 4 – Investigação e desenvolvimento	Objetivo 3 - Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística
----	<i>Referencial 5 – Relações com o exterior</i>	<i>Não se aplicaram questões neste ponto por não se ajustarem aos objetivos fundamentais do estudo</i>
1.4 Garantia de qualidade do corpo docente	Referencial 6 – Recursos humanos	Objetivo 4 - Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes
1.5. Recursos de aprendizagem e apoio aos alunos	Referencial 7 – Recursos materiais e serviços	Objetivo 5 - Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes
1.6. Sistemas de informação	Referencial 8 – Sistemas de informação	Objetivo 6 - Perceber se as IES dispõem de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação
1.7. Informação pública	Referencial 9 – Informação pública	
----	Referencial 10 – Internacionalização	Objetivo 7 - Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização

No quadro abaixo fez-se a correspondência entre cada um dos objetivos e os respetivos instrumentos utilizados na recolha dos dados. Cada objetivo tem

identificado o número da questão que foi delineada para dar resposta a cada um dos respetivos objetivos.

Quadro nr. 2 – Correlação entre os objetivos do estudo e os instrumentos usados na recolha de dados do estudo

Objetivos do estudo	Entrevista Qualidade	Entrevista Internacionalização	Questionário
Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade	Q1 Q24		Q1
Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes	Q4 Q6 Q7		Q6 Q12 Q13 Q17
	Q5		Q10 Q11 Q14
Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística	Q8 Q9 Q10 Q11 Q12		Q9
Não se aplicaram questões neste ponto por não se ajustarem aos objetivos fundamentais do estudo			
Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes	Q14 Q15 Q16 Q17		Q3
Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes	Q18 Q19		Q2 Q5 Q7 Q8

Perceber se as IES dispõe de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação	Q20		
	Q21		Q18
	Q22		
	Q23		Q4
Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização	Q2	Todas as questões da entrevista	Q15
	Q3		Q16
	Q13		

Havendo necessidade de organizar a entrevista relativa à Internacionalização, esta foi subdividida em temas. Criou-se, assim, a seguinte estrutura por forma a dar a melhor resposta possível ao objetivo nr 7 - ***Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização:***

Quadro nr. 3 – Estrutura da Entrevista sobre a Internacionalização

Temas	Questões
Política e Estratégia de Internacionalização	Q1
	Q2
	Q3
	Q4
	Q5
	Q16
	Q17
Investigação	Q6
Cooperação	Q7
	Q10
	Q15
Ensino	Q8
	Q9
Promoção/Divulgação/Acompanhamento outgoing	Q11 Q13
Promoção/Divulgação/Acompanhamento incoming	Q12 Q14

2 Instrumentos

Como métodos de recolha de dados foram utilizados a análise documental, a entrevista e o questionário, ao passo que para o seu tratamento foram utilizadas a análise estatística e a análise de conteúdo.

A nível documental foram analisados diversos materiais bibliográficos, artigos na web, teses de Mestrado e Doutoramento, diversos relatórios da ENQA, legislação nacional e europeia sobre as temáticas, referenciais e manuais, entre outros documentos de extrema importância, já referidos anteriormente.

No que diz respeito aos próprios instrumentos de análise de dados podemos dizer que tanto os questionários como as entrevistas são instrumentos a que os investigadores recorrem para transformarem dados e a informação comunicada diretamente por uma pessoa (o sujeito). São, assim, instrumentos destinados a aceder a dimensões internas a uma pessoa, como sejam a informação ou conhecimento que possui, os seus valores, preferências, atitudes ou crenças, ou ainda as suas experiências passadas ou atuais. Trata-se de instrumentos de auto-registo (por oposição à observação direta de fenómenos, que levantam alguns problemas importantes, nomeadamente a obtenção da cooperação do sujeito, o facto de os sujeitos poderem não saber dar certas respostas sobre si mesmos, ou o efeito da desejabilidade social (Tuckman, 2000).

A Entrevista

No âmbito da investigação qualitativa a entrevista possui laços evidentes com outras formas de recolha de dados, nomeadamente com a observação.

A técnica da entrevista é, não só útil e complementar à observação participante mas, também, necessária quando se trata de recolher dados válidos sobre as crenças, as opiniões e as ideias dos sujeitos observados.

De acordo com vários autores a entrevista contribui para o enriquecimento da informação recolhida já que permite mais aprofundamento e melhor interpretação dos dados (Cohen&Manion, 1989; Lessard-Hébert, Goyette&Boutin, 1990).

As vantagens da entrevista, face ao questionário, residem nas vastas possibilidades que oferece de personalizar as questões a cada sujeito, de questionar e aprofundar temas sugeridos pelo entrevistado, possui ainda uma boa proporção de resposta e não exige uma boa expressão escrita, podendo assim ser aplicada a indivíduos de estatuto sociocultural mais variado. Pela negativa, destaca-se o número limitado de sujeitos a que pode ser aplicada, a introdução de maior margem de erro pela menor padronização que possui (o entrevistador, o instrumento, a codificação e a amostra são fatores de erro), em comparação com o questionário, e a limitada fiabilidade (Tuckman, 2000).

A entrevista permite, em comparação com o questionário, obter respostas mais próximas da linguagem do sujeito, com menor redução dos dados, que nos aproximem mais da compreensão da realidade dos sujeitos em estudo.

De modo a limitar o efeito do entrevistador, todas as entrevistas foram realizadas pela mesma pessoa – a investigadora (Tuckman, 2000). Todas foram gravadas em áudio, e posteriormente transcritas *verbatim*, para posteriormente serem sujeitas a análise de conteúdo.

Os entrevistados foram informados dos objetivos da investigação e assentiram em que a entrevista fosse gravada, de acordo com o proposto por Ghiglione&Matalon (1993).

De acordo com as recomendações de Bogdan e Bilken (1994) a transcrição inclui elementos de identificação da entrevista, nomeadamente a data e local de realização assim como o nome do entrevistado (posteriormente substituído por um código).

No presente estudo foram feitas duas entrevistas distintas, uma entrevista sobre a Qualidade no Ensino Superior, aplicada ao contexto da Internacionalização. Esta

entrevista que consiste em vinte e quatro (24) questões, estruturadas de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pela A3ES, foram aplicadas aos Exs. Srs. Vice-Reitores/Pró-Reitores com o pelouro da Qualidade assim como aos responsáveis/coordenadores dos Gabinetes de Avaliação e Qualidade das três Instituições.

A segunda entrevista, mais direcionada para a Internacionalização em si, que é composta por dezassete (17) questões, algumas delas subdivididas em sub-questões, foi aplicada aos Srs. Vice-Reitores/Pró-Reitores com o pelouro da Internacionalização assim como aos responsáveis/coordenadores dos Gabinetes de Relações Internacionais das três Instituições.

Os guiões das duas entrevistas encontram-se integralmente nos anexos a este estudo.

O Questionário

Tuckman (2000) justifica a opção pela utilização do questionário do seguinte modo: o questionário requer menores custos, permite abranger um número vasto de sujeitos, as fontes de erro limitam-se ao questionário e à amostra e tem uma razoável fidelidade total.

Os questionários podem apelar a respostas estruturadas ou não estruturadas. No caso das primeiras, utiliza-se frequentemente uma escala, através da qual os sujeitos exprimem o grau da sua aprovação ou rejeição face a uma dada afirmação, supondo que uma resposta numa escala corresponde a uma medida quantitativa dessa mesma aprovação ou rejeição (Idem) – é o caso da escala de tipo Likert em 5 pontos, que escolhemos para a presente investigação.

No presente estudo foi sentida a necessidade de obter, para além das opiniões Institucionais, as opiniões daquele que é público-alvo das Instituições de Ensino Superior, ou seja, os seus estudantes. Assim, foi desenvolvida uma matriz de questionário, composta por elementos de identificação pessoais e de carácter

académico, e por dezoito (18) questões fechadas, tendo sido utilizada escala de tipo Likert em 5 pontos.

Tal como referido num estudo realizado pela A3ES intitulado “*Participação dos estudantes na Avaliação das Instituições de Ensino Superior Portuguesas: um contributo para a sua definição*”, desde a criação dos sistemas de avaliação, durante a década de 1990, que a integração dos estudantes na avaliação da qualidade das instituições de ensino superior, constitui um procedimento sistemático. Neste contexto, vários são os argumentos ou razões que sustentam esta integração e a consequente participação dos estudantes na avaliação.

Um dos argumentos enunciados neste documento é o de que os estudantes são vistos como uma mais-valia para a avaliação das IES, um elemento que contribui para complementar e enriquecer os processos que a sustentam, (Aliniska & Eriksson, 2006; Codina, 2006; Dearlove, 2006; Wiberg, 2006).

Um outro argumento, que emerge amiúde articulado com o explicitado anteriormente, no sentido de legitimar a integração e participação dos estudantes na avaliação, é o de que estes constituem um dos mais importantes grupos de stakeholders do ensino superior (Codina, 2006; Dearlove, 2006; Wiberg, 2006). Tal implica considerar os estudantes, não só como parceiros ou atores-chave das IES, mas também como um dos grupos (institucionais e sociais) mais visados e, concomitantemente, mais interessados na sua qualidade (Wiberg, 2006; Stensaker, Langfeldt, Harvey, Huisman & Westerheijden, 2008).

Durante a definição dos objetivos deste estudo verificou-se ser importante a participação dos estudantes exatamente por estes serem os principais beneficiários/ intervenientes/ público alvo das Instituições de Ensino Superior e, nesse âmbito, deverem ter um papel ativo nas questões da qualidade das suas Instituições.

Sabemos que os estudantes fazem a avaliação da qualidade através do preenchimento dos questionários relativos ao processo de ensino-aprendizagem e a própria A3ES considera de extrema importância a participação dos estudantes nos processos avaliativos, colaborando ativamente na aferição da qualidade em

diversos aspetos institucionais. Assim, optou-se por integrar também a opinião dos estudantes sobre esta matéria.

Foi estruturado o questionário, composto por dados de identificação pessoal, académicos, geográficos, e por uma série de dezoito (18) questões fechadas. Este questionário foi delineado seguindo os indicadores de qualidade da A3ES mas também tomando por base um documento, também elaborado pela A3ES, em que evidenciam a importância da participação dos estudantes no processo de avaliação Institucional. Assim, o questionário pretende complementar as questões colocadas a nível institucional.

Todas as respostas são de caráter obrigatório e a escala adotada para as respostas às questões foi a escala de likert de 5 pontos, tendo sido organizada do seguinte modo:

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Não concordo nem discordo
4. Discordo
5. Discordo totalmente

3 Sujeitos do Estudo

Tendo em consideração que o presente estudo teve como base a análise de estudos já realizados sobre as temáticas do Ensino Superior, relatórios elaborados pela ENQA- *European Association for Quality Assurance in Higher Education*, legislação e diretrizes da Comissão Europeia sobre as temáticas da Qualidade e da Internacionalização na Europa, os *Standards and guidelines for quality assurance in the European Higher Education Area*, entre outra bibliografia de suporte à própria estrutura deste estudo, o enquadramento teórico reveste também uma importante referencia neste estudo.

Por forma a complementar o levantamento bibliográfico e o enquadramento teórico feito sobre a temática foi necessário aferir as opiniões Institucionais sobre

a mesma. Considerou-se que os órgãos que estão diretamente ligados às questões da Qualidade e da Internacionalização são os Vice-Reitores ou Pró-Reitores com esses pelouros assim como as pessoas responsáveis pelos Gabinetes de Qualidade e de Relações Internacionais, nas três Instituições.

Tal como referido anteriormente foram feitas duas entrevistas distintas neste estudo. Uma entrevista sobre a Qualidade no Ensino Superior mas aplicada ao contexto da Internacionalização, que consiste em vinte e quatro (24) questões, estruturadas de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pela A3ES. Nesta entrevista foram recolhidos dois contributos da Universidade do Algarve e um da Universidade do Minho, não tendo sido possível recolher o contributo da Universidade de Aveiro. Na segunda entrevista, mais direcionada para a Internacionalização em si, composta por dezassete (17) questões, algumas delas subdivididas em sub-questões foi possível recolher um contributo em cada uma das três Instituições do estudo.

Os questionários tal como já foi referido foram aplicados em sala de aula, tendo sido aplicados aos seguintes cursos respetivamente em cada uma das Instituições, tendo-se recolhido as repostas assinaladas:

Universidade de Aveiro

Departamento de Educação e Psicologia

Cursos:

1. Licenciatura em Educação Básica – 95 respostas
2. Mestrado em Educação e Formação – 20 respostas
3. Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico – 12 respostas
4. Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico - 46 respostas
5. Mestrado em Ensino de Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico – 8 respostas

Universidade do Minho

Instituto de Educação

Cursos:

1. Licenciatura em Educação Básica – 94 respostas
2. Mestrado em Ciências da Educação – 47 respostas
3. Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico – 9 respostas
4. Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico – 37 respostas
5. Mestrado em Educação Pré-Escolar – 15 respostas
6. Mestrado em Ensino de Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico – 16 respostas

Universidade do Algarve

Escola Superior de Educação e Comunicação

Cursos:

1. Licenciatura em Educação Básica – 47 respostas
2. Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico – 5 respostas
3. Mestrado em Educação Pré-Escolar – 18 respostas
4. Mestrado em Ensino de Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico – 5 respostas

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Curso:

Mestrado em Ciências da Educação e da Formação – 1 resposta

Dados do Questionário

Dados de Identificação do aluno

- IES a que pertence
- Ciclo de estudos que frequenta
- Curso que frequenta
- Ano que frequenta
- Idade
- Género
- Distrito de proveniência

Quadro nr. 4 – Questões aplicadas no questionário aos estudantes

	Questões
1	A Universidade tem implementado um Sistema Interno de Garantia da Qualidade que favorece a sua Internacionalização
2	A Universidade dispõe dos recursos materiais necessários à frequência de estudantes estrangeiros
3	A Universidade dispõe de recursos humanos suficientes (professores e funcionários) para apoiar os estudantes estrangeiros
4	A Universidade disponibiliza o seu site e os seus conteúdos (informação, notícias, planos curriculares, programas, etc) numa língua estrangeira
5	A Universidade tem materiais promocionais numa língua estrangeira
6	Os objetivos definidos para o curso são do conhecimento dos estudantes
7	As instalações são adequadas ao cumprimento dos objetivos do curso
8	O curso possui os equipamentos didáticos e científicos necessários ao cumprimento dos seus objetivos
9	O plano de estudos do curso contempla suficientes períodos de investigação
10	Os professores têm competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos do curso
11	Os professores discutem contigo a tua avaliação e sugerem-te formas de melhorares o teu desempenho académico

12	Os estudantes têm uma participação ativa nos processos de decisão no que diz respeito ao ensino e a sua qualidade
13	Os resultados dos inquéritos de satisfação aplicados aos estudantes são usados para melhorar o ensino
14	O curso tem unidades curriculares lecionadas numa língua estrangeira, sem ser as unidades curriculares de língua estrangeira
15	O curso tem estudantes estrangeiros (ex Erasmus)
16	O curso tem professores visitantes estrangeiros a lecionar
17	Os estudantes estrangeiros participam no processo de avaliação tal como os estudantes nacionais
18	O curso tem uma boa taxa de empregabilidade

CAPITULO VII

Resultados



1. Resultados do estudo

Tal como já referido anteriormente este estudo baseou-se na aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas de forma complementar, tendo-se recorrido, como métodos de recolha de dados, numa primeira fase à análise documental, tendo-se de seguida realizado as entrevistas e por fim os questionários aos estudantes.

Iniciamos a análise dos dados através da análise das entrevistas realizadas aos Srs. Vice-Reitores/Pró-reitores responsáveis pelas áreas da Avaliação e Qualidade e das Relações Internacionais/Internacionalização e aos responsáveis pelos Gabinetes de Avaliação e Qualidade e de Relações Internacionais e Mobilidade.

A apresentação dos dados será feita primeiramente pela análise dos resultados obtidos através da entrevista sobre a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior, de seguida pela análise dos resultados obtidos através da entrevista sobre a Internacionalização e, por fim, pela análise dos questionários aplicados aos estudantes. Cada entrevista tem questões que foram colocadas no âmbito de um dos sete objetivos específicos definidos sendo que em cada objetivo será feito um resumo dos dados recolhidos para uma melhor compreensão dos resultados.

1.1 – Resultados retirados da Análise da Entrevista sobre a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior

Tal como referido anteriormente foi elaborada uma **entrevista sobre a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior** que foi aplicada aos Vice-Reitores/Pró-reitores responsáveis pela área da Avaliação e Qualidade e aos responsáveis pelos Gabinetes de Avaliação e Qualidade nas três Instituições de Ensino Superior (IES) aqui analisadas. Não tendo sido possível recolher a entrevista da Universidade de Aveiro, tal como referido anteriormente, todos os dados apresentados de seguida foram retirados dos documentos institucionais e que se encontram disponíveis para consulta pública e que são, concretamente o Manual de Qualidade, o Plano Estratégico e o Plano de Atividades 2017.

Esta entrevista era composta por vinte e quatro (24) perguntas de resposta aberta, pretende dar resposta aos sete objetivos específicos definidos dentro do objetivo geral: *Analisar se os indicadores de qualidade definidos pela A3ES estão presentes, ou não, na internacionalização praticada nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve.*

Assim, pretendendo obter as respostas ao Objetivo específico 1- *Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade* foram colocadas duas questões, tendo sido obtidas as respostas abaixo:

Questão 1 - O Plano assim como o Manual de Qualidade, documentos que exprimem a política institucional e os objetivos para a garantia da qualidade, encontram-se traduzidos numa língua estrangeira?

- a. **Se sim, de que modo se encontram publicitados estes documentos?**

EQ1_UAlg – (págs. 1-2) “(...) neste momento estamos a alterar todos os documentos que estão relacionados com a qualidade. O plano da qualidade e o manual de qualidade que se encontram atualmente em vigor, pois visto que a nova versão está neste momento a ser elaborada, foram documentos que foram feitos em 2013 e assim se mantiveram. Era suposto serem revistos em 2015 e não foram porque se sabia que estávamos a implementar uma série de procedimentos diferentes e portanto que ia haver uma alteração profunda, portanto na verdade vai surgir apenas o Manual da Qualidade. O Plano da qualidade deixa de existir porque as especificações, no fundo, para a qualidade vão estar definidas no Plano Estratégico e depois são prosseguidas com os planos anuais de atividades e monitorizadas com os relatórios de atividades.

Esses manuais, tanto o manual da qualidade como o plano da qualidade, que eu saiba nunca foram traduzidos, neste momento a nova versão já está a ser produzida e metade está neste momento em tradução portanto ela vai ficar pronta, em final de fevereiro devemos ter já pronta a versão traduzida do novo documento, que vai ser homologada, assim se espera, pelo Sr. Reitor, algures entre fevereiro/março de 2017.”

EQ2_UAlg – (pág. 1) “(...) posso começar por dizer que o nosso Manual, que está disponível agora para consulta, é um Manual que não se encontra traduzido e que se encontra desatualizado. Nós estamos a finalizar um Manual revisto. O Manual que está publicado tem a data de 2013, nós devíamos ter feito a revisão em 2015, esta Reitoria tomou posse em 2014 e portanto resolvemos adiar essa revisão porque estamos a mudar procedimentos de base, e faríamos à posteriori a revisão do Manual. Estamos a terminar, está mesmo quase a sair o Manual e a tradução em inglês. Vai estar disponível na nossa página.”

EQ_UM- (pág. 1) “(...) Publicitados sim...temos esses documentos publicitados...”

UA – Existe o Manual de Qualidade que foi aprovado em Dezembro de 2016 mas que não se encontra traduzido, pelo menos não para consulta pública. (Informação recolhida pela investigadora através do site da UA)

Questão 24 - Na sua opinião qual ou quais o(s) Indicadores mais importantes a ter em consideração quando se mede a qualidade de uma Instituição de Ensino Superior?

EQ1_UAlg – (pág. 12) *“Portanto são aqueles que estão de acordo com as vertentes (...) as atividades...no outro dia ouvi um conceito e que achei muito interessante e que é o conceito das atividades que criam valor e as atividades de suporte. As atividades que criam valor é o Ensino, é a Investigação e é a Extensão, não é? As relações com a comunidade. E depois temos as atividades de governança e todas as atividades de suporte. Portanto nestas três atividades principais e nas atividades de suporte também temos indicadores, sim. (...) Nós, neste momento, (...) estamos a trabalhar na recolha de todos os indicadores que são produzidos e estamos a fazer porque...em cada área haverá 5 ou 6 ou no máximo 10 indicadores que são mais determinantes dependendo da área de atuação (...) ao nível do ensino aprendizagem é o número de candidatos colocados, é o sucesso escolar, é a própria percepção dos estudantes com a qualidade do seu ensino...portanto...recebem. Há outros indicadores importantes que tem a ver também com a integração dos estudantes na investigação e nas atividades de extensão (...) a produção científica obviamente que também é determinante, o número de cursos que nós fazemos de formação e atualização e portanto o número de inscritos nesses cursos (...).”*

EQ2_UAlg – (pág. 10) *“A qualidade no Ensino Superior para mim não é generalizável...a qualidade da Universidade do Algarve não pode ser igual à da Universidade de Évora ou da Universidade de Aveiro ou de qualquer outra porque para mim simplesmente a qualidade assenta nos instrumentos de gestão e os instrumentos de gestão são o Plano Estratégico, ou seja, o que nós queremos...a nossa visão...e que vai ser implementado a seguir anualmente através do Plano de Atividades e que é passado cada objetivo e cada visão estratégica é passada a uma ação que depois é criada...são criados indicadores com objetivos e metas e portanto isso indica qual é o caminho em que nós queremos ir e a nossa política de qualidade assenta nesse percurso que queremos fazer...portanto cada um...cada Universidade terá o seu...terá a sua visão e a sua forma de querer estar. Mesmo sabendo que os vetores de todas as Universidades são estes: o Ensino-Aprendizagem, a Investigação e o Desenvolvimento e a Comunidade, sabemos disso...muito a Internacionalização mas cada um tem a sua visão de criação de valor nessas áreas de atividade e portanto a*

qualidade terá de passar por aí...e os indicadores terão de passar precisamente na medição desse caminho...na medição dessa estratégia (...) e portanto para mim não há indicadores que sejam indicados...são indicados os indicadores que vão medir se estamos a seguir o caminho a que nos propusemos ou não.

EQ_UM- (pág. 9) *“Ora bom...na minha opinião (...) não por nenhuma ordem em especial mas acho importante o número de diplomados por ano (não adianta saber só quantos entram mas também quantos saem); o número de vagas preenchidas na primeira fase de acesso; o percurso profissional dos nossos alumni que espelha a qualidade da instituição; a capacidade de captação de estudantes internacionais, também é um indicador de qualidade; a produção científica e depois a capacidade que uma Instituição tem de fazer transferência de conhecimento para a sociedade. Eu diria que estes são os eixos que nos permitem avaliar a qualidade de uma Instituição.”*

UA – *“A UA permanece atenta aos resultados dos principais rankings, nos indicadores considerados mais relevantes — Ensino, Investigação, Cooperação com a Sociedade, Internacionalização,— e ao seu posicionamento relativamente às restantes instituições de ensino superior nacionais e internacionais”* – Dados retirados do Relatório de Gestão e Contas 2015, pág. 35

A título de análise das respostas dadas pelas três IES a este objetivo - *Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade* - podemos dizer que as três Instituições têm os seus planos e manuais de qualidade devidamente publicitados nos seus sites, sendo que estes não se encontram traduzidos numa língua estrangeira.

Relativamente aos indicadores de qualidade que consideram mais importantes quando se mede a qualidade de uma IES algumas das respostas são semelhantes o que demonstra preocupações idênticas nas IES relativamente à temática da qualidade:

UAAlg- *Ensino, a Investigação e a Extensão, as atividades de governança e todas as atividades de suporte. Ao nível do ensino aprendizagem: o número de candidatos colocados (1); o sucesso escolar (2); a própria perceção dos estudantes com a qualidade do seu ensino; a integração dos estudantes na investigação e nas atividades de extensão (4); a produção científica (3)*

UM -*O número de diplomados por ano (2); o número de vagas preenchidas na primeira fase de acesso (1); o percurso profissional dos nossos alumni que espelha a qualidade da instituição; a capacidade de captação de estudantes internacionais (5); a produção científica (3) e depois a capacidade que uma Instituição tem de fazer transferência de conhecimento para a sociedade (4)*

UA - *Resultados dos principais rankings, nos indicadores considerados mais relevantes — Ensino (1), Investigação (3), Cooperação com a Sociedade (4), Internacionalização (5) — e ao seu posicionamento relativamente às restantes instituições de ensino superior nacionais e internacionais.*

Objetivo específico 2 - Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes

Neste objetivo foram definidas quatro questões por forma a tentar obter informação relativa aos procedimentos adotados pelas IES no que diz respeito à garantia da qualidade dos seus cursos assim como das aprendizagens dos seus estudantes.

Questão 4 - A Instituição implementou sistemas de recolha e análise de informação, incluindo o feedback proveniente de alunos estrangeiros, para servir de base à tomada de decisões quanto à manutenção, atualização ou renovação da oferta formativa?

EQ1_UAlg – (págs. 3-4) *“Neste momento já existem alguns procedimentos que são feitos pelo Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade (...), nós temos também o nosso sistema interno de monitorização do ensino-aprendizagem, que é um sistema que tem questionários (...) a todos os estudantes, depois a todos os docentes envolvidos no ensino-aprendizagem, depois temos o questionário que é feito, portanto, recolhe essa informação e transpõe alguma parte dessa informação para novos questionários que são aplicados depois ao responsável da unidade curricular e ao delegado de ano. O delegado de ano é um aluno que é eleito, é um estudante que é eleito pelos seus pares (...) para monitorizar o ensino-aprendizagem, portanto depois desses temos o questionário ao diretor de curso, depois temos o questionário ao conselho pedagógico (...). O delegado de ano o que é que faz a análise dos resultados que aparecem nos aspetos mais positivos e menos positivos dos resultados dos questionários aplicados a todos os estudantes (...) consulta os seus colegas, e onde coloca também informação relativa a outros aspetos que não estão ali e que eles consideram que devem, ou que são boas práticas ou que são aspetos a melhorar na unidade curricular ou no curso. Aliás, ali já estão a fazer com toda a informação de todas as unidades curriculares lecionadas nesse semestre, e portanto fazem para o curso naquele semestre. E fazem propostas de melhoria. O responsável da unidade curricular faz o mesmo, portanto, tem pontos fracos, pontos fortes e propõe medidas de melhoria e a sua calendarização de implementação. (...) Depois o Diretor de Curso faz para o curso todo, a sua análise, e estas propostas de melhoria vão depois ao conselho pedagógico para serem apreciadas ou aprovadas em conselho pedagógico ou alteradas em articulação com os diretores de curso e por aí fora, portanto a cadeia toda. A partir do momento em que essas propostas de melhoria são aprovadas e apreciadas pelo conselho pedagógico, são depois apreciadas em conselho científico ou técnico-científico e depois são homologadas pelo Diretor da Unidade Orgânica (...).*

Acontece que, este sistema, está todo feito, neste momento, numa plataforma que foi desenvolvida para este efeito, informática (...) as traduções não estão constantes na plataforma e o que nós temos é a tradução dos questionários e portanto, o aluno consegue responder porque tem a tradução...portanto...em breve estará já a aplicação também (...) é articulado com as Unidades Orgânicas e, se assim entenderem, podem utilizaras questões que estão traduzidas e eles podem responder.

EQ2_UAlg – (pág. 2) *“Sim, nós temos o Gabinete de Mobilidade, onde está centralizada essa internacionalização mas temos agora, desde 2014, um Vice-Reitor que também faz*

esse seguimento, temos alunos internacionais que são seguidos por ele, onde ele faz essa monitorização também. O Gabinete de Mobilidade penso que faz, além dos procedimentos que são obrigatórios e que são estruturados já pelas entidades financiadoras, ou não, têm alguns procedimentos de monitorização. Nós temos em mente aumentar esses procedimentos direcionando-os, ainda não tivemos esse tempo, mas é feita uma grande monitorização. O Erasmus Mundus é obrigatório por lei também fazer, portanto há muitos procedimentos a serem feitos relativamente aos alunos estrangeiros.”

EQ_UM- (pág. 3) *“(…) É assim, nós pedimos o feedback aos nossos alunos no âmbito da qualidade, sempre que termina o semestre ou o ano letivo, os alunos tem de fazer uma avaliação das UC's, em termos de planos de estudos nós nunca fizemos isso...mas sempre que há um momento de avaliação na AES, como sabe, as equipas tem de ser constituídas por docentes, diretores de curso, e alunos. Eu não tenho conhecimento de alguma vez essa comissão ter tido um aluno internacional versus um nacional. Esse seria o momento, penso eu isso que me está a dizer, o momento seria esse (...).O momento de construção ou de reconstrução curricular. Não, acho que isso nunca foi feito, mas não lhe posso dizer com garantia porque eu não estou nas comissões todas, conheço algumas mas não estou em todas. Bem, informalmente eu tenho sempre o cuidado de falar com os nossos alunos internacionais e saber como é que está a correr mas nunca entrei nesse tipo de discussões com eles, portanto acho que a resposta aí será provavelmente mais não do que sim.”*

UA – *“A política para a garantia da qualidade procura promover de forma transversal na instituição a participação ativa e empenhada de cada um dos seus membros no aprofundamento da cultura da qualidade através do seu comprometimento e contributo para a melhoria contínua e cada um dos processos em que intervêm.”* – Informação retirada do Manual de Qualidade, 2016, pág. 10

Questão 5 - A Instituição implementou procedimentos para monitorizar, avaliar e melhorar os processos e resultados do ensino e aprendizagem?

a. De que modo garantiu o envolvimento de estudantes e docentes estrangeiros?

EQ1_UAlg – (págs. 3-4) resposta dada na questão anterior

EQ2_UAlg – (págs. 2-3) *“Sim, a Instituição tem desde o 1º semestre de 2015/2016 a funcionar um instrumento que faz essa monitorização com base no que aconteceu antes da entrada dos estudantes, há um procedimento anterior, nós monitorizamos o aluno desde que entra e a forma como cá chegou, o que é que o fez vir para cá, as expetativas que ele tem, seguimos esse aluno. Depois, durante o processo dele de ensino, durante a sua vida académica nós temos também o procedimento de recolha de opinião desde a sua autoavaliação, funcionamento das unidades curriculares do seu curso, os recursos de aprendizagem e os próprios docentes, são os nossos parâmetros de avaliação. Temos, também, nesse processo não só ouvimos os alunos mas também ouvimos os docentes e depois vamos ouvindo cada responsável de área no seguimento desses processos. Depois de ouvirmos os estudantes e os docentes, é tratada a opinião enriquecida com dados académicos ou pedagógicos, qualitativos ou quantitativos, e pedimos...vamos pedindo sempre a opinião dos responsáveis da unidade curricular, a seguir do diretor de curso e depois são apresentadas propostas de melhoria que são levadas ao conselho pedagógico, discutidas e apresentadas ao conselho científico para aprovação e, no final, ao Diretor da Unidade Orgânica para aprovação e homologação das medidas que são depois implementadas no semestre seguinte.*

Entrevistador – Muito bem. E há envolvimento por parte dos estudantes e dos docentes estrangeiros?

Sim (...) os questionários estão todos traduzidos em língua inglesa, a plataforma ainda não está totalmente a funcionar em língua estrangeira, nós temos os questionários traduzidos, até à última aplicação era dado em papel o questionário traduzido, com a numeração correta e os estudantes podiam responder na plataforma. Arranjámos uma forma, enquanto a plataforma ainda não está a funcionar em língua inglesa e que é, por baixo traduzirmos a questão em língua inglesa e portanto todos os estudantes são ouvidos.”

EQ_UM- (págs. 3-4) *“(…) Nós não fazemos ações especiais para estrangeiros ou nacionais, portanto todos os alunos que terminam uma UC, bem como os docentes, são convocados para responder a uma avaliação da UC e depois o docente tem de fazer um relatório da avaliação curricular. Claro que nós na nossa comunidade temos alunos internacionais e nacionais e docentes que não são portugueses, e nunca fizemos nenhuma ação específica a mobiliza-los. Tentamos sempre mobilizar a comunidade académica toda (...) Pois, bem...temos de ver o seguinte. A partir do momento em que os alunos vêm, vamos pensar no caso das licenciaturas e dos mestrados integrados, eles vêm para um curso que é totalmente lecionado em português, para já têm de ter condições para ser aceites, têm de ter um nível mínimo de português, e depois é de esperar que no fim do semestre eles consigam fazer uma avaliação da uc...porque se não conseguirem fazer a avaliação daquela uc em português então continuam sem perceber a disciplina.*

Não...mas nós temos uma política e isso já foi objeto de reflexão, o fazer ações diretamente vocacionadas para os alunos internacionais é uma discriminação positiva...percebe o que estou a dizer? (...) os alunos a partir do momento em que entram aqui são alunos todos regulares, ou alunos trabalhadores-estudantes, não é a nacionalidade que os distingue.”

UA – *“A monitorização e avaliação levadas a cabo no âmbito do SubGQ_UC permitem uma análise regular e sistematizada do funcionamento do ensino-aprendizagem, contribuindo para a sua consolidação e melhoria contínua e ajudando na identificação de situações que carecem de intervenção ao nível da organização e implementação dos planos de estudo.”* - Informação retirada do Manual de Qualidade, 2016, pág. 10

Questão 6 - É feita a monitorização dos indicadores de qualidade relativos à satisfação dos estudantes internacionais face aos cursos frequentados nesta Universidade?

EQ1_UAlg – (pág. 5) *“(…) Isso tem sido feito, até agora, de uma forma mais sistemática pelo GRIM, pelo Gabinete de Relações Internacionais. Nós...estes questionários no fundo são questionários sobre a perceção, portanto, no fundo informam sobre o grau de satisfação dos estudantes.*

Entrevistador – Não propriamente relativo ao docente ou à disciplina em causa mas sim de um modo mais global?

EQ1_UAlg – No fundo (...) os aspetos que constam nestes questionários cobrem todos esses aspetos. “

EQ2_UAlg – (págs. 3-4) “Exatamente, portanto, se são cursos em que eles estejam inseridos como os estudantes portugueses a opinião deles está (...) conjunta com a opinião dos outros, portanto...está dentro do curso. O nosso seguimento e monitorização é sempre dentro do curso, se for um curso só destinado a estudantes internacionais será por esse lado, se for com alunos nacionais será repartida, portanto nós não distinguimos...não há uma distinção...sabemos a percentagem de alunos nacionais e internacionais que estão e portanto temos depois esse cuidado, mas não há uma distinção.”

EQ_UM- (págs. 3-4) “A resposta foi dada na questão anterior.”

UA – “O sistema de garantia da qualidade do processo de ensino-aprendizagem visa assegurar o planeamento, a monitorização, a avaliação e a melhoria contínua das atividades relacionadas com o ensino, a aprendizagem e a avaliação dos estudantes, assim como o alinhamento das novas iniciativas com a estratégia institucional, envolvendo neste processo todos os Órgãos e interlocutores relevantes para o efeito (...)a garantia da qualidade do ensino, da aprendizagem e da avaliação dos estudantes, seguindo uma abordagem centrada na qualidade das unidades curriculares UC), envolvendo estudantes e docentes, ao nível de cada UC (...)” – Informação retirada do Manual de Qualidade da UA (pág. 10).

Questão 7 - É feita a monitorização dos indicadores de qualidade relativos à satisfação dos estudantes internacionais face aos docentes da esta Universidade?

EQ1_UAlg – “(pág. 5) “(...) está no âmbito dos mesmos questionários, estes questionários ainda não estão de uma forma ampla porque atendendo a que são estudantes internacionais, os que apenas poderão responder em língua inglesa, temos aquela tradução, portanto neste momento, esta fase é uma fase de implementação (...) o que nós contamos é que no próximo semestre, ou o mais tardar, no próximo ano letivo, os próprios questionários vão surgir em língua inglesa e, portanto, por aí torna-se muito mais amplo.”

EQ2_UAlg – (pág. 4) “Sim, esses questionários e esse procedimento é sempre às cinco vertentes, que é autoavaliação do estudante – se está ou não preparado, se trabalhou o suficiente, que é para nós também sabermos aonde se situação...muitas das vezes a falta de sucesso pode ser por falta de preparação do próprio estudante, ter chegado aquele curso com a preparação ainda incompleta para ter sucesso no curso, nós conseguimos detetar por aí...temos um outro bloco que se destina à aquisição de competências, à perceção dos estudantes sobre a aquisição de competências da unidade curricular em si, dentro do seu curso, se se adapta ou não. Temos um outro bloco que tem a ver com o funcionamento em si da unidade curricular e um outro bloco que é sobre os docentes. Cada docente que eles têm, tem a oportunidade de opinarem sobre esse docente, a sua perceção de como o docente organizou, de como o docente passou a mensagem, como o docente motivou, como o docente organizou o seu horário, portanto ele pode sempre falar sobre os seus docentes e sobre os recursos que teve de aprendizagem, infraestruturas e os recursos materiais.”

EQ_UM- (pág. 6) “Sim, sim. A nossa grelha de avaliação avalia a uc, avalia o docente e a prestação do próprio aluno na uc.”

UA – A resposta encontra-se na resposta dada à questão anterior

Em forma de síntese das respostas obtidas neste objetivo relativo aos procedimentos adotados pelas IES no que diz respeito à garantia da qualidade dos seus cursos assim como das aprendizagens dos seus estudantes, pudemos constatar que todas as IES têm procedimentos estruturados e definidos para recolher e analisar os resultados da avaliação da qualidade do ensino aprendizagem dos seus estudantes internacionais.

Há os questionários referentes aos processos de ensino-aprendizagem e que são passados aos estudantes quando finaliza uma uc e que “*avalia a uc, avalia o docente e a prestação do próprio aluno na uc*”. Ainda,“(…) *esses questionários é sempre às cinco vertentes: autoavaliação do estudante; aquisição de competências; percepção dos estudantes sobre a aquisição de competências da unidade curricular em si; funcionamento em si da unidade curricular; os docentes; os recursos que teve de aprendizagem (infraestruturas e os recursos materiais).*”

Para além disso há, também, outros procedimentos, tais como os questionários passados aos estudantes internacionais, por parte do Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade (UAlg), e que são “(…) *questionários sobre a percepção, informam sobre o grau de satisfação dos estudantes*”.

Outro aspeto importante a retirar desta análise é que todos os alunos, quer nacionais quer internacionais, preenchem estes questionários de avaliação pois os mesmos encontram-se traduzidos para inglês, seja em papel ou online: “*Tentamos sempre mobilizar a comunidade académica toda*” ou “(…) *sabemos a percentagem de alunos nacionais e internacionais que estão e portanto temos depois esse cuidado, mas não há uma distinção*”.

Objetivo específico 3 - Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística

Dentro deste objetivo era nossa intenção perceber se as Instituições monitorizam a sua atividade científica, tecnológica e artística e de que modo o fazem, se promovem internacionalmente essa atividade, se participam em projetos de investigação internacionais na qualidade de entidades coordenadora mas também enquanto parceiros, se integram Centros de Investigação Internacionais e se fazem uma monitorização dos recursos humanos que têm afetos à investigação.

Para tal foram definidas cinco (5) questões para tentar perceber as suas realidades face à investigação.

Questão 8 - A Instituição monitoriza a sua atividade científica, tecnológica e artística? Se sim, de que modo o faz?

EQ1_UAlg – (pág. 6) *“Sim. (...) tem indicadores que estão constantes no plano estratégico e que depois são implementados no plano de atividades e são monitorizados através do relatório de atividades anual.”*

EQ2_UAlg – (pág. 5) *“Sim. A Instituição tem uma Unidade de Investigação que tem por função apoiar e dinamizar essa atividade e portanto nas suas funções está a monitorização dessa atividade. Tem diretamente da Fundação, tem os Centros de Investigação que estão acreditados e tem também os centros de desenvolvimento, que também é feita a monitorização de docentes, seja da própria investigação, seja dos projetos em si por uma questão até legislativa.*

(...) Sei que a Unidade de Investigação tem várias vertentes, tem a vertente de transferência e nessa vertente de transferência tem muita atividade com a comunidade e portanto em muita interação com a comunidade, com o público. A parte de pós-graduação, uma vez que a Unidade de Investigação lida com a formação pós-graduada e faz a ponte entre áreas de investigação e áreas de ensino-aprendizagem e sei também que fazem muita promoção. O que me chega enquanto Gabinete de Avaliação e Qualidade é em relatórios, com medidas...com o que foi feito e com propostas do que vai ser feito e com melhorias do que não está muito bem. E é por aí que nós fazemos o seguimento.”

EQ_UM– (pág. 6) *“Faz. Nós todos os anos publicamos um relatório de atividades, que está publicado no nosso site, e está precisamente por áreas, ensino, investigação, interação com a sociedade...estão lá essas áreas todas.”*

UA – No Relatório de Gestão e Contas 2015 (pág.17) pode-se ver que a UA faz uma monitorização da sua atividade de investigação pela apresentação dos quadros relativos ao tema mas ainda e, passo a citar *“Todas as atividades ao nível de investigação e desenvolvimento da UA decorrem, naturalmente, em estreita articulação com os seus 19*

centros de investigação, que usufruem dos meios laboratoriais, informáticos e bibliográficos que permitem a criação e desenvolvimento de conhecimento científico, tecnológico, humano e artístico de excelência” o que demonstra a forte aposta da UA na investigação.

Questão 9 - A Instituição promove internacionalmente a sua atividade científica, tecnológica e artística? Se sim, de que modo o faz?

EQ1_UAlg – (pág. 6) *“Sim, sem dúvida. E como é que promove...promove normalmente...portanto, no ensino-aprendizagem está mais profissionalizado, se assim lhe podemos chamar, a forma de divulgação, mas associado a essa divulgação é feita simultaneamente a divulgação das outras atividades. Isto é promovido pelo Gabinete de Comunicação e Protocolo, sendo que também obviamente que essa promoção é feita pelos próprios investigadores e representantes nos diversos órgãos internacionais, associações e nas reuniões em que eles participam, obviamente.”*

EQ2_UAlg – (págs. 5-6) *“Sim. Para além dos docentes que tem projetos e que fazem de uma forma englobada no processo, a própria UAIC e o próprio Vice-reitor desta área fazem essa promoção através dos eventos que são organizados a nível europeu, mais do que internacional.”*

EQ_UM– (pág. 6) *“Há uma forma pela qual nós difundimos a nossa atividade científica que é através do nosso repositório institucional, porque todos os docentes e investigadores da Universidade do Minho colocam as suas produções científicas nesse repositório e essa é uma forma pela qual nós divulgamos. É claro que é um repositório e por isso tem de ser as outras pessoas a procurar. Agora, se me pergunta se há alguma atividade, não sou eu que estou com o pelouro da investigação portanto não sei se há outras formas de o fazer (...).”*

UA – Através de uma pesquisa realizada pela investigadora na página da UA pode-se ver que há uma forte aposta na investigação assim como na sua promoção/divulgação, como se pode verificar em: <https://www.ua.pt/research/entrada>

Questão 10 - A Instituição participa em projetos de investigação internacionais, enquanto coordenadora? E enquanto parceira?

EQ1_UAlg – (pág. 6) “*Sim.*

Entrevistador - e enquanto parceira?

EQ1_UAlg - Também.”

EQ2_UAlg – (pág. 6) “*Sim.*

Entrevistador - E enquanto parceira, tem ideia?

EQ2_Ualg – Eu tenho ideia que estamos como parceiros e como coordenadoras e ate temos um belo exemplo, e que fiquei muito orgulhosa, que é o Laboratório Europeu, temos a área de ciências...de biologia marinha não é? Que é a nossa área que é conhecida mundialmente e dentro dessa área temos (...) o EMBRC – Laboratório Europeu de Recursos Biológicos Marinhos, promove e apoia a atividade de 12 países.”

EQ_UM– (pág. 7) “*Sim, sim. Como parceira e como coordenadora.”*

UA – “*Em 2015 iniciaram 30 projetos europeus, dos quais 14 financiados ao abrigo do programa Erasmus + e 11 no âmbito do programa quadro H2020. Refira-se que destes onze, 6 correspondem a Ações MARIE SKŁODOWSKA-CURIE, sendo duas delas coordenadas pela UA. Mais se acrescenta que até 1 de abril de 2016 iniciaram mais 5 projetos europeus dos quais um LIFE + e um INTERREG Europe coordenados pela UA” – Dados retirados do Relatório de Gestão e Contas 2015 (pág.21).*

Mais informação pode, ainda, ser consultada na página direccionada à investigação na UA em: <https://www.ua.pt/research/page/21457>

Questão 11 - A Instituição integra Centros de Investigação Internacionais? Em que áreas científicas?

EQ1_UAlg – (pág. 7) *“(…) no fundo os centros de investigação tem sempre de alguma forma a parte da internacionalização muito presente, da internacionalização da investigação, se chamar a um centro de investigação internacional? Eles são por inerência porque têm investigadores estrangeiros, se vamos por aí, se formos em termos de formalização, se são centros de investigação formalmente internacional, temos neste momento, o EMBRC que foi recentemente criado.”*

EQ2_UAlg – (pág. 6) *“Este é um exemplo. (...) o EMBRC – Laboratório Europeu de Recursos Biológicos Marinhos, promove e apoia a atividade de 12 países.”*

EQ_UM– (pág. 7) *“Sim.(...) Posso-lhe dar o exemplo do Grupo de Investigação 3B's - Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos da Universidade do Minho e que é o líder do grupo de investigação do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa.”*

Questão 12 - A Instituição monitoriza os recursos humanos estrangeiros afetos à investigação e desenvolvimento da produção científica, tecnológica e artística?

EQ1_UAlg – (pág. 7) *“Sim, através dos indicadores. Eu há bocadinho quando falei dos indicadores que estão no plano estratégico e que estão no plano de atividades, depois são monitorizados no relatório de atividades. O relatório de atividades tem os indicadores que*

estão definidos no plano de atividades e no plano estratégico mas ainda tem mais indicadores. Por outro lado, há também, outros indicadores que não surgem no manual da qualidade mas que são também monitorizados.”

EQ2_UAlg – (págs. 6) *“Nas parcerias que tem é obrigatório quase por lei. A FCT tem procedimentos a que obriga que haja...nós como temos a UAIC que tem essa atividade e que tem que fazer o apoio dos recursos humanos porque a investigação cruza-se com o nosso ensino é portanto obrigatório.”*

EQ_UM– (pág. 7) *“Sim, isso fazemos.”*

Uma vez mais, a título de resumo das respostas dadas pelos entrevistados às cinco questões definidas para dar resposta a este objetivo, e que passava por perceber se as Instituições monitorizam a sua atividade científica, tecnológica e artística e de que modo o fazem, se promovem internacionalmente essa atividade, se participam em projetos de investigação internacionais (enquanto coordenadores e parceiros), se integram Centros de Investigação Internacionais e se fazem uma monitorização dos recursos humanos que têm afetos à investigação.

As três IES são Instituições muito ativas no que diz respeito à investigação internacional e à participação em projetos de mobilidade e cooperação. A sua monitorização é feita através *“(...) do plano estratégico e que depois são implementados no plano de atividades e são monitorizados através do relatório de atividades anual”* e à semelhança *“(...) todos os anos publicamos um relatório de atividades, que está publicado no nosso site, e está precisamente por áreas, ensino, investigação, interação com a sociedade.”* Esta investigação ou produção científica é divulgada *“(...) através do nosso repositório institucional”*, mas também, através dos próprios docentes e investigadores.

A lista de participação em projetos de investigação é extensa e a grande maioria coordena projetos de investigação europeus. Há, ainda, referências a Centros de Investigação Internacionais de renome “*EMBRC – Laboratório Europeu de Recursos Biológicos Marinhos*” ou “*o Grupo de Investigação 3B’s - Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos que é o líder do grupo de investigação do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa*”.

Objetivo específico 4 - Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes

Neste objetivo pretendíamos saber se as IES dispõem de pessoal docente e não docente capacitado para dar resposta aos seus públicos estrangeiros, numa língua estrangeira e se as suas IES lhes proporcionaram as formações necessárias para poderem prestar o melhor serviço possível, no âmbito das suas funções.

Para tal foram delineadas quatro (4) questões, que passamos a analisar:

Questão 14 - A Instituição dispõe de pessoal docente capacitado para lecionar numa língua estrangeira, para além dos docentes de língua estrangeira?

EQ1_UAlg – (pág. 8) “*Sim, temos, portanto, numas áreas científicas mais do que noutras mas de uma forma geral existem em todas as Unidades Orgânicas docentes com capacidade para lecionar em língua estrangeira. Essa é até uma ação que em conjunto com o Centro de Línguas, algumas Unidades Orgânicas têm promovido cursos de língua inglesa para (...) melhorar essa vertente do ensino em língua estrangeira, inglês fundamentalmente, mas sim...temos.*”

EQ2_UAlg – (pág. 7) “*Sim, há vários cursos que tem a língua estrangeira (...), a FCHS tem cursos que são de línguas, como espanhol e inglês e portanto muito viradas para as línguas.*

E temos também o Centro de Línguas que é vocacionado para este tipo e que penso que responde a toda essa questão.”

EQ_UM- (pág. 8) “*Sim*”

UA – “*(...) aumentar o número de unidades curriculares em que o inglês figura como língua de lecionação (...) o número de unidades curriculares nestas circunstâncias teve um crescimento de 13% ultrapassando pela primeira vez, em 2015, a fasquia de um quarto das unidades curriculares existentes na UA.(...) É de registar, desde logo, o aumento da oferta formativa em língua inglesa, nos vários ciclos de estudo, por exemplo através da estabilização de um pacote de unidades curriculares em língua inglesa com efeitos muito positivos na atratividade de estudantes de mobilidade.”* - Informação retirada do Relatório de Gestão e Contas 2015 (pág.37).

Questão 15 - A Instituição dispõe de pessoal não docente capacitado para prestar apoio a um público internacional, numa língua estrangeira?

EQ1_UAlg – (pág. 8) “*Temos...temos. O que acontece é que o número não é muito elevado de pessoas, foi identificado, isto já em 2014, a nível dos contactos telefónicos havia algum problema com a chegada dessas comunicações à Universidade, e porque podiam ser atendidos por quem não falasse a língua inglesa e tivesse portanto dificuldade e, neste momento, estão identificadas em todos os Serviços e em todas as Unidades Orgânicas os pivôs, digamos assim, que são os que conseguem conversar em língua inglesa e portanto essas chamadas, essas comunicações são encaminhadas para essas pessoas. Para além de serem promovidos cursos (...) ao nível do centro de línguas (...).”*

EQ2_UAlg – (pág. 7) “*Normalmente é o inglês sim...eu ainda me lembro, enquanto funcionária muito antiga desta casa que sempre que havia um telefonema em inglês (...) a telefonista passava-me porque eu era uma das poucas que conseguia responder (...) neste momento felizmente foi identificado um funcionário em cada unidade orgânica para fazer*

esse papel, portanto é alguém que tem competência em língua inglesa para fazer essa ligação (...).”

EQ_UM- (pág. 8) “*Sim*”

Questão 16 - A Instituição promoveu formação para o pessoal docente e não docente por forma a poderem dar resposta às solicitações do público internacional?

EQ1_UAlg –(pág. 8) “*Para além de serem promovidos cursos (...) ao nível do centro de línguas (...).*”

EQ_UM- (pág. 8) “*Sim*”

UA – “ *(...) identificar necessidades formativas, quer para dotar os trabalhadores de competências que lhes possibilitem o desenvolvimento da sua atividade com crescente qualidade e autonomia, quer para os dotar de competências que permitam, num futuro próximo, a gestão do seu potencial. Assim, prevê-se a elaboração de um Plano de Formação ajustado às necessidades de desenvolvimento, quer individual, quer organizacional. (...)* ” – Informação retirada do Plano de Atividades da UA 2017 (pág.56)

Questão 17 - A Instituição dispõe de telefonistas com formação para comunicarem em língua estrangeira?

EQ1_UAlg – (pág. 9) “*Penso que há apenas uma única (...)*”

EQ2_UAlg – (pág. 7) “(...) e até em termos de telefonista, que eu fiquei muito contente de saber pois é a nossa porta de entrada...nós somos uma Universidade internacional temos de ter recursos.”

EQ_UM- (pág. 8) “Sim”

UA – A investigadora ligou para a UA, tendo-se expressado em língua inglesa, e a pessoa que atendeu respondeu em inglês pelo que se pode dizer que sim.

Analisando globalmente este objetivo em que pretendíamos saber se as IES dispõe de pessoal docente e não docente capacitado para dar resposta aos seus públicos estrangeiros, numa língua estrangeira e se as suas IES lhes proporcionaram as formações necessárias para poderem prestar o melhor serviço possível, no âmbito das suas funções, obtivemos respostas positivas por parte de todas as IES entrevistadas.

Com certeza que há docentes capacitados para lecionar numa língua estrangeira “(...) numas áreas científicas mais do que noutras” e, no que diz respeito ao pessoal não docente “(...) estão identificadas em todos os Serviços e em todas as Unidades Orgânicas os pivôs, digamos assim, que são os que conseguem conversar em língua inglesa”.

As IES providenciaram cursos de formação de inglês para o seu pessoal docente e não docente e há centros de línguas a prestar, também, esse apoio nas IES.

De uma forma geral as IES estão munidas de recursos humanos para dar respostas às solicitações do seu público internacional ainda que essa seja uma área em que se esteja em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Objetivo específico 5 - Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes

Neste objetivo pretendia-se saber se as IES dispõem de recursos materiais, numa língua estrangeira, adequados às aprendizagens e demais atividades científico-pedagógicas dos seus estudantes e, por outro lado, se as IES dispõem de materiais promocionais para promover a Instituição para um público internacional.

Questão 18 - A Instituição está dotada de recursos materiais que permitam o desenvolvimento adequado das aprendizagens dos estudantes e demais atividades científico-pedagógicas numa língua estrangeira? Que recursos são utilizados?

EQ1_UAlg – (pág. 9) *“Sim (...) nos cursos em que aliás, a língua inglesa é por excelência a língua científica, portanto, nas áreas que estão mais vocacionadas para a produção de ciência temos, sem dúvida alguma (...) mas mais numas áreas científicas do que noutras não é? Mas sim, sem dúvida e penso que os recursos que são utilizados (...) são as próprias bases de dados que são em língua inglesa e, em muitos cursos, o que é feito é uma preparação dos estudantes mesmo em contexto de análise de artigos. Há aqui uma preparação e vai-se aproveitando e preparando os alunos para trabalharem e cada vez mais poderem ler e compreender e interpretar aquilo que estão a ler (...).”*

EQ2_UAlg – (pág. 8) *“Eu penso que sim uma vez que tem tantos cursos com disciplinas que sejam de apoio ou com disciplinas muito propedêuticas e específicas do curso tem que ter senão não pode levar estes cursos avante até porque são cursos que estão acreditados pela A3ES, e que portanto comprovam esses recursos (...).”*

EQ_UM – (pág. 8) *“Temos, temos...”*

Questão 19 - A Instituição está dotada de materiais que permitam fazer a promoção da Instituição para um público internacional? Que materiais são utilizados?

EQ1_UAlg – (pág. 10) *“Sim, (...) esses materiais são sobretudo utilizados e promovidos pelo Gabinete de Comunicação e Protocolo, que está presente em diversas feiras, que tem articulação com outros representantes noutros países e que, portanto, há materiais que levam quando estamos representados em feiras, os folhetos, e portanto tem todo esse tipo de material que é produzido em função do público-alvo dos locais em que nós vamos divulgar a nossa universidade.”*

EQ2_UAlg – (pág. 8) *“O Gabinete de Comunicação tem vários materiais nesse sentido. Eu penso que...não estou muito por dentro do que há especificamente...sei que há...sei que são enviados e sei que são distribuídos, seja brochuras...seja da nossa atividade científica até porque como temos muita investigação existem esses materiais e existem também sobre os nossos cursos, porque como nós oferecemos internacionalmente têm de existir...seja no Gabinete de Mobilidade ou no próprio Gabinete de Comunicação.”*

EQ_UM– (págs. 8-9) *“Materiais para fazer a promoção...sim, sim. Temos o site, (...) os guias da formação graduada e pós-graduada que até há dois anos atrás era apenas feita em português, desde aí temos também em inglês, e toda a informação que poderá ser consultada no site...na parte do estudante internacional.”*

UA – *“Outra das prioridades estratégicas da UA para a qual os SCIRP foram chamados a contribuir em 2015 foi o reforço da internacionalização da UA, nomeadamente no que concerne ao “Concurso especial para acesso e ingresso de estudantes internacionais nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado”. Nesse sentido foram estabelecidas linhas de um plano de captação, com o desenvolvimento de peças comunicacionais (manutenção da página web criada em 3 línguas com o desenvolvimento de áreas específicas para públicos prioritários – Brasil, China, Colômbia, newsletters,*

gravação de testemunhos vídeo, peças gráficas, peças editoriais, etc.) e de ações de captação (presenciais, através de mailings, etc.) com o objetivo de proporcionar uma maior visibilidade e potencial de atração da UA junto de potenciais públicos e influenciadores. O site criado no ano de 2014 registou, em 2015, mais de 38 mil sessões, tendo sido consultado por 29 mil visitantes, que efetuaram a 157,513 visualizações de página.” –Informação retirada no Relatório de Gestão e Contas 2015 (pág. 60).

Fazendo a análise das respostas obtidas às questões colocadas no âmbito deste objetivo, pode-se verificar a existência de recursos materiais principalmente “(...) nas áreas que estão mais vocacionadas para a produção de ciência (...) as próprias bases de dados que são em língua inglesa e, em muitos cursos, o que é feito é uma preparação dos estudantes mesmo em contexto de análise de artigos”.

No que diz respeito à existência de materiais promocionais para promover a Instituição para um público internacional, a ferramenta essencial de promoção passa pelo próprio site das IES. Existem materiais de divulgação “(...) brochuras...seja da nossa atividade científica (...), sobre os nossos cursos”, “(...) os folhetos, e portanto tem todo esse tipo de material que é produzido em função do público-alvo” que são levados a feiras e eventos internacionais e promovidos pelos Gabinetes de Comunicação e de Relações Internacionais.

Objetivo específico 6 - Perceber se as IES dispõem de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação

Com este objetivo pretendamos saber se as IES têm as suas Instituições preparadas para um público estrangeiro que as procure e que procure encontrar informação em língua estrangeira, maioritariamente falamos na informação disponível em língua inglesa, e se essa informação está acessível e disponível.

Questão 20 - A Instituição tem sinalética numa língua estrangeira?

EQ1_UAlg – (pág. 10) *“Não, isso penso que não.”*

EQ2_UAlg – (pág. 9) *“Infelizmente não...é uma área em que infelizmente ainda não evoluímos mas penso que será um passo seguinte.”*

EQ_UM– (pág. 9) *“Tem, tem.”*

Questão 21 - A Instituição tem o seu site traduzido numa língua estrangeira?

EQ1_UAlg – (pág. 10) *“Parte...parte do site. Portanto, aquela informação que interessa mais ao exterior...não está a totalidade da informação...pode e deve ser melhorado mas aquela que é mais importante está.”*

EQ2_UAlg – (pág. 8) *“Temos uma página que também está muito completa a esse nível, se eu quiser explorar, saber o que é que existe, cursos, também está muito completo...sempre em língua inglesa, mas que é uma língua que todos utilizamos.”*

EQ_UM– (pág. 9) *“Tem.”*

UA – A investigadora verificou que sim. A página da UA encontra-se traduzida para inglês.

Questão 22 - A Instituição tem os conteúdos do site (notícias, informação, menus, destaques, planos de estudos, programas das disciplinas, horários, etc) numa língua estrangeira?

EQ1_UAlg – (pág. 10) *“Tudo o que diz respeito ao ensino-aprendizagem está, até porque a própria ficha de unidade curricular quando é publicada tem a versão portuguesa e a versão inglesa de seguida. Portanto essa informação está toda. Portanto, no que diz respeito concretamente ao ensino-aprendizagem sim. Não são todos os conteúdos do site, presumo que alguns estarão...não todos.”*

EQ2_UAlg – (pág. 9) *“Sim (...) tem sido o nosso apanágio ter toda essa informação disponível, e está tão disponível para eles como está para nós, portanto as dificuldades que nós nacionais sentimos quando estamos a procurar qualquer coisa será as dificuldades que eles terão porque está construído com a mesma forma de...que é quem procura um curso consegue ir por área científica, quem procura investigação consegue lá chegar e portanto todas essas informações estão traduzidas até à FUC. A própria FUC está traduzida, a ficha de unidade curricular que tem já uma informação muito mais específica sobre o próprio funcionamento, de como é que a unidade curricular é fornecida, está dentro do plano linkado através do plano e está toda disponível em inglês.”*

EQ_UM– (pág. 9) *“É tudo bilingue.”*

UA - A investigadora verificou que sim. Todos os conteúdos da página da UA encontram-se traduzidos para inglês.

Questão 23 - A Instituição está dotada de mecanismos que permitem a publicação periódica de informação atualizada, imparcial e objetiva, tanto quantitativa como qualitativa, acerca dos cursos, graus e diplomas oferecidos e das demais atividades que desenvolve, numa língua estrangeira?

EQ1_UAlg – (pág. 11) *“(...) pontualmente são produzidos alguns materiais com base nesses dados mas (...) não tem sido uma prática habitual.”*

EQ2_UAlg – (págs. 9-10) *“Todas estas preocupações são tidas anualmente em português e são logo traduzidas em inglês, são logo atualizadas todas as notícias, toda a oferta formativa, tudo o que há a dizer sobre essa oferta formativa é feita tanto em português como em inglês.”*

EQ_UM– (pág. 9) *“Sim, sim...tudo.”*

UA – *“(...) desdobráveis, stands, spots promocionais de vídeo, site UA, publicidades web e redes sociais, encartes publicitários para imprensa, registo fotográfico, merchandising, entre outros. No design editorial, evidenciam-se a revista “Linhas” com duas edições anuais, e a revista científica “research@ua”, apresentada no evento Research Day, também este acompanhado e desenvolvido a nível gráfico e fotográfico pelos SCIRP. Assumiui se ainda com a paginação de seis livros (com edição impressa ou digital), lançados através da UA Editora.”* – Informação retirada do Relatório de Gestão e Contas 2015 (pág. 60)

Com este objetivo pretendia-se saber se as IES estão preparadas em termos de informação nos seus sites, sinalética, informação essa disponível numa língua estrangeira, para um público estrangeiro que as procure e, pelas respostas dadas, podemos dizer que os sites se encontram em inglês, ainda que numa IES não se encontre a totalidade da informação mas *“(...) no que diz respeito concretamente ao ensino-aprendizagem, sim (...)”*.

Há IES que estão mais desenvolvidas na questão da apresentação de toda a sinalética, o site, toda a informação dos conteúdos, em língua inglesa. As outras IES estão em processo de concretização desse objetivo tendo, contudo, a informação de maior importância para o seu público estrangeiro, traduzido em inglês.

Objetivo específico 7 - Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização

Este objetivo é um dos objetivos definidos durante este estudo e que pretendemos analisar mais a fundo. Para tal nesta entrevista mais direcionada à questão da Qualidade apenas foram delineadas três (3) questões, contudo, este objetivo será amplamente mais aprofundado na entrevista direcionada à internacionalização e que passaremos a analisar seguidamente.

Aqui pretendemos saber mais amplamente se as IES oferecem cursos numa língua estrangeira, em que ciclos de estudos é feita essa oferta, se oferecem cursos em rede ou cursos conjuntos e se fazem uma monitorização dos seus protocolos de cooperação.

Questão 2 - A Instituição oferece cursos numa língua estrangeira? Se sim, em que ciclos de estudos?

EQ1_UAlg – (pág. 2) *“Sim (...) maioritariamente a partir do nível de 2º ciclo, portanto 2º ciclo e 3º ciclo.”*

EQ2_UAlg – (pág. 1) *“Sim, a Instituição oferece e tem disponíveis cursos de 2º e 3º ciclo neste ano letivo, dependendo dos anos letivos, mas eu penso que normalmente são cursos de 2º e 3º ciclo e que estão disponíveis na nossa internet.”*

EQ_UM– (pág. 2) *“Oferece. A nível dos Mestrados e Doutoramentos, não lhe sei dizer em qual dos dois o peso é maior mas poderá consultar a nossa página da Universidade do Minho, na versão inglesa, onde diz Education – International Students, e no final da página dos international students tem um link para os booklets do undergraduated studies e postgraduated studies, mas posso-lhe já dizer que a nível de licenciaturas e mestrados*

integrados não temos nenhum curso integralmente lecionado em inglês. No guia de pós-graduações poderá encontrar os cursos e em todos os que são oferecidos em inglês poderá encontrar uma bandeirinha britânica ao lado do curso. O guia começa com os cursos de mestrado e continua com os de doutoramento por isso se quiser ver quantos e quais temos poderá ver aqui.”

UA – *“Ao nível da captação de estudantes estrangeiros, foi continuado o esforço de aumentar o número de unidades curriculares em que o inglês figura como língua de lecionação. Relativamente ao ano anterior, de acordo com os dados constantes dos dossiers pedagógicos, o número de unidades curriculares nestas circunstâncias teve um crescimento de 13% ultrapassando pela primeira vez, em 2015, a fasquia de um quarto das unidades curriculares existentes na UA.(...) É de registar, desde logo, o aumento da oferta formativa em língua inglesa, nos vários ciclos de estudo, por exemplo através da estabilização de um pacote de unidades curriculares em língua inglesa com efeitos muito positivos na atratividade de estudantes de mobilidade.”*- Informação retirada do Relatório de Gestão e Contas 2015 (pág.37).

Questão 3 - A Instituição oferece cursos em rede/cursos conjuntos com Instituições estrangeiras?

EQ1_UAlg – (pág. 2) *“Sim, sem dúvida.”*

EQ2_UAlg –(pág. 2) *“Sim, sim. Pelo menos eu tenho conhecimento de Erasmus Mundus que são sempre em parcerias e temos mais do que um, temos também o EMEC, o EMQAL, são exemplos de parcerias com Espanha, Finlândia, Polónia e por ai fora.”*

EQ_UM– (pág. 2) *“Sim, oferece.”*

UA –*“Sim, 5”* - Dados retirados da entrevista realizada ao EI_1 da UA

Questão 13 - A Instituição faz uma monitorização da evolução do número de protocolos/acordos/consórcios e projetos celebrados? Com que periodicidade o faz?

EQ1_UAlg – (págs. 7-8) *“Sim, isso neste momento está em discussão uma vez que de facto o número é, eu bem sei que todas as Instituições de Ensino Superior, pelo menos aquelas que eu tenho andado a analisar e com quem tenho conversado, utiliza esse indicador. Esse indicador aqui na Universidade neste momento está em discussão porque esse indicador diz muito pouco, porque protocolos e acordos nós temos muitos, agora os que estão efetivamente em funcionamento, é diferente, e portanto nós estamos a analisar uma forma diferente de podermos saber efetivamente o que é esta colaboração interinstitucional.”*

EQ2_UAlg – (pág. 7) *“É feita sempre pela Reitoria...não da forma que nós pretendemos mas é feito. Há um seguimento...se quisermos a qualquer momento sabemos os protocolos que existem, como quem é que foram feitos. Não há a monitorização que nós pretendemos que seja feita mas estamos nesse caminho.”*

EQ_UM– (pág. 7) *“Um acompanhamento do número de protocolos? Sim, fazemos. Periodicidade é um bocadinho mais difícil de dizer-lhe porque nós fazemos isso de vez em quando, agora é uma área que eu quero tornar mais periódica e que quero evoluir para essa monitorização mais sistemática.”*

UA – *“(...) e cresceu o volume de acordos e protocolos, parcerias e projetos internacionais (...)”* - Informação retirada do Relatório de Gestão e Contas 2015 (pág.39).

No âmbito deste objetivo, tal como referido atrás, pretendíamos saber de um modo mais generalizado, se as IES oferecem cursos numa língua estrangeira e em que ciclos de estudos é feita essa oferta. As respostas mostram-nos que essa oferta é feita a nível de 2º e 3º ciclos ou seja, Mestrados e Doutoramentos.

Ainda, neste objetivo, ficámos a saber que todas as IES oferecem cursos em rede ou cursos conjuntos, principalmente no âmbito do Programa Erasmus Mundus.

No que diz respeito à monitorização dos seus protocolos de cooperação as respostas obtidas, curiosamente, também foram muito semelhantes “*Sim, isso neste momento está em discussão (...) nós estamos a analisar uma forma diferente de podermos saber efetivamente o que é esta colaboração interinstitucional*” e, paralelamente, “*Sim, fazemos (...) é uma área que eu quero tornar mais periódica e que quero evoluir para essa monitorização mais sistemática*”.

1.2 – Resultados retirados da análise da Entrevista sobre a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior - vertente da Internacionalização

Ainda dentro do objetivo específico 7 e que é aquele que pretendemos aprofundar: **Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização**, passamos a analisar as respostas dadas à entrevista que foi elaborada sobre a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior - mas na vertente da Internacionalização – composta por 17 (dezassete) questões de resposta aberta, e que foi aplicada aos Srs. Vice-Reitores responsáveis pela área da Internacionalização e aos responsáveis pelos Gabinetes de Relações Internacionais nas três Instituições de Ensino Superior (IES) aqui analisadas.

Foram tidos em consideração todos os fatores considerados pelas principais entidades que trabalham mais diretamente com as questões que são relevantes quando se mede a Internacionalização das IES, tais como a *International Association of Universities*, que refere que os indicadores mais comuns no que se refere a medir a internacionalização é:

1. Número de estudantes internacionais (*incoming*)
2. Número de estudantes em mobilidade (*outgoing*)
3. Número de parceiros internacionais
4. Número de graus duplos ou graus conjuntos
5. Número de docentes internacionais

Efetivamente a A3ES considera que a Internacionalização deve ser medida conjuntamente com outros fatores e que passam pela abrangência e eficácia dos procedimentos e estruturas de garantia de qualidade relacionados com os aspetos básicos da missão Institucional, e que têm a ver com:

- 1) Ensino-Aprendizagem
- 2) Investigação e desenvolvimento/investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível

- 3) Colaboração interinstitucional e com a comunidade
- 4) Políticas de gestão do pessoal
- 5) Serviços de apoio
- 6) Internacionalização

Dentro do ponto 6 – Internacionalização - consideram os aspetos abaixo os mais importantes a ter em conta:

1. A participação/coordenação em atividades internacionais de educação e formação;
2. A participação/coordenação em projetos internacionais de investigação;
3. A mobilidade de estudantes, docentes e funcionários.

Nos seus manuais de qualidade as IES aqui analisadas referem, no ponto da Internacionalização, que os fatores/indicadores que são considerados:

1. Relações institucionais internacionais
2. Projetos de ensino internacionais
3. Projetos de ID internacionais
4. Cursos internacionais
5. Estudantes estrangeiros
6. Mobilidade de estudantes
7. Mobilidade de docentes/investigadores

Tal como já referido anteriormente foi definida uma estrutura de temas dentro desta entrevista por forma a tentar perceber um pouco melhor a política e estratégia de internacionalização destas IES bem como ver de que modo estas encaram a questão da Internacionalização.

Quadro nr. 3 – Estrutura da Entrevista sobre a Internacionalização

Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização	
Temas	Questões
Política e Estratégia de Internacionalização	Q1
	Q2
	Q3
	Q4
	Q5
	Q16
	Q17
Investigação	Q6
Cooperação	Q7
	Q10
	Q15
Ensino	Q8
	Q9
Promoção/Divulgação/Acompanhamento outgoing	Q11
	Q13
Promoção/Divulgação/Acompanhamento incoming	Q12
	Q14

Política e Estratégia de Internacionalização

Neste ponto queremos perceber se as IES têm definidas e implementadas as suas políticas e estratégias de internacionalização, se esses documentos existem e se se encontram publicitados, se existem em língua estrangeira para consulta de um público estrangeiro, se são detentoras de ECTS e DS Label, se estas têm polos no estrangeiro e na sua opinião quais são os indicadores de maior importância quando se mede a internacionalização de uma IES.

Para tal foram elaboradas e colocadas sete (7) questões que se apresentam de seguida:

Questão 1 - A Instituição tem implementada uma política de internacionalização?

EI-UA – (pág. 1) “*Não existe na UA um documento com o título “A política de internacionalização da UA”. A Universidade tem reunido um conjunto de documentos de referência que definem e redefinem a política de internacionalização, a saber:*

- *Avaliação institucional pela European University Association (2007)*
- *Estudo da Price water house Coopers (2009)*
- *Contrato-Programa assinado a 11 de Setembro de 2009 pela então Reitora com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e o Ministro de Estado e das Finanças;*
- *Programas de Ação do Reitor*
- *Contributos da reunião conjunta de anteriores Reitores com os elementos externos do Conselho Geral (2011)*
- *Relatórios dos Grupos de Trabalho do Conselho Geral (2011)*
- *Planos anuais de atividades*
- *Declaração da Política ERASMUS (2013)”*

EI-UAlg- (pág.1) “*Sim.*”

EI-UM- (pág. 10) “*Sim, há muitos anos.*”

Questão 2 - A Instituição tem implementada uma estratégia de internacionalização?

EI_UA – (pág. 1) *“Sim. A estratégia de internacionalização exprime-se no Plano de Atividades, designadamente no âmbito das objetivos estratégicos da UA.”*

EI_UAlg– (pág. 1) *“Sim.”*

EI_UM– (pág. 10) *“Também, sim.”*

Questão 3 - Estes documentos encontram-se publicitados?

EI_UA – (pág. 1) *“Sim.”*

EI_UAlg – (pág. 1) *“Sim, na Intranet, recentemente com a disponibilização do Manual de Qualidade, versão final”*

EI_UM– (pág. 10) *“No nosso site tem uma introdução ao que é a internacionalização, mas não sei se temos publicitados esses documentos. Nós temos documentos internos que definem a estratégia da internacionalização mas não devem estar publicitados (...) são documentos para consumo interno.”*

a) Estes documentos estão traduzidos numa língua estrangeira?

EI_UA – (pág. 2) *“Traduzido apenas há Avaliação institucional pela European University Association (2007) e a Declaração da Política ERASMUS (2013).”*

EI_UAlg – (pág. 1) *“Não.”*

Questão 4 - A Instituição é detentora do ECTS Label?

EI_UA – (pág. 2) *“Sim, desde a primeira edição e sempre renovado até hoje.”*

EI_UAlg – (pág. 1) *“Não.”*

EI_UM – (pág. 10) *“Sim.”*

Questão 5 - A Instituição é detentora do DS (Diploma Supplement) Label?

EI_UA – (pág. 2) *“Sim, desde 2009.”*

EI_UAlg – (pág.1) *“Não.”*

EI_UM – (pág. 10) *“Sim, no site dos Serviços de Relações Internacionais poderá encontrar toda a informação relativa ao ECTS e DS Label”*

Questão 16 - A Instituição tem polos no estrangeiro?

EI-UA – (pág. 9) *“Não. Temos cursos ministrados em campi no estrangeiro, designadamente em Cabo Verde. Temos gabinetes de apoio técnico (partilhados com outras universidades) no Brasil, na Índia e em Bruxelas, através das redes universitárias a que pertencemos.”*

EI_UAlg – (pág. 8) *“Não.”*

EI_UM– (pág. 14) *“É assim nós temos colaboração com diversas Universidades mas dizer que a Universidade do Minho tem um polo em moçambique então não...a Universidade não tem um polo em moçambique.”*

a) Se sim, onde?

b) Se não, esta ideia faz parte da estratégia de internacionalização da Instituição?

EI-UA – (pág. 9) *“Não sei responder a essa pergunta.”*

EI_UAlg – (pág. 8) *“Possivelmente, a medio e longo prazo.”*

Questão 17 - Na sua opinião qual ou quais o(s) Indicadores mais importantes a ter em consideração quando se mede a internacionalização de uma Instituição de Ensino Superior?

EI_UA – (pág. 9) “ Não sei bem responder. Se é apenas uma opinião que quer então eu tenho de referir a questão da internacionalização da investigação, concretamente o número de publicações em parceria com investigadores internacionais”

EI_UAlg – (pág. 8) “Número de pessoas/cidadãos estrangeiros que frequentam a UAlg, quer se trate de pessoal estudantil, quer de pessoal docente e não docente; através do número de protocolos de cooperação e acordos bilaterais celebrados; mediante o número de projetos de mobilidade e de investigação internacional em que a UAlg participa, quer na qualidade de coordenador, quer na qualidade de parceiro; através do número de estudantes e pessoal docente (e não docente) que beneficia da mobilidade de estudos no estrangeiro, quer ao abrigo do programa Erasmus+, quer ao abrigo de protocolos de cooperação, ou outros.”

EI_UM– (pág. 15) “Ok...claro que o primeiro é o número de estudantes internacionais, a captação de estudantes internacionais, a percentagem desses estudantes em relação ao número total de estudantes. Uma coisa é recrutar 1000 estudantes e ter 50000 estudantes e outra coisa é recrutar 1000 estudantes mas eu tenho 20000 estudantes...não o número absoluto mas sim a percentagem. Também acho importante que esses estudantes venham de diversos contextos e países, e mais uma vez para mim uma coisa é virem 1000 estudantes de 20 países ou ter 1000 estudantes mas veem de 80 países, que é o nosso caso, eu acho que isto é um indicador de internacionalização; o número de diplomados internacionais; outra área interessante é ver onde é que os nossos alumni internacionais se encontram hoje em dia e em que posições de destaque nos seus países de origem; o número de parcerias com instituições estrangeiras; o numero de estudantes, docentes e não docentes in e out, é outro indicador; e outro indicador que é muito importante e que, para mim, foi onde toda a cooperação começou e que tem a ver com a colaboração científica entre os nossos docentes e os docentes de outras Instituições porque acaba por ser por ai que a Internacionalização começou. Todos nós docentes e investigadores da Instituição temos conhecimentos de colegas de outras Instituições, fazemos artigos com outros colegas, estamos em projetos com outros colegas de outras Instituições e acho que isso é muito importante. E outra área é a transferência de conhecimento, é importante fazer transferência de conhecimento para a sociedade mas quando essa transferência passa para multinacionais, e nós neste momento na Universidade do Minho temos um projeto muito grande com a Bosch, que tem uma unidade aqui em Braga, mas tem sido uma Instituição com a qual nós tivemos uma

primeira fase de financiamento muito importante e agora já entrámos na segunda fase, portanto eu acho que isto também é um indicador da qualidade.”

Fazendo a análise das respostas dadas pelas três IES podemos verificar uma semelhança no que diz respeito à existência de uma política e uma estratégia de internacionalização e que estas se encontram publicitadas mas não traduzidas numa língua estrangeira.

No que diz respeito às IES serem detentoras dos selos de qualidade ECTS e DS Label, sendo que o ECTS atesta a qualidade da informação prestada sobre a oferta formativa e a gestão da mobilidade de estudantes, por parte de instituições de ensino superior e o DS certifica a qualidade da informação constante do suplemento ao diploma entregue ao estudante no final de um ciclo de estudos. Apenas a Universidade do Algarve não detém estes selos de qualidade.

No que diz respeito aos indicadores que as IES consideram mais importantes quando se mede a internacionalização, as respostas dadas voltam a ser semelhantes:

Quadro nr. 5 – Indicadores de medida mais importantes na Internacionalização, segundo as três IES

UAlg	UMinho	UAveiro
<i>“Número de pessoas/cidadãos estrangeiros que frequentam a UAlg, quer se trate de pessoal estudantil, quer de pessoal docente e não docente; através do número de estudantes e pessoal docente (e não docente) que beneficia da mobilidade de estudos no estrangeiro”</i>	<i>“(…) o número de estudantes internacionais em relação ao número total de estudantes e que a proveniência seja de diversos contextos e países; o número de estudantes, docentes e não docentes in e out; o número de diplomados internacionais</i>	

<i>Número de protocolos de cooperação e acordos bilaterais celebrados;</i>	<i>o número de parcerias com instituições estrangeiras; a transferência de conhecimento para multinacionais,</i>	
<i>Número de projetos de mobilidade e de investigação internacional;</i>	<i>colaboração científica entre os nossos docentes e os docentes de outras Instituições;</i>	<i>“(…) internacionalização da investigação”</i>

Investigação

Uma vez que também é importante analisar a vertente da investigação quando se mede a internacionalização de uma IES definimos duas (2) questões relacionadas com as atividades de investigação. Estas questões pretendem aferir se as IES participam em atividades de investigação internacionais e se participam em projetos de investigação internacionais enquanto coordenadores mas também enquanto parceiros.

Questão 6 - A Instituição participa em atividades de investigação internacionais?

EI-UA - (pág. 2) “Sim.”

EI-UAlg - (pág. 1) “Sim.”

a) Em quantos projetos de investigação internacionais participa no momento, enquanto coordenadora?

EI_UA – (pág. 2) “8”

EI_UAlg – (pág. 2) “A Universidade do Algarve participa em 23 projetos de investigação (...). Em todos somos parceiros”

EI_UM– (pág. 11) “Não sei ao certo, peço que veja essa informação no relatório de atividades da Universidade do Minho de 2015 caso o de 2016 não seja entretanto publicitado.”

- *No âmbito dos Programas Integrados de IC&DT, foram aprovados 16 projetos da Universidade do Minho, num financiamento total de 18,7M€;*
- *A Universidade do Minho viu aprovados 7 projetos em Co-Promoção, no Portugal 2020, apresentados por empresas, com um financiamento total de 2,9M€;*
- *Foram ainda submetidas duas candidaturas com vista à continuidade do projeto HMIEXCEL, em parceria com a Bosch Car Multimédia, designadamente os projetos InnovCar e iFactory, que resultaram na assinatura de um contrato de financiamento em março de 2016, representando um investimento total de 54,7 M€, a executar entre 2016 e 2018;*
- *No contexto do Horizonte 2020, a Universidade do Minho já viu aprovados 29 projetos que representam, até ao momento, um volume de financiamento para a Universidade do Minho de 11.726.189,29€, demonstrando assim a grande capacidade da Universidade do Minho de angariar de forma crescente grandes projetos europeus, tendo atualmente 3 Bolsas Avançadas do Conselho Europeu de Investigação – ERC AdG (uma delas partilhada com uma Instituição Holandesa) e gerindo atualmente 4 projetos de grande dimensão, todos com financiamento para a Universidade do Minho superior a 2,3 M€;*
- *A Universidade do Minho é uma das Instituições Portuguesas com maior sucesso na captação de grandes projetos Europeus. É a única Universidade Portuguesa que coordena projetos em todas as tipologias do programa Widening da Comissão Europeia (CE). Depois de ter coordenado um projeto REGPOT no 7º Programa Quadro, coordena atualmente um TEAMING que está na segunda fase, 2 projetos TWINNING e um projeto ERA-Chairs, participando ativamente num outro projeto TEAMING;*

- *A Universidade do Minho participa também nos dois grandes projetos FET Flagship, o FET Graphene e FET Brain e tem ainda projetos aprovados no FET – Future Emerging Technologies, que financia ideias/projetos disruptivos, tendo igualmente sucesso na maioria das tipologias de bolsas e redes de treino (ITNs) das ações Marie Sklodowska-Curie*
- *A Universidade do Minho coordena 24% dos projetos em que participa no H2020, todos a cargo do CI 3B's.”*

(Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho - 2015)

b) E enquanto parceira?

EI_UA – (pág. 2) “64”

EI_UAlg – (pág. 2) “A Universidade do Algarve participa em 23 projetos de investigação iniciados ou em execução durante o ano de 2016, todos europeus. Em todos somos parceiros”

EI_UM– Dados apresentados na questão anterior

Resumido as questões colocadas aos entrevistados relativamente a este objetivo podemos constatar que as três IES participam em projetos de investigação internacionais na qualidade de coordenadores, à exceção da Universidade do Algarve, e como parceiras. As Universidades do Minho e Aveiro contam com números mais elevados de participações em projetos de investigação mas o que se entende pela diferença na dimensão das Instituições em causa.

Cooperação

Dentro da temática da cooperação tentámos perceber se as IES deste estudo participam ou integram redes e fóruns internacionais; em que programas de cooperação e mobilidade participam; se as IES estão a desenvolver novos projetos de cooperação internacional e em que áreas o estão a fazer; se apresentaram candidaturas em 2016 e quantas foram aprovadas.

Questão 7 - A Instituição participa/integra redes e fóruns internacionais? Se sim, quais?

EI-UA – (págs. 2-3) “Sim. *EUA (European University Association); ECIU (European Consortium of Innovative Universities); Universia; Columbus Torino; Grupo Tordesillas; Carnegie Mellon Portugal; Uten Portugal; European University Foundation; Campus do Mar; AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa; India Platform (U Gent); AUIP.*”

EI_UAlg – (pág. 2) “Atualmente a UAlg participa no *UNIVERSIA, CEI-MAR, Euraxess, Fulbright, EMUNI, AULP*”

EI_UM– (pág. 12) “Veja também no site da Universidade do Minho na parte da *Internacionalização* porque tem lá toda a informação sobre redes e fóruns, e projetos, etc...”
“(…) a Universidade do Minho pertence a várias redes de cooperação internacional, como sejam, entre outras:

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

CEER – Centro de Estudos Euro Regionais Galiza

CGU – Compostela Group of Universities

CRUSOE - Conselho de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa

EUA – European University Association

GUPES - The Global Universities Partnership on Environment for Sustainability

SGroup – Santander Group

(Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho - 2015)

Questão 10 - Em que programas de cooperação e mobilidade a Instituição participa no momento?

EL-UA – (pág. 3) *“No âmbito da COOPERAÇÃO:*

- *ERASMUS+*
- *ACORDOS DE COOPERAÇÃO FCT*
- *AÇÕES INTEGRADAS*

No âmbito da MOBILIDADE:

- *CRUP – Programa Almeida Garrett*
- *CRUP - Programa de Licenciaturas Internacionais*
- *CCISP – Programa Vasco da Gama*
- *Programa de Emergência Académica (Síria)*
- *Acordos Interinstitucionais*
- *Mobilidade Campus Europae*
- *Mobilidade ECIU (European Consortium of Innovative Universities)*
- *MEDES – Mestrado Europeu em Design*
- *ERASMUS MUNDUS 2009-2013 SVAAGATA.EU*
- *ERASMUS MUNDUS 2009-2013 ELARCH*
- *Erasmus+ Consórcio UCASE*
- *Erasmus+ Mobilidade*
- *Erasmus+ Mobilidade Internacional*
- *Programa de Estágios Santander*
- *Programa Luso-Brasileiro Santander*
- *Programa Santander Ibero-Americano”*

EI_UAlg – (pág. 3) “Atualmente a Universidade do Algarve participa nos projetos de mobilidade e cooperação abaixo identificados:

ERASMUS+ KA1

- *CHIR-Erasmus Mundus Master in Chemical Innovation and Regulation*
- *IMBRSea - International Master in Marine Biological Resources*
- *NURSING-Erasmus Mundus Master Course in Emergency and Critical Care Nursing*
- *EMQAL-Erasmus Mundus Master in Quality in Analytical Laboratories*
- *WACOMA-Erasmus Mundus Joint Master in Water and Coastal Management*
- *MARES-Doctoral Programme in Marine Ecosystem Health and Conservation*
- *MACOMA-Erasmus Mundus PhD in Marine and Coastal Management*
- *Consórcio Erasmus+ MARE MOSTRUM*
- *Consórcio Erasmus+ MERGING VOICES*
- *ICM Ualg/Marrocos*
- *ERASMUS + KA103*
- *Consortium Erasmus+ OutCOME*
- *Consortium Erasmus+ AETC*
- *Consortium Erasmus+ AlSud*

ERASMUS+ KA2

- *SCOLA MAR - Innovative training for Smart coastal management and Sustainable blue growth*
- *NURSLING – National Qualifications Frameworks: Guidelines for Development and Recognition of Qualifications*
- *ENEPLAN – Developing skills in the field of integrated energy planning in Med Landscapes*
- *VECTOR – A Vocational and Educational Curriculum Design from a Sector Skills Alliance on Tourism*
- *TRIANGLE - Tourism Research Innovation And Next Generation Learning Experience*
- *4CDE- Code, content creation and culture for digital education*
- *MILAGE - Interactive Mathematics by implementing a Blended-Learning model with Augmented Reality and Game books*
- *EURE.K - Validation des compétences-clés européennes*
- *E-RESPLAN - Innovative Educational Tools for Energy Planning*
- *EDUPRO - Promoting LLL in HE by implementing innovative practices in RPL*
- *EC-MAP (EnergyEfficiency in Historic Buildings Concept Map*
- *EMPLOY - Enhancing the Employability of non-traditional students in HE*
- *OLD GUYS SAY YES TO COMMUNITY*

ERASMUS+ KA3

- *EUROPE – Ensuring Unity and Respect as Outcomes for the People of Europe*

ERASMUS MUNDUS

- *EMA2 Lot 14FELLOW Mundus, Fostering Education and Learning mobilities for Latin -American academics Outgoing Worldwide with ERASMUS MUNDUS*
- *EMA2 Lot 8SALAM2-Study Abroad Learning and Mobility for Promoting Structured Cooperation and HEI*

TEMPUS IV

- *RECET - REnforcement des Compétences en Evaluation institutionnelle*
- *Licence Masters professionnels en management des activités hôtelières pour le développement de l'industrie touristique en Géorgie, Azerbaïdjan et Moldavie - LMPH*

MOBILIDADE NACIONAL

- *Programa Almeida Garret*
- *Programa Vasco da Gama*

Programa Fulbright (Rede)

Rede Euraxess (Rede)

Catedra UNESCO em Ecohidrologia, Água para os Ecossistemas e Sociedade

Programa de Licenciaturas Internacionais

Curso de curta duração com alunos da Hokkaido University.”

El_UM– (pág. 11) “Então neste momento participamos no Erasmus+ e em todas as suas vertentes (...) para além do Erasmus+ temos também o programa IACOBUS que é um programa de mobilidade em especial com o norte e com a galiza, participamos no Programa de Licenciaturas Internacionais, financiado pela CAPES do Brasil (...). Mas poderá consultar a lista mais completa no relatório.”

Erasmus+ KA1 / Erasmus+ KA1 Mobility Consortium

Erasmus+ KA2 Capacity Building / Erasmus+ KA2 Strategic Partnerships

Erasmus+ KA103

Erasmus Mundus Ação 2 (lotes 1, 2, 5 e 12)

European Policy Network of National Literacy Organizations

ICI-ECP EU Cooperation with Australia / ICI-ECP EU Cooperation with Japan

Jean Monnet

Leonardo da Vinci

LLP Comenius / LLP Grundtvig/ LLP Programa Intensivo/LLP Programas Transversais

LLP Redes Temáticas

Open Tender EAC 13-2011

TEMPUS

(Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho - 2015)

Questão 15 - A Instituição está a desenvolver novos projetos de cooperação internacional?

EI_UA - (pág. 8) *"Sim"*

EI_UAlg - (pág. 7) *"Sim"*

EI_UM- (pág. 14) *"Sempre..."*

a. Se sim, em que áreas?

EI_UA - (pág. 8) *"Empreendedorismo, Desenvolvimento Curricular"*

EI_UAlg - (pág. 7) *"A UAlg preocupa-se fundamentalmente em desenvolver projetos nas seguintes áreas temáticas: Mar, do Turismo, da Saúde e Bem-Estar e do Património Mediterrânico. No entanto, caso exista interesse e seja viável para a UAlg são apoiadas outras áreas de ensino por forma a promover internacionalmente o nome da academia."*

EI_UM- (pág. 14) *"A nossa Universidade é uma Universidade completa e portanto nós temos 11 escolas em todas as áreas científicas e todas elas e todos os centros de investigação são muito ativos por isso singularizar uma área não é muito fácil. Por ex...neste momento em termos de parcerias estratégicas nós provavelmente vamos ter projetos em todas as áreas científicas, neste concurso agora das parcerias estratégicas...não lhe queria estar a dizer ali ou ali porque correria o risco de ser injusta..."*

b. Quantas candidaturas apresentou a projetos internacionais em 2016?

EI-UA –(pág. 8) “39”

EI_UAlg – (pág. 7) “*Em 2016, foram submetidas ao todo 30 candidaturas ao abrigo do Programa Erasmus+*”

EI_UM– (pág. 14) “*Essa informação também deve constar do nosso relatório de actividades*”

c. Quantos projetos foram aprovados?

EI-UA – (pág. 8) “*Ainda não sabemos porque os resultados não foram divulgados. Até agora, tivemos conhecimento de 13 aprovações.*”

EI_UAlg – (pág. 7) “*Das 30 candidaturas submetidas foram aprovadas 10*”

EI_UM– (pág. 14) “*Essa informação também deve constar do nosso relatório de actividades*”

No que diz respeito à área da cooperação as três IES são muito ativas, participam em diversas redes e fóruns internacionais e em inúmeros projetos de mobilidade e cooperação, sejam eles nacionais, europeus ou internacionais. As listas podem ser consultadas em pormenor nas respostas dadas anteriormente pelo que não irei estar a enumerá-las novamente dada a sua extensão, mas sem dúvida, IES em constante atualização e submissão de novos projetos.

As áreas em que as IES estão a apostar, no que diz respeito às novas candidaturas, divergem na medida em que a Universidade do Minho diz que uma vez que as suas unidades são muito ativas apresentam candidaturas em todas as áreas, a Universidade de Aveiro aposta na área do empreendedorismo e Desenvolvimento Curricular e por fim, a Universidade do Algarve aposta nas suas áreas de excelência – Mar, Turismo, Saúde e Bem-Estar e o Património Mediterrânico.

Ensino

O Ensino é uma das áreas que ocupa um peso de extrema importância dentro das IES na medida em que é a sua principal atividade. Neste sentido é importante perceber se a IES ministram graus e cursos duplos e conjuntos, com Instituições estrangeiras.

Questão 8 - A Instituição ministra graus duplos com instituições estrangeiras? Quantos ministra atualmente?

EI-UA – (pág. 3) *“Sim, 2.”*

EI_UAlg – (pág. 2) *“Não. Não aplicável desde a mudança da legislação nacional”*

EI_UM– (pág. 11) *“ Sim, mas não lhe sei precisar mas temos a nível de Mestrado e Doutoramento mas ao certo não lhe sei precisar.”*

Questão 9 - A Instituição participa em cursos conjuntos com instituições estrangeiras? Quantos integra atualmente?

EI_UA – (pág. 3) “*Sim, 5.*”

EI_UAlg – (pág. 2) “*Sim. 6 cursos conjuntos (4 de mestrado e 2 de doutoramento)*”

EI_UM– (pág. 11) “*(...) Pode retirar de lá (referindo-se ao Relatório de Atividades e contas da UM de 2015)*”

Ação 1 – Programas conjuntos

No ano letivo de 2014/15 decorreu a 8ª edição do SAHC - Advanced Masters in Structural Analysis of Monuments and Historical Constructions, coordenada pelo Departamento de Engenharia Civil, e o 2º ano da 5ª edição do EURHEO - European Masters in Engineering Rheology, coordenada pelo Departamento de Engenharia de Polímeros. Iniciou-se, ainda, a 6ª edição deste mestrado conjunto, que tem o selo de qualidade Erasmus Mundus.

Ação 2 – Parcerias com IES de Países Terceiros

A Universidade do Minho integra 17 consórcios no âmbito da Ação 2 do Programa Erasmus Mundus (EMA2). Em 2015 foram finalizados 10 projetos e estão em desenvolvimento 7: AREAS+, PEACE, PEACE II, Swap and Transfer, ELECTRA, ELARCH, MARHABA. O sucesso da participação da Universidade do Minho tem contribuído para o incremento de uma cooperação académica estruturada com os lotes geográficos representados.”

(Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho - 2015)

Na vertente do Ensino apenas se colocaram questões relativas ao ensino em parceria pelo que as respostas obtidas foram que as IES participam em cursos conjuntos com IES internacionais, principalmente no que diz respeito aos Mestrados e Doutoramentos Erasmus Mundus. No que diz respeito a ministrarem graus duplos com IES estrangeiras as suas respostas foram maioritariamente que sim à exceção da Universidade do Algarve que referiu a alteração da legislação nacional aplicável a esta temática.

Promoção/Divulgação/Acompanhamento outgoing

Quando estávamos a elaborar a entrevista sobre o indicador da internacionalização queríamos abordar todos os fatores que são considerados como os mais comuns e de maior peso na medida da qualidade da internacionalização. Assim, seria de extrema importância definir questões sobre a promoção da mobilidade do pessoal docente e não docente das IES e se estas definiram estruturas/medidas de apoio para as questões relacionadas com estas mobilidades.

Questão 11 - A Instituição promove a mobilidade dos seus estudantes, pessoal docente e não docente para o exterior?

EI_UA - (pág. 4) *"Sim."*

EI_UAlg - (pág. 5) *"Sim."*

EI_UM- (pág. 12) "(...) tipo de informação que não facultamos mas que poderá retirar dos relatórios de actividades (...)"

a) Pode informar o número de estudantes que saíram em mobilidade nos últimos 5 anos (2011/2012; 2012/2013; 2013/2014; 2014/2015 e 2015/2016)?

Os dados que se apresentam abaixo foram fornecidos nas entrevistas mas em ficheiros anexos eu se analisaram e fizeram expressar graficamente para uma melhor compreensão.

Gráfico nr. 1- Mobilidade de estudantes outgoing da UA

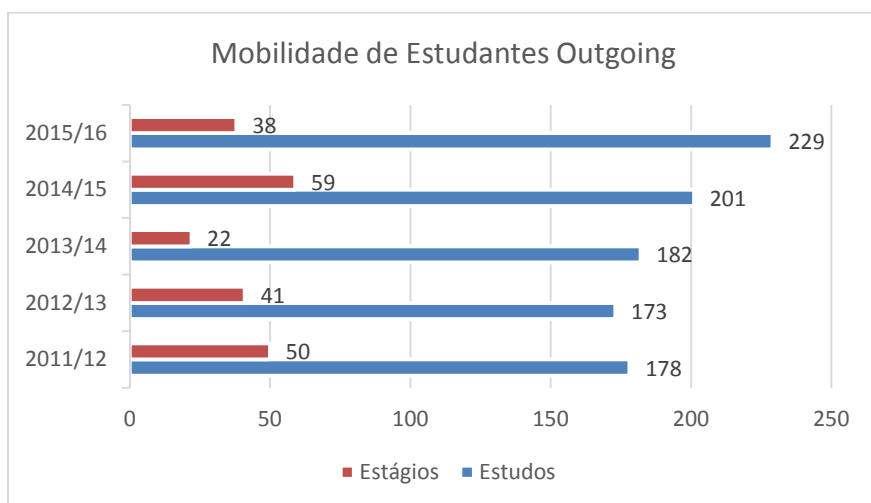


Gráfico nr. 2 - Mobilidade de estudantes outgoing da UAlg

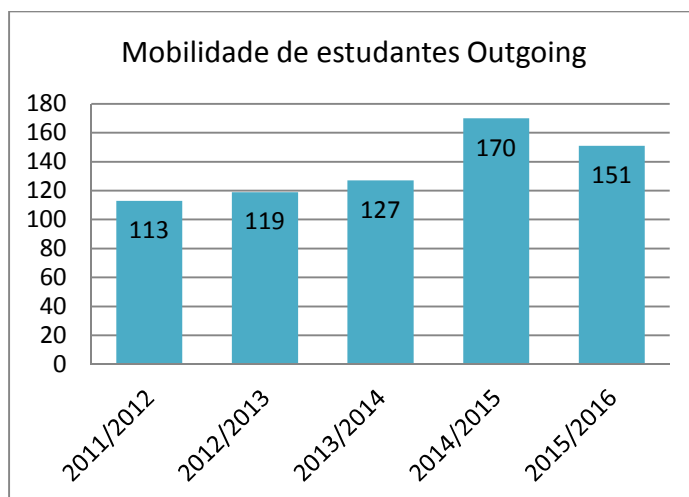
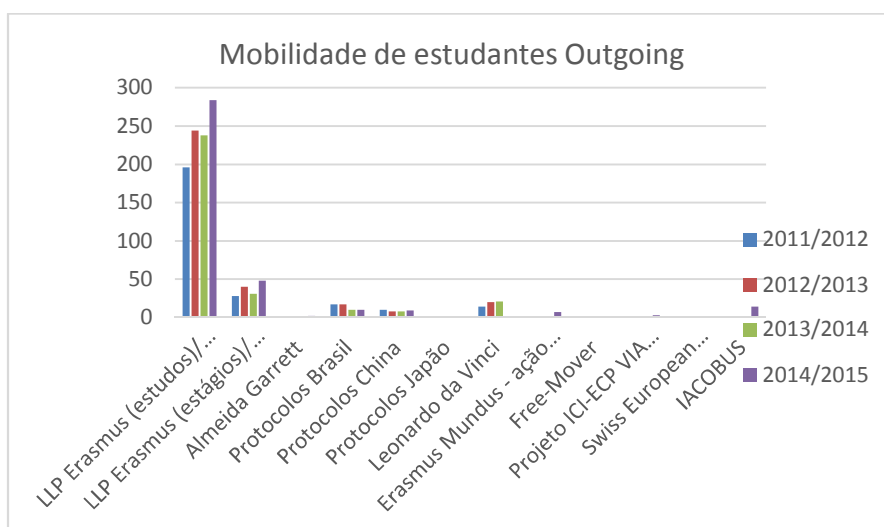


Gráfico nr. 3 - Mobilidade de estudantes outgoing da UM
(Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho - 2015)



b) Pode informar o número de docentes que saíram em mobilidade nos últimos 5 anos (2011/2012; 2012/2013; 2013/2014; 2014/2015 e 2015/2016)?

Gráfico nr. 4 – Mobilidade de pessoal outgoing da UA para missões de ensino

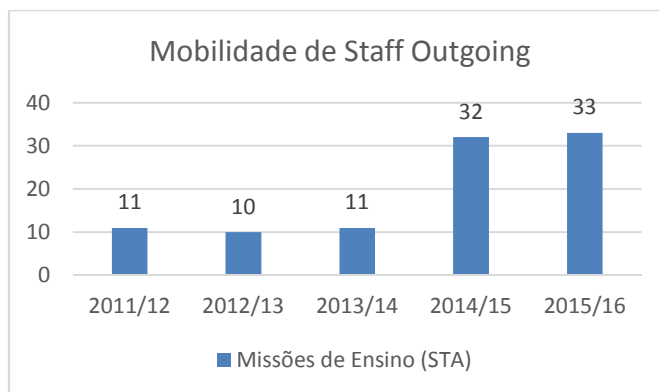


Gráfico nr. 5 – Mobilidade de pessoal outgoing da UAlg para missões de ensino

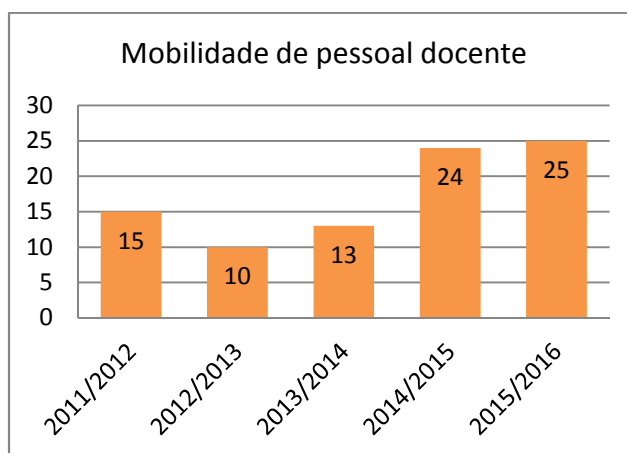
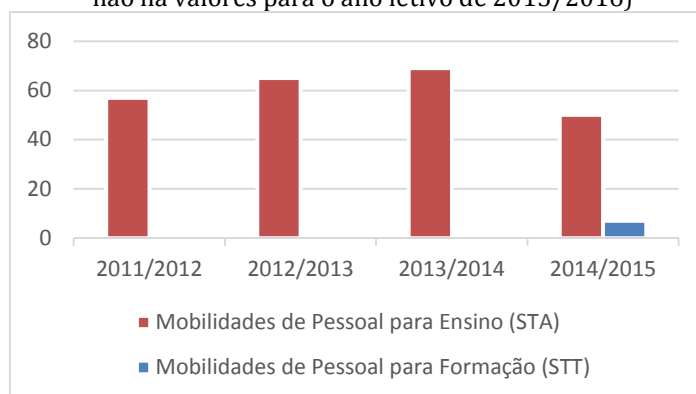


Gráfico nr. 6 – Mobilidade de pessoal outgoing da UM para missões de ensino (Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho – 2015 não há valores para o ano letivo de 2015/2016)



c) Pode informar o número de funcionários não docentes que saíram em mobilidade nos últimos 5 anos (2011/2012; 2012/2013; 2013/2014; 2014/2015 e 2015/2016)?

Gráfico nr. 7 - Mobilidade de pessoal outgoing da UA para formação

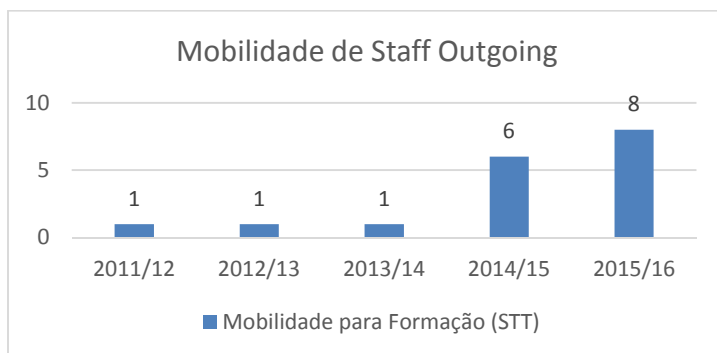


Gráfico nr. 8 - Mobilidade de pessoal outgoing da UA para formação

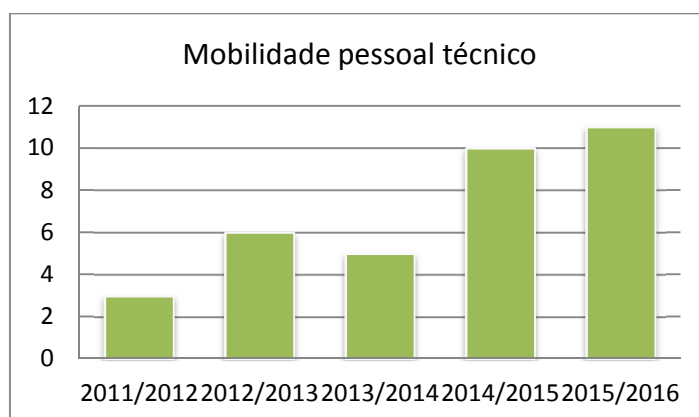
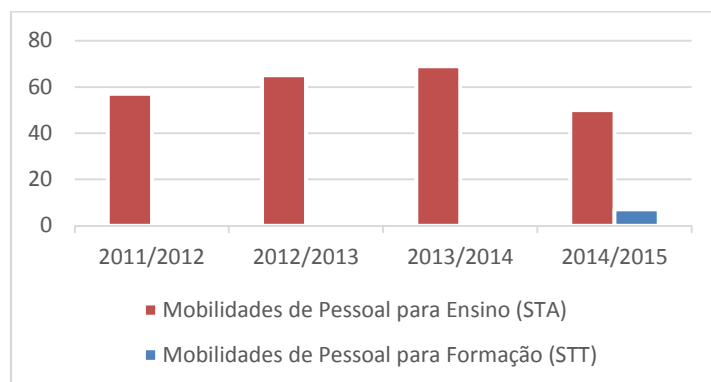


Gráfico nr. 9 - Mobilidade de pessoal outgoing da UA para formação
(Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho – 2015 apenas há valores para o ano letivo de 2014/2015)



Questão 13 - Foram definidas estruturas/medidas de apoio para as questões relacionadas com a mobilidade de alunos e pessoal docente e não docente? Se sim, que medidas foram definidas para cada um deles?

EI_UAlg – (pág. 6) *“No GRIM existe um grupo de colaboradores destacados para tratar do acompanhamento dos estudantes, docentes e não docentes da UAlg que beneficiam de um período de mobilidade no estrangeiro. Este grupo trata das questões logísticas do processo desde o primeiro momento, durante e depois do período de mobilidade, existindo procedimentos definidos consoante o tipo de mobilidade.”*

EI_UM– (págs. 12-13) *“Ok, então...o Serviço de Relações Internacionais é a plataforma a partir da qual nós gerimos todos os nossos programas de mobilidade e portanto essa é uma estrutura de apoio a docentes e investigadores, staff não docente e estudantes in e out, ok? Mobilidades...está ali.*

EI_UA – (pág. 8) *“Sim. A preparação de estudantes a enviar a outros países focou tanto no apoio à preparação linguística como na disseminação de informação sobre tópicos Interculturais, sobre a gestão financeira da mobilidade e sobre outros assuntos de relevância.*

O pessoal do Gabinete de Relações Internacionais garantiu o apoio presencial com 3 pessoas disponíveis diariamente, durante 2 horas por dia. O objetivo destes encontros foi: guiar o estudante pelos vários passos do processo de candidatura à organização anfitriã; ajudar com as preparativas para a aprendizagem linguística; oferecer conselhos e apoio pessoais, encaminhando em particular os estudantes aos serviços especializados disponíveis (entre outros, salienta-se que, para a obtenção da certidão de competências linguísticas os estudantes podiam recorrer ao Departamento de Línguas e Culturas; para a obtenção de apoio pedagógico os estudantes podiam contar com os coordenadores departamentais ERASMUS; para conselhos e apoio de gestão de recursos financeiros os estudantes podiam beneficiar dos contactos da UA nos bancos parceiros; e na área de saúde os estudantes tinham a disposição um conjunto de instituições parceiras da UA). Além disso, o portal institucional ERASMUS+ contém um vasto conjunto de informações de interesse

aos estudantes a enviar a outros países incluindo tópicos de gestão financeira, mitigação de riscos, organização de seguros de saúde etc.). Para além também do apoio garantido pelo Gabinete de Relações Internacionais, os coordenadores departamentais ERASMUS encontraram-se regularmente com os estudantes para verificar que as condições para o garante do reconhecimento académico estavam previstas e para oferecer conselhos pessoais e motivação. O Gabinete de Relações Internacionais manteve ainda uma relação especial com a secção aveirense do ERASMUS STUDENT NETWORK apoiando as atividades da ESN, o que provou ser frutuoso, em particular através da organização de eventos que colocaram os estudantes portugueses em contato regular com os estudantes estrangeiros no Campus, eventos de relevância para a dinamização de uma cultura de intercâmbio e motivação para todo tipo de mobilidade internacional na UA.

A preparação de pessoal docente e não docente para a mobilidade teve lugar, antes da mobilidade, essencialmente através da prestação de informação (sobre o programa e os trâmites administrativos conexos) e do apoio intensivo aos candidatos em matéria de identificação de uma organização/unidade de acolhimento, tanto para pessoal enviado como para o pessoal recebido. Neste contexto, o Gabinete de Relações Internacionais e o Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais da UA intervém para centralizar os pedidos e o apoio. É garantido a cada candidato o apoio necessário para encontrar alojamento e na administração de bolsas bem como todo outro tipo de logística prática.”

A título de resumo das respostas obtidas às questões colocadas no âmbito deste objetivo apresentamos abaixo gráficos de comparação das três IES no que respeita às mobilidades outgoing de estudantes e staff para lecionar e para formação.

Chama-se especial atenção para o facto de que a Universidade do Minho não ter disponíveis os dados relativos ao ano letivo 2015/2016 e por esse motivo os dados encontram-se em branco.

Curiosamente e embora os gráficos mostrem valores mais baixos por parte da Universidade do Algarve estes mostram números reais de mobilidades realizadas o que, comparativamente com os universos de estudantes e de pessoal docente e não docente, percentilicamente a Universidade do Algarve é a que demonstra

melhores valores no que diz respeito à mobilidade de estudantes e pessoal docente e não docente.

Abaixo apresenta-se um quadro resumo das percentagens de mobilidade face aos números efetivos das três IES no que diz respeito a estudantes, docentes e não docentes, usando como referencia os valores de 2014/2015, pois é o último ano em que há dados disponíveis da UMinho para consulta.

Quadro nr 6 – Percentagem de mobilidade *outgoing* das três IES

Mobilidade	UAlg	% Out	UMinho	% Out	UAveiro	% Out
Estudantes	8000	2,13%	19500	1,95%	14280	1,82%
Docentes	789	3,04%	1300	3,85%	900	3,56%
Não docentes	366	2,73%	800	0,88%	635	0,94%

Abaixo seguem os gráficos com maior detalhe para uma análise mais em pormenor:

Gráfico nr. 10 – Síntese da Mobilidade de estudantes *outgoing* das três IES

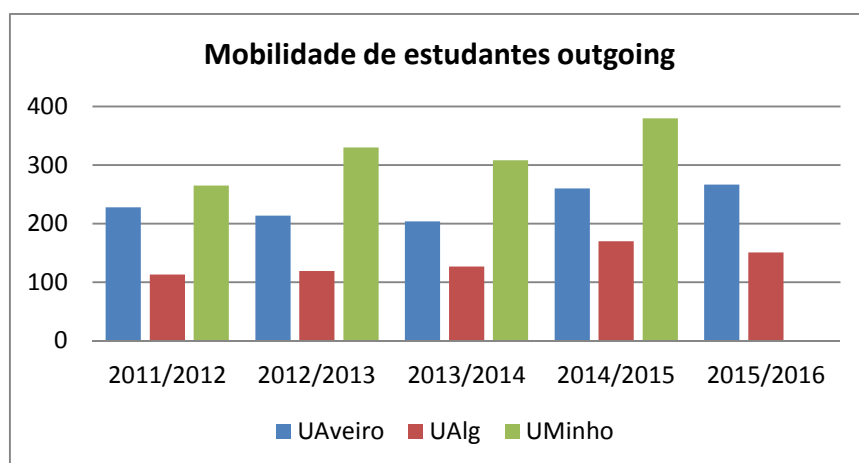


Gráfico nr. 11 – Síntese da Mobilidade de pessoal *outgoing* para missões de ensino das três IES

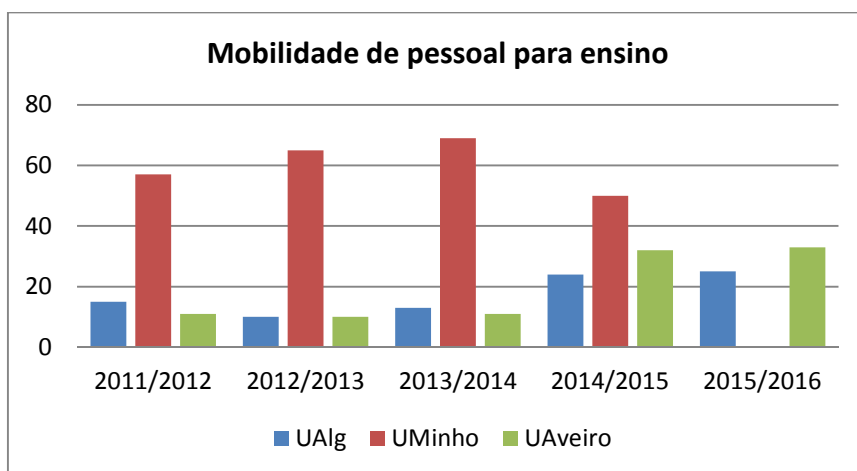
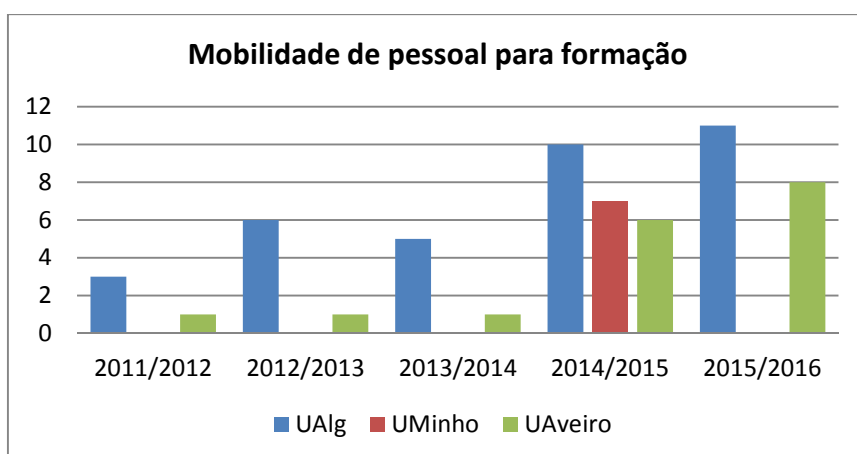


Gráfico nr. 12 – Síntese da Mobilidade de pessoal *outgoing* para missões de ensino das três IES



Ainda no contexto deste objetivo foram diversas as estruturas ou medidas de apoio enumeradas pelas três IES para as questões relacionadas com a mobilidade de alunos e pessoal docente e não docente, tais como “ (...) *preparação linguística como na disseminação de informação sobre tópicos Interculturais, sobre a gestão financeira da mobilidade e sobre outros assuntos de relevância (...)*” ou “ (...) *o GRIM trata das questões logísticas do processo desde o primeiro momento, durante e depois do período de mobilidade, existindo procedimentos definidos consoante o tipo de mobilidade*”.

De apontar como entidades responsáveis por estas medidas ou estruturas de apoio “*O pessoal do Gabinete de Relações Internacionais (...)* o *Departamento de Línguas e Culturas (...)* os *coordenadores departamentais ERASMUS (...)* o *portal institucional*

ERASMUS+ (...) o ERASMUS STUDENT NETWORK (...) o Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais (...)", "No GRIM (...)", "(...) o Serviço de Relações Internacionais é a plataforma a partir da qual nós gerimos todos os nossos programas de mobilidade e portanto essa é uma estrutura de apoio a docentes e investigadores, staff não docente e estudantes in e out (...)"

Promoção/Divulgação/Acompanhamento incoming

Neste ponto quisemos saber se as IES acolhem estudantes, pessoal docente e não docente estrangeiros, perceber a que números nos estamos a referir tomando como referencia os valores dos últimos 5 anos letivos. Quisemos, também, saber se é feito um acompanhamento dos estudantes e pessoal docente e não docente estrangeiro que frequentam/ visitam as IES e de que modo é feito esse acompanhamento.

Para tal foram definidas duas (2) questões que se passam a analisar:

Questão 12 - A Instituição acolhe estudantes, pessoal docente e não docentes estrangeiros?

EI-UA -(pág. 7) "Sim."

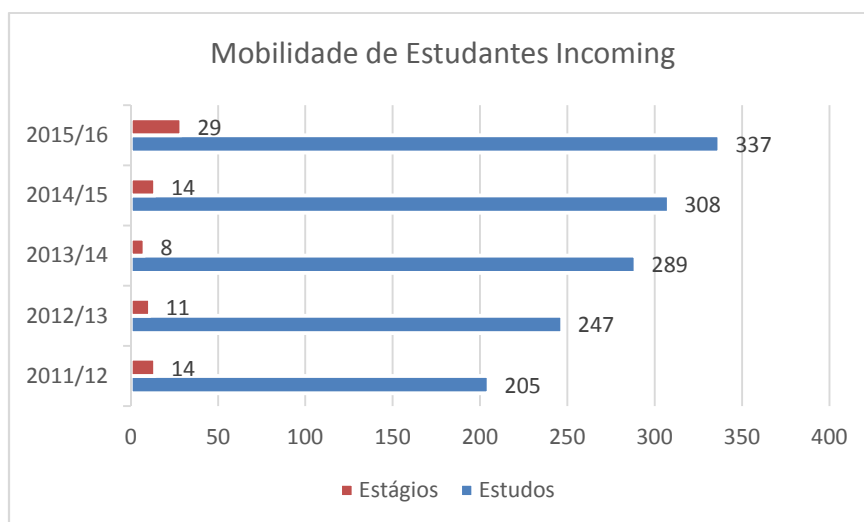
EI-UAAlg - (pág. 7) "Sim."

EI-UM- (pág. 13) "Sim."

a) Pode informar o número de estudantes que acolheram nos últimos 5 anos (2011/2012; 2012/2013; 2013/2014; 2014/2015 e 2015/2016), por nacionalidade?

Os dados que se apresentam abaixo foram fornecidos nas entrevistas mas em ficheiros anexos eu se analisaram e fizeram expressar graficamente para uma melhor compreensão.

Gráfico nr. 13 – Mobilidade de estudantes incoming para a UA



Quadro nr 7 – Proveniência dos estudantes *Incoming* da UAlg

Estudantes	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016
Alemanha (DE)	8	9	15	22	16
Argélia (DZ)	0	0	1	0	1
Angola	0	0	0	4	1
Arménia (AM)	0	0	2	0	0
Argentina (AR)	0	0	0	1	0
Austrália (AU)	0	0	1	0	12
Áustria (AT)	7	10	9	5	1
Bangladesh (BD)	4	1	3	1	1
Bélgica (BE)	8	10	10	12	15
Bielorrússia (BY)	7	7	5	4	2
Bósnia-Herzegovina (BA)	0	1	0	1	0
Brasil (BR)	135	114	107	158	169
Bulgária (BU)	2	3	2	2	1
Burkina Fasso (BF)	0	1	0	0	0
Cabo Verde	0	0	0	3	8
Camarões (CM)	1	0	1	2	2
Canadá (CA)	1	0	0	0	1
Catar (QA)	1	0	0	0	0

Estudantes	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016
Cazaquistão (KZ)	2	1	1	0	0
Chile (CL)	4	0	3	2	3
China (CN)	2	1	2	3	2
Chipre (CY)	1	1	0	1	0
Colômbia (CO)	0	1	1	0	0
Coreia do Sul	0	0	0	0	1
Costa do Marfim	0	0	0	1	0
Croácia (HR)	7	4	5	4	3
Dinamarca (DK)	0	3	2	3	2
Egito (EG)	0	3	2	1	1
Equador (EC)	0	1	0	0	0
Eslováquia (SK)	6	15	13	9	12
Eslovênia (SI)	1	2	2	7	1
Espanha (ES)	108	91	103	80	81
Estados Unidos (US)	0	1	1	2	1
Etiópia (ET)	4	1	4	1	2
Fiji (FJ)	0	0	0	1	1
Finlândia (FI)	1	0	4	5	2
Filipinas (PH)	1	1	4	3	2
França (FR)	12	10	22	18	16
Gana (GH)	1	0	0	0	1
Geórgia	0	0	0	0	1
Grécia (GR)	7	5	16	6	6
Guatemala (GU)	2	0	0	0	0
Holanda (NL)	11	11	1	3	0
Honduras (HN)	1	0	0	0	0
Hungria (HU)	1	0	0	0	1
Iémen (YE)	6	5	1	2	1
Índia (IN)	3	0	2	5	2
Indonésia (ID)	2	3	0	0	1
Irão (IR)	12	9	8	10	16
Iraque (IQ)	1	5	5	2	1
Irlanda (IE)	0	0	3	1	3
Itália (IT)	10	13	10	19	22
Japão (JP)	0	0	0	0	6
Jordânia	0	0	0	0	1
Letónia (LV)	1	2	7	11	12
Líbano (LB)	0	0	1	0	0
Lituânia (LT)	8	4	1	4	4
Luxemburgo (LU)	1	2	0	0	0
Macau	0	0	0	0	2
Macedónia (MK)	0	1	0	0	0

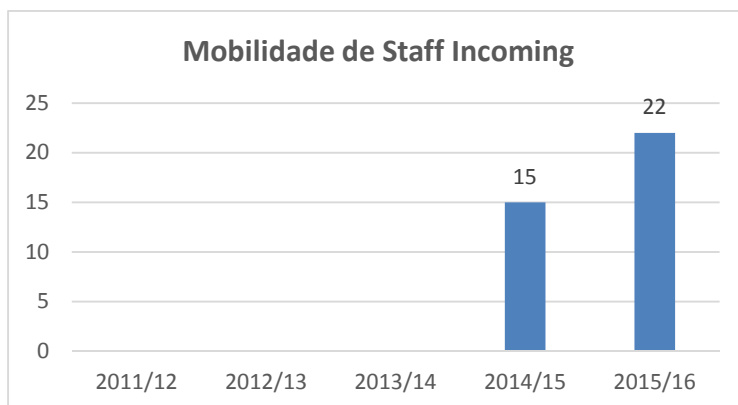
Estudantes	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016
Madagáscar	0	0	0	0	1
Malásia (MY)	0	0	1	1	0
Marrocos (MA)	0	0	0	0	7
México (MX)	3	4	6	3	7
Moldávia (MD)	11	5	2	3	0
Mongólia	0	0	0	0	1
Montenegro (ME)	0	1	0	0	0
Nepal (NP)	2	1	4	1	2
Nigéria (NG)	1	0	1	0	1
Noruega (NO)	1	0	3	4	0
Nova Zelândia (NZ)	0	0	1	0	0
Palau (PW)	0	0	1	1	0
Palestina	0	1	1	0	0
Paquistão (PK)	0	3	1	2	1
Paraguai (PR)	0	0	0	1	1
Peru (PE)	0	1	0	2	1
Polónia (PL)	27	25	44	39	36
Quénia (KE)	0	0	0	3	3
Reino Unido (UK)	0	3	2	4	3
Republica Checa (CZ)	10	9	8	13	9
Rep. Dem. Congo (CD)	0	1	1	0	0
Roméia (RO)	8	2	4	10	14
Ruanda (RW)	0	0	1	1	1
Rússia (RU)	13	11	9	4	2
Sérvia (RS)	1	2	1	2	0
Síria (SY)	0	0	0	2	1
Suécia (SE)	1	0	1	0	0
Suiça (CH)	0	1	2	1	1
Taiwan (TW)	1	0	1	0	0
Tanzânia (TZ)	1	0	0	0	0
Timor-Leste (TL)	0	0	0	1	1
Trindade e Tobago (TT)	2	1	1	0	0
Turquia (TR)	6	10	9	6	8
Ucrânia (UA)	16	8	11	14	3
Uganda (UG)	0	0	1	0	0
Uzbequistão (UZ)	1	0	0	0	0
Vietnam	0	0	0	0	2

Quadro nr 8 – Estudantes *Incoming* da U. Minho, por programa
(Dados retirados do Relatório de atividades e contas da Universidade do Minho – 2015
não há valores para o ano letivo de 2015/2016)

Programa	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
LLP Erasmus (estudos)/ Erasmus+ estudos	271	288	284	298
LLP Erasmus (estágios)/ Erasmus+ estágios	12	7	12	22
Almeida Garrett	3	5	4	6
Protocolos Brasil	151	164	144	138
Ciência sem fronteiras (CsF)	8	89	0	0
Programas de Licenciaturas Internacionais	0	27	37	0
Protocolos China	10	6	8	15
Protocolos Rússia	2	0	2	1
Protocolos México	3	2	3	1
Protocolos EUA	2	0	0	0
Protocolos Malásia	2	2	0	0
Protocolos Angola	0	0	0	2
Leonardo da Vinci	0	0	0	2
Mestrado EM Sahr	20	12	20	14
Mestrado EM Eurheo	15	11	15	8
Erasmus Mundus - ação 2/ECW	71	37	67	71
Free-Mover	0	0	0	5
Global Platform for Syrian students	0	0	6	9
Projeto ICI-ECP VIA LÁCTEA (Japão)	0	0	0	6
Swiss European Mobility Programme	0	0	0	1
IACOBUS	0	0	0	22

b) Pode informar o número de docentes que acolheram nos últimos 5 anos (2011/2012; 2012/2013; 2013/2014; 2014/2015 e 2015/2016) por nacionalidade?

Gráfico nr. 14 – Mobilidade de pessoal incoming para missão de ensino na UA



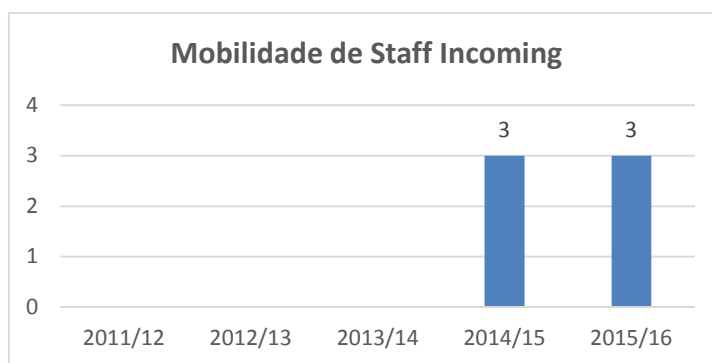
Quadro nr 9 – Proveniência do pessoal *Incoming* para ensino na UAAlg

Pessoal docente	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Alemanha (DE)	0	0	3	2	1
Austrália (AU)	0	0	0	0	1
Áustria (AT)	0	0	4	2	5
Brasil (BR)	0	0	0	0	2
Bulgária (BU)	0	0	0	4	1
Chipre (CY)	0	0	1	0	0
Eslováquia (SK)	0	0	0	0	1
Espanha (ES)	0	8	25	29	36
Finlândia (FI)	0	1	1	0	1
Grécia (GR)	0	0	1	0	0
Iémen (YE)	0	0	1	0	0
Letónia (LV)	0	0	0	0	1
Lituânia (LT)	0	0	0	1	2
Noruega (NO)	0	0	1	0	1
Polónia (PL)	0	1	2	3	7
Reino Unido (UK)	0	0	1	0	0
Republica Checa (CZ)	0	0	2	2	2
Roméia (RO)	0	0	1	2	2
Rússia (RU)	1	1	1	0	0
Suécia (SE)	0	0	0	2	0
Turquia (TR)	0	0	3	0	1
Ucrânia (UA)	1	1	1	2	0

EI_UM – “Os dados que não forem públicos não os poderemos facultar...”

c) Pode informar o número de funcionários não docentes que acolheram nos últimos 5 anos (2011/2012; 2012/2013; 2013/2014; 2014/2015 e 2015/2016) por nacionalidade?

Gráfico nr. 15 – Mobilidade de pessoal incoming para formação na UA



Quadro nr 10 - Proveniência do pessoal *Incoming* para formação na UAlg (dados fornecidos pelo GRIM apenas para os anos lectivos apresentados abaixo)

Pessoal técnico	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Alemanha (DE)	2	0	3
Áustria (AT)	0	0	1
Bélgica (BE)	0	1	1
Bielorrússia (BY)	0	1	1
Brasil (BR)	0	0	3
Eslovênia (SI)	1	0	1
Espanha (ES)	5	2	3
Finlândia (FI)	0	0	4
França (FR)	0	0	2
Irlanda (IE)	0	0	1
Itália (IT)	1	0	0
Letónia (LV)	0	0	3
Polónia (PL)	6	1	7
Reino Unido (UK)	0	0	1
Republica Checa (CZ)	0	1	1
Turquia (TR)	0	4	0

EI_UM – “Os dados que não forem públicos não os poderemos facultar...”

Questão 14 - É feito um acompanhamento dos estudantes e pessoal docente e não docente estrangeiro que frequentam/visitam a Instituição? Como é feito esse acompanhamento?

EI-UA – (págs. 7-8) *“Os estudantes estrangeiros receberam informações, orientações e apoio linguístico durante a fase de preparação para a sua estadia na UA. Aquando a nomeação de um estudante para estudar na UA, este recebe imediatamente um convite para formalizar uma candidatura junto da UA, mensagem esta que é acompanhada por toda a informação constante da lista de elementos-chave ECTS (ECTS Key Features), disponível no pacote de informações ECTS da UA. O apoio e a orientação necessários na fase de preparação para a mobilidade são garantidos a nível central por uma equipa de 2 pessoas a tempo inteiro, para questões de foro administrativo e prático. O apoio e orientação também são assegurados pelos coordenadores departamentais ERASMUS para fornecer informações adicionais sobre a oferta formativa da UA e para apoiar o preenchimento do Acordo de Aprendizagem. Além disso, a ESN tem um papel fundamental(...). A UA garante também aos estudantes ERASMUS o apoio necessário para a reservar alojamento, incluindo a possibilidade de alojamento nas residências universitárias ou em casas particulares certificadas pelos Serviços de Ação Social. Além disso, o Departamento de Línguas e Culturas promove cursos intensivos de língua portuguesa para os estudantes antes do início das aulas em Setembro (curso 4Speak).”*

EI_UAlg – (pág. 7) *“No GRIM existe um grupo de colaboradores destacados para tratar do acompanhamento dos estudantes, docentes e não docentes estrangeiros que visitam a UAlg. Este grupo trata do acolhimento antes, durante e depois do período de mobilidade, existindo procedimentos definidos consoante o tipo de mobilidade.”*

EI_UM– (pág. 5) *“(…) Nós temos sempre o cuidado de fazer um acolhimento inicial aos estudantes internacionais que é diferenciado dos alunos nacionais (...) fazemos uma semana de acolhimento, antes do início das aulas, mas a partir do primeiro dia de aulas em diante para nós são alunos da Universidade do Minho, ponto! (...)”*

(pág. 13) *“(…) um balcão de atendimento ao estudante internacional (...) um programa de tutoria por pares (...) e estamos a potenciá-la e divulgá-la pelos alunos internacionais. Na*

semana de acolhimento fazemos visitas guiadas às duas cidades, Braga e Guimarães e conhecerem os 3 campi (...) este ano estamos a fazer uma outra iniciativa, em homenagem aos 30 anos do programa Erasmus e a Universidade do Minho tem um programa em que fizemos uma iniciativa por mês para podermos assinalar os 30 anos Erasmus. A primeira iniciativa foi a inauguração do bosque Erasmus, nos dois campi, onde plantámos 30 árvores vindas dos países oriundos dos estudantes e todos os meses temos estado a desenvolver iniciativas voltadas para as comemorações destes 30 anos erasmus, vamos ter semanas internacionais, vamos ter projetos de solidariedade...eles estão a ser publicitados no nosso site.”

Analisando as respostas obtidas às questões colocadas no âmbito deste objetivo apresentamos abaixo gráficos de comparação das três IES no que respeita às mobilidades incoming de estudantes e staff para lecionar e para formação.

Chama-se especial atenção para o facto da Universidade do Minho não ter disponíveis para consulta os dados relativos à mobilidade de docentes e pessoal não docente e ao facto de que a Universidade de Aveiro apenas ter facultado essa informação relativa a 2014/2015 e 2015/2016. Assim, decidimos apresentar os dados relativos a estas mobilidades referentes ao ano letivo de 2015/2016, por ser o mais recente.

Abaixo apresenta-se um quadro resumo das percentagens de mobilidade face aos números efetivos das três IES no que diz respeito a estudantes, docentes e não docentes:

Quadro nr 11 – Percentagem de mobilidade *Incoming* nas três IES

	UAlg	% In	UMinho	% In	UAveiro	% In
Estudantes	8000	6,71%	19500	3,18%	14280	2,25%
Docentes	789	8,11%	1300	nd	900	2,44%
Não docentes	366	8,74%	800	nd	635	0,47%

Gráfico nr. 16 – Síntese da Mobilidade de estudantes *incoming* das três IES

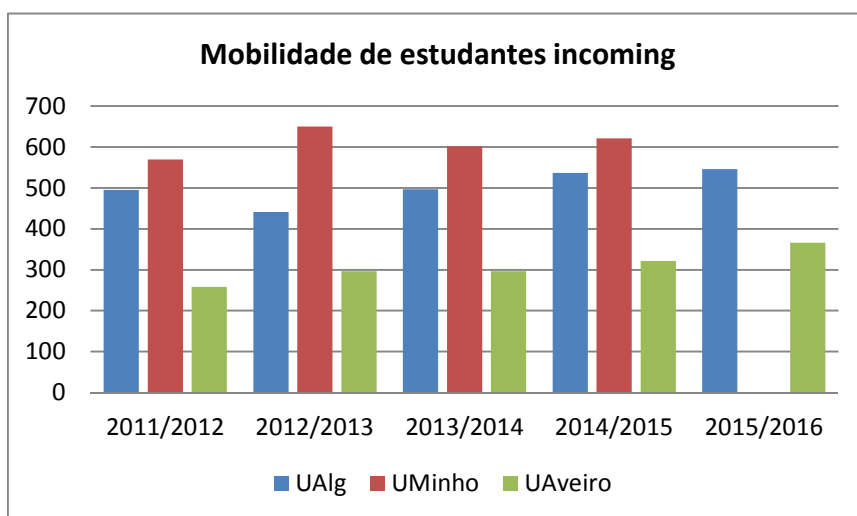


Gráfico nr. 17 – Síntese da Mobilidade de pessoal *incoming* para missões de ensino das três IES

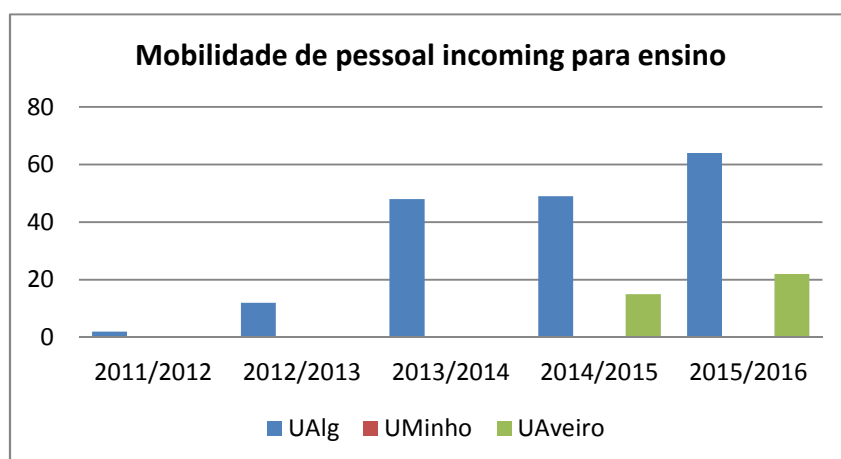
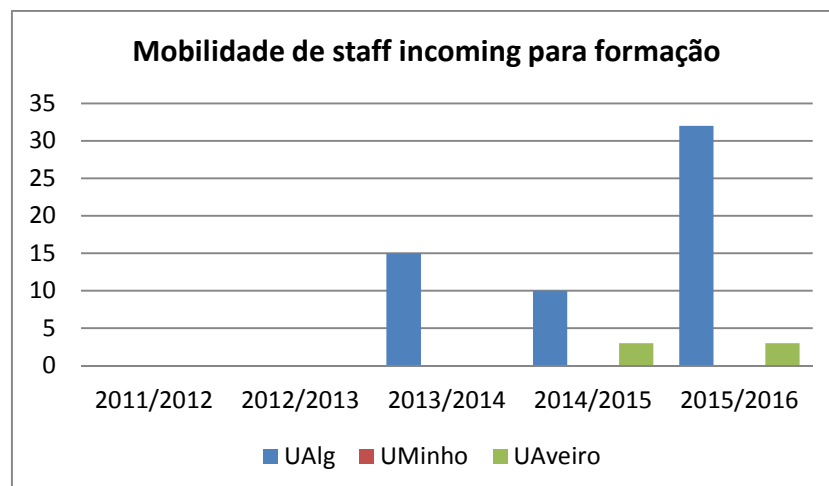


Gráfico nr. 18 – Síntese da Mobilidade de pessoal *outgoing* para formação das três IES



Ainda no contexto deste objetivo as três IES afirmaram fazer um acompanhamento dos seus estudantes, pessoal docente e não docente que frequentam ou visitam as Instituições, e são diversas as atividades realizadas e os serviços envolvidos na sua organização, como poderemos ver pelas respostas dadas pelos entrevistados: *“Os estudantes estrangeiros receberam informações, orientações e apoio linguístico (...), pacote de informações ECTS da UA (...), o apoio e orientação também são assegurados pelos coordenadores departamentais ERASMUS (...), a ESN (...), apoio necessário para a reservar alojamento (...), o Departamento de Línguas e Culturas promove cursos intensivos de língua portuguesa”, “No GRIM (...) trata do acolhimento antes, durante e depois do período de mobilidade, existindo procedimentos definidos consoante o tipo de mobilidade”, “(...) semana de acolhimento, antes do início das aulas (...), balcão de atendimento ao estudante internacional (...), programa de tutoria por pares (...), homenagem aos 30 anos do programa Erasmus (...), semanas internacionais, projetos de solidariedade”.*

1.3 – Resultados retirados da análise do Questionário aplicado aos estudantes

O questionário que foi aplicado aos estudantes tinha como objetivo recolher a opinião dos mesmos no que diz respeito às temáticas do presente estudo tentando responder ao **Objetivo 3 - Analisar se os indicadores de qualidade definidos pela A3ES estão presentes, ou não, na internacionalização praticada nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve**, e consequentemente aos sete (7) objetivos específicos definidos no âmbito deste.

Estes dados pretendem complementar os dados recolhidos através das entrevistas institucionais.

Para tal foram definidas questões dentro de cada um dos objetivos específicos e que passamos a explicitar.

Objetivo específico 1 - Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade

Questão nr. 1 - A Universidade tem implementado um Sistema Interno de Garantia da Qualidade que favorece a sua Internacionalização

Objetivo específico 2 - Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes

Questão nr. 6 - Os objetivos definidos para o curso são do conhecimento dos estudantes

Questão nr. 10 - Os professores têm competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos do curso

Questão nr. 11 - Os professores discutem contigo a tua avaliação e sugerem-te formas de melhorares o teu desempenho académico

Questão nr. 12 - Os estudantes têm uma participação ativa nos processos de decisão no que diz respeito ao ensino e a sua qualidade

Questão nr. 13 - Os resultados dos inquéritos de satisfação aplicados aos estudantes são usados para melhorar o ensino

Questão nr. 14 - O curso tem unidades curriculares lecionadas numa língua estrangeira, sem ser as unidades curriculares de língua estrangeira

Questão nr. 17 - Os estudantes estrangeiros participam no processo de avaliação tal como os estudantes nacionais

Objetivo específico 3 - Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística

Questão nr. 9 - O plano de estudos do curso contempla suficientes períodos de investigação

Objetivo específico 4 - Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes

Questão nr. 3 -A Universidade dispõe de recursos humanos suficientes (professores e funcionários) para apoiar os estudantes estrangeiros

Objetivo específico 5 - Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes

Questão nr. 2 - A Universidade dispõe dos recursos materiais necessários à frequência de estudantes estrangeiros

Questão nr. 5 - A Universidade tem materiais promocionais numa língua estrangeira

Questão nr. 7 - As instalações são adequadas ao cumprimento dos objetivos do curso

Questão nr. 8 - O curso possui os equipamentos didáticos e científicos necessários ao cumprimento dos seus objetivos

Objetivo específico 6 - Perceber se as IES dispõe de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação

Questão nr. 4 - A Universidade disponibiliza o seu site e os seus conteúdos (informação, notícias, planos curriculares, programas, etc) numa língua estrangeira

Questão nr. 18 - O curso tem uma boa taxa de empregabilidade

Objetivo específico 7 - Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização

Questão nr. 15 -O curso tem estudantes estrangeiros (ex Erasmus)

Questão nr. 16 -O curso tem professores visitantes estrangeiros a lecionar

Os questionários foram aplicados a 475 estudantes, numa amostra total de 689 estudantes inscritos nos respetivos cursos no ano letivo de 2016/2017, o que nos dá uma taxa de respostas de 68,29%.

Importante referir que os dados do número de estudantes inscritos nos respetivos cursos nos foram facultados pelos próprios Diretores de Curso e pelos secretariados dos cursos.

Houve, no entanto, algumas chamadas de atenção por parte dos Diretores de Curso no que se refere ao número de alunos inscritos face ao número de alunos que realmente vão às aulas, que é consideravelmente inferior.

O quadro abaixo dá-nos uma perspetiva global dos estudantes inscritos versus o total de respostas obtidas nas três Instituições:

Quadro nr.12- Número de estudantes que responderam ao questionário

Instituição	Nº total inscritos	Nº total respostas	% de respostas
Universidade do Algarve	115	76	66,09
Universidade de Aveiro	268	181	67,54
Universidade do Minho	306	218	71,24
Total	689	475	68,29

Mais em detalhe poderemos encontrar no quadro abaixo o número de estudantes inscritos versus número de respostas e respetivas percentagens, por curso e por ano.

Quadro nr 13 - Número de estudantes da UAlg que responderam ao questionário, por curso

Alunos Inscritos nos cursos em 2016/2017	Universidade do Algarve								
	1º ano		% res-postas	2º ano		% res-postas	3º ano		% res-postas
	Inscritos	Respostas		Inscritos	Respostas		Inscritos	Respostas	
Licenciatura em Educação Básica	32	20	62,50	22	13	59,09	26	14	53,85
Mestrado em Ciências da Educação e da Formação	na	na	na	5	1	20,00	na	na	na
Mestrado em Educação Pré-Escolar	18	18	100,00	na	na	na	na	na	na
Mestrado em Ensino de Inglês no 1º ciclo do Ensino Básico	6	5	83,33	na	na	na	na	na	na
Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º ciclo do Ensino Básico	na	na	na	6	5	83,33	na	na	na
Total	56	43	76,79	33	19	57,58	26	14	53,85

Quadro nr 14 - Número de estudantes da UA que responderam ao questionário, por curso

Alunos Inscritos nos cursos em 2016/2017	Universidade de Aveiro								
	1º ano		% res-postas	2º ano		% res-postas	3º ano		% res-postas
	Inscritos	Respostas		Inscritos	Respostas		Inscritos	Respostas	
Licenciatura em Educação Básica	51	39	76,47	50	27	54,00	55	29	52,73
Mestrado em Educação e Formação	28	20	71,43	na	na	na	na	na	na
Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º ciclo do Ensino Básico	28	22	78,57	28	24	85,71	na	na	na
Mestrado em Ensino de Inglês no 1º ciclo do Ensino Básico	12	8	66,67	na	na		na	na	na
Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º ciclo do Ensino Básico	6	3	50,00	10	9	90,00	na	na	na
Total	125	92	73,6	88	60	68,18	55	29	52,73

Quadro nr 15 - Número de estudantes da U. Minho que responderam ao questionário, por curso

Alunos Inscritos nos cursos em 2016/2017	Universidade do Minho								
	1º ano		% res-postas	2º ano		% res-postas	3º ano		% res-postas
	Inscritos	Respostas		Inscritos	Respostas		Inscritos	Respostas	
Licenciatura em Educação Básica	55	33	60,00	54	29	53,70	58	32	55,17
Mestrado em Ciências da Educação: Administração Educacional	19	18	94,74	na	na	na	na	na	na
Mestrado em Ciências da Educação: Des. Cur. E Inov. Educativa	16	15	93,75	na	na	na	na	na	na
Mestrado em Ciências da Educação: Tecnologia Educativa	16	14	87,50	na	na	na	na	na	na
Mestrado em Educação Pré-Escolar	18	15	83,33	na	na	na	na	na	na
Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º ciclo do Ensino Básico	19	16	84,21	23	21	91,30	na	na	na
Mestrado em Ensino de Inglês no 1º ciclo do Ensino Básico	6	6	100,00	12	10	83,33	na	na	na
Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º ciclo do Ensino Básico	na	na	na	10	9	90,00	na	na	na
Total	149	117	78,52	99	69	69,70	58	32	55,17

Duas notas importantes:

1) as células em que se encontra o valor na (não aplicável), quer dizer que não foram aplicados os questionários a estes cursos e anos pois os mesmos não estavam em períodos de aulas, na altura em que foram aplicados os questionários;

2) o Mestrado em Ciências da Educação e da Formação ministrado pela Universidade do Algarve não abriu vagas para o 1º ano e as cinco estudantes inscritas no 2º ano já não se encontravam em período de aulas, pelo que foram contactadas por email tendo-se obtido apenas uma resposta online, ainda assim, a aluna identificou o seu curso mal pelo que ficou colocada a resposta como sendo do Mestrado em Educação e Formação.

Tal como já foi referido os questionários foram aplicados em sala de aula, introduzidos manualmente pela investigadora no formulário online criado para o efeito em Google docs e analisados posteriormente em SPSS (Statistical Software for Social Sciences).

Com o intuito de se medir a fiabilidade e/ou consistência dos itens que compõe este questionário aplicou-se o **alfa de Cronbach**, cujo valor, sendo de **0.864**, conduz-nos a uma boa adjectivação deste conjunto de perguntas ajuizando-se um bom fundamento para a validação deste instrumento.

De acordo com Streiner (2003), o valor mínimo aceitável para o alfa é 0,70; abaixo desse valor a consistência internada escala utilizada é considerada baixa. Em contrapartida, o valor máximo esperado é 0,90; acima deste valor, pode-se considerar que há redundância ou duplicação, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um constructo; portanto, os itens redundantes devem ser eliminados. Usualmente, são preferidos valores de alfa entre 0,80 e 0,90.

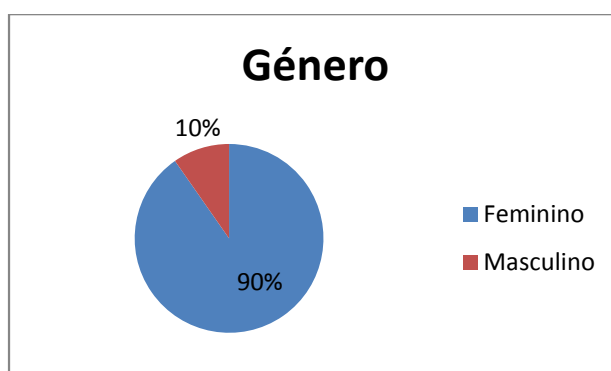
Seguidamente passaremos a fazer a caracterização da amostra dos respondentes de acordo com género, idade, distrito a que pertencem, Instituição, curso, ano, ciclo de estudos.

Destaca-se que, de um total de 475 respostas, obtivemos 429 respostas de estudantes do sexo feminino e 46 do sexo masculino. O facto de este instrumento ter sido passado em cursos de educação, vocacionados principalmente para o ensino, mostra-nos que curiosamente há uma esmagadora maioria de estudantes do sexo feminino a frequentar estes cursos.

Quadro nr 16 – Género dos estudantes que responderam ao questionário

Género	Número de estudantes	%
Feminino	429	90,3
Masculino	46	9,7
Total	475	100

Gráfico nr. 19 – Género dos estudantes entrevistados

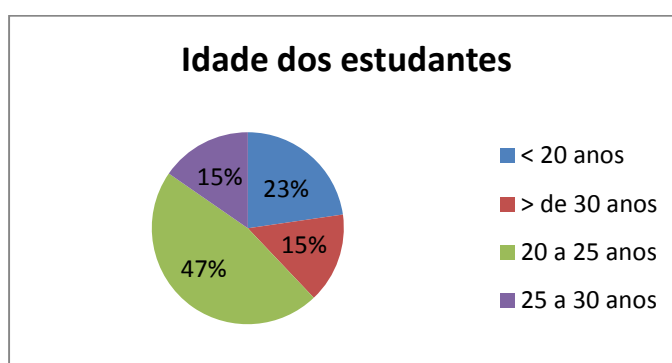


Outro aspeto que nos pareceu de interesse para fazer a caracterização dos estudantes inquiridos foi a sua idade. Assim, pode-se ver pelo quadro abaixo a grande maioria se concentra entre os 20 e os 25 anos de idade.

Quadro nr 17 – Faixa etária dos estudantes que responderam ao questionário

Idade	Número de estudantes	%
< 20 anos	108	22,7
> de 30 anos	72	15,2
20 a 25 anos	222	46,7
25 a 30 anos	73	15,4
Total	475	100,0

Gráfico nr.20 – Distrito a que pertencem os estudantes entrevistados na UA



Pareceu-nos importante fazer uma caracterização da proveniência dos estudantes inquiridos para ver se haveria uma percentagem considerável de estudantes deslocados a estudar nas IES estudadas.

Abaixo segue a proveniência dos estudantes, onde podemos verificar que as grandes dimensões são efetivamente dos distritos das três IES: Braga, Aveiro e Faro. Complementarmente, o Porto aparece como quarto indicador muito provavelmente pela proximidade com as Universidades do Minho e Aveiro.

Quadro nr 18 – Distrito a que pertencem os estudantes que responderam ao questionário

Distrito	Número de estudantes	%
Aveiro	130	27,4
Beja	5	1,1
Braga	204	42,9
Castelo Branco	1	0,2

Distrito	Número de estudantes	%
Coimbra	5	1,1
Évora	1	0,2
Faro	68	14,3
Leiria	3	0,6
Lisboa	4	0,8
Outro	4	0,8
Porto	41	8,6
Santarém	1	0,2
Viana do Castelo	3	0,6
Vila Real	2	0,4
Viseu	3	0,6
Total	475	100,0

Gráfico nr.21 – Distrito a que pertencem os estudantes entrevistados na UA

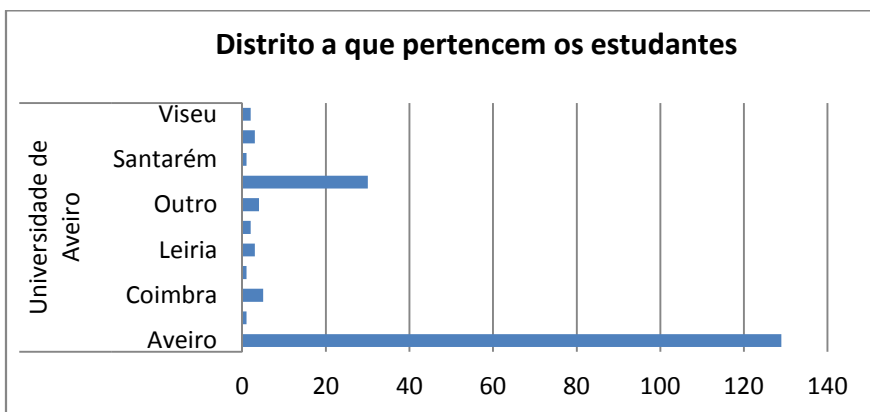


Gráfico nr.22 – Distrito a que pertencem os estudantes entrevistados na UM

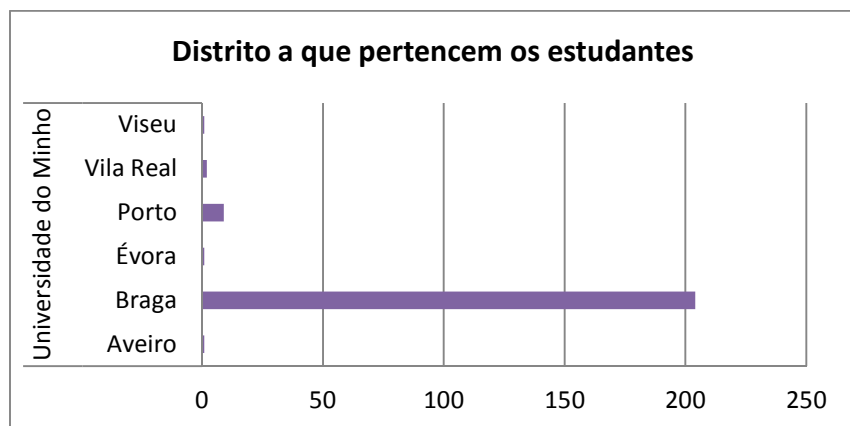
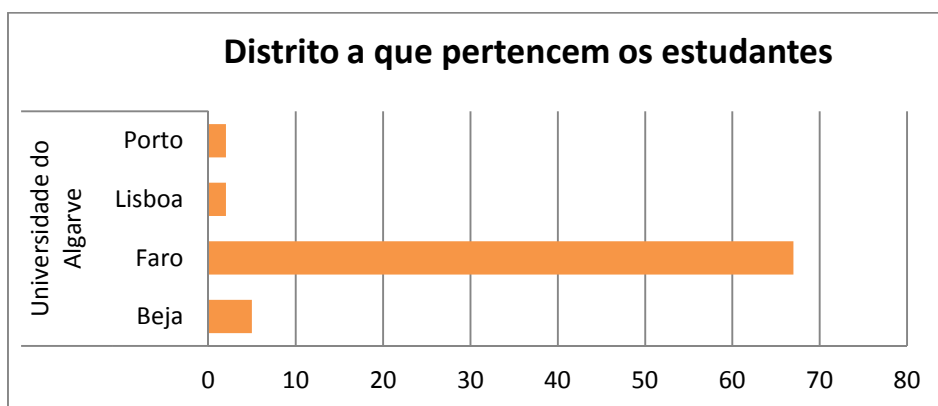


Gráfico nr.23 – Distrito a que pertencem os estudantes entrevistados na UAlg



Nos quadros abaixo poder-se-á ter uma noção da distribuição dos alunos por cursos e por Instituição. Há, efetivamente, uma grande contribuição por parte dos alunos do curso de 1º ciclo do Ensino Básico, para as respostas recolhidas.

Quadro nr 19 – Cursos de proveniência dos estudantes que preencheram o questionário

IES	Curso	Numero de alunos	%
Universidade de Aveiro	Educação Básica	95	52,5
	Mestrado em Educação e Formação	20	11,0
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º ciclo do Ensino Básico	46	25,4
	Mestrado em Ensino de Inglês no 1º ciclo do Ensino Básico	8	4,4
	Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º ciclo do Ensino Básico	12	6,6
	Total		181
Universidade do Algarve	Educação Básica	47	61,8
	Mestrado em Educação e Formação	1	1,3
	Mestrado em Educação Pré-Escolar	18	23,7
	Mestrado em Ensino de Inglês no 1º ciclo do Ensino Básico	5	6,6
	Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º ciclo do Ensino Básico	5	6,6
	Total		76
Universidade do Minho	Educação Básica	94	43,1
	Mestrado em Ciências da Educação	47	21,6

IES	Curso	Numero de alunos	%
	Mestrado em Educação Pré-Escolar	15	6,9
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º ciclo do Ensino Básico	37	17,0
	Mestrado em Ensino de Inglês no 1º ciclo do Ensino Básico	16	7,3
	Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º ciclo do Ensino Básico	9	4,1
	Total	218	100,0

Através dos gráficos poder-se-á ter uma leitura mais ampla por Instituição:

Gráfico nr.24 – Curso de proveniência dos estudantes entrevistados na UA

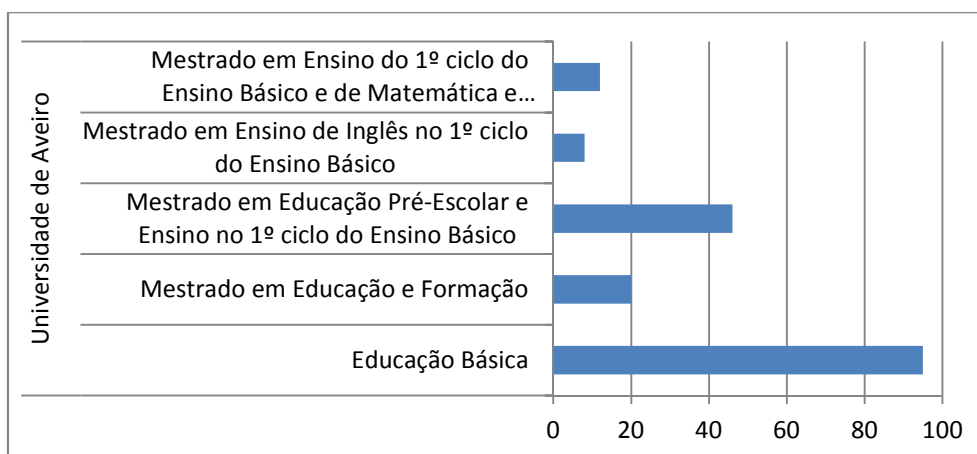


Gráfico nr.25 – Curso de proveniência dos estudantes entrevistados na UAlg

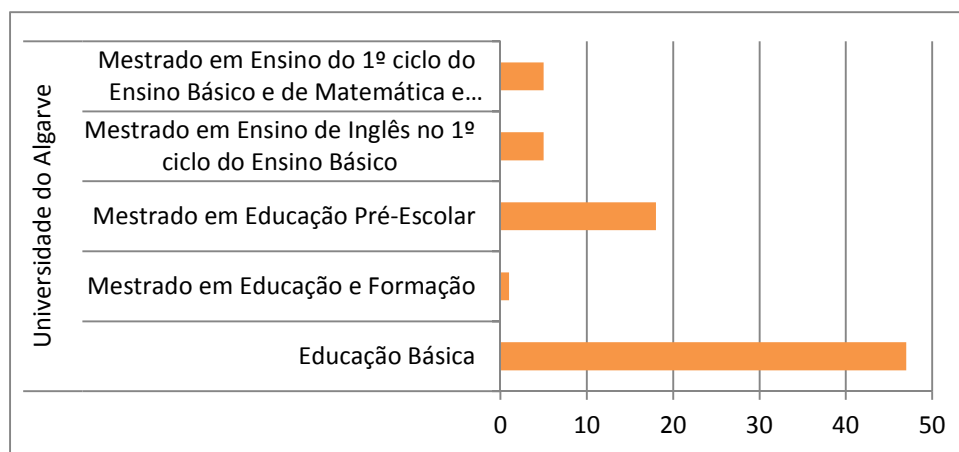
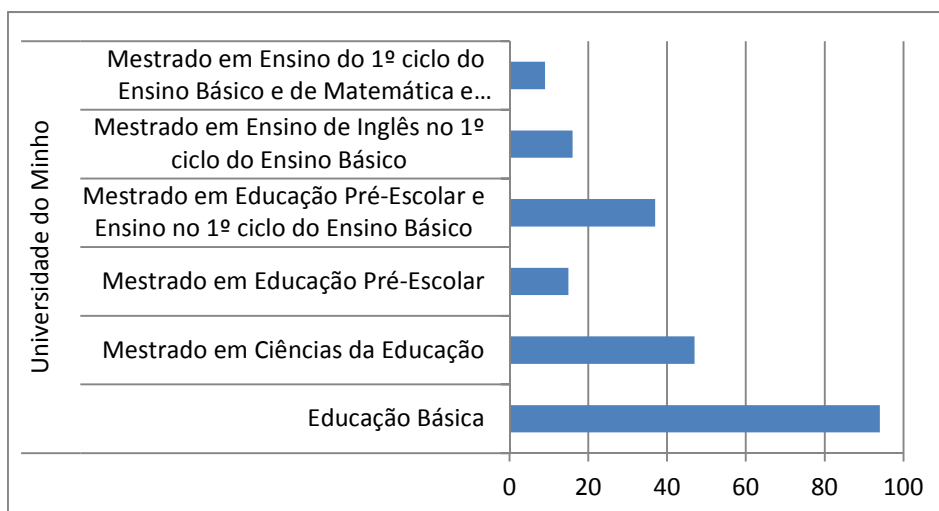


Gráfico nr.26 – Curso de proveniência dos estudantes entrevistados na UM

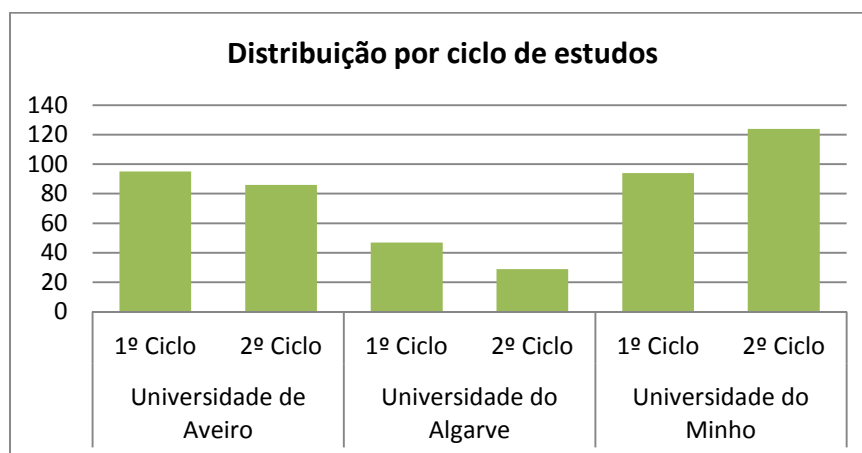


No que diz respeito à sua distribuição por ciclo de estudos podemos observar que a maioria dos alunos são alunos de Licenciatura, ou seja, alunos de 1º ciclo. Apenas a Universidade do Minho se destaca com mais alunos o 2º ciclo. Esta situação explica-se, muito provavelmente, pelo facto de terem sido aplicados questionários a cinco Mestrados e num deles a amostra foi muito significativa na medida em que se encontram a funcionar três especialidades.

Quadro nr 20 – Ciclo de estudos a que pertencem os estudantes que preencheram o questionário

IES	Ciclo de estudos	Numero de alunos	%
Universidade de Aveiro	1º Ciclo	95	52,5
	2º Ciclo	86	47,5
	Total	181	100,0
Universidade do Algarve	1º Ciclo	47	61,8
	2º Ciclo	29	38,2
	Total	76	100,0
Universidade do Minho	1º Ciclo	94	43,1
	2º Ciclo	124	56,9
	Total	218	100,0

Gráfico nr.27 – Distribuição dos estudantes por ciclo de estudos

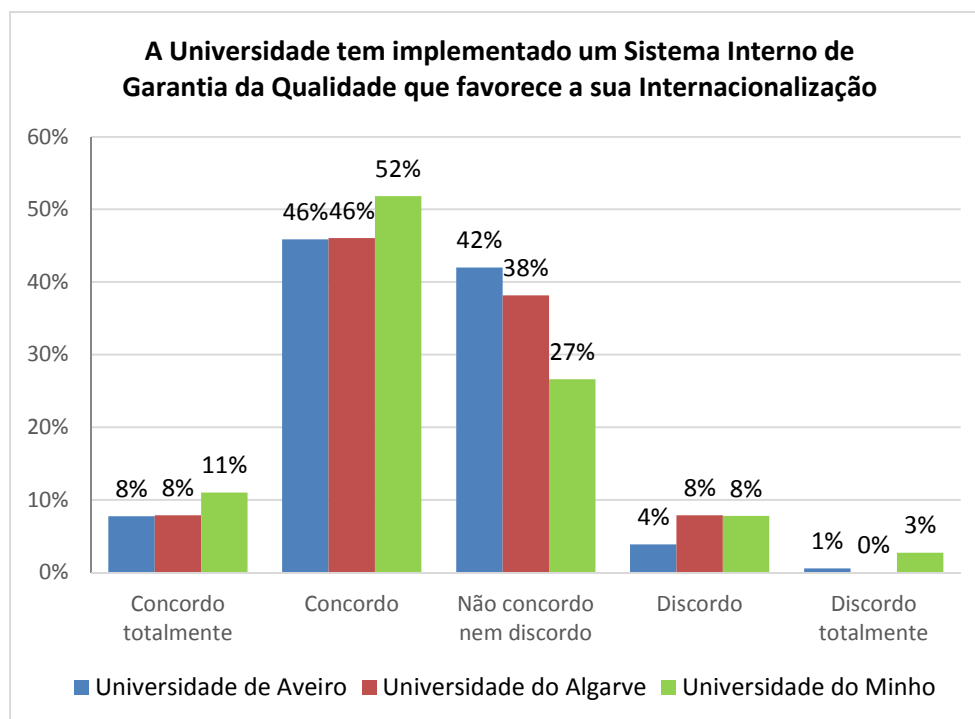


Dando início à análise efetiva das respostas dos estudantes face às questões que lhes foram colocadas e, pretendendo responder ao **objetivo específico 1 - Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade**, foi colocada a seguinte questão:

Questão nr. 1 - A Universidade tem implementado um Sistema Interno de Garantia da Qualidade que favorece a sua Internacionalização

Pelo gráfico abaixo observa-se que, globalmente, nas três Instituições, a maioria dos estudantes concorda com esta questão, demonstrando ter conhecimento da existência de um Sistema Interno de Garantia de Qualidade na sua Instituição e, paralelamente, que este favorece a sua Internacionalização. Destaca-se a Universidade do Minho com uma percentagem média de 52% na opção do concordo face aos 46% das Universidades do Algarve e Aveiro.

Gráfico nr. 28 – Respostas obtidas à Questão nr. 1: A Universidade tem implementado um Sistema Interno de Garantia da Qualidade que favorece a sua Internacionalização



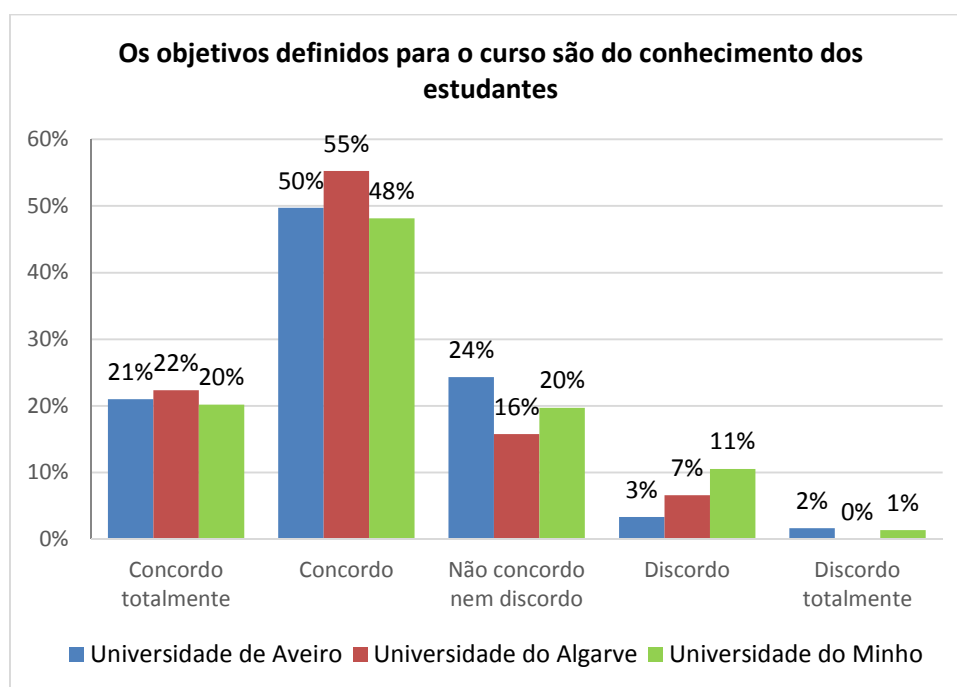
Observando-se um conhecimento generalizado sobre os Sistemas Internos de Garantia de Qualidade por parte dos estudantes inquiridos passámos à análise do **objetivo específico 2 - Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes**

Para dar uma resposta mais ampla a este objetivo, que abarca as grandes questões da qualidade da oferta formativa e, paralelamente, a garantia da qualidade da aprendizagem dos estudantes, foram colocadas sete questões aos estudantes, que passaremos a analisar individualmente.

Questão nr. 6 - Os objetivos definidos para o curso são do conhecimento dos estudantes

Abaixo apresentamos os resultados obtidos das respostas dos estudantes no que diz respeito ao seu conhecimento sobre os objetivos que foram definidos para os seus cursos. Salienta-se a grande percentagem de alunos, nas três IES, que demonstram concordar totalmente e concordar com esta questão/afirmação, verificando-se que este tema é do conhecimento geral dos estudantes dos cursos inquiridos.

Gráfico nr. 29 – Respostas obtidas à Questão nr. 6: Os objetivos definidos para o curso são do conhecimento dos estudantes

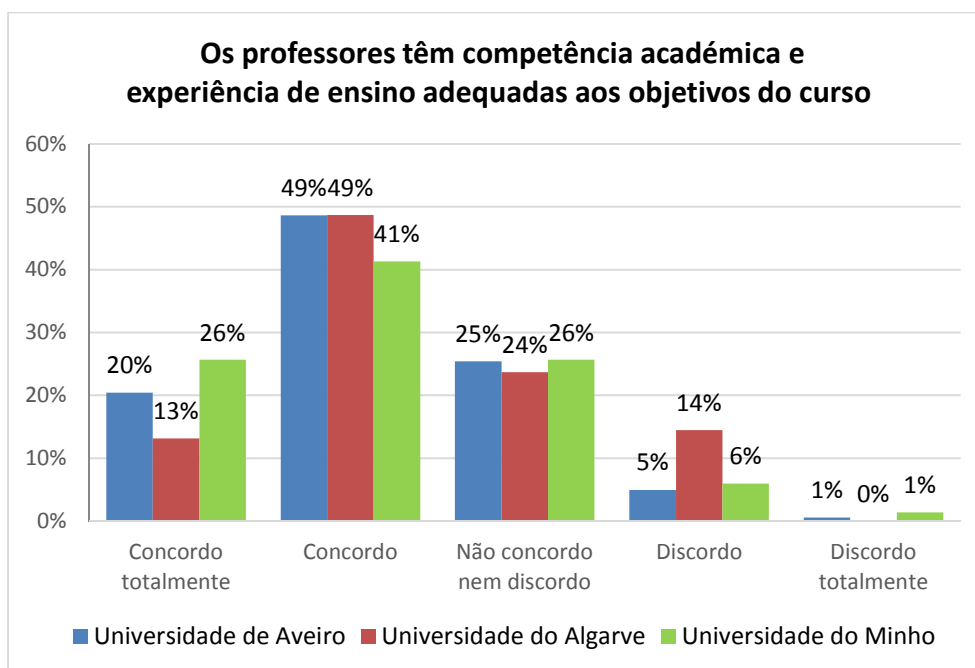


Ainda no contexto da qualidade do ensino-aprendizagem colocou-se aos estudantes a questão abaixo:

Questão nr. 10 - Os professores têm competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos do curso

Os resultados demonstram, uma vez mais, que a grande maioria dos estudantes concorda ou concorda totalmente que os seus professores têm competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos dos cursos que frequentam. Também se verifica que a Universidade do Algarve apresenta uns valores um pouco mais baixos na opção do concordo totalmente (14%) e uns valores mais altos na opção discordo (15%) face às outras duas IES.

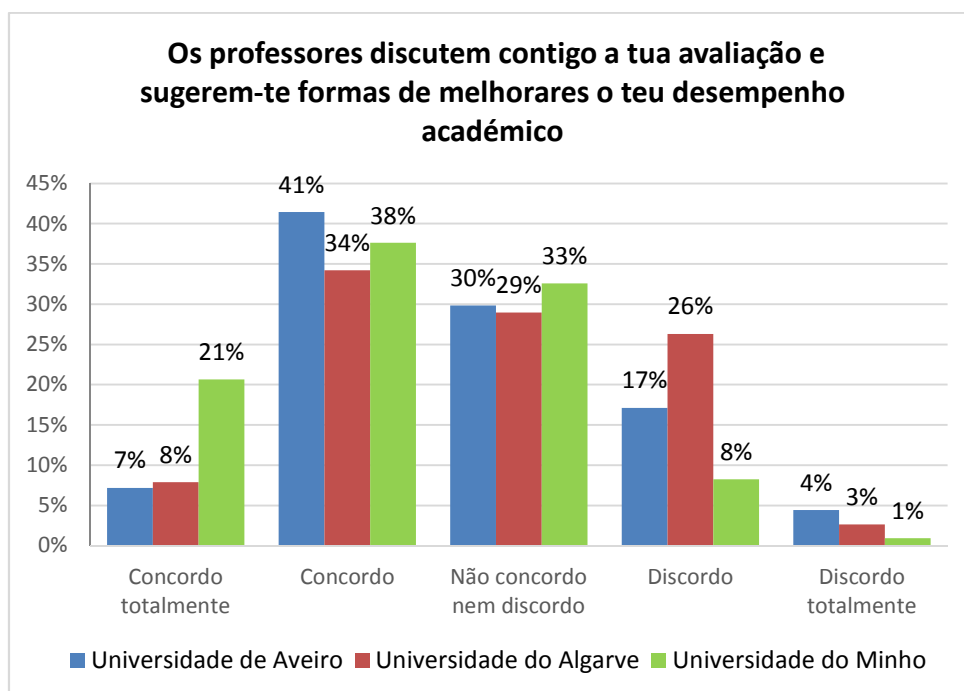
Gráfico nr. 30 – Respostas obtidas à Questão nr. 10: Os professores têm competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos do curso



Questão nr. 11 - Os professores discutem contigo a tua avaliação e sugerem-te formas de melhorares o teu desempenho académico

Complementarmente à questão anterior colocada aos estudantes e que pretendia aferir se a competência académica e experiência de ensino dos seus professores era adequada aos objetivos dos cursos, quisemos perceber se estes (os professores) discutem as avaliações dos seus estudantes e se lhes sugerem formas de melhorarem o seu desempenho.

Gráfico nr. 31 – Respostas obtidas à Questão nr. 11 - Os professores discutem contigo a tua avaliação e sugerem-te formas de melhorares o teu desempenho académico



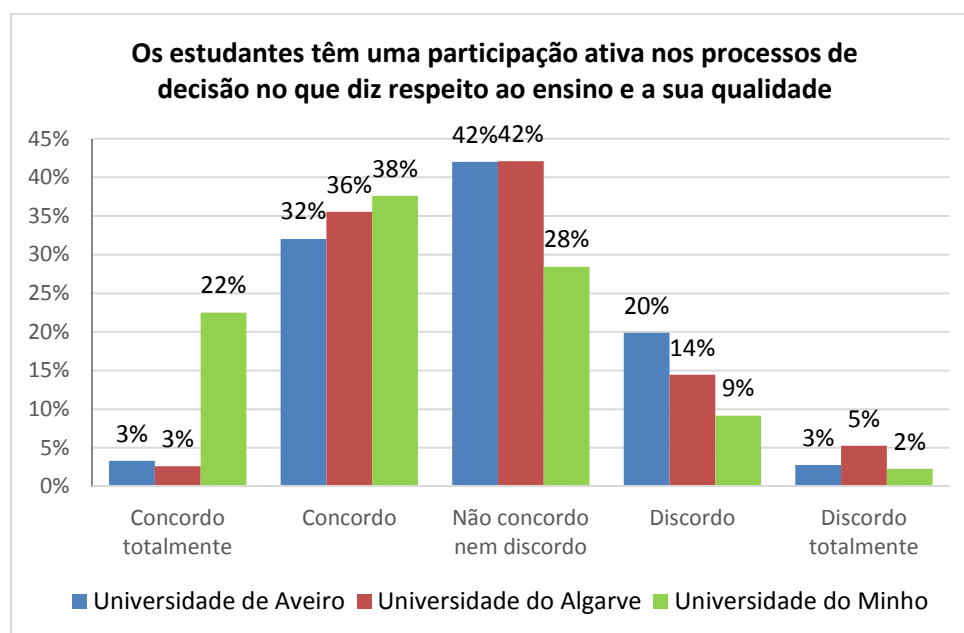
Os resultados obtidos mostram que a maioria dos estudantes concorda que sim, contudo, há também uma grande concentração de respostas na opção não concordo nem discordo e os valores apresentados pela Universidade do Algarve na opção discordo (26%) vêm corroborar a resposta dada na pergunta anterior, onde, curiosamente os estudantes haviam respondido em número maior à opção do discordo (14%) em comparação com o concordo totalmente, com a questão de os professores terem competência académica e experiência de ensino adequadas aos objetivos dos cursos.

Estas duas questões estão relacionadas pelo que os dados obtidos nas respostas dos estudantes das três IES demonstram exatamente isso.

Questão nr. 12 - Os estudantes têm uma participação ativa nos processos de decisão no que diz respeito ao ensino e a sua qualidade

Neste fio condutor, de tentar perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa assim como das aprendizagens dos seus estudantes, pareceu-nos importante entender se os estudantes têm uma opinião formada sobre a sua participação nos processos de decisão, no que diz respeito ao ensino e à sua qualidade.

Gráfico nr. 32 – Respostas obtidas à Questão nr. 12 - Os estudantes têm uma participação ativa nos processos de decisão no que diz respeito ao ensino e a sua qualidade



Os valores obtidos mostram que a grande maioria dos estudantes não têm uma opinião formada sobre este tema, ou seja, a sua perceção é de que não sabem se

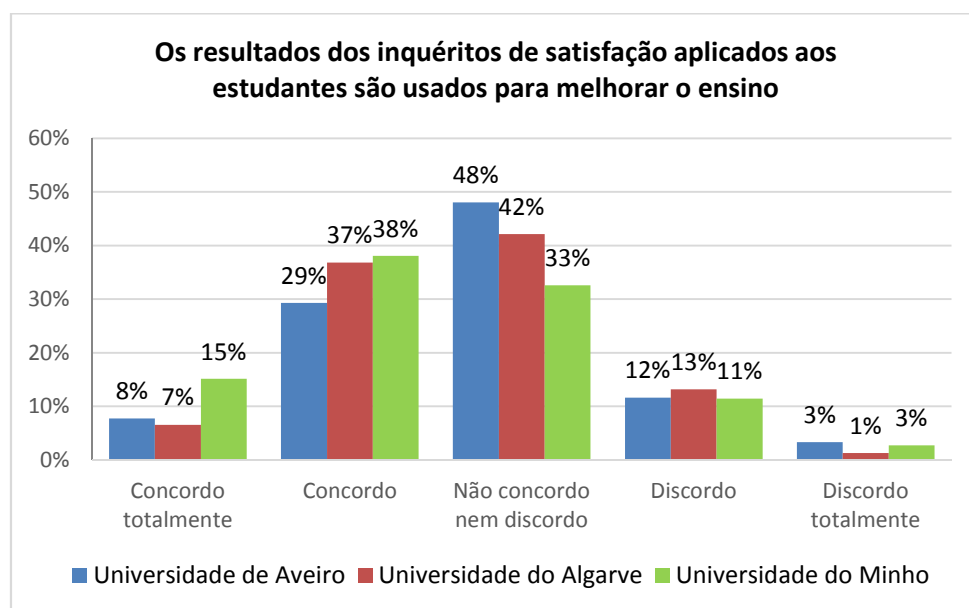
a sua participação é uma participação ativa ou não no que diz respeito às tomadas de decisão e, conseqüentemente, na qualidade do seu ensino.

Há um valor que se destaca pela positiva tendo obtido 22% de respostas concordo totalmente e que provem dos estudantes da Universidade do Minho. A Universidade do Minho apresenta 60% das suas respostas nas opções do concordo totalmente e do concordo, o que vem apenas salientar a já implementada política de qualidade desta Instituição.

Questão nr. 13 - Os resultados dos inquéritos de satisfação aplicados aos estudantes são usados para melhorar o ensino

No seguimento da questão anterior também se verifica que quando questionados sobre se os resultados dos inquéritos de satisfação que lhes são aplicados relativamente ao seu ensino, a grande concentração de respostas se encontra na opção não concordo nem discordo.

Gráfico nr. 33 – Respostas obtidas à Questão nr. 13 - Os resultados dos inquéritos de satisfação aplicados aos estudantes são usados para melhorar o ensino

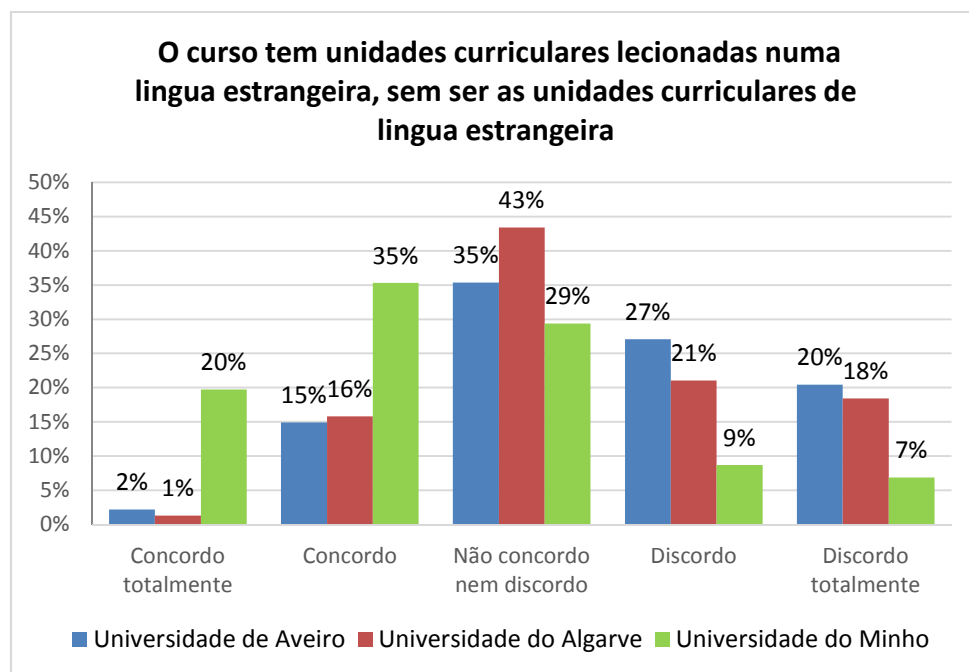


Uma vez mais, corrobora-se o resultado da questão anterior, ou seja, os estudantes consideram que a sua participação nos processos de avaliação ou de tomada de decisão não será muito tida em consideração pelas suas IES à exceção, uma vez mais e também na linha das respostas obtidas na questão anterior, dos estudantes da Universidade do Minho que concentra novamente 53% das suas respostas nas opções do concordo totalmente (15%) e do concordo (38%).

Questão nr. 14 - O curso tem unidades curriculares lecionadas numa língua estrangeira, sem ser as unidades curriculares de língua estrangeira

Complementarmente considerou-se importante saber se os cursos frequentados por estes estudantes oferecem unidades curriculares numa língua estrangeira e, a análise das respostas mostra-nos que a Universidade do Algarve apresenta respostas tendencialmente mais neutras (não concordo nem discordo com 43% de respostas) ou mesmo negativas (discordo 21% e discordo totalmente 18%) em oposição à Universidade do Minho, que apresenta valores maioritariamente positivos (concordo totalmente 20% e concordo 35%), como se pode constatar pelo gráfico abaixo.

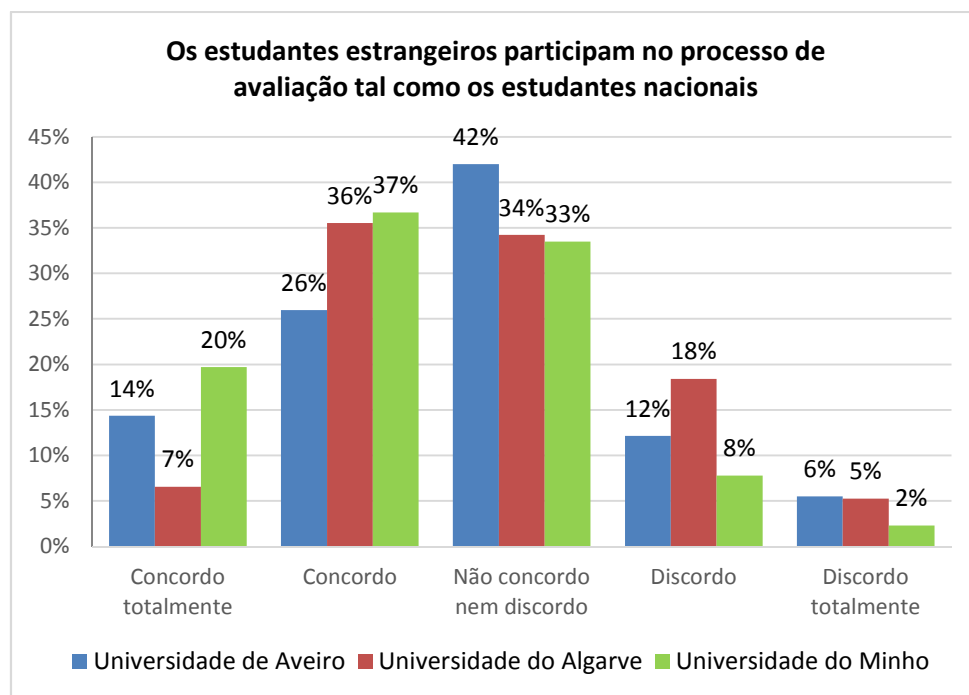
Gráfico nr. 34 – Respostas obtidas à Questão nr. 14 - O curso tem unidades curriculares lecionadas numa língua estrangeira, sem ser as unidades curriculares de língua estrangeira



Questão nr. 17 - Os estudantes estrangeiros participam no processo de avaliação tal como os estudantes nacionais

Nesta linha é, também, importante perceber qual a perceção que os estudantes inquiridos têm sobre a participação dos seus colegas internacionais no processo de avaliação. Assim, foi-lhes questionado se consideram que estes tenham uma ação participativa no processo de avaliação à semelhança dos estudantes nacionais. Curiosamente, a Universidade do Minho volta a destacar-se positivamente (20% de respostas concordo totalmente) face principalmente à Universidade do Algarve (que contou com apenas 7% de respostas nesta mesma opção). Em extremos opostos, na opção do discordo voltam a contrastar estas duas Instituições, com valores de 18% para a Universidade do Algarve e apenas 8% da amostra a discordar com esta questão.

Gráfico nr. 35 – Respostas obtidas à Questão nr. 17 - Os estudantes estrangeiros participam no processo de avaliação tal como os estudantes nacionais



Maioritariamente, as respostas dadas às questões colocadas no contexto deste objetivo – sobre como as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes – concentram-se nas opções do concordo e não concordo nem discordo, o que num panorama global mostra que os estudantes têm conhecimento sobre os objetivos dos seus cursos; que consideram que os seus professores têm competência académica para o desempenho das suas funções no âmbito do curso; que os estudantes nacionais e internacionais estão envolvidos no processo de garantia da qualidade dos seus cursos; que há oferta de unidades curriculares numa língua estrangeira nestes cursos e que os seus pares internacionais também participam nos processos de avaliação.

Por comparação média, mediante um teste não paramétrico Kruskal-Wallis, constatou-se diferenciação estatisticamente significativas entre as três Instituições no que diz respeito a este objetivo e à perceção dos estudantes nas questões da garantia da qualidade da sua oferta formativa e das suas aprendizagens ($p= 0,000 < 0,05$).

Objetivo específico 3 - Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística

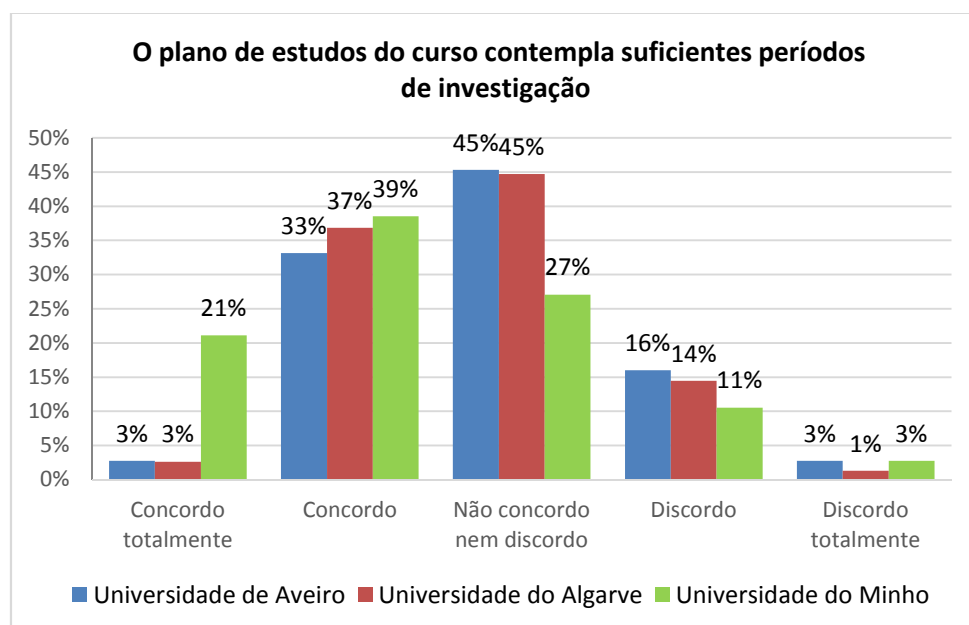
Uma vez que a investigação se afigura como um dos aspetos importantes quando se mede a qualidade e a internacionalização de uma Instituição de Ensino Superior e, complementarmente às entrevistas realizadas a nível institucional sobre este tema, considerou-se importante abordar esta questão junto dos estudantes mas de uma forma mais subtil e apenas direcionada aos seus cursos.

Assim, colocou-se a questão abaixo aos estudantes:

Questão nr. 9 - O plano de estudos do curso contempla suficientes períodos de investigação

Pela análise do gráfico pode-se, uma vez mais, constatar que a maioria das respostas se concentra na resposta não concordo nem discordo, à exceção uma vez mais, da Universidade do Minho, que se destaca pela positiva com um total de 60% de respostas positivas – 21% concordo totalmente e 39% concordo.

Gráfico nr. 36 – Respostas obtidas à Questão nr. 9 - O plano de estudos do curso contempla suficientes períodos de investigação



Nesta questão há uma ordem de grandeza da Universidade do Minho de cerca de um quinto face a aproximadamente de 0,5% nas Universidades de Aveiro e do Algarve na opção do concordo totalmente. Isto demonstra uma maior preocupação por parte desta IES em proporcionar investigação aos seus estudantes durante o seu percurso académico.

Objetivo específico 4 - Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes

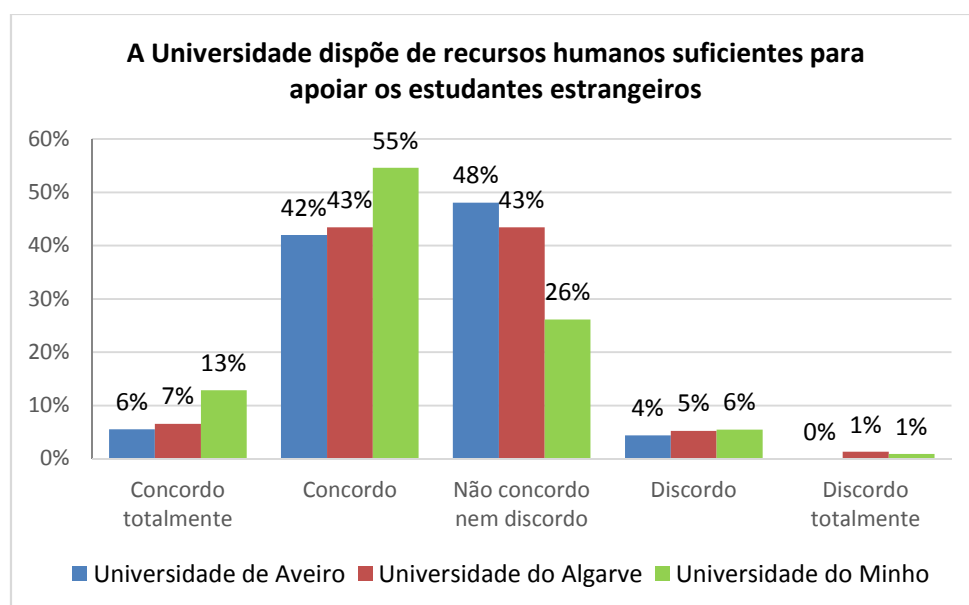
Por forma a recolher a opinião dos estudantes sobre a existência de recursos humanos nas suas IES, seja pessoal docente seja pessoal não docente, e se consideram que estes são suficientes para dar resposta às solicitações dos seus colegas internacionais, foi-lhes colocada exatamente essa questão:

Questão nr. 3 - A Universidade dispõe de recursos humanos suficientes para apoiar os estudantes estrangeiros

As respostas obtidas remetem-nos, uma vez mais, para uma maioria de respostas neutras (não concordo nem discordo) e, uma vez mais, na mesma linha das respostas anteriores, a Universidade do Minho se destaca positivamente, com 13% de respostas de concordo totalmente e 55% concordo, ficando com um total de 68% de respostas positivas por parte dos seus estudantes.

Nesta questão há uma ordem de grandeza da Universidade do Minho de cerca do dobro face às Universidades de Aveiro e do Algarve na opção do concordo totalmente. Uma vez mais estas respostas demonstram que a Universidade do Minho dispõe de mais recursos humanos, na opinião dos seus estudantes, para dar resposta às solicitações do seu público internacional.

Gráfico nr. 37 – Respostas obtidas à Questão nr. 3 - Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes



Objetivo específico 5 - Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes

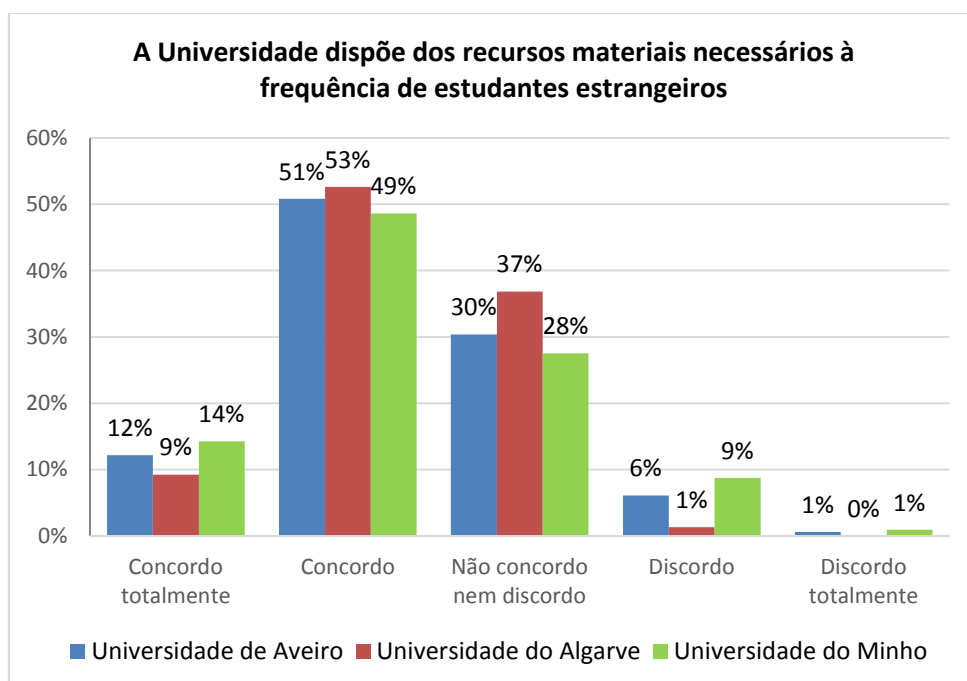
Depois de inquirir os estudantes sobre os recursos humanos passou-se aos recursos materiais. Assim, foram delineadas quatro questões e que pretendem dar uma visão global das IES, desde os seus próprios recursos materiais, aos recursos materiais de promoção da Instituição, às instalações e equipamentos dos cursos frequentados pelos estudantes inquiridos.

Assim, começou-se por questionar:

Questão nr. 2 - A Universidade dispõe dos recursos materiais necessários à frequência de estudantes estrangeiros

As respostas a esta questão são na sua generalidade positivas atingindo a Universidade do Algarve a maior percentagem de respostas na opção concordo (53%). Paralelamente, a Universidade do Minho apresenta valores mais altos de resposta na opção do concordo totalmente (14%) comparativamente com os 9% da Universidade do Algarve. Curiosamente quando somadas as duas opções positivas as três Instituições ficam com valores muito aproximados: UAlg – 62% e UA e UM com 63%.

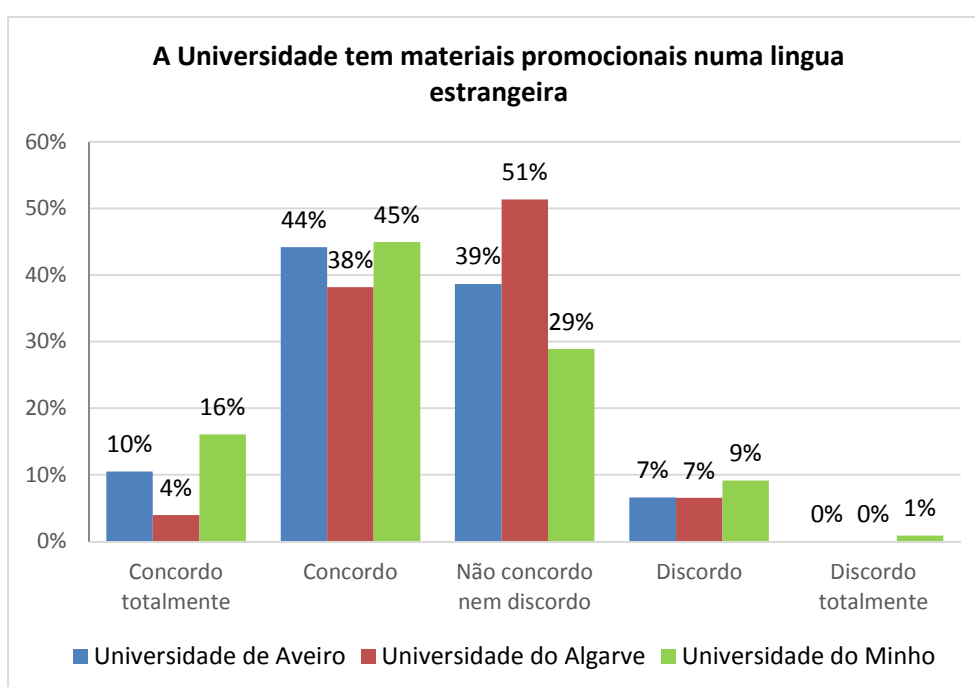
Gráfico nr. 38 – Respostas obtidas à Questão nr. 2 - A Universidade dispõe dos recursos materiais necessários à frequência de estudantes estrangeiros



Questão nr. 5 - A Universidade tem materiais promocionais numa língua estrangeira

Ainda esta linha questionou-se sobre a existência nas suas IES de materiais promocionais numa língua estrangeira tendo-se obtido a maior concentração de respostas dos estudantes dizendo que concordam que as suas IES têm estes materiais. Apenas a Universidade do Algarve apresenta maiores valores de resposta dos seus estudantes na opção neutra (não concordo nem discordo).

Gráfico nr. 39 – Respostas obtidas à Questão nr. 5 - A Universidade tem materiais promocionais numa língua estrangeira



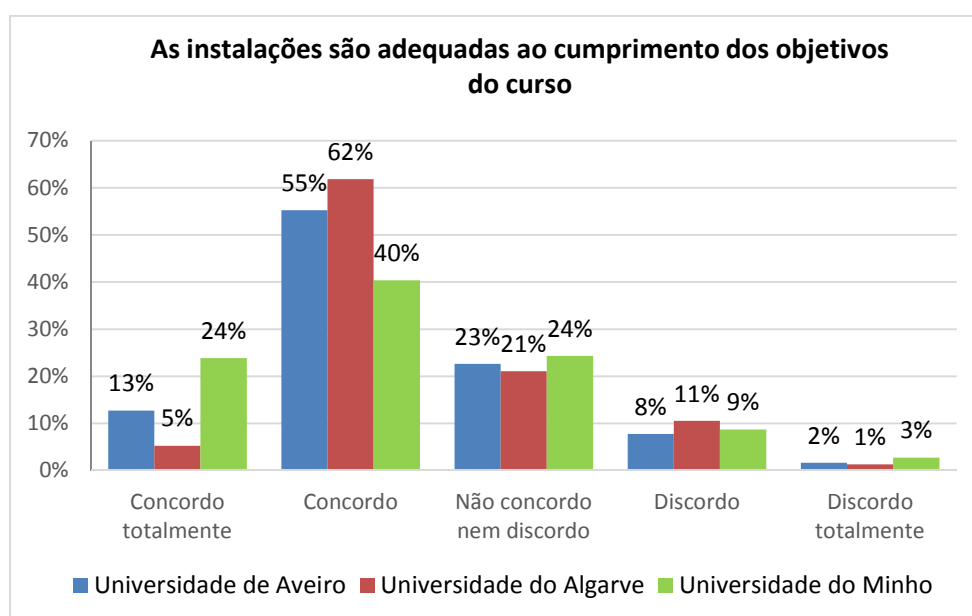
Questão nr. 7 - As instalações são adequadas ao cumprimento dos objetivos do curso

De extrema importância é perceber se os estudantes consideram que as instalações das suas Instituições são adequadas aos objetivos dos seus cursos. Assim, questionaram-se os estudantes sobre esse tema e as respostas foram muito positivas tendo neste ponto a Universidade do Algarve assumido um

destaque positivo no número de respostas positivas tendo atingido 62% de respostas na opção concordo.

Globalmente, as respostas dadas pelos estudantes das três IES demonstram valores muito idênticos quando somadas as respostas positivas: UAlg – 67%; UM – 66% e UA – 68%, tendo a Universidade do Minho coletado o maior número de respostas na opção concordo totalmente (24%).

Gráfico nr. 40 – Respostas obtidas à Questão nr. 7 - As instalações são adequadas ao cumprimento dos objetivos do curso



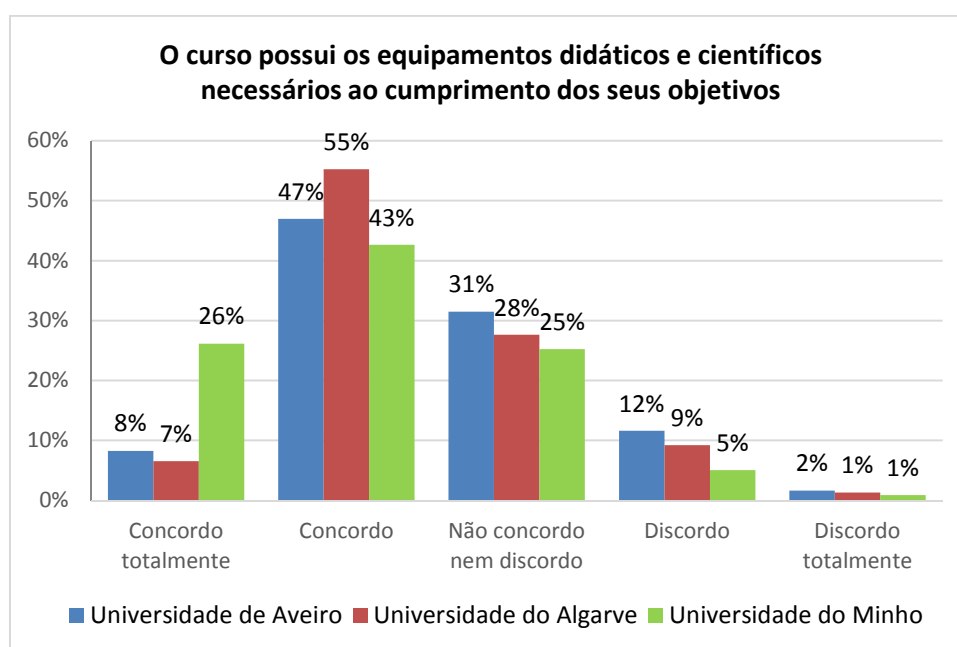
Questão nr. 8 - O curso possui os equipamentos didáticos e científicos necessários ao cumprimento dos seus objetivos

Por fim e na mesma linha de questões sobre os recursos materiais, os estudantes foram questionados sobre os equipamentos didáticos e científicos dos seus cursos e se consideravam que estes eram suficientes e adequadas para dar cumprimento aos objetivos dos seus cursos.

Seguindo a linha das respostas obtidas nas questões anteriores, as respostas a esta questão foram positivas e seguiram aproximadamente os mesmos valores das respostas obtidas nas questões anteriores.

A Universidade do Minho destaca-se, uma vez mais, com os valores mais elevados de respostas na opção do concordo totalmente (26%) face aos 7% obtidos pela Universidade do Algarve.

Gráfico nr. 41 – Respostas obtidas à Questão nr. 8 - O curso possui os equipamentos didáticos e científicos necessários ao cumprimento dos seus objetivos



Numa análise global das respostas dadas pelos estudantes destas três IES às quatro questões que lhes foram colocadas, podemos perceber que na generalidade as respostas foram positivas recaindo as respostas na opção do concordo, mas analisando globalmente as respostas do concordo totalmente e do concordo, as três Instituições apresentam resultados idênticos.

De destacar os 51% de respostas neutras (não concordo nem discordo) por parte dos estudantes da Universidade do Algarve na questão sobre a existência de materiais promocionais numa língua estrangeira mas, em contrapartida, nas

questões sobre as instalações e equipamentos didáticos foi a IES que apresentou os melhores resultados.

Por comparação média, mediante um teste não paramétrico Kruskal-Wallis, constatou-se que não há evidência estatística que suporte a diferença entre os scores médios neste objetivo ou seja, as IES têm comportamento idênticos em termos de perceção dos estudantes no que diz respeito aos recursos materiais existentes nas suas Instituições ($p= 0,074 > 0.05$).

Objetivo específico 6 - Perceber se as IES dispõe de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação

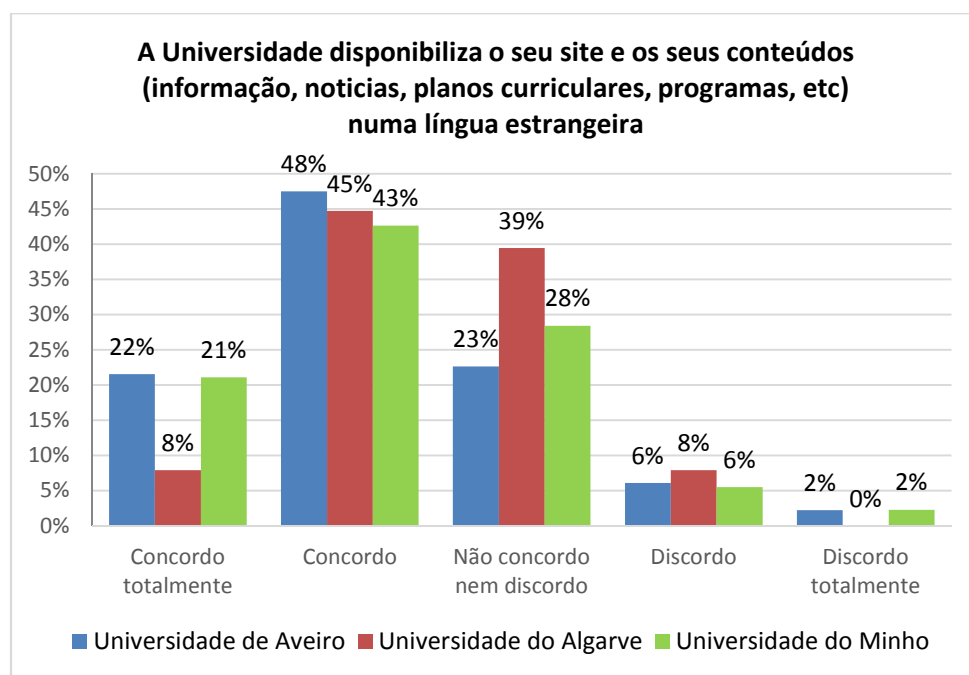
De forma complementar às questões anteriormente colocadas aos estudantes, considerou-se importante saber se os seus sites e conteúdos numa língua estrangeira. Assim, foi colocada a questão abaixo no sentido de aferir as suas opiniões sobre a matéria:

Questão nr. 4 - A Universidade disponibiliza o seu site e os seus conteúdos (informação, notícias, planos curriculares, programas, etc) numa língua estrangeira

Da análise às respostas dadas pelos estudantes podemos verificar que a Universidade de Aveiro e a Universidade do Minho apresentam valores muitíssimo semelhantes nas opções do concordo totalmente (22% e 21% respetivamente) e no concordo (48% e 43% respetivamente). Apenas a Universidade do Algarve se destaca das outras duas Instituições apresentando valores muito inferiores nesta opção em oposição aos valores apresentados na opção do não concordo nem discordo onde apresenta valores bem superiores.

Ainda assim, os valores obtidos são na sua globalidade positivas mesmo no caso da Universidade do Algarve em que a soma das respostas positivas alcança mais de metade dos respondentes (8% concordo totalmente + 45% concordo).

Gráfico nr. 42 – Respostas obtidas à Questão nr. 4 - A Universidade disponibiliza o seu site e os seus conteúdos (informação, notícias, planos curriculares, programas, etc) numa língua estrangeira

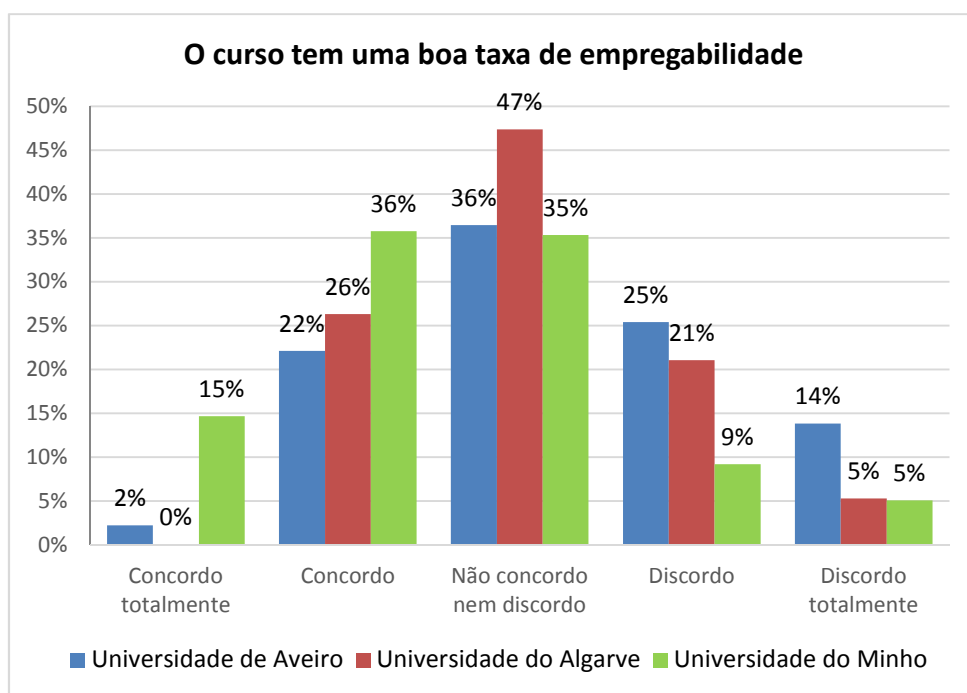


A questão seguinte foi englobada neste objetivo mas tem uma característica muito própria uma vez que diverge a temática deste objetivo e que se prende com os sistemas de informação e a disponibilização da informação numa língua estrangeira. Contudo, para este estudo era importante saber qual a perceção dos estudantes relativamente à taxa de empregabilidade dos seus cursos e esta questão não se enquadrava nos outros objetivos pelo que acabámos por colocá-la neste e englobá-lo na parte da recolha de informação e publicitação dos resultados dessa informação.

Questão nr. 18 - O curso tem uma boa taxa de empregabilidade

Curiosamente esta é a questão que apresenta maior divergência e disparidade de respostas, sendo que apenas a Universidade do Minho apresenta respostas positivas atingindo os 51% na soma entre as respostas obtidas na opção concordo totalmente e concordo (15% e 36% respetivamente). As outras duas IES apresentam valores neutros e negativos.

Gráfico nr. 43 – Respostas obtidas à Questão nr. 18 - O curso tem uma boa taxa de empregabilidade



Fazendo uma análise global das respostas dadas pelos estudantes a este objetivo - Perceber se as IES dispõem de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação - e às duas questões que lhes foram colocadas pode-se observar que as respostas foram positivas na sua generalidade no que diz respeito à disponibilização nos seus sites dos seus conteúdos (informação,

notícias, planos curriculares, programas, etc) numa língua estrangeira, sendo apenas de destacar as respostas mais neutras dos estudantes da Universidade do Algarve.

No que diz respeito à questão colocada sobre a taxa de empregabilidade dos seus cursos, os estudantes demonstraram não ter uma opinião muito positiva sobre esta matéria à exceção dos estudantes da Universidade do Minho.

Por comparação média, mediante um teste não paramétrico Kruskal-Wallis, constatou-se diferenciação estatisticamente significativas entre as três Instituições no que diz respeito a este objetivo e à perceção dos estudantes nas questões colocadas ($p = 0,000 < 0,05$).

Objetivo específico 7 - Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização

Por fim, quisemos colocar algumas questões aos estudantes relativamente às estratégias de internacionalização das suas IES, contudo, não quisemos ir muito além de questionar sobre a existência de estudantes e docentes estrangeiros nos cursos que frequentam.

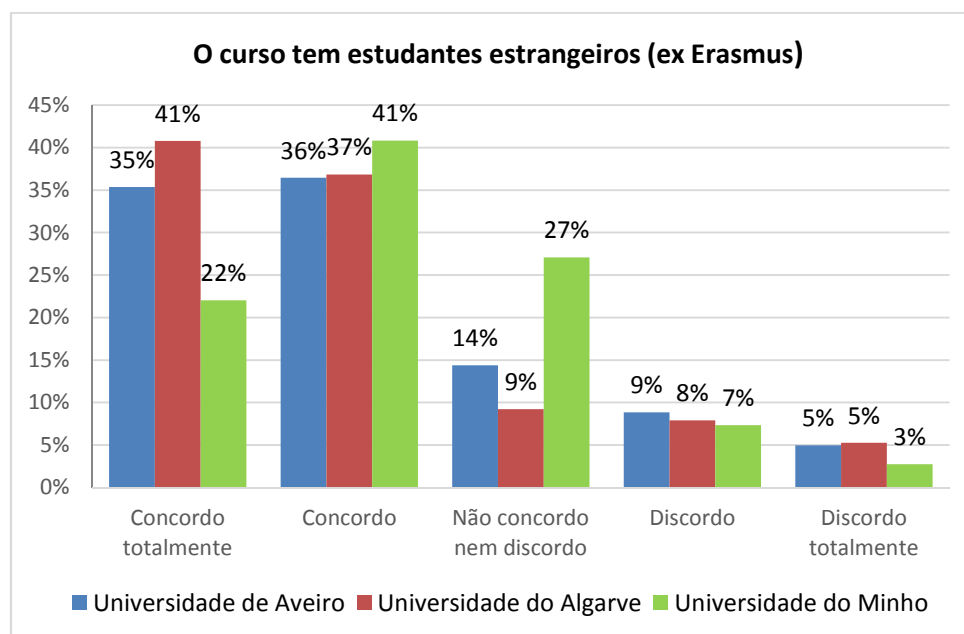
Assim, questionámos os estudantes sobre:

Questão nr. 15 -O curso tem estudantes estrangeiros (ex Erasmus)

Quanto às respostas obtidas estas demonstram que há uma participação/frequência de estudantes estrangeiros nos cursos onde foram

passados estes questionários. As grandes percentagens de respostas encontram-se nas opções do concordo totalmente e do concordo.

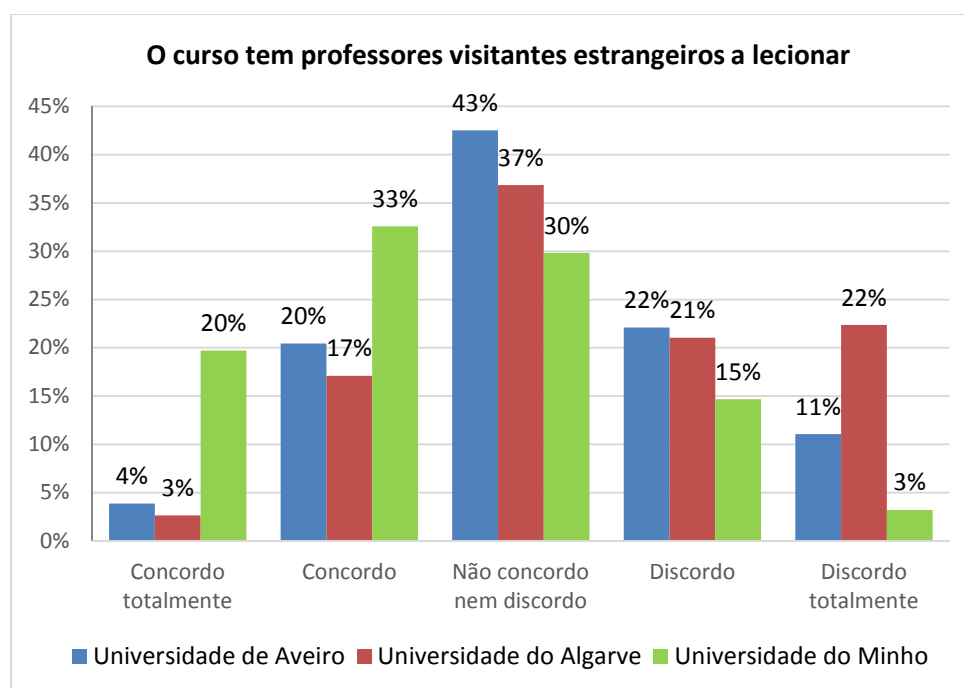
Gráfico nr. 44 – Respostas obtidas à Questão nr. 15 -O curso tem estudantes estrangeiros (ex Erasmus)



Questão nr. 16 -O curso tem professores visitantes estrangeiros a lecionar

Nesta questão pretendíamos saber se os cursos destes estudantes têm professores visitantes estrangeiros a lecionar nas unidades curriculares. As respostas obtidas mostram-nos que a grande maioria das respostas encontra-se na opção não concordo nem discordo, destacando-se apenas a Universidade do Minho com valores mais elevados nas opções do concordo totalmente (20%) e do concordo (33%).

Gráfico nr. 45 – Respostas obtidas à Questão nr. 16 - O curso tem professores visitantes estrangeiros a lecionar



Globalmente podemos aferir que há efetivamente a presença de estudantes estrangeiros nas três IES, nos cursos onde foram passados os questionários, mas no que diz respeito a docentes estrangeiros esta ocorrência não é tão objetiva.

Por comparação média, mediante um teste não paramétrico Kruskal-Wallis, constatou-se diferenciação estatisticamente significativa entre as três Instituições no que diz respeito a este objetivo e à percepção dos estudantes nas questões colocadas ($p = 0,001 < 0,05$).

Aplicou-se o teste não paramétrico de comparação de medianas ao score soma dos itens do questionário (median test⁹) sendo o p-value $p = 0,000 < 0,05$ verificou-se a existência de evidência estatística a um nível usual de significância de 5% de que efetiva e medianamente há diferenças entre scores discriminados por Instituição, ou seja, a percepção dos estudantes relativamente a um score

⁹median test for independent samples

global, relativos a critérios de qualidade e internacionalização difere por Instituição.

Descritivamente verificou-se que a Universidade do Minho destaca-se percentilicamente principalmente no 30 (P30=2,0) o que traduz a este nível percentual que é a Instituição em que os estudantes melhor percecionam e têm conhecimento dos itens da qualidade e da internacionalização.

Este score desta Instituição fixado aproximadamente a 1/3 dos inquéritos é apenas alcançado pelas restantes Instituições no percentil 10 (P10 Aveiro = 2 e P10 UAlg = 2,1 respetivamente).



CAPITULO VIII

Conclusão, Limitações e Recomendações



A título de Conclusão

O presente estudo, *A Qualidade e Internacionalização no Ensino Superior em Portugal: um estudo de caso nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve*, levou-nos a analisar a temática do Ensino Superior, tendo em consideração que:

- a) um dos principais desafios dos sistemas europeus de ensino superior é conseguir articular esquemas de acreditação que, simultaneamente, atendem tanto a propósitos nacionais de fortalecimento de qualidade e aumento da competitividade, como também a perspectivas de internacionalização derivadas da integração europeia;
- b) a qualidade é essencial para o desenvolvimento da Área Europeia de Ensino Superior.

Tornou-se, neste sentido, necessário analisar as medidas de certificação de qualidade que foram implementadas a nível institucional, nacional e europeu. Assim, de modo a dar resposta aos objetivos deste estudo foi feito um levantamento bibliográfico que permitiu fazer um enquadramento teórico sobre as políticas de qualidade e sobre o fator da Internacionalização, no contexto europeu, no Ensino Superior Português. Foi feita uma breve caracterização das Universidades do Minho, Aveiro e Algarve enquanto Instituições de Ensino Superior e a sua organização mas, também, enquanto Instituições que se regem pelas políticas europeias e nacionais no que respeita à Qualidade e de que modo a Internacionalização, enquanto indicador de medida da Qualidade no Ensino Superior, é efetivamente medida e que peso tem na estratégia destas Instituições.

O presente estudo assim como os instrumentos utilizados, a entrevista e o questionário, tiveram por base os *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area* de 2005, sob os quais se basearam os Manuais de Qualidade e os Referenciais para os Sistemas Internos de Garantia de Qualidade da A3ES.

Tal como já foi referido anteriormente foram definidos para este estudo três objectivos gerais, estando os dois primeiros relacionados com o levantamento bibliográfico efetuado e mencionado anteriormente, mas para se poder responder ao terceiro objetivo geral: *Analisar se os indicadores de qualidade definidos pela A3ES estão presentes, ou não, na internacionalização praticada nas Universidades do Minho, Aveiro e Algarve*, tiveram de ser definidos sete objetivos específicos por forma a obter os melhores resultados possíveis a esta questão. Os objectivos específicos definidos foram:

- 1) Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade
- 2) Perceber de que modo as IES garantem a qualidade da sua oferta formativa e da aprendizagem dos seus estudantes
- 3) Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística
- 4) Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes
- 5) Perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes
- 6) Perceber se as IES dispõem de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação
- 7) Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização

Dentro de cada um destes objectivos específicos foram definidas questões no âmbito dos instrumentos utilizados para dar resposta a cada objectivo. Para além disso foi delineada toda uma entrevista independente para dar uma ampla resposta ao objetivo nr. 7 - Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização.

No que diz respeito ao objetivo nr. 1 - Perceber se as IES têm definida uma política e objetivos de qualidade - os resultados obtidos da aplicação das entrevistas Institucionais assim como dos questionários aos estudantes mostram-nos que as

três Instituições analisadas têm bem definidas as suas estruturas internas de garantia de qualidade, as quais se regem pelas diretivas europeias e nacionais. Uma das IES apresenta uma política interna de qualidade mais antiga e mais enraizada, sendo detentora da certificação da sua política interna de garantia de qualidade pela A3ES desde 2013, o que se pode comprovar pelas respostas obtidas às entrevistas mas também através das respostas dos seus estudantes, que se destacam pela positiva nas questões da qualidade e da internacionalização. As outras duas IES mostram que esta área é uma aposta mais recente e isso vê-se pela atualização dos Manuais de Qualidade, uns revistos no início de 2017 (UAlg) e outros recentemente elaborados e homologados, finais de 2016 (UA). Estas duas IES apresentaram os seus Sistemas Internos de Garantia de Qualidade a certificação pela A3ES em março de 2017.

Quando questionados sobre os indicadores de qualidade que as três IES consideram mais importantes quando se mede a qualidade de uma IES, as respostas dadas foram: os resultados dos principais rankings, nos indicadores considerados mais relevantes — Ensino, Investigação, Cooperação com a Sociedade, Internacionalização — e ao seu posicionamento relativamente às restantes instituições de ensino superior nacionais e internacionais; o número de vagas preenchidas na primeira fase de acesso; o número de diplomados por ano/sucesso escolar; a integração dos estudantes na investigação e nas atividades de extensão/ a capacidade que uma Instituição tem de fazer transferência de conhecimento para a sociedade; a produção científica; a própria perceção dos estudantes com a qualidade do seu ensino; a capacidade de captação de estudantes internacionais e, por fim, o percurso profissional dos nossos alumni que espelha a qualidade da instituição.

No que diz respeito ao objetivo nr. 2 - garantia da qualidade da oferta formativa e da aprendizagem dos estudantes - podemos constatar que todas as IES têm procedimentos estruturados e definidos para recolher e analisar os resultados da avaliação da qualidade do ensino aprendizagem dos seus estudantes internacionais. São aplicados questionários aos estudantes referentes aos processos de ensino-aprendizagem, sempre que finaliza uma unidade curricular,

sendo que estes questionários avaliam sempre as cinco vertentes: autoavaliação do estudante; aquisição de competências; perceção dos estudantes sobre a aquisição de competências da unidade curricular em si; funcionamento em si da unidade curricular; os docentes; os recursos que teve de aprendizagem (infraestruturas e os recursos materiais). Há, para além dos questionários de avaliação da qualidade, outros procedimentos, tais como os questionários passados aos estudantes internacionais, por parte dos Gabinetes de Relações Internacionais que são questionários globais que medem o grau de satisfação dos estudantes. Outro aspeto importante a retirar desta análise é que todos os alunos, quer nacionais quer internacionais, preenchem estes questionários de avaliação pois os mesmos encontram-se traduzidos para inglês, seja em papel ou online.

Fazendo, também, uma análise global às respostas dadas pelos estudantes, estes demonstram ter conhecimento generalizado sobre os objetivos dos seus cursos e consideram que os seus professores têm competência académica para o desempenho das suas funções no âmbito do curso. Para além disso também manifestam que os seus cursos oferecem unidades curriculares numa língua estrangeira e que tanto os estudantes nacionais como os internacionais estão envolvidos no processo de garantia da qualidade dos seus cursos, ainda que as respostas dadas a estas duas últimas questões sejam um pouco neutras.

Na prossecução dos resultados ao objetivo nr. 3 - Perceber se as IES promovem, avaliam e melhoram a sua atividade científica, tecnológica e artística - verificou-se que as três IES são Instituições muito ativas no que diz respeito à investigação internacional e à participação em projetos de mobilidade e cooperação sendo a sua promoção e monitorização feita nos seus planos de atividades, planos estratégicos, Manuais e Planos de Qualidade, documentos que se encontram publicitados nos respetivos sites das IES. Para além disso esta promoção é feita também através dos repositórios institucionais e dos próprios docentes e investigadores.

A participação em projetos de investigação nas três IES é extensa sendo que a grande maioria coordena projetos de investigação europeus e integra Centros de Investigação Internacionais de renome.

Os estudantes mantiveram uma posição neutra no que diz respeito aos períodos de investigação existentes nos seus planos curriculares ser ou não suficiente, à exceção da Universidade do Minho. Uma vez que o questionário foi passado a cursos nas áreas da educação estas respostas podem estar justificadas por si só dado que estes cursos não contemplam períodos de investigação como um curso mais científico.

Concluimos, ainda, que no âmbito do objetivo nr. 4 - Perceber se as IES estão munidas de recursos humanos que consigam responder às solicitações dos seus estudantes - as três IES responderam positivamente ainda que manifestando que estão mais capacitados os docentes na medida em que há aulas que são dadas em inglês, mas que também os funcionários estão devidamente identificados, ou seja, aqueles que conseguem dar resposta às solicitações em inglês. Para além disso as IES contam com o auxílio dos centros de línguas que estão sempre disponíveis e em colaboração com as IES para providenciar formação neste sentido. Há, contudo, noção de que é uma área em que devem continuar a apostar para fortalecer e providenciar cada vez mais um serviço de excelência ao seu público internacional.

Por sua vez, os estudantes são muito neutros nas suas respostas e, uma vez mais, a Universidade do Minho se destaca positivamente. As respostas dos estudantes levam-nos a questionar se efetivamente as IES têm os recursos humanos suficientes ou se as respostas provêm apenas do desconhecimento dos estudantes relativamente a esta questão.

Ainda na linha dos recursos, através do objetivo nr. 5 pretende-se perceber se as IES estão munidas de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus estudantes. Há, efetivamente, uma preocupação em proporcionar serviços de qualidade ao seu público internacional que é visível no que diz respeito às estruturas e recursos materiais que se encontram disponíveis para dar resposta às necessidades destes públicos (site, informação, serviços de apoio, materiais, relatórios de atividades) assim como os materiais que são produzidos para promover as IES em feiras e eventos internacionais e que promovem os cursos, a IES e a sua produção científica através dos Gabinetes de

Comunicação, Relações Internacionais mas também através do próprio site e dos seus docentes e investigadores.

Numa análise global das respostas dadas pelos estudantes destas três IES às quatro questões que lhes foram colocadas no âmbito deste objetivo, podemos perceber que na generalidade as respostas foram positivas, o que demonstra uma preocupação das IES em fornecer recursos adequados aos seus estudantes.

No âmbito do objetivo nr. 6 - Perceber se as IES dispõem de sistemas de recolha de informação e se publicitam os resultados dessa informação - constatou-se que os sites das IES se encontram em inglês, onde os estudantes podem encontrar toda a informação que necessitam (menus, conteúdos, oferta formativa, etc). Há IES que estão mais desenvolvidas na questão da apresentação da sinalética, site e conteúdos em língua inglesa enquanto que as outras IES estão em processo de concretização desse objetivo.

Os estudantes responderam de forma positiva no que diz respeito à disponibilização no sites das suas IES dos conteúdos (informação, notícias, planos curriculares, programas, etc) numa língua estrangeira, sendo apenas de destacar as respostas mais neutras dos estudantes da Universidade do Algarve.

No que diz respeito à questão colocada sobre a taxa de empregabilidade dos seus cursos, os estudantes demonstraram não ter uma opinião muito positiva sobre esta matéria à exceção dos estudantes da Universidade do Minho.

Por fim, apresentam-se as conclusões ao objetivo nr 7 - Perceber de que modo as IES estabeleceram as suas estratégias de internacionalização e quais os principais indicadores de internacionalização, que era um dos objetivos chave deste estudo.

Assim, verificou-se que as três IES têm definida uma política e uma estratégia de internacionalização e que estas se encontram publicitadas mas não traduzidas numa língua estrangeira. Duas das IES são detentoras dos selos de qualidade ECTS e DS Label sendo que apenas a Universidade do Algarve não detém estes selos de qualidade. As IES fazem uma monitorização dos seus protocolos de cooperação mas não de forma sistemática.

Há uma grande aposta na mobilidade dos estudantes e pessoal incoming assim como outgoing, havendo medidas e estruturas de apoio definidas para auxiliar em ambas as situações.

As IES oferecem cursos em línguas estrangeiras a nível de 2º e 3º ciclos ou seja, Mestrados e Doutoramentos e todas elas oferecem cursos em rede ou cursos conjuntos, principalmente no âmbito do Programa Erasmus Mundus. Para além disso, participam em projetos de investigação internacionais na qualidade de coordenadores, à exceção da Universidade do Algarve, e como parceiras e no que diz respeito à área da cooperação as três IES são muito ativas, participando em diversas redes e fóruns internacionais e em inúmeros projetos de mobilidade e cooperação, sejam eles nacionais, europeus ou internacionais, que estão em constante atualização e submissão de novos projetos. Há uma preocupação em manter os seus níveis de qualidade e atingir metas e objetivos para reforçar essa qualidade, alcançando posições de destaque em rankings internacionais tais como o U-Multirank.

As áreas em que as IES estão a apostar, no que diz respeito às novas candidaturas, divergem na medida em que a Universidade do Minho diz que uma vez que as suas unidades são muito ativas apresentam candidaturas em todas as áreas, a Universidade de Aveiro aposta na área do empreendedorismo e Desenvolvimento Curricular e por fim, a Universidade do Algarve aposta nas suas áreas de excelência – Mar, Turismo, Saúde e Bem-Estar e o Património Mediterrânico.

No que diz respeito aos indicadores que as IES consideram mais importantes quando se mede a internacionalização, as respostas foram: (i) *número de pessoas/cidadãos estrangeiros que frequentam a UAlg, quer se trate de pessoal estudantil, quer de pessoal docente e não docente / número de estudantes internacionais em relação ao número total de estudantes e que a proveniência seja de diversos contextos e países;* (ii) *número de estudantes e pessoal docente (e não docente) que beneficia da mobilidade de estudos no estrangeiro / o número de estudantes, docentes e não docentes in e out;* (iii) *número de diplomados internacionais;* (iv) *número de protocolos de cooperação e acordos bilaterais celebrados/ o número de parcerias com instituições estrangeiras;* (v) a

transferência de conhecimento para multinacionais e (vi) número de projetos de mobilidade e de investigação internacional / colaboração científica entre os nossos docentes e os docentes de outras Instituições/ internacionalização da investigação.

Este estudo também nos demonstra que há IES com áreas mais desenvolvidas do que outras, que as apostas de internacionalização, investigação e cooperação são visíveis e crescentes, um pouco divergentes em termos de áreas mas, o facto é, que todas elas já dispõem de estratégias para a sua internacionalização, se estas são mais institucionalizadas ou se se ajustam no decorrer do tempo consoante os planos de atividades anuais, se são públicas ou do domínio privados das próprias IES, pouco interessa, desde que estas existam e deem resposta à política de qualidade e internacionalização da Instituição.

As IES devem, e esta é também uma preocupação da Comissão Europeia, saber aproveitar as suas potencialidades individuais na educação, na investigação e, também, na inovação ou estabelecimento de parcerias, dentro e fora da Europa, que reforcem e complementem os perfis das Instituições de Ensino Superior, tendo sempre presente a ideia de que estabelecer ou renovar a cooperação com instituições de ensino superior dos países em desenvolvimento deve ser um elemento importante das estratégias de internacionalização nacionais e institucionais.

Seguindo, ainda, as considerações feitas pela Comissão Europeia, as IES Europeias devem definir estratégias globais de internacionalização e nelas deverão ser incluídas ações prioritárias, que não deverão ser consideradas isoladamente mas sim como elementos integrantes de uma estratégia global, e que passem por promover a internacionalização, a mobilidade internacional dos alunos e do pessoal, o desenvolvimento dos currículos e a aprendizagem digital e, ainda, incentivar a cooperação estratégica, as parcerias e o reforço das capacidades.

No amplo sentido, desenvolver uma estratégia global de internacionalização significa posicionar as IES, os seus estudantes, investigadores e pessoal, bem como os respetivos sistemas nacionais, num plano mundial, de acordo com o seu

perfil individual, as necessidades do mercado de trabalho e a estratégia de desenvolvimento do próprio país.

Em suma, podemos constatar, que da análise feita aos diversos materiais Institucionais, pelas entrevistas realizadas e questionários aplicados, há uma forte aposta na Qualidade e na Internacionalização por parte destas três IES. Aposta na captação de estudantes, principalmente oriundos dos Países Oficiais de Língua Portuguesa e da América Latina, de crescimento do número de parcerias e projetos de investigação mas, também, da oferta de cursos conjuntos.

Muito trabalho tem sido feito nos últimos anos nestas matérias mas, muito há a fazer. Assim, estas IES deverão prosseguir a sua aposta na concretização dos seus objetivos de prossecução de uma política de qualidade e de aposta na sua Internacionalização definindo as suas próprias estratégias de internacionalização e seguindo as diretivas europeias que pretendem conseguir implementar um Ensino Superior Internacional de Qualidade e Globalizado, aberto ao mundo, e de fácil acesso.

Limitações do estudo

Como em qualquer estudo foram encontradas algumas limitações que, sem dúvida, influenciaram os resultados obtidos.

Em primeiro lugar a inexistência de estudos semelhantes feitos em IES nacionais, sendo apenas de referir a Tese de Mestrado em Negócios Internacionais *“Internacionalização das Instituições de Ensino Superior em Portugal: proposta de metodologia para construção de indicador do grau de internacionalização”*, elaborada e apresentada pela mestrandia Rita Baeta da Veiga em 2011. O principal objectivo desse trabalho era aferir o grau de internacionalização nas IES públicas Portuguesas e propor uma metodologia que permitisse uma aferição quantitativa e comparada, construindo um indicador compósito, adequado para a medição de fenómenos multi-facetados, como é o caso do processo de internacionalização do ensino superior. Contudo, a essência e objectivos desse estudo não são comparáveis com o estudo aqui realizado.

Uma das situações que limitou este estudo foi este estar grandemente dependente das entrevistas Institucionais, e nesse sentido, dependente da disponibilidade das agendas das pessoas a entrevistar. A ideia inicial era aplicar uma entrevista ao Vice-Reitor(a)/Pró-reitor(a) com o pelouro da Qualidade e da Internacionalização e ao Coordenador(a)/Responsável do Gabinete de Qualidade e do Gabinete de Relações Internacionais, ou seja, quatro entrevistas por IES. O que aconteceu foi que na UMinho foi decidido superiormente que só seria dada uma única resposta institucional às duas entrevistas e que a mesma seria dada pela mesma pessoa. No caso da UAlg conseguimos obter duas entrevistas na área da Qualidade mas apenas uma na área da Internacionalização, sendo contudo resultado do contributo do Sr. Vice-Reitor e da Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade. No caso da UA obtivemos uma entrevista no que diz respeito à componente da Internacionalização, e até ao momento de entregar o presente estudo, não foi possível realizar a entrevista relativa à Qualidade, o que resultou numa apresentação de dados retirados de documentos oficiais que se encontram publicados no site da UA.

Muito provavelmente a distância entre as três Instituições do estudo e o local de trabalho e residência da investigadora, para além do facto de esta se encontrar a trabalhar a tempo integral, tiveram com certeza também influência nesta dificuldade em articular as agendas.

Um estudo de caso que está muito dependente dos dados institucionais fica fragilizado quando lhe falta uma das entrevistas de uma das IES do estudo, ainda que a maioria da informação possa ser retirada de documentos institucionais, o relato pessoal é sempre diferente e acrescenta, com certeza, informação que não se encontra disponível online. Para além de que houve questões às quais não se conseguiu encontrar resposta nos documentos oficiais.

Outra limitação esteve interligada à aplicação dos questionários aos estudantes e que, uma vez mais, teve a ver com a disponibilidade da investigadora em ir pessoalmente às salas de aula dos cursos onde foram aplicados os questionários. As dificuldades sentidas passaram por:

- a) a dificuldade em obter as necessárias autorizações dos diretores dos cursos;
- b) a dificuldade em obter as necessárias autorizações por parte dos docentes para poder aplicar os questionários na suas aulas;
- c) as mudanças de salas de aulas e de horários

Estas dificuldades limitaram também as amostras de estudantes respondentes, ainda que a percentagem de respondentes tenha sido muito positiva.

Também o número de respostas neutras (não concordo nem discordo) dadas pelos estudantes (oito questões em dezoito com esta opção de resposta) merecem aprofundar melhor o motivo destas respostas. As questões às quais se obtiveram respostas neutras foram relacionadas com a participação dos estudantes nacionais e estrangeiros nos processos de decisão no que diz respeito ao ensino e a sua qualidade e saber se os resultados dos inquéritos de satisfação aplicados aos estudantes são usados para melhorar o ensino. Ainda, no que diz respeito a haver unidades curriculares lecionadas numa língua estrangeira e se o curso tem professores visitantes estrangeiros a leccionar. Duas questões que

também obtiveram respostas neutras foram a questão de o plano de estudos do curso contemplar suficientes períodos de investigação e o curso ter uma boa taxa de empregabilidade. Por último, os estudantes de duas IES manifestaram não concordar nem discordar com a questão de que as suas Universidades dispõem de recursos humanos suficientes (professores e funcionários) para apoiar os estudantes estrangeiros.

Outra limitação foi o facto de os temas escolhidos para este estudo serem temas em constante atualização pelo que as alterações afetam o estudo em curso para além de serem temas sensíveis e internos às próprias IES não tendo sido possível obter algumas informações relevantes para este estudo e que teriam a ver com as estratégias de internacionalização das IES.

Algumas recomendações para o futuro...

Como nos deparámos com algumas limitações no decurso deste estudo gostaríamos de poder alargar o estudo a outras IES de modo a poder obter mais elementos de comparação sobre as temáticas aqui abordadas.

Gostaríamos, também, de aplicar os questionários a áreas não direccionadas à educação por forma a ver se os resultados divergem. Ainda na questão dos questionários, tentar aplicar o questionário com a escala inverta (1 – discordo totalmente e 5 – concordo totalmente) pois aquando da passagem dos questionários pelos estudantes e, muito embora se tenha feito uma explicação da escala e a mesma constasse no corpo do questionário, verificou-se na análise que haviam nitidamente respostas inversas.

Seria necessário adaptar os instrumentos de recolha de dados deste estudo aos recém aprovados (2015) *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area* que deram origem a uma reavaliação por parte da A3ES sobre os seus referenciais, tendo sido em outubro de 2016, aprovados os novos Referenciais para os Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas IES pela

A3ES. Estes referenciais referem que a IES devem assegurar que existem estruturas e procedimentos de garantia da qualidade abrangentes e eficazes no âmbito de cada uma das vertentes nucleares da missão da instituição e das áreas transversais que as suportam, a saber: o ensino e aprendizagem; a investigação e desenvolvimento (ensino universitário) ou a investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível (ensino politécnico); a colaboração interinstitucional e com a comunidade – incluindo a internacionalização; a gestão dos recursos humanos e dos recursos materiais e serviços de apoio; a gestão e publicitação da informação e a avaliação externa periódica (A3ES, 2016). Assim, seria importante fazer um reajuste dos instrumentos utilizados neste estudo de acordo com estes novos referenciais e ver se os dados sofriam alterações consideráveis.

Deixaria a título de recomendação que as IES nacionais se debrucem sobre os últimos estudos, relatórios e recomendações da Comissão Europeia sobre as questões do Ensino Superior e as prioridades para Portugal no que diz respeito a esta questão. Mas, também, que analisem as suas forças internas e as suas melhores capacidades e que as reforcem de modo a irem de encontro à tão mencionada “estratégia global de internacionalização”, não esquecendo os mercados emergentes nesta área, apontados pelos últimos estudos realizados pela Comissão Europeia.

A maior força de qualquer Instituição de Ensino Superior são os seus colaboradores e os seus alunos...só neles está o poder para mudar e criar algo!



Conclusions

The present study, “Quality and Internationalization in Higher Education in Portugal: a case study in the Universities of Minho, Aveiro and Algarve”, led us to analyze the theme of Higher Education, taking into account that:

(A) one of the main challenges of European higher education systems is to be able to articulate accreditation schemes that simultaneously serve both national purposes of quality strengthening and competitiveness increasing, as well as the prospects of internationalization derived from European integration;

B) quality is essential for the development of the European Higher Education Area.

In this regard, it has become necessary to analyze the quality certification measures that have been implemented at institutional, national and European level. Thus, in order to respond to the objectives of this study, a bibliographical review was made, that allowed to make a theoretical framework on the quality policies and on the factor of Internationalization, in the European context, in Portuguese Higher Education. A brief characterization was made regarding the Universities of Minho, Aveiro and Algarve as HEI and their internal organization and also as Institutions that are ruled by European and national policies regarding Quality, and how Internationalization, as an indicator of Quality measurement in Higher Education, is effectively measured and what weight it has in the global strategy of these Institutions.

The present study, as well as the instruments used, the interview and the questionnaire, were based on the Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area (2005), on which the Quality Manuals and the A3ES Internal References for Quality Assurance.

As previously mentioned, three general objectives were defined for this study, the first two being related to the bibliographic review carried out and mentioned

previously, but to be able to answer the third general objective: To analyze if the quality indicators defined by the A3ES are present or not, in the internationalization practiced at the Universities of Minho, Aveiro and Algarve, seven specific objectives had to be defined in order to obtain the best possible results for this issue. The specific objectives defined were:

1. understand whether HEIs have defined a quality policy as well as their goals;
2. understand how HEIs guarantee the quality of their training offer and the learning of their students;
3. understand if HEIs promote, evaluate and improve their scientific, technological and artistic activity;
4. understand if HEIs are equipped with human resources that are able to respond to the requests of their students;
5. understand if HEIs are equipped with material resources adequate to the development of their students' learning;
6. understand whether HEIs have systems for collecting information and publicize the results of such information;
7. understand how HEIs have established their internationalization strategies and which are the main internationalization indicators.

Within each of these specific objectives, specific questions were defined for each instrument used in order to get the necessary answers. In addition, an entire independent interview was structured to give a broad answer to the objective nr. 7 - understand how HEIs have established their internationalization strategies and which are the main internationalization indicators.

With regard to Objective nr. 1 - understand whether HEIs have defined a quality policy as well as their goals - the results obtained from the application of the Institutional interviews and from the questionnaires to the students show us that the three Institutions analyzed have well defined their internal structures of quality assurance, which are ruled by European and national directives. One of the HEIs has an older and more structured internal quality policy and for that they have been certified by A3ES for their internal quality assurance structures

since 2013. Also this can be confirmed by the answers obtained to the interviews and also by the replies of its students, which stand out positively in the issues of quality and internationalization. The other two HEIs show that this area is a more recent commitment, and this can be seen by the recent updating the Quality Manuals, some of them revised in early 2017 (UAlg) and the other recently published in the end of 2016. These two IES presented their Internal Quality Assurance Systems certification to the A3ES in March 2017.

When asked about the quality indicators that the three HEIs consider most important when measuring the quality of an HEI, the answers given were: the results of the main rankings in the most relevant indicators - Teaching, Research, Cooperation with Society, Internationalization - and its positioning in relation to other national and international HEI; The number of vacancies filled in the first access phase; The number of graduates per year / academic success; The integration of students in research and extension activities / the capacity of an institution to transfer knowledge to society; Scientific production; The students' own perception of their teaching-learning quality; The ability to attract international students and, the professional path of our alumni that also reflects the quality of the institution.

With regard to Objective nr. 2 - understand how HEIs guarantee the quality of their training offer and the learning of their students - we can verify that all HEIs have structured and defined procedures to collect and analyze the results of the quality assessment regarding teaching-learning of their international students. Questionnaires are applied to students regarding the teaching-learning processes, whenever a curricular unit ends, and these questionnaires always evaluate the five aspects: student self-assessment; skills acquisition; Students' perception about the acquisition of competences of the curricular unit itself; Functioning of the course unit itself; The teachers; Learning resources (infrastructures and material resources). There are, besides the quality assessment questionnaires, other procedures, such as the questionnaires passed to international students, by the International Relations Offices, those are global questionnaires that measure the students' level of satisfaction. Another

important aspect to be taken from this analysis is that all students, both national and international, complete these evaluation questionnaires because they are translated into English, either on paper or online.

Also making an overall analysis of the responses given by the students, they demonstrate a general knowledge about the objectives of their courses and consider that their teachers have academic competence to perform their responsibilities within the course. In addition, they also state that their courses offer curricular units in a foreign language and that both national and international students are involved in the quality assurance process of their courses, although the answers given these two questions are rather neutral.

In pursuing the results of objective nr. 3 - understand if HEIs promote, evaluate and improve their scientific, technological and artistic activity - it has been verified that the three HEIs are very active Institutions with regard to international research and participation in mobility and cooperation projects, being their promotion and monitoring in their activities plans, strategic plans, Quality Manuals and Plans, documents that are published on their respective HEI websites. In addition, this promotion is also done through institutional repositories and the teachers and researchers themselves.

Participation in research projects in the three HEIs is extensive, with a large majority coordinating European research projects and integrating renowned International Research Centers.

The students maintained a neutral position with regard to the research periods in their curricula, or considering that they are not enough, except for the University of Minho. Once the questionnaire was passed to courses in the areas of education these answers may be justified by themselves since these courses do not contemplate research periods as a more scientific course.

We also conclude that under Objective nr. 4 - understand if HEIs are equipped with human resources that are able to respond to the requests of their students - the three HEIs responded positively even though they stated that the teachers are more qualified to the extent because there are classes that are lectured in English,

but also properly identified are those non teaching staff who can respond to requests in English. In addition, HEIs rely on language centers that are always available, and in collaboration with HEIs, to provide training in this regard. There is, however, notion that it is an area in which they must continue to invest in strengthening and providing an increasingly excellent service to their international audience.

Sequentially, the students are very neutral in their answers and, once again, the University of Minho stands out positively. Student responses lead us to question whether HEIs actually have sufficient human resources or whether the answers stem only from students' lack of knowledge about this issue.

Still in the line of the resources, the objective nr. 5 intends to understand if HEIs are equipped with material resources adequate to the development of their students' learning. There is indeed a concern to provide quality services to its international audience which is visible in terms of the material structures and resources that are available to meet the needs of these audiences (site, information, support services, materials, activities reports) as well as the materials that are produced to promote HEI in international fairs and events and that promote the courses, the HEI and its scientific production through the Communication and International Relations Offices, but also through the website itself and its teachers and researchers.

In an overall analysis of the answers given by the students of these three HEIs to the four questions put to them in the scope of this objective, we can see that in general the answers were positive, which shows a concern of HEIs in providing adequate resources to their students.

Within the scope of objective nr. 6 - understand whether HEIs have systems for collecting information and publicize the results of such information - it has been verified that the IES websites are in English, where students can find all the information they need (menus, contents, curricular offers, etc.). There are HEIs that are more developed in the issue of presenting their websites, contents and

signage in English language, while other HEIs are in the process of achieving this goal.

The students replied in a positive way regarding the availability of content (information, news, curricular plan, programmes, etc) in a foreign language on the websites of their HEI, only highlighting the most neutral answers of the students of the University of Algarve.

Regarding the question about the employability rate of their courses, the students demonstrated that they did not have a very positive opinion on this subject except for the University of Minho students.

Finally, we present the conclusions to the objective nr 7 - perceive how the HEIs established their internationalization strategies and the main indicators of internationalization, which was one of the key objectives of this study.

Thus, it was verified that the three HEIs have defined an internationalization policy and strategy and that these are advertised but not translated in a foreign language. Two of the HEIs are holders of the ECTS and DS quality labels, and only the University of Algarve does not have these quality labels. HEIs monitor their cooperation agreements but not in a systematic way.

There is a great bet on student and staff mobility, either incoming and outgoing, with measures and support structures defined to assist in both situations.

HEIs offer courses in foreign languages at the 2nd and 3rd cycle level ie Masters and PhDs and all offer network courses or joint courses, mainly under the Erasmus Mundus Program. In addition, they participate in international research projects as coordinators, with the exception of the University of Algarve, and as partners. In the cooperation area the three HEIs are very active, participating in various international networks and forums and in countless mobility and cooperation projects, be they national, European or international, which are constantly updating and submitting new projects. There is a concern to maintain their quality levels and achieve goals and objectives to enhance this quality, achieving prominent positions in international rankings such as U-Multirank.

The areas in which HEIs are betting differ, as far as the new applications are concerned, the University of Minho says that once its units are very active they present applications in all areas, the University of Aveiro bet in the area of entrepreneurship and curriculum development and lastly, the University of Algarve bets on its areas of excellence - Sea, Tourism, Health and Wellness and the Mediterranean Heritage.

Regarding the indicators that HEIs consider to be most important when measuring internationalization, the answers were: (i) number of foreign persons / citizens attending UAlg, whether they are student or teaching and non-teaching staff / Number of international students in relation to the total number of students and that the origin comes from different contexts and countries; (ii) number of students and teaching staff (and non-teaching staff) benefiting from study mobility abroad / number of students, teachers and non-teachers in and out; (iii) number of international graduates; (iv) number of cooperation agreements and bilateral agreements / number of partnerships with foreign institutions; (v) the transfer of knowledge to multinationals; and (vi) the number of mobility projects and international research / scientific collaboration between our teachers and teachers from other institutions / internationalization of research.

This study also shows us that there are HEIs with more developed areas than others, that the internationalization, research and cooperation bets are visible and growing, a little divergent in terms of areas, but the fact is that all of them already have their internationalization strategies, if they are more institutionalized or if they adjust over time according to the annual activity plans, if they are public or private domain of the HEI itself, doesn't matter that much, as long as these exist and respond to the quality and internationalization policies of the Institution.

HEIs should, and this is also a concern of the European Commission, know how to harness their individual potential regarding education and research and also on innovation or establishing partnerships within and outside Europe, that reinforce and complement the profiles of the Institutions, being aware that

establishing or renewing cooperation with HEI in developing countries should be an important element of national and institutional internationalization strategies.

Following the European Commission's considerations, European HEIs should define global strategies for internationalization and should include priority actions, which should not be considered isolated but as integral elements of a global strategy that promotes internationalization, international student and staff mobility, curriculum development and digital learning as well as fostering strategic cooperation, partnerships and capacity building.

In broad sense, developing a global internationalization strategy means positioning HEIs, their students, researchers and staff, as well as their national systems, on a global basis, according to their individual profile, labor market needs and country's own development strategy.

In short, we can see that from the analysis made to the various Institutional materials, interviews conducted and questionnaires applied, there is a strong bet on Quality and Internationalization by these three HEIs. Attract students, mainly from Portuguese-speaking official countries and from Latin America is also a bet of this HEIs as well as to increase the number of partnerships and research projects, but also to offer joint courses.

Much work has been done in recent years on these matters but there is much to do. Therefore, these HEIs should continue their commitment to the achievement of their objectives of pursuing a quality policy and increase their internationalization, by defining their own internationalization strategies following the European directives that intend to be able to implement an International Quality and Globalized Higher Education, open to the world, and easily accessible.

Study Limitations

As in any study some limitations were found that undoubtedly influenced the results obtained.

Firstly, the lack of similar studies carried out in national HEIs, only to mention the Master's thesis in International Business "Internationalization of HEI in Portugal: proposal of methodology for the construction of an indicator of the degree of internationalization", elaborated and presented By Rita Baeta da Veiga in 2011. The main objective of this work was to assess the degree of internationalization in Portuguese public HEIs and propose a methodology that would allow a quantitative and comparative assessment by constructing a composite indicator suitable for the measurement of multi-faceted phenomena, as is the case of the process of internationalization of higher education. However, the essence and objectives of this study are not comparable with the study here.

One of the situations that limited this study was that it was largely dependent on institutional interviews, and in this sense, depending on the availability of the agendas of the people to be interviewed. The initial idea was to interview the Vice-Rector / Pro-Rector with the Quality and Internationalization department and the Coordinator / Head of the Quality Office and the International Relations Office, that is , four interviews by HEI. What happened was that at UMinho it was decided superiorly that only one institutional answer would be given to the two interviews and that it would be given by the same person. In the case of UAAlg we were able to obtain two interviews in the area of Quality, but only one in the area of Internationalization, but it was the result of the contribution of the Vice Rector and the Coordinator of the International Relations and Mobility Office. In the case of UA, we obtained an interview regarding the Internationalization component, and until the moment of submitting the present study, it was not possible to conduct the quality interview, which resulted in a data presentation taken from official documents that are published on the UA website

Most likely, the distance between the three institutions of the study and the researcher's place of work and residence, besides the fact that she is working full-time, certainly had an influence in this difficulty in articulating the agendas.

A case study that is very dependent on institutional data is weakened when one of the interviews is missing from one of the HEIs of the study, although most of the information can be taken from institutional documents, the personal report is always different and adds, with certainty, information that is not available online. Apart from that there were issues that could not be answered in the official documents.

Another limitation was related to the application of the questionnaires to the students and, once again, had to do with the researcher's willingness to go personally to the classrooms of the courses where the questionnaires were applied. The difficulties experienced went through:

- A) the difficulty in obtaining the necessary authorizations of the course directors;
- B) the difficulty in obtaining the necessary authorizations by the teachers to be able to apply the questionnaires in their classes;
- C) changes in classrooms and schedules

These difficulties also limited the samples of respondent students, although the percentage of respondents was very positive.

Also the number of neutral answers (don't agree or disagree) given by the students (eight questions in eighteen with this answer option) deserve to deepen the reason for these answers. The questions to which neutral answers were obtained were related to the participation of the national and foreign students in the decision-making processes regarding teaching-learning and its quality and to know if the results of the satisfaction surveys applied to the students are used to improve the teaching-learning processes. Also, with regard to having curricular units taught in a foreign language and if the course has foreign visiting teachers to teach. Two questions that also obtained neutral answers were the question of whether the course curriculum contemplates sufficient research periods and if

the course has a good rate of employability. Finally, students from two HEIs stated that they did not agree or disagree with the question that their universities have sufficient human resources (teachers and staff) to support foreign students.

Another limitation was the fact that the thematic chosen for this study is in constant updating so those changes affect the current study. In addition those are sensitive and internal subjects to the HEIs themselves and also because it was not possible to obtain some relevant information to this study that had to do with the internationalization strategies of HEIs and that were confidential.

Some recommendations for the future ...

As we faced some limitations in the course of this study we would like to be able to extend the study to other HEIs in order to obtain more comparative elements on the topics addressed here.

We would also like to apply the questionnaires to non-education areas in order to see if the results differ. Still on the issue of the questionnaires, we consider that it might be relevant to try to apply the questionnaire with the inverted scale (1 - totally disagree and 5 - totally agree) because when the questionnaires were passed to the students and, although an explanation of the scale was made and it was in the body of the questionnaire, it was found in the data analysis that there were clearly opposite answers (that we could clearly see that the student had misunderstood and inverted the scale).

It would be necessary to adapt the data collection instruments of this study to the recently approved Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area (2015) that are the bases for the A3ES references, and for that also a reassessment had to be made, and in October 2016, they approved the new References for Internal Quality Assurance Systems in HEIs. These references state that the HEI should ensure that there are comprehensive and effective quality assurance structures and procedures within each of the core areas of the

institution's mission and the cross-cutting areas supporting them, namely: teaching and learning; Research and development (university education) or oriented research and high-level professional development (polytechnic education); Inter-agency and community collaboration - including internationalization; The management of human resources and material resources and support services; The management and publication of information and periodic external evaluation (A3ES, 2016). Consequently, it would be important to make a readjustment of the instruments used in this study according to these new references and to see if the data underwent considerable changes.

We would leave as a recommendation that national HEIs focus on the latest studies, reports and recommendations of the European Commission on Higher Education issues and priorities for Portugal on this issue. But also to analyze their internal strengths and their best capacities and to reinforce them in order to meet the so-called "global strategy of internationalization", not forgetting the emerging markets in this area, as pointed out by the latest European Commission studies.

The greatest strength of any HEI is its collaborators and its students ... only in them is the power to change and create something!

Conclusiones

Este estudio sobre, "La calidad y la internacionalización en la Educación Superior en Portugal: un estudio de caso en las Universidades del Miño, Aveiro y Algarve", nos llevó a examinar la problemática de la Educación Superior, teniendo en cuenta que:

- a) uno de los principales desafíos de los sistemas de enseñanza superior en Europa es articular los sistemas de acreditación, de forma que se cumplan simultáneamente objetivos nacionales que refuerzan la calidad y aumentan la competitividad, así como las perspectivas de internacionalización derivadas de la integración europea;
- b) la calidad es esencial para el desarrollo del Espacio Europeo de Educación Superior.

Desde esta perspectiva, es necesario analizar las medidas de garantía de calidad que han sido implementadas a nivel institucional, nacional y europeo. Por lo tanto, para responder a los objetivos del estudio fue realizado un análisis de la literatura que permitió un encuadramiento teórico de las políticas de calidad y del factor internacionalización, en el contexto europeo de la Educación Superior portuguesa. Se hizo una breve caracterización de la organización de las Universidades del Miño, Aveiro y Algarve como instituciones de enseñanza superior. Adicionalmente se evaluó la calidad, como instituciones regidas por políticas europeas y nacionales, y el modo en que la internacionalización, como indicador de calidad en la Educación Superior, es medida y el peso que tiene en la estrategia de estas instituciones.

Este estudio, así como los instrumentos utilizados, la entrevista y el cuestionario, se basan en los "Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area" (2005), del mismo modo que utilizan los manuales de calidad y los puntos de referencia de los Sistemas de garantía de calidad de la A3ES.

Como hemos mencionado anteriormente, se definieron tres objetivos generales, los dos primeros en base a una revisión de la literatura, pero para poder responder al tercer objetivo : “*Analizar si los indicadores de calidad definidos por la A3ES están presentes o no, en la internacionalización practicada en las Universidades del Miño, Aveiro y Algarve*” fue necesario definir adicionalmente siete objetivos específicos para obtener la mejor respuesta posible a esta pregunta.

Los objetivos específicos fueron:

1. Analizar si las IES han definido una política y objetivos de calidad;
2. Comprender de qué modo las IES garantizan la calidad de su oferta formativa y el aprendizaje de sus estudiantes;
3. Analizar si las IES promueven, evalúan y mejoran su actividad científica, tecnológica y artística;
4. Analizar si las IES tienen recursos humanos que puedan responder a las demandas de sus estudiantes;
5. Analizar si las IES tienen los recursos materiales adecuados para el proceso de aprendizaje de sus estudiantes;
6. Analizar si las IES tienen sistemas de recogida de información y si existe divulgación de los resultados de la misma;
7. Comprender el modo como las IES establecieron sus estrategias de internacionalización y cuales fueron los principales indicadores de internacionalización.

Dentro de cada uno de estos objetivos específicos se definieron los instrumentos utilizados para dar respuesta a cada objetivo. Para responder al objetivo nr.7- Comprender el modo como las IES establecieron sus estrategias de internacionalización y cuales fueron los indicadores utilizados- fue necesario diseñar una entrevista independiente.

En relación con el objetivo nr. 1 - Analizar si las IES tienen definido una política y objetivos de calidad- los resultados obtenidos de las entrevistas institucionales, así como de los cuestionarios aplicados a los alumnos, nos mostraron que las tres

instituciones analizadas tenían claramente definidas sus estructuras internas de garantía de calidad, las cuales se rigen por directivas europeas y nacionales. Una de las IES presenta una política interna de calidad más antigua y arraigada, siendo certificada por la A3ES desde 2013, y se comprueba en las respuestas de las entrevistas institucionales y de los estudiantes que destacan, por la positiva las cuestiones de calidad e internacionalización. Por otro lado, en las dos restantes IES la apuesta por la calidad es más reciente y se traduce por la actualización y revisión de los Manuales de Calidad, unos al inicio de 2017 (UAlg) y los otros aprobados y homologados a finales de 2016 (UA). Ambas IES presentaron sus Sistemas Internos de Garantía de Calidad para ser acreditados por la A3ES en Marzo de 2017.

Cuando se les preguntó a las tres IES cuales eran indicadores de calidad que consideraban más importantes como medida de la calidad de la propia IES, las respuestas obtenidas fueron: los resultados de los indicadores considerados más relevantes (la educación, la investigación, la cooperación con la Sociedad y la internacionalización) en los “rankings” internacionales, su posición en relación con otras IES nacionales e internacionales, el número de plazas cubiertas en la primera fase de acceso; el número de graduados por año / éxito académico, la integración de los estudiantes en actividades de investigación y extensión / la capacidad que una institución tiene de transferir el conocimiento a la sociedad, la producción científica, la propia percepción de los estudiantes sobre la calidad de su enseñanza, la capacidad de atraer estudiantes internacionales y finalmente; la trayectoria profesional de los graduados que refleja la calidad de la institución.

En cuanto al objetivo nr. 2 – garantía de la calidad de la oferta de formación y del aprendizaje de los estudiantes – constatamos que todas las IES tienen procedimientos estructurados y definidos de recogida y análisis de los resultados de la evaluación de calidad de la enseñanza-aprendizaje de los estudiantes internacionales. Los estudiantes respondieron cuestionarios sobre su proceso de enseñanza-aprendizaje al finalizar cada unidad curricular, que es evaluada desde cinco vertientes: auto-evaluación del estudiante, adquisición de competencias, percepción de los estudiantes sobre la adquisición de

competencias en la asignatura, funcionamiento intrínseco de la unidad curricular, los profesores, los recursos disponibles para su aprendizaje (infraestructura y recursos materiales). Existen adicionalmente otros procedimientos, tales como los cuestionarios distribuidos a los estudiantes internacionales por las Oficinas de Relaciones Internacionales, que son cuestionarios más globales que miden el grado de satisfacción de los estudiantes. Otro punto a considerar en este análisis, es el hecho que todos los estudiantes, sean nacionales o internacionales, responden a estos cuestionarios de evaluación disponibles en papel y “online” y traducidos al inglés.

Después de un análisis global de las respuestas dadas por los estudiantes, observamos que tenían un conocimiento general sobre los objetivos de sus cursos y consideraron que sus profesores tenían competencia académica para desenvolver sus funciones dentro del curso. Confirmaron que sus cursos ofrecen asignaturas en un idioma extranjero y que tanto los estudiantes nacionales como internacionales participan en el proceso de garantía de calidad de los cursos, aunque las respuestas a estas dos preguntas fueron neutras.

Relativamente a los resultados del objetivo nr. 3 - analizar si las IES promueven, evalúan y mejoran su actividad científica, tecnológica y artística-, verificamos que las tres instituciones son muy activas en términos de investigación internacional y en la participación de proyectos de cooperación y movilidad. La promoción y seguimiento de estos proyectos está integrada en sus planes de actividades, planes estratégicos, manuales y planes de calidad, documentos que se encuentran publicados en su página *web*. Además, la promoción se realiza también a través de repositorios institucionales, de sus propios profesores e investigadores.

Las tres IES participan en proyectos de investigación, coordinando proyectos europeos e integran centros de investigación de renombre internacional.

Los estudiantes mantuvieron una posición neutra, a excepción de la Universidad del Miño, cuando cuestionados sobre si consideraban suficientes o no los períodos de investigación existente en sus planes de estudio. Una vez que el cuestionario fue pasado en cursos de áreas de educación estas respuestas se

pueden justificar por sí mismas dado que estos cursos no incluyen en sus planes de estudio períodos de investigación como ocurre en cursos más científicos.

Concluimos, en relación con el objetivo nr. 4 - determinar si las IES tienen recursos humanos suficientes para responder a las demandas de sus estudiantes-, constatamos que la respuesta fue positiva en las tres IES, resaltando que están mejor preparados los profesores, en la medida que hay aulas son dadas en inglés, los empleados están debidamente cualificados, es decir, responden a las peticiones en inglés. Además las IES cuentan con la ayuda de los centros de lenguas que están siempre disponibles y trabajan en colaboración con las IES para dar formación. Hay, sin embargo, consciencia institucional de ser un área que precisa inversión para seguir mejorando y proporcionar un servicio de excelencia a su público internacional.

Por su parte, los estudiantes son mucho mas neutros en sus respuestas y una vez más se destaca por la positiva la Universidad del Miño. Las respuestas de los estudiantes nos llevan a cuestionar si realmente las IES tienen suficientes recursos humanos o simplemente las respuestas traducen el desconocimiento sobre esta cuestión de los estudiantes.

En el apartado de recursos, al analizar el objetivo nr. 5- se pretende saber si las IES tienen los recursos materiales adecuados para el desarrollo del aprendizaje de sus estudiantes. Existe, de hecho, una preocupación para proporcionar servicios de calidad que se concretiza en el gran número de recursos materiales disponibles para satisfacer las necesidades de este público (página web, información, servicios de apoyo, materiales, informes de actividades), así como los materiales producidos para promoción de los cursos de las IES en ferias y eventos internacionales, la promoción de su producción científica a través de las oficinas de comunicación, y relaciones internacionales, pero también a través de su página web, sus profesores e investigadores.

Un análisis de las respuestas dadas por los alumnos de las tres IES a las cuatro preguntas que constituyen este objetivo, mostró que las respuestas fueron

positivas, traduciendo la preocupación de las IES por proporcionar los recursos adecuados a sus estudiantes.

En el objetivo nr. 6 - analizar si las IES tienen sistemas de recogida de información y de divulgación de los resultados de la misma -, verificamos que las páginas web de las IES están en Inglés y en ellas los estudiantes pueden encontrar toda la información que necesitan (menús, contenidos, la oferta formativa, etc.). Hay IES en los que la presentación de la información en su web y en un idioma extranjero está más estructurado, mientras que otras IES están en construcción.

Los estudiantes respondieron positivamente con respecto a la disponibilidad de los contenidos (informaciones, noticias, programas de estudio, etc.) en un idioma extranjero en la página web, siendo las respuestas más neutras las de los estudiantes de la Universidad del Algarve.

Con respecto a la pregunta sobre las posibilidades laborales derivadas de sus cursos, la opinión de los estudiantes no fue muy positiva, a excepción de los estudiantes del Miño.

Finalmente, las conclusiones relativas al objetivo nr 7 - comprender cómo las IES establecieron sus estrategias de internacionalización y cuáles fueron los principales indicadores de internacionalización-; este último era uno de los objetivos principales de nuestra investigación. Las tres IES han definido una política y una estrategia de internacionalización publicada en la página web, pero no traducidas. Dos de las IES son titulares de los sellos de calidad ECTS y DS, no así la Universidad del Algarve. Todas las IES monitorizan sus protocolos de cooperación, pero no de forma sistemática.

Hay una gran apuesta en la movilidad de estudiantes y personal, sea “*incoming*” o “*outgoing*”, contando con medidas y estructuras de apoyo en ambas situaciones.

Las IES ofrecen cursos en una lengua extranjera a nivel de 2º y 3º ciclos, es decir, Masters y Doctorado, y todos ellos ofrecen cursos online o cursos conjuntos, sobre todo en el marco del programa Erasmus Mundus. Además, participan en proyectos de investigación internacionales como coordinadores, a excepción de

la Universidad del Algarve, y como asociados. En relación con la cooperación, las tres IES son muy activas, participando en diferentes redes y foros internacionales y en numerosos proyectos de movilidad y cooperación, ya sea nacional, europea o internacional, en constante actualización. Existe la preocupación de mantener niveles de calidad, alcanzar metas y objetivos que refuerzen esta calidad y permitan conquistar posiciones en “rankings” internacionales, como el U-Multirank.

Las áreas en las que las IES están apostando son diferentes, la Universidad del Miño, caracterizada por su gran dinamismo, presenta candidaturas en todas las áreas, la Universidad de Aveiro apuesta en el ámbito de la iniciativa empresarial y desarrollo curricular y, por último, la Universidad de Algarve apuesta en sus áreas de excelencia - Mar, Turismo, Salud, Bienestar Social y la herencia mediterránea.

Del análisis de una de las preguntas llave: indicadores más importantes de medida de internacionalización; las respuestas fueron: (i) el número de personas-ciudadanos extranjeros que asisten a la UAlg (estudiantes, personal docente y no docente) / número de estudiantes internacionales con relación al número total de estudiantes y que su procedencia sea de diversos contextos y países, (ii) número de estudiantes y personal que se benefician de programas de movilidad en el extranjero / el número de estudiantes, profesores y el personal “incoming” o “outgoing”, (iii) número de graduados internacionales; (iv) número de acuerdos de cooperación y acuerdos bilaterales/ número de colaboraciones con instituciones extranjeras; (v) la transferencia de conocimientos a multinacionales y (vi) el número de proyectos de movilidad e investigación / colaboración científica internacional entre nuestros profesores y profesores de otras instituciones / internacionalización de la investigación.

Este estudio también nos muestra que hay IES con áreas más desarrolladas que otras, que las apuestas de internacionalización, investigación y cooperación son visibles y están en aumento, siendo diferentes en relación con las áreas, pero todas ellas disponen de estrategias para su internacionalización. Poco importa si están más institucionalizados, si se ajustan con el tiempo en relación con los planes de

actividades anuales, si son del dominio público o privado de la IES. Lo que importa es que estas áreas existan y respondan a la política de calidad e internacionalización de la institución.

Las IES deben, y esto también es una preocupación de la Comisión Europea, saber aprovechar sus potencialidades individuales en educación, investigación e innovación y establecer nuevas colaboraciones dentro y fuera de Europa, que refuercen y complementen los perfiles individuales de cada IES. No olvidarse, como parte de las estrategias institucionales de firmar o renovar acuerdos de cooperación con IES de países en desarrollo.

Siguiendo las recomendaciones de la Comisión Europea, las IES europeas deben establecer estrategias globales de internacionalización incluyendo acciones prioritarias integradas incluyendo promoción de la internacionalización, movilidad internacional de los estudiantes y personal, desarrollo de planes de estudios, aprendizaje digital y fomentar la cooperación estratégica (colaboraciones).

En un sentido amplio, desarrollar una estrategia global de internacionalización significa posicionar las IES, sus estudiantes, investigadores y personal, así como los respectivos sistemas nacionales a nivel mundial, de acuerdo con su perfil individual, las necesidades del mercado laboral y la estrategia del propio país.

En conclusión: del análisis de los diversos materiales institucionales de las tres IEC, mediante entrevistas y cuestionarios, con especial interés en la calidad e internacionalización concluimos que se apuesta en la captación de estudiantes, principalmente originarios de Países de Lengua Oficiales Portuguesa y de América Latina, en el aumento del número de colaboraciones y proyectos de investigación, y también en la oferta de cursos conjuntos.

Mucho trabajo se ha hecho en los últimos años, pero queda mucho por hacer. Por lo tanto, estas IES deben mantener su compromiso con una política de calidad e internacionalización, definir sus propias estrategias de internacionalización siguiendo las directivas europeas, que pretenden implementar una Enseñanza Superior Internacional de calidad y globalizada, abierta al mundo, y de fácil acceso.

Limitaciones del estudio

Como en cualquier estudio encontramos algunas limitaciones que pueden haber influenciado los resultados.

En primer lugar, que tengamos conocimiento, la ausencia de estudios similares en IES nacionales y sólo mencionar la Tesis de Maestría en Negocios Internacionales "*Internacionalización de las IES en Portugal: proyecto de metodología para la construcción de los indicadores del grado de internacionalización*", preparado y presentado por la estudiante Rita Baeta da Veiga en 2011.

El objetivo principal de este estudio fue evaluar el grado de internacionalización en las IES públicas portuguesas y ofrecer una metodología que permita una evaluación cuantitativa y comparada junto con la construcción de un indicador compuesto, adecuado para medir el fenómeno de múltiples vertientes, tales como el proceso de internacionalización de la educación superior. Sin embargo, la esencia y los objetivos de este estudio no son comparables con el estudio previamente citado.

Una de las limitaciones del estudio fue el hecho de ser altamente dependiente de entrevistas institucionales, que a su vez depende de la disponibilidad de las personas a entrevistar. En la agenda inicial se realizaría una entrevista al Vicerrector responsable de la calidad y de la internacionalización y al Coordinador (a) / Oficina de Calidad y a la Oficina de Relaciones Internacionales, cuatro entrevistas por IES. Lo que ocurrió fue que en la Universidad del Miño decidieron unilateralmente dar una única entrevista centrada en una persona. En el caso de UAlg se consiguieron dos entrevistas en el área de la calidad, pero sólo una en el área de internacionalización, con la contribución del Sr. Vice-Rector y de la Coordinadora de la Oficina de Relaciones Internacionales y Movilidad. En la UA se obtuvo una entrevista con el responsable de internacionalización, y hasta el momento de entrega del presente estudio, no ha sido posible realizar la entrevista con el responsable de la calidad, por lo que en alternativa, analizamos

los datos a través de los documentos oficiales disponibles en la página web de la UA.

Esta dificultad para articular agendas puede tener relación con la distancia entre las tres instituciones de estudio y el lugar de trabajo y residencia del investigador principal.

Un estudio de caso altamente dependiente de los datos institucionales, se debilita cuando, una de las entrevistas no se realiza, aunque en nuestro caso se pudo recoger una parte de la información a partir de documentos institucionales, pero sabedores que el relato personal es diferente y añade, sin duda, información que no está disponible en las páginas web. Adicionalmente, a algunas de las preguntas no conseguimos darles respuesta después de analizar los documentos oficiales.

Otra limitación, vinculada con la aplicación de cuestionarios a los estudiantes y que, una vez más, tuvo que ver con la disponibilidad del investigador para aplicarlos por él mismo en los cursos presenciales. Las dificultades que han pasado por:

- a) la dificultad de obtener los permisos necesarios de los directores de los cursos;
- b) la dificultad de obtener los permisos necesarios por parte de los profesores para poder aplicar los cuestionarios en sus clases;
- c) cambios en aulas y horarios.

Estas dificultades han limitado también las muestras de estudiantes que respondieron, aunque el porcentaje de respuestas fue elevado.

También el número de respuestas neutras (ni de acuerdo ni en desacuerdo) dadas por los estudiantes (ocho en dieciocho preguntas con esta opción de respuesta) merecen una atención adicional para conocer el porque de estas respuestas. Las preguntas en las que se obtuvieron respuestas neutras tenían relación con la participación de estudiantes nacionales y extranjeros en la toma de decisiones en temas de educación, en la calidad de la misma y en el apartado que cuestionaba si los resultados de las encuestas de satisfacción de los

estudiantes eran utilizadas para mejorar la enseñanza. También generó una respuesta neutra la pregunta destinada a saber si la enseñanza se realiza en un idioma extranjero y si el curso tiene profesores extranjeros; así como la pregunta que contemplaba si los períodos dedicados a la investigación eran suficientes o si las tasas de empleo derivadas de la asistencia al curso eran buenas. Por último, los estudiantes de dos IES han respondido “ni de acuerdo ni en desacuerdo” en el punto que analiza si las Universidades tienen suficientes recursos humanos (profesores y personal no docente) para apoyar a los estudiantes internacionales.

Otra limitación viene derivada del hecho que los temas elegidos para este estudio están en constante actualización y son temas sensibles, por lo que cualquier cambio afecta al estudio en curso y puede limitar la obtención de información relevante sobre las estrategias de internacionalización de las IES.

Algunas recomendaciones para el futuro ...

Ante algunas limitaciones inesperadas, nos gustaría ampliar el estudio a otras IES con el fin de ser capaz de obtener una muestra de dimensiones mayores sobre los temas aquí abordados y paralelamente expandir el cuestionario a otras áreas que no estén ligadas a la educación, con el objetivo de ver si los resultados son diferentes. Siguiendo con el tema de los cuestionarios, nos gustaría aplicar un cuestionario con una escala inversa (1 - muy en desacuerdo y 5 - muy de acuerdo), porque cuando al pasar los cuestionarios a los estudiantes y, aunque se ha hecho antes una pequeña explicación y la misma explicación estaba en el cuerpo del cuestionario, y aún así objetivamos en el análisis, que algunas tenían respuestas nítidamente inversas.

También, sentimos la necesidad de adaptar los instrumentos utilizados en la recogida de datos a los recientemente aprobados (2015) “*Standards and Guidelines for Quality Assurance in the Higher Education Area*” que reformulan los puntos de referencia y en Octubre de 2016, también fueron aprobados los nuevos

puntos de referencia para los sistemas internos de garantía de calidad de las IES por la A3ES. En los mismos se declara que las IES son responsables de la existencia de estructuras y procedimientos que garanticen la calidad integral dentro de cada uno de los aspectos centrales de la misión de la institución y en las áreas transversales que soportan, a saber: la enseñanza y el aprendizaje, investigación y desarrollo (Educación Superior) o la investigación y desarrollo profesional de alto nivel (Politécnica), cooperación interinstitucional y la comunidad; incluyendo la internacionalización, la gestión de los recursos humanos y materiales, servicios de apoyo, la gestión y la divulgación de información y evaluación externa periódica (A3ES, 2016). Sería importante ajustar los instrumentos utilizados en este estudio de acuerdo con estas nuevas normas y analizar si los datos sufren cambios considerables.

Otro de las recomendaciones sería destinada a las IES nacionales, para promover el análisis de los últimos estudios, informes y recomendaciones de la Comisión Europea relativos a la Educación Superior y definan las prioridades portuguesas. Adicionalmente, promover un análisis de sus "grandezas" internas y mejores capacidades y reforzarlas para contrariar la tan mencionada "estrategia global de la internacionalización", sin olvidar los mercados emergentes en este campo, apuntados en estudios recientes llevados a cabo por la Comisión Europea.

La mayor grandeza de cualquier IES son sus empleados y sus estudiantes... y en ellos reside el poder de cambiar y crear algo nuevo!

Referências Bibliográficas

- Ackers, H. L. (2008). *Internationalization, Mobility and Metrics: A New Form of Indirect Discrimination?* *Minerva*, vol. 46, nº4, pp. 410-435.
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)(2014). Consultado a 02 de janeiro de 2014 em <http://www.a3es.pt/>
- Alaniska, H., Codina, E., Bohrer, J., Dearlove, R., Eriksson, S., Helle, E., e Wiberg, L. (2006). *Student involvement in the processes of quality assurance agencies*. Enqa. Helsinki.
- Albino, S. (2010). *As Políticas Europeias de Investigação e a Internacionalização da Universidade de Lisboa*. Tese de Mestrado em Políticas Europeias, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- Altbach, P.G. (2002). *Knowledge and Education as International Commodities: The Collapse of the Common Good*. *International Higher Education*, Vol. 28, pp. 2-5.
- Altbach, P., Knight, J. (2007). *The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities*. *Journal of Studies in International Education*, Vol. 11 Nº. 3/4, Fall/Winter, pp. 290-305.
- Al-youssef, J. (2009). *The internationalization of higher education institutions : A case study of a British university*. Tese de Doutoramento, Department of education. University of Bath.
- António, N. S. (1991). *Qualidade – Teoria e Prática*. Edições Silabo; Lisboa.
- Arum, S. e Van De Water, J. (1992). *The need for a definition of international education in Universities in Klasek, C.B. (ed.) Bridges to the Future: strategies for internationalizing higher education*. Carbondale: AIEA.

- A3ES (2011). *Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior: Manual para o Processo de Auditoria*. Lisboa
- A3ES (2013). *Manual de Avaliação*. Lisboa
- Blackstock, D., Babyn, I., Lykova, V., Dhainaut, J., Cassagne, C., e Fereres, E. et al. (2008). *Internal Quality Assurance-Facing Common Challenges*. Enqa Workshop Report 13 (1st ed.).
- Brandenburg, U., Ermel, H., Federkeil, G., Fuchs, S., Groos, M., e Menn, A. (2009). *How to measure the internationality and internationalization of higher education institutions: indicators and key figures*. Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE - European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.
- Callan, H. (2000). *The International Vision in Practice: A Decade of Evolution*. Higher Education in Europe, XXV (1).
- Cardoso, C. (2006). *Os professores em contexto de diversidade*. Porto: Profedições, Lda.
- Cardoso, S. (2010). *Participação dos Estudantes na Avaliação das Instituições de Ensino Superior Portuguesas: Um Contributo para a sua Definição*. Gabinete de Estudos e Análise da A3ES. Lisboa.
- Castells, M. (1999). *A era de informação: economia sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.
- Catroga, M. (2010). *A Internacionalização no Ensino Superior Politécnico Português*. Tese de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa.
- CCE (1993). *Gestão e Garantia da Qualidade no Ensino Superior Europeu – Métodos e Mecanismos, Educação, Formação e Juventude*. Publicações da Comissão da Comunidade Europeia; Bruxelas.

CCISP (2010). *Documentos do CCISP Sobre o Ensino Superior Português*. CCISP.

Cid, M., Saraiva, M., Pereira, D., Sampaio, A., Bonito, J. (2010). *Percepção Estudantil da Qualidade do Ensino Superior Público no Alentejo*. *Millenium*, 39: pp. 19-53.

Coelen, R. (2009). *Ranking and the measurement of success in internationalization: are they related?* Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE - European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.

Comissão Europeia (2012). Comunicado de imprensa: A Comissão apresenta nova estratégia «Repensar a Educação». Bruxelas/Estrasburgo, 20 de novembro de 2012. Consultado a 22 de março de 2015 em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1233_pt.htm

Comissão Europeia (2013). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - O Ensino Superior Europeu no Mundo. Consultado a 22 de março de 2015 em <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2013/PT/1-2013-499-PT-F1-1.Pdf>

Comissão Europeia (2013). A estratégia Europa 2020. Consultado a 23 de março de 2015 em http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm

Copetto, M. (2011). *U-map*. Diário Económico. Consultado em 12/08/2015. Disponível em: <http://www.umap.eu/portugal/UMAPDiarioEconomico.docx/>

Cortesão, L., Correia, J. A. (orgs.) (2001). *Transnacionalização da educação: Da crise da educação à educação da crise*. Porto: Afrontamento.

- Cortesão, L. (2002). *Formas de ensinar, formas de avaliar, breve análise de práticas correntes de avaliação*. In: Abrantes, P.; Araújo, F. (Coords.). *Avaliação das aprendizagens, das concepções às práticas*. Lisboa: DEB ME, pp. 35-42.
- Costes, N. et al. (2008). *Quality Procedures in the European Higher Education Area –Second ENQA Survey*, pp. 33.
- Dal Moro, A. J. (2003). *Instrumentos e Ações em Prol da Melhoria na Qualidade do Ensino Superior baseado nos resultados das Avaliações Externas*. (Consultado em 10/12/2014). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35637>
- Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior. *Diário da República: I série A, No 37*. (Consultado em 22/03/2015). Disponível em <https://dre.pt/application/file/606224>
- Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Diário da República: I série A, No 60*. (Consultado em 25/04/2015). Disponível em http://www.a3es.pt/sites/default/files/DL_74-2006_RJGD.pdf
- Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Diário da República, 1.ª série, N.º 212*. (Consultado em 24/04/2015). Disponível em http://www.a3es.pt/sites/default/files/DL_369-2007_A3ES.pdf
- Delgado-Márquez, B. L., Hurtado-Torres, N. E., Bondar, Y. (2011). *Internationalization of Higher Education: Theoretical and Empirical Investigation of Its Influence on University Institution Rankings*. In: “Globalisation and Internationalisation of Higher Education” [online monograph]. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)*. Vol. 8, No 2, pp. 265-284. UOC. ISSN 1698-580X [consultado em 05/10/2015]. Disponível em <http://link.springer.com/article/10.7238/rusc.v8i2.1069>

- De Wit, H. (2009a). *Measuring success in the internationalization of higher education: an introduction*. Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE - European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.
- De Wit, H. (2009b). *Benchmarking the internationalization strategies of European and Latin American institutions of higher education*. Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE - European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.
- De Wit, H. (2010). *Internationalization of Higher Education in Europe and its assessment, trends and issues*. NVAO – Nederland's
- Denzin, N. K., e Lincoln, Y. S. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- Deardorf, D., Pysarchik, D., e Yun, Z. (2009). *Towards effective international learning assessment: principles, design and implementation*. Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE – European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.
- Direção Geral do Ensino Superior (2014). Consultado a 22 de março de 2015 em www.dges.mctes.pt
- Durkheim, E. (1998). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Eckel, P.; Kezar, A. (204). *Key strategies for making new institutional sense*. *Higher Education Policy*, 16(1), p.39-53.
- ENQA (2006). *Report to the London Conference of Ministers on a European Register of Quality Assurance Agencies. Enqa Occasional Papers 13: Guidelines for national reviews of ENQA member agencies*. Helsinki.
- ENQA (2003). *Quality procedures in European higher education*. (1st ed.). Helsinki.

- ENQA (2006). *Quality Assurance of Higher Education in Portugal*. Helsinki
- ENQA (2006). *Guidelines for External Reviews of Quality Assurance Agencies in the European Higher Education Area*. Enqa Occasional Papers 19 (1st ed.). Helsinki.
- ENQA (2007). *Standards and guidelines for quality assurance in the european higher education area*. Helsinki.
- ENQA (2009). *Position Paper on Quality Assurance in the EHEA: in view of the Leuven and Louvain-la-Neuve meeting of ministers responsible for higher education*. Helsinki.
- ENQA (2009). *Current trends in European Quality Assurance*. Enqa Occasional Papers 8. Helsinki.
- ENQA (2009). *Programme-oriented and institutional-oriented approaches to quality assurance: new developments and mixed approaches*. Helsinki.
- ENQA (2009). *Assessing educational quality: Knowledge production and the role of experts*. Enqa Occasional Papers 6. Helsinki.
- ENQA (2010). *ENQA: 10 years (2000-2010) - A decade of European Co-operation in quality assurance in higher education*. Helsinki.
- ENQA (2010). *First external evaluations of quality assurance agencies – lessons learned*. Enqa Occasional Papers 10. Helsinki
- European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA)(2014). Consultado a 12 de outubro de 2014 em www.enqa.eu
- Fernandes, P. (2011). *Pode a avaliação melhorar ou prejudicar a aprendizagem? Uma reflexão a partir do ponto de vista de um grupo de estudantes*. In: LEITE, C. et al. *Políticas, fundamentos e práticas do currículo*. Porto: Porto Editora, p. 252-263.

- Fey, R. e Gogue, J. M. (1989). *Princípios da Qualidade*. Fundação Caloust Gulbenkian; Lisboa.
- File, J. (2008). *Higher Education in Portugal*. Higher Education in Europe (Vol. 6). doi:10.1080/0379772810060115.
- Firmino, M.; Leite, C. 2014 (no prelo). *Assessment of and for learning in higher education: from the traditional summative assessment to the more emancipatory formative and educative assessment*. Transnational Curriculum Inquiry.
- Fermon, B., e Joel, M. (2012). *Quality assurance policies and indicators for long-term care in the European Union* (1st ed.). [Brussels, Belgium]: ENEPRI, European Network of Economic Policy Research Institutes.
- Fortuna, C. (2008), *A internacionalização da sociologia: Notas sobre a globalização e a disciplina sociológica*, in Torres, A. e Baptista, L. (org.), *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Porto: Afrontamento, pp. 83-94.
- Gaalen, A. (2009). *Developing a tool for mapping internationalization: a case study*. Em H.De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE -European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., Trow, M. (1994). *The New Production of Knowledge: The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. London; ThousandOaks; New Delhi: Sage Publications.
- Giddens, A. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- GPEARI (2010). *Produção Científica Nacional*. Lisboa: GPEARI-MCTES.
- Green, M.; Eckel, P.; Barblan, A. (2002). *The Brave New (and Smaller) World of Higher Education: A Transatlantic View*. International Education, Vol.29, Setembro 2002, US.

- Grillo, F., Pasquali, O., Emma, G., Garibaldi, P., Vercellino, A., e Hickey, J. (2010). *Universities within the Innovation Global Market Ranking and internationalization as triggers of change*. Future of Universities.
- Hakala, J. (1998). *Internationalization of Science*. Views of the Scientific Elite in Finland. *Science Studies*, 1, pp. 52-74.
- Hartmann, E. (2011). *The Internationalization of Higher Education: Towards a New Research Agenda in Critical Higher Education Studies*. London and New York: Routledge.
- Hespanha, P. (2001). *Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social*, in Santos, B. S. (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, pp. 163-196.
- Hudzik, J., e Stohl, M. (2009). *Modelling assessment of the outcomes and impact of internationalization*. Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE - European Association of International Education. ISBN:978-90-74721-30-1. IAU. (2003). *Internationalization of Higher Education Practices and Priorities*. 2003 IAU Survey Report.
- INE. (2009). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*. Instituto Nacional de Estatística. doc: 10.4067/S0716-58111998001100025.
- IREG. (2006). *Berlin Principles on Ranking of Higher Education Institutions*. CHE University Ranking; UNESCO - Cepes; Institute of Higher Education Policy.
- Jenkins-Deas, B. (2009). *The impact of quality review on the internationalization of Malaspina University-College, Canada: a case study*. Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE - European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.

- Jofin, J. (2009). *Internationalization of Higher Education an evaluative study of internationalization efforts at the University of Chester*. Tese de Mestrado. University of Chester.
- Jons, H. (2007). *Transnational Mobility and the Spaces of Knowledge Production: A Comparison of Global Patterns, Motivations and Collaborations in Different Academic Fields*. *Social Geography* 2 (2), pp. 97-114.
- Jornal Oficial da União Europeia (2013). Resolução do Parlamento Europeu, de 20 de abril de 2012 sobre Modernização dos Sistemas de Ensino Superior da Europa. Consultado a 23 de março de 2015 em http://www.igfse.pt/upload/docs/2013/2013_C_258E_08.pdf
- Knight, J., e De Wit, H. (1995). *Strategies for Internationalization of Higher Education: historical and conceptual perspectives. Strategies for Internationalization of Higher Education: a comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America* (pp. 5-33). Amsterdam: European Association for International Education.
- Knight, J. (1999). *Internationalization of Higher Education*, in Knight, J. and de Wit, H. (eds)(1999), *Quality and Internationalization in Higher Education*. Amsterdam: Organization for Economic Cooperation and Development, pp. 225–240.
- Knight, J. (2003). *Internationalization of higher education: Practices and priorities*. IAU survey report. Paris: International Association of Universities.
- Knight, J. (2006). *Internationalization of higher education: New directions, new challenges*. The 2005 IAU global survey report. Paris: International Association of Universities.
- Knight, J. (2007). *Internationalization Brings Important Benefits as Well as Risks*. *International Higher Education*, pp. 8-10
- Knight, J. (2009). *Internationalization: Unintended Consequences?* *International Higher Education*, (54), pp. 8-10.

- Knight, J. (2010). *Internationalization: Key Concepts. Internationalization of European Higher Education*. Raabe. ISBN: 978-3-8183-0543-7.
- Knight, J. (2011). *Five Myths about Internationalization*. *International Higher Education*, (62), pp. 14-15.
- Knight, J., e Levy, D. (2008). *Internationalization: A Decade of Changes and Challenges*. *International Higher Education*, (50), pp. 6-7.
- Lei nr. 38/94 de 21 de novembro da Assembleia da Republica. (Consultado em 22/03/2015). Disponível em http://www.ispa.pt/ficheiros/documentos/l_38_1994.pdf
- Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto da Assembleia da Republica. Diário da República: I série A, No 166. (Consultado em 22/03/2015). Disponível em https://www.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/servicos/Lei_49_2005_30_Agosto.pdf
- Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto da Assembleia da República. Diário da República, 1.ª série, N.º 157. (Consultado em 25/04/2015). Disponível em http://www.a3es.pt/sites/default/files/L_38-2007_RJAES.pdf
- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro da Assembleia da República. Diário da República, 1.ª série, N.º 174. (Consultado em 25/04/2015). Disponível em http://www.a3es.pt/sites/default/files/L_62-2007_RJIES.pdf
- Leite, C. (2002b). *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português*. Lisboa: Gulbenkian/FCT.
- Leite, C. (2014). *Avaliação, Qualidade e Equidade*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, pp. 421-438.
- Liu, N. (2009). *The Story of Academic Ranking of World Universities*. *International Higher Education*, (54), pp. 2-3. doi: 10.1080/03797720500260116.

- Luijten-Lub, A. (2007). *Choices in Internationalization: How Higher Education Institutions respond to Internationalization, Europeanization and Globalization*. CHEPS. ISBN:978-90-365-2601-2.
- Machado, M., e Taylor, J. (2010). *The struggle for strategic planning in European higher education: the case of Portugal*. Research in Higher Education, pp. 1-20. (Consultado em 12/12/2014). Disponível em <http://hdl.handle.net/10198/2280>
- Malhotra, N. (1999). *Marketing Research - An Applied Orientation* (3rd ed.). Prentice Hall. ISBN: 0-13-013162-8.
- Marginson, S., e Van Der Wende, M. (2007). *Globalisation in Higher Education*. OECD.
- Mazza, E. *Mapping the Implementation and Application of the Esg (Map-Esg Project):Final Report of the Project Steering Group*. Enqa Occasional Papers 17.
- MCTES (2006). *O Relatório da OCDE –A Avaliação do Sistema de Ensino Superior em Portugal*. Lisboa.
- Melero, M. (1999). *Ideologia, diversidad y cultura: una nueva escuela para una nueva civilización*. In: RIVERA, E. e RUMAYOR, L. (Org.). Repensar la enseñanza desde la diversidad. Sevilla: Móron Grafidós.
- Mendes, M. (2007). *A globalização e os processos de transnacionalização das políticas educativas*. Diologia, São Paulo. Vol. 6.
- Middlehurst, R. (2010). *Developing Institutional Internationalization Policies and Strategies: an Overview of Key Issues*. Internationalization of European Higher Education. Raabe. ISBN: 978-3-8183-0543-7.
- Minayo, M. C. S. e Sanchez, O. (1993). *Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?* Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep. (consultado em 05/10/2015). Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csp/v9n3/02.pdf>

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2006). *Um compromisso com a ciência para o futuro de Portugal – vencer o atraso científico e tecnológico*. Lisboa: MCTES.
- Ministry of Science, T. A. H. E. (2006). *Tertiary Education in Portugal*. Higher Education. Lisbon.
- Morosini, M. C. (2006). *Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas*. Educar, Curitiba, n. 28, pp. 107-124, Editora UFPR.
- Morosini, M. C. (2009). *Qualidade da educação superior: tendências deste século*. Estudos em avaliação educacional. São Paulo: v. 20, n. 43, maio/ago. pp. 165 – 185.
- Morosini, M. C. (2012). *Qualidade da educação superior e internacionalização: estado de conhecimento sobre indicadores*. In: Cunha, M. I.; Broilo, C. (Orgs.). *Qualidade na educação superior: grupos investigativos internacionais em diálogo*. São Paulo: Marin e Junqueira, pp. 29-62.
- Morosini, M. C., Cleoni, M. B., Fernandes, D. N. et al (2016). *A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores*. Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 64 jan.-mar. (Consultado a 01/12/2016). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100013&lng=pt&tlng=pt
- Musselin, C. (2004). *Towards a European Academic Labour Market? Some lessons drawn from empirical studies on Academic mobility*. Higher Education, Vol. 48, pp. 55-78.
- Nardo, M., Saisana, M., Saltelli, A., Tarantola, S., Hoffman, A., e Giovannini, E. (2005). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*.
- OECD (ed.) (1996). *Internationalization of higher education*. Paris: OECD.

- Orsingher, C. (2006). *Assessing Quality in European Higher Education Institutions*. Springer.
- Palma, C. (2010). *A Gestão Estratégica da Internacionalização no Ensino Superior - Contributos do Gabinete de Relações Internacionais*. Tese de Mestrado. Departamento de Gestão. Universidade de Évora
- Pestana, M., e Gageiro, J. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS* (5th ed.). Lisboa: Edições Sílabo. ISBN: 978-972-618-498-0.
- Qiang, Z. (2003). *Internationalization of Higher Education: toward a conceptual framework*. Policy Futures in International Education, Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto.
- Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ)*. (2009). Luxemburgo.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rauhvargers, A. (2011). *Global University Rankings and their Impact*. EUA Report. ISBN: 9789078997276.
- Reeb-Gruber, S. (2009). Checklists Program Internationalization. INHolland University. (Consultado em 10/06/2015). Disponível em <https://www.nuffic.nl/en%22/files/documents/checklists-program-internationalization.pdf>
- Rudzki, R. (1995). *The application of a strategic management model to the internationalization of higher education institutions*. Higher Education, (29), pp. 421-441.
- Santos, B. S. (2008). *A universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Edições Almedina.

- Santos, S. M. (2011). Avaliação Global do Ensino Superior. Seminário 2º Painel Internacionalização. (Consultado em 05/10/2014). Disponível em: <http://www.fclb.uminho.pt/uploads/Artigo37-Abr00.pdf>
- Santos, S. M. (2011). *Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e certificação de sistemas internos de garantia da qualidade*. Lisboa: A3ES.
- Santos, S. M. (2011). *Sistemas Internos de Garantia de Qualidade nas Agencias de Avaliação e Acreditação*. Lisboa: A3ES.
- Seixas, A. M. (2001). *Políticas educativas para o ensino superior: a globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal*, in S. R. Stoer e outros (orgs.) (2001), *A Transnacionalização da Educação: Da Crise da Educação à Educação da Crise*. Porto: Afrontamento, pp. 211-239.
- Siegler, J. M. B. (2009). *O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia*. Dissertação de Mestrado em Administração de Organizações. Ribeirão Preto: USP.
- Silva, S. (2009). *Perspetivas sobre a cooperação científica entre Portugal e América Latina: experiência de estudantes brasileiros em Portugal*. Tese de licenciatura em Sociologia. Braga: Universidade do Minho.
- Stallivieri, L. (2007). *O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior: avaliação, qualidade e pertinência da cooperação internacional*. (Consultado em 10/06/2015). Disponível em <http://iglu.paginas.ufsc.br/files/2014/08/SLIDES-LUCIANE.pdf>
- Streiner, D. L. (2003). *Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter*. *Journal of Personality Assessment*. v. 80, pp. 217-222.

- Soderqvist, M. (2002). *Internationalization and Its Management at Higher Education Institutions: Applying Conceptual, Content and Discourse Analysis*. Helsinki: Helsinki School of Economics.
- Sousa, C. S. (2015). *Profissão Docente, diversidade e resiliência* (pp.115-127) IN: Educação superior e aprendizagem = Higher education and learning [recurso eletrônico] / orgs. Maria Emília Amaral Engers, Marília Costa Morosini, Vera Lucia Felicetti. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2015. 400 p. – (RIES/PRONEX); ISBN 978-85-397-0629-7.
- Spinelli, G. (2009). *Measuring the success of internationalization: the case for joint and double degrees*. Em H. De Wit (Ed.), *Measuring Success in the Internationalization of Higher Education*. EAIE - European Association of International Education. ISBN: 978-90-74721-30-1.
- Taylor, J. (2010). *The Management of Internationalization in Higher Education*. Internationalization of European Higher Education. Raabe. ISBN: 978-3-8183-0543-7.
- Teichler, Ulrich. (2004). *The Changing debate on Internationalization of higher education*. Higher Education, n. 48, pp. 5-46.
- Teichler, U. (2009). *Internationalization of higher education: European experiences*. Asia Pacific Education Review, 10, 93-106. The Economist. (2010). Foreign University Students will they still come? The Economist. (Consultado em 10/10/2014). Disponível em <http://www.economist.com/node/16743639>
- Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- U-map. (2010). *U-map - a University profiling tool*. U-map. Universidade do Porto. (2010). Relatório de Internacionalização. Porto.
- Universidade do Algarve (2017). Consultado a última vez a 25 de abril de 2017 em www.ualg.pt

Universidade de Aveiro (2017). Consultado a última vez a 25 de abril de 2017 em www.ua.pt

Universidade do Minho (2017). Consultado a última vez a 25 de abril de 2017 em <https://www.uminho.pt/PT>

Van der Wende, M.C. (1999). *Quality Assurance of Internationalization and Internationalization of Quality Assurance* in Knight, J. and de Wit, H. (eds) (1999), *Quality and Internationalization in Higher Education*. Amsterdam: Organization for Economic Cooperation and Development, pp.225–240.

Yang, R. (2002). *University internationalization: its meanings, rationales and implications*. *Intercultural Education*, 13, pp. 81–96.

Yin, R. K. (2005) (editor). *Introducing the world of education. A case study reader*. Thousand Oaks: Sage Publications.